Reunião de Conjuntura do Corecon DF

“Os indicadores da economia divulgados em FEVEREIRO”

José Luiz Pagnussat

Corecon/DF, 18 de fevereiro de 2017

Roteiro

DEBATE

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

DADOS

i) Projeções e indicadores de Confiança

- Indicadores de Confiança com pequena reversão;
- Projeções

iii) Contas Públicas

- Dados das Contas Públicas
- Crise fiscal

iv) Contas Externas

- Balanço de pagamentos

v) Inflação

- Inflação (e Política Monetária)

vi) PIB Setoriais

- Desemprego
- PIB – Indústria, Agricultura, Serviços

vii) Economia Internacional

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos do André Lara-Rezende publicados no Jornal Valor Econômico (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).
  1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - André Lara Resende 13/01/2017;
  2 - **Nada de novo no debate monetário no Brasil** - Marcos Lisboa e Samuel Pessoa 20/01/2017 (**réplica**);
  3 - **Teoria, prática e bom senso** - André Lara Resende 27/01/2017 (**tréplica**).

Outros comentários

Destaque para o artigo do **Chico Lopes** (17/02/2017) e a entrevista com o **professor John H. Cochrane** da Universidade de Stanford, autor do texto sobre a receita de o Banco Central cortar os juros para baixar a inflação:

- **Neofisherianismo: vai entender** (03/02/2017) - **Eduardo Loyo** é economista chefe do Banco BTG Pactual e diretor do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP);
- **Taxa de juros e inflação** (10/02/2017) - **José Júlio Senna** - chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre;
- **André, Cochrane e a teoria fiscal dos preços** (17/02/2017) - **Francisco Lafaiete de Pádua Lopes** - PhD por Harvard, sócio da consultoria Macrométrica e ex-presidente do Banco Central (BC);
- **O economista incendiário** (17/02/2017) – entrevista dada ao **Alex Ribeiro do John H. Cochrane**, da Universidade de Stanford;
- **Monetarismo revisitado, 100 anos depois** (09/02/2017) - **Maria Clara R.M. do Prado**;
- **Aritmética monetarista desagradável** (02/02/2017) - **Yoshiaki Nakano**;
- **Metas de inflação e os ardis da razão** (07/02/2017) - **Luiz Belluzzo e Gabriel Galípolo**

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).
  1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - André Lara Resende 13/01/2017;
  2 - **Nada de novo no debate monetário no Brasil** - Marcos Lisboa e Samuel Pessoa 20/01/2017 (réplica);
  3 - **Teoria, prática e bom senso** - André Lara Resende 27/01/2017 (tréplica).

A polêmica começou com o artigo **Juros e conservadorismo intelectual** (13/01) **André Lara Resende** que analisa a teoria econômica tradicional e defende que o juro alto não só agrava o desequilíbrio fiscal, como no longo prazo mantém a inflação elevada.

"... desde a grande crise financeira de 2008, não deixa mais dúvida: **todos os modelos macroeconômicos que adotam alguma versão da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) estão equivocados e devem ser definitivamente aposentados**. Os bancos centrais aumentaram a oferta de moeda numa escala nunca vista. O Fed, por exemplo, aumentou as reservas bancárias de US$ 50 bilhões para US$ 3 trilhões, ou seja, **multiplicou a base monetária por 60**, num período inferior a dez anos. A inflação não explodiu, ao contrário, continuou excepcionalmente baixa. O mesmo aconteceu no **Japão**, na Inglaterra e nas economias da **zona do euro**. Diante do aumento, verdadeiramente extraordinário, da oferta de moeda, a inflação manteve-se excepcionalmente baixa e ainda menos volátil do que no passado".

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).

1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - **André Lara Resende** 13/01/2017;

L-R reporta a recente e dura crítica de Paul Romer, economista chefe do Banco Mundial, a teoria macroeconômica contemporânea => "abuso da formalização matemática só mascara os graves problemas de identificação estatística" -

"... Com a experiência radical dos bancos centrais das economias avançadas, tem-se, entretanto, uma oportunidade única. O chamado **Quantitative Easing** (**QE**) praticamente replica o que seria uma experiência de laboratório para observar **o efeito sobre os preços de um extraordinário aumento da quantidade de moeda**. A resposta contradiz frontalmente o que sustentava a teoria monetária quantitativista e a macroeconomia ensinada nas grandes escolas até muito recentemente: **nada acontece**. A inflação não explode, continua estável e impassível.".

"Os **modelos monetaristas**, cujo cerne era a **TQM**, expressa na equação **MV = PY**, ..., um brutal aumento da quantidade de moeda, M, levaria a um aumento proporcional do nível de preços, P, portanto, a uma explosão inflacionária. **Não foi o que ocorreu**."

Os **modelos neokeynesianos**, até hoje usados pelos bancos centrais, sustentam que a inflação pode ser estabilizada através de uma regra para os juros. Segundo a chamada **Regra de Taylor**, para estabilizar a inflação, o juro deve ser reduzido ou aumentado mais do que proporcionalmente e de maneira inversa ao movimento observado na inflação.

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).

1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - **André Lara Resende** 13/01/2017;

L-R Os modelos neokeynesianos com expectativas racionais + "hipótese de Irving Fisher, segundo a qual a taxa de juros nominal de equilíbrio é igual à taxa real mais a expectativa de inflação futura. Neste caso, a inflação seria estável com uma política monetária passiva. São, portanto, modelos compatíveis com a experiência recente de inflação estável, apesar de a taxa de juros ter batido no seu limite nominal inferior. Tais modelos, além de alguns complicados problemas conceituais, para perplexidade geral, preveem que, **no longo prazo, a relação entre a taxa de juros e a inflação é inversa** à que sempre se acreditou: quando o banco central eleva a taxa de juros, a inflação não cai, mas aumenta; e quando o banco central reduz a taxa de juros, **a inflação não sobe, mas ao contrário**, cai." -

"... inverte a relação entre juros e inflação. A condução da política monetária estaria assim, há décadas, seriamente equivocada.".

Relata "... artigo, que acaba de ser publicado, **Cochrane** expõe, de forma clara e reduzida ao essencial, as diversas versões da ortodoxia macroeconômica. Em seguida, **confronta a evidência empírica das últimas décadas com as simulações dos diferentes modelos**. Conclui que o longo período de baixa inflação com taxas nominais de juros próximas de zero sugere que a teoria monetária está errada. Taxas de juros nominais mais altas, no longo prazo, resultam em inflação mais alta." hipótese neofisheriana

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).

1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - **André Lara Resende** 13/01/2017;

"A inversão do sinal do impacto dos juros sobre a inflação é essencialmente resultado das expectativas racionais. Das expectativas racionais, que não olham para trás, para o passado, como é o caso das expectativas adaptativas, mas sim para frente, para o futuro. A taxa nominal de juros, fixada pelo banco central, atua assim como sinalizador da inflação futura. O resultado é tão surpreendente quanto controvertido, pois há forte evidência de que, no curto prazo, juros mais altos reduzem a inflação. É preciso, portanto, compreender como é possível que a alta dos juros, no curto prazo reduza, mas no longo prazo aumente a inflação."

"... A única hipótese capaz de explicar a tradicional relação inversa entre o juro e a inflação, no curto prazo, é a chamada **Teoria Fiscal do Nível de Preços** (TFNP)..".

Relata "... Cochrane demonstra que, ao combinar a TFPL com o modelo neokeynesiano de expectativas racionais, é possível dar uma explicação simples e logicamente robusta para o fato de que o efeito do juro sobre a inflação se inverta no longo prazo. Ou seja, que um aumento do juro reduza a inflação no curto prazo, ainda que aumente a inflação no longo prazo".

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).

1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - **André Lara Resende** 13/01/2017;

O Brasil e suas altíssimas taxas de juros. "... Vencida a inflação crônica, com o mecanismo engenhoso da URV, a taxa de juros no Brasil foi mantida alta. O objetivo inicial era sustentar a estabilidade do câmbio flutuante e impedir novos surtos de inflação, mas como o **equilíbrio fiscal sempre foi precário**, o juro continua, até hoje, extraordinariamente alto, devido à grande necessidade de financiamento do setor público. A **experiência do QE** deixou claro que o financiamento monetário através da expansão de reservas remuneradas no banco central não é inflacionário. Logo, maior necessidade de financiamento público não exige necessariamente juro alto. O único modelo analítico compatível com a evidência empírica do QE leva à conclusão de que o juro nominal alto sinaliza uma inflação alta, pauta assim as expectativas e mantém a inflação alta. Ou seja, o juro alto, não só agrava o desequilíbrio fiscal, como no longo prazo mantém a inflação alta."

"... A possibilidade de que o **juro alto agrave de tal forma o desequilíbrio fiscal** que se torne contraproducente, foi primeiro ventilada para o caso brasileiro, em 2004, por **Olivier Blanchard**. A chamada **hipótese da "dominância fiscal"** foi inicialmente tratada como uma mera conjectura teórica, logicamente possível, mas praticamente irrelevante. Reapareceu, mais recentemente, com o agravamento da situação fiscal durante os últimos anos dos governos do PT. Foi ainda tema de artigo de Eduardo Loyo, citado por Chris Sims no encontro dos presidentes de bancos centrais em Jackson Hole de agosto do ano passado".

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).

1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - **André Lara Resende** 13/01/2017;

"A hipótese neofisheriana, que vê no juro alto a causa da alta inflação no longo prazo, apesar de ainda mais difícil de digerir, assim como a tese da dominância fiscal, tem sólidas credenciais analíticas. Ambas sugerem que não se pode pedir da política monetária e dos bancos centrais mais do que moderar a inflação no curto prazo. Exigir que a política monetária faça, mais do que circunstancialmente, o trabalho de controle da inflação, cuja estabilidade depende, em última instância, do equilíbrio fiscal de longo prazo, pode ser contraproducente. **Sem equilíbrio fiscal não há saída**. Quando o país passa por um delicado momento político e pela sua mais séria recessão em décadas, vale a pena acompanhar, sem ideias preconcebidas, a discussão na fronteira da teoria macroeconômica. O custo do conservadorismo intelectual nas questões monetárias, durante as quatro décadas de inflação crônica do século passado, já foi alto demais."

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).
  1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - André Lara Resende 13/01/2017;
  2 - **Nada de novo no debate monetário no Brasil** - Marcos Lisboa e Samuel Pessoa 20/01/2017 (réplica);
  3 - **Teoria, prática e bom senso** - André Lara Resende 27/01/2017 (tréplica).

Réplica

Marcos Lisboa e Samuel Pessôa responderam no artigo **Nada de novo no debate monetário no Brasil** de 20/01.
Para eles, juros maiores podem resultar tanto em maior quanto em menor inflação, mas, no caso brasileiro, dizem que não parece haver evidência de que cortes abruptos de juros reduzam a inflação.

"Os testes empíricos disponíveis indicam que o modelo padrão funciona por aqui: aumento da taxa real de juros reduz a demanda, como ilustra a atual queda da inflação em contraposição ao afrouxamento da política monetária a partir de agosto de 2011. São bem vindas evidências contrárias. Resta, porém, uma conclusão comum aos diversos casos analisados por Cochrane, citado por André Lara. O combate à inflação requer política fiscal que garanta o ajuste de longo prazo das contas públicas. Caso contrário, a política monetária será ineficaz, seja aumentando, seja reduzindo a taxa de juros.**"**

"O risco de não fazermos um ajuste fiscal sustentável será a volta da inflação disfuncional."

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - André Lara Resende 13/01/2017;
2 - **Nada de novo no debate monetário no Brasil** - Marcos Lisboa e Samuel Pessoa 20/01/2017 (réplica);
3 - **Teoria, prática e bom senso** - André Lara Resende 27/01/2017 (tréplica).

Tréplica

André Lara Resende voltou ao tema no artigo **Teoria, prática e bom senso** (27/01).

"No Brasil, **a inflação é muito pouco sensível à taxa de juros**. As razões da **ineficácia da política monetária** são muitas e controvertidas, mas **a baixa sensibilidade da inflação à taxa de juros é indiscutível, uma unanimidade**. Por outro lado, com a dívida pública em torno de 70% do PIB, uma taxa nominal de juros de 14% ao ano exige um superávit fiscal de quase 10% do PIB para que a dívida nominal fique estável. Com a economia estagnada e a inflação perto dos 6% ao ano, isso significa que é preciso um superávit fiscal primário de quase 5% da renda nacional para estabilizar a relação entre a dívida e o PIB. A carga tributária está perto dos 40% do PIB, alta até mesmo para países avançados, ameaça estrangular a economia e inviabilizar a retomada do crescimento. A dificuldade política para reduzir despesas é enorme. Fica assim claro que o custo fiscal da política monetária não é irrelevante."

"Está em curso processo de revisão da ortodoxia monetária, que deverá refletir o avanço tecnológico e a perda de importância do papel-moeda.**"**

"**Pergunta**: deve-se continuar a ministrar as doses maciças do remédio ou reduzir rapidamente a dosagem? Parece-me questão de bom senso."

Impacto do juro alto na inflação

Controvérsia sobre a teoria e prática da Política Monetária para combater a Inflação

- A polêmica entre economistas a partir dos artigos publicados no Jornal Valor Econômico do André Lara-Rezende (e a réplica do Marcos Lisboa e Samuel Pessoa).
  1 - **Juros e conservadorismo intelectual** - André Lara Resende 13/01/2017;
  2 - **Nada de novo no debate monetário no Brasil** - Marcos Lisboa e Samuel Pessoa 20/01/2017 (réplica);
  3 - **Teoria, prática e bom senso** - André Lara Resende 27/01/2017 (tréplica).

Outros comentários

Destaque para o artigo do **Chico Lopes** (17/02/2017) e a entrevista com o **professor John H. Cochrane** da Universidade de Stanford, autor do texto sobre a receita de o Banco Central cortar os juros para baixar a inflação:

- **Neofisherianismo: vai entender** (03/02/2017) - **Eduardo Loyo** é economista chefe do Banco BTG Pactual e diretor do Centro de Debate de Políticas Públicas (CDPP);
- **Taxa de juros e inflação** (10/02/2017) - **José Júlio Senna** - chefe do Centro de Estudos Monetários do FGV/Ibre;
- **André, Cochrane e a teoria fiscal dos preços** (17/02/2017) - **Francisco Lafaiete de Pádua Lopes** - PhD por Harvard, sócio da consultoria Macrométrica e ex-presidente do Banco Central (BC);
- **O economista incendiário** (17/02/2017) – entrevista dada ao **Alex Ribeiro do John H. Cochrane**, da Universidade de Stanford;
- **Monetarismo revisitado, 100 anos depois** (09/02/2017) - **Maria Clara R.M. do Prado**;
- **Aritmética monetarista desagradável** (02/02/2017) - **Yoshiaki Nakano**;
- **Metas de inflação e os ardis da razão** (07/02/2017) - **Luiz Belluzzo e Gabriel Galípolo**

Debate

O economista **Eduardo Loyo** deu sua contribuição para a conversa, no artigo **Neofisherianismo: vai entender**, publicado em 3/02.

Em 10/02, **José Júlio Senna** entrou no debate com o artigo **Taxa de juros e inflação**. Para ele, é inadequado aplicar a teoria ao Brasil, onde os números mostram que a inflação é sensível à taxa de juros.

Yoshiaki Nakano **Em Aritmética monetarista desagradável**, de 2/02, aponta que a reforma fiscal e a reforma monetária são pré-requisitos para se obter uma queda na taxa de juros no país.

Luiz Gonzaga Belluzzo e **Gabriel Galípolo** no artigo **Metas de inflação e os ardis da razão**, publicado em 7/02.

Luciano Coutinho em **O por que dos juros altos**, de 10/02, aponta que o sistema financeiro teria uma "dependência viciosa" de juros altos, que também precisaria ser vencida para que as taxas caíssem efetivamente.

Em 9/02, no artigo **Monetarismo revisitado, 100 anos depois**, **Maria Clara R. M. do Prado** aponta motivos pelos quais a inflação não disparou em países desenvolvidos que vêm mantendo o juro básico perto de zero.

Claudia Safatle conta, em **Governo cogita reduzir meta de inflação para 2019**, de 10/02, que os economistas do governo não creem na tese de 'juros altos, inflação alta'.

Armínio Fraga no jornal O Globo (10/2), em artigo **'O debate sobre os juros no Brasil**‘, afirma que, no caso brasileiro, as incertezas e as fragilidades das contas públicas não permitem abandonar "um certo conservadorismo na prática da política monetária". Também repudia a ideia de que esse seja um tema vedado ao debate e objeto de "patrulha".

Debate

“A base teórica para a prescrição de política contida nos artigos é um trabalho acadêmico desenvolvido por John Cochrane. São dois os modelos tradicionais criticados por Cochrane: o monetarista e o neokeynesiano. No primeiro caso, a variável de controle é o volume de moeda; no segundo é a taxa básica de juros”.

“John H. Cochrane, a política de "Quantitative Easing" (QE), adotada pelos bancos centrais das economias desenvolvidas para debelar a crise de 2008 e estimular a atividade, estaria introduzindo uma grande novidade no campo das teorias monetárias pela persistência da baixa inflação com juros nominais próximos de zero.”

Inflação não explodiu com o 'QE' devido à drástica queda na velocidade de circulação da moeda, **Maria Clara R. M. do Prado**

“Por que este debate interessa na atual conjuntura brasileira? Todos concordamos que a crise brasileira é, antes de mais nada, **fiscal**. Claramente a situação fiscal brasileira vem se deteriorando desde o final do ano 2011. Até esta última data, a receita tributária vinha crescendo, em termos reais, em torno de 7% ao ano. Desde 2012, a receita está em ritmo decrescente, e com redução real a partir de 2015. **Enquanto isso, a despesa não apresentou a mesma trajetória, ao contrário**, as indexações e vinculações reais determinaram uma trajetória sempre crescente, revelando uma rigidez estrutural. Este quadro gerou uma grave crise de confiança que resultou numa forte queda na taxa de investimento, aumento de desemprego e uma crise financeira de endividamento das empresas e das famílias provocando queda nos investimentos e queda no consumo”. **Yoshiaki Nakano**

Debate

“De 2013 para 2015 a Selic praticamente dobrou, com acréscimo de 7 pontos, prometendo enfiar a inflação na meta, mas entre abril de 2013 e dezembro de 2015 o IPCA subiu 22,35%, depois de um choque de tarifas destinado a alinhar os preços relativos. O argumento de que a política monetária leva tempo para fazer efeito, e o diagnóstico de inflação de demanda, sucumbem ao peso de quase três anos de escalada dos juros e a dois anos de recessão.” **Luiz Gonzaga Belluzzo** e **Gabriel Galípolo**

“No dia 20 de janeiro de 2016 **Joseph Stiglitz**, Prêmio Nobel de Economia, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo comentou a política e conjuntura econômica brasileira: "Vocês têm uma das mais altas taxas de juros no mundo. Se o Brasil reagisse à queda no preço das exportações com medidas contracíclicas, o país talvez pudesse ter evitado a intensidade da atual crise (...). Esse modelo que diz que, se a inflação está alta, você sobe os juros é uma teoria que foi desacreditada. É preciso saber qual é a fonte da inflação. Se for excesso de demanda, aí você sobe os juros, porque tem que moderar a demanda. Mas se for um impulso por custos, você tem que ser cuidadoso. Nesse caso, a forma pela qual a alta de juros reduz a inflação é matando a economia (...) “

Os resistentes da seita das expectativas racionais se contorcem para conciliar a inflação e a indemonstrável hipótese do hiato do produto potencial, no espartilho da curva de Phillips. **Luiz Gonzaga Belluzzo** e **Gabriel Galípolo**

Impacto do juro alto na inflação

Debate

- **André, Cochrane e a teoria fiscal dos preços** (17/02/17) **Francisco Lafaiete de Pádua Lopes**);
- **O economista incendiário** (17/02/2017) entrevista dada ao **Alex Ribeiro** pelo **John H. Cochrane**, da Universidade de Stanford,

"André Lara Resende publicou no Valor alguns artigos instigantes que estão gerando muita perplexidade e controvérsia. Para o grande público foi surpreendente e perturbador ler que "a hipótese neofisheriana, que vê no juro alto a causa da alta inflação no longo prazo (...) tem sólidas credenciais analíticas". Isto até encorajou o colunista Ancelmo Gois a brincar que o BCB vai ter que devolver os juros elevados que foram praticados no Brasil por tanto tempo"

"Parece mais razoável supor que o impacto será no mercado secundário de títulos da dívida pública, o que sugere que está faltando algo na equação básica da teoria. O que está faltando é a relação entre o valor nominal ao qual a dívida foi emitida pelo governo, que estamos indicando por *B*, e seu valor no mercado secundário, que podemos indicar por *zB*, sendo z um fator de desconto. Se escrevemos a teoria fiscal dos preços como $zB/P = VPS$, então parece mais razoável supor que um desequilíbrio entre zB/P e VPS vai ser ajustado não por movimentos no índice de preços, mas por movimentos no fator de desconto para a dívida pública, indicado por *z*. Como esse fator está inversamente relacionado à taxa de juros de longo prazo, a conclusão é de que a teoria fiscal de preços não é uma nova teoria para a inflação, mas apenas uma teoria fiscal da taxa longa de juros."**Francisco Lafaiete de Pádua Lopes**

"Veja, porém, que realmente existe um caso exótico em que a teoria fiscal dos preços pode funcionar! É o caso em que a totalidade da dívida pública consiste de papéis ligados à taxa de juros overnight, como acontece com as LFTs no Brasil (que, aliás, foram inventadas pelo próprio André!). Neste caso, o fator de desconto para a dívida pública será sempre igual a um, por definição, e voltamos à formulação $B/P = VPS$, que viabiliza a teoria. Naturalmente, isso não significa que esteja garantida sua relevância prática no mundo real, fora dos modelos de preços totalmente flexíveis e expectativas racionais. Significa apenas que Uhlig tinha razão ao especular que a teoria fiscal dos preços poderia em tese funcionar em circunstâncias exóticas, como no Brasil das LFTs".

Impacto do juro alto na inflação

Debate

- **André, Cochrane e a teoria fiscal dos preços** (17/02/17)
  Francisco Lafaiete de Pádua Lopes);
- **O economista incendiário** (17/02/2017)
  entrevista dada ao **Alex Ribeiro** pelo **John H. Cochrane**, da Universidade de Stanford;

Valor: *O que o senhor recomendaria para o Brasil baixar a taxa de inflação e nossos juros muito altos?*
Cochrane: Não sei muito sobre o Brasil. Qual é a situação?
Valor: *Os juros básicos estão em 13% ao ano.*
Cochrane: E a inflação?
Valor: *Estava perto de 11%, agora caiu para pouco mesmo que 5,5%.*
Cochrane: Uau!
Valor: *Alguns têm sugerido que, se cortarmos os juros, a inflação vai baixar.*
Cochrane: Obrigado por levantar esse ponto. Eu desaconselharia isso veementemente. Existe um perigo. Certamente, a teoria que estamos trabalhando diz que você pode baixar a inflação no longo prazo com taxas de juros mais baixas, desde que você tenha uma política fiscal sólida como uma rocha. Quando todo mundo acredita que o governo está fazendo um bom trabalho. Entendo que o governo brasileiro não tem uma política fiscal sólida como uma rocha, não é?
Valor: *O governo tomou medidas para limitar os gastos públicos, mas ainda assim a dívida bruta deverá subir a 80% do Produto Interno Bruto (PIB) antes de se estabilizar e cair.*
Cochrane: Então eu diria que uma boa parte dos juros é um prêmio de risco, no sentido de que as pessoas estão preocupadas de que a inflação poderá subir rapidamente, de que poderá haver uma forte e repentina desvalorização da moeda ou estão preocupadas com algum tipo de aumento de impostos. Estão preocupadas. A visão neofisheriana é a descrição apenas de uma economia muito tranquila, onde tudo está funcionando muito bem. De fato, a causa desses problemas não necessariamente está no Banco Central.
Valor: *Onde estaria?*
Cochrane: Alguns dos melhores exemplos de vitória contra a inflação, num reconhecido estudo do economista Thomas Sargent, ocorrem quando você resolve o problema fiscal. Então a inflação cai, e a taxa de juros cai também. A inflação baixa consistentemente, mas apenas porque você resolveu o problema fiscal. Por isso acho que, se o Banco Central baixar os juros sozinho sem resolver o problema fiscal, com todo esse medo que as pessoas tem da inflação, desvalorizações cambiais e aumento de impostos, provavelmente não iria funcionar.

Controvérsias recentes sobre a Teoria e a Prática da Política Monetária no Brasil

José Luis Oreiro
Rogério Sobreira

A manutenção da taxa de juros de curto-prazo – a Selic – em patamares elevados, tanto em termos nominais como em termos reais, desde o início do Plano Real tem suscitado entre os economistas brasileiros um debate intermitente a respeito das causas dessa anomalia tipicamente brasileira. Há um consenso entre os macroeconomistas de que a política monetária no Brasil é ineficaz, ou seja, demanda uma dosagem extremamente elevada de juros para conseguir manter a taxa de inflação *razoavelmente* dentro das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Contudo, o consenso desaparece quando se discute as causas dessa ineficiência. Enquanto um grupo de macroeconomistas credita essa ineficiência à credibilidade imperfeita do regime de metas de inflação no Brasil – derivada da ausência de autonomia formal da autoridade monetária – outros explicam essa ineficiência por conta da permanência de instituições e práticas do período de inflação alta, notadamente a indexação de contratos com base na inflação passada e a existência de títulos públicos pós-fixados ou selicados (Oreiro et al, 2012).

Recentemente ocorreu um recrudescimento desse debate em função da publicação do artigo "Juros e Conservadorismo Intelectual" (2017a) por André Lara-Resende no Valor Econômico. Segundo Lara-Resende, os desenvolvimentos recentes da Teoria Macroeconômica - notadamente a partir das controvérsias a respeito da melhor forma dos bancos centrais lidarem com o problema da "armadilha da liquidez" - teriam levado a ortodoxia nos Estados Unidos a rever a relação de causalidade entre juros e inflação.

Controvérsias recentes sobre a Teoria e a Prática da Política Monetária no Brasil

José Luis Oreiro e Rogério Sobreira

O argumento de Lara-Resende é que tal procedimento, num contexto em que os agentes formam suas expectativas com base na hipótese de expectativas racionais, levaria os mesmos a antecipar uma redução exatamente proporcional da taxa de inflação. Isso porque, com base na equação de Fisher, a taxa nominal de juros é igual à taxa real de juros mais a expectativa de inflação [ver equação (1)]. Supondo que a taxa real de juros é determinada na esfera real da economia, sendo independente da política monetária, uma redução da taxa nominal de juros deverá levar a uma redução exatamente proporcional das expectativas de inflação. Como no mundo das expectativas racionais os agentes não podem cometer erros sistemáticos de previsão, segue-se que a redução da taxa nominal de juros por parte da autoridade monetária levará a uma redução da taxa de inflação de equilíbrio. Dessa forma, "inverte-se assim a clássica relação entre juros e inflação" (Lara-Resende, 2017b, p.12), ou seja, uma taxa de juros nominal mais baixa (mais alta) levaria a uma inflação mais baixa (mais alta) no longo-prazo.

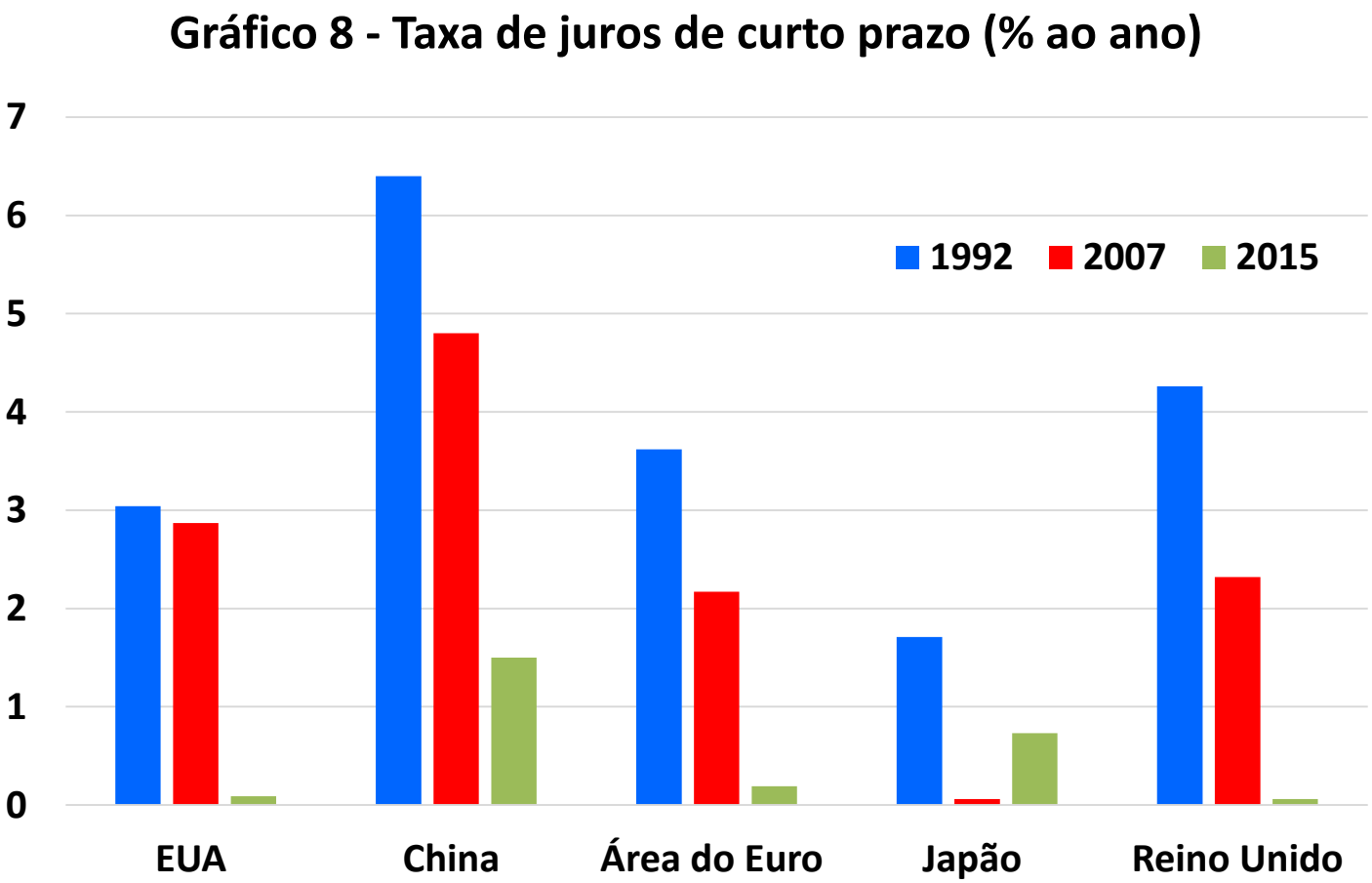
Quais as implicações dessa discussão para o caso Brasileiro? ... no Brasil a inflação é pouco sensível às variações da taxa de juros. Dessa forma, a autoridade monetária é obrigada a manter a taxa de juros nominal num patamar elevado por um período de tempo bastante prolongado, na esperança de, com isso, conseguir fazer com que a inflação convirja para os patamares definidos pelo regime de metas de inflação. O problema ressaltado por Lara-Resende (2017b, p.13) é que, em tais condições, as expectativas de inflação irão terminar por acompanhar a taxa de juros fixada pelo Banco Central, tornando inócua a tentativa da autoridade monetária de reduzir a taxa de inflação por intermédio de elevações da taxa nominal de juros. Como "os efeitos secundários negativos [da elevação da taxa de juros] são graves, debilitam e impedem a recuperação do paciente que agora se encontra na UTI"; segue-se que o bom senso indica a necessidade "de reduzir rapidamente a dosagem", ou seja, o patamar da taxa nominal de juros.

Controvérsias recentes sobre a Teoria e a Prática da Política Monetária no Brasil

José Luis Oreiro e Rogério Sobreira

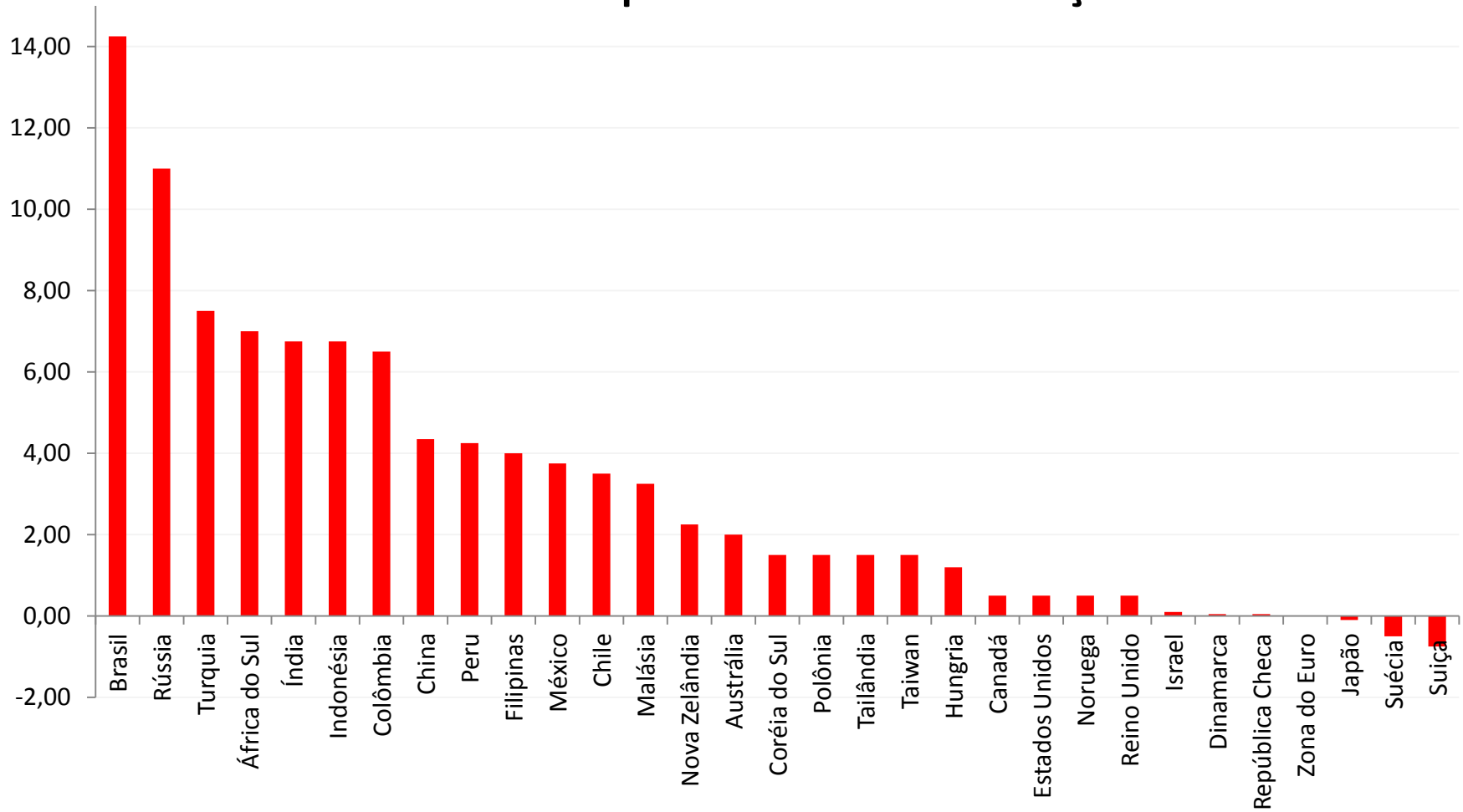
Essa conclusão foi criticada por Lisboa e Pessoa (2017) e Loyo (2017) numa sequência de artigos publicados no Valor Econômico. Para Lisboa e Pessoa o argumento de Lara-Resende depende criticamente da hipótese de que os agentes econômicos supõem que “os juros reais permanecerão estáveis, apesar dos maiores juros nominais e que essa crença seja compartilhada por todos” (p.11). Ora, supor que variações na taxa nominal de juros não tem efeito sobre a taxa real de juros é o mesmo que dizer que a política monetária é neutra mesmo no curto-prazo, o que contraria a vasta evidência empírica disponível sobre o tema (Walsh, 2010, cap.1). Além disso, segundo os autores, “nada indica que [essa] conjectura seja válida para a economia brasileira”, pois “a nossa maior taxa de inflação convive com uma elevada taxa real de juros, o que vai de encontro à motivação do debate sobre política monetária nos países desenvolvidos, onde as dificuldades decorrem de juros reais perto de zero” (Lisboa e Pessoa, 2017, p.11).

Para Loyo (2017) a conclusão neo-fisheriana de que o juro nominal alto causa inflação alta decorre do erro de se considerar a taxa nominal de juros como uma variável exógena, determinada de forma discricionária pelo Banco Central. Embora a autoridade monetária seja capaz, em regimes de moeda fiduciária, determinar o valor da taxa nominal de juros de curto-prazo a cada momento do tempo; ela não o faz de forma totalmente exógena, mas procura ajustar o valor da taxa nominal de juros de forma a fazer com que a taxa de inflação convirja para uma meta numérica no médio-prazo, a qual pode ser implícita (como no caso do Federal Reserve) ou explícita (como no caso dos países que adotam o regime de metas de inflação). Em outras palavras, bancos centrais fixam a taxa de juros nominal com base em alguma regra de taxa de juros, a qual garante que, sob certas condições, um aperto monetário será seguido por juros nominais menores e inflação mais baixa no médio-prazo.

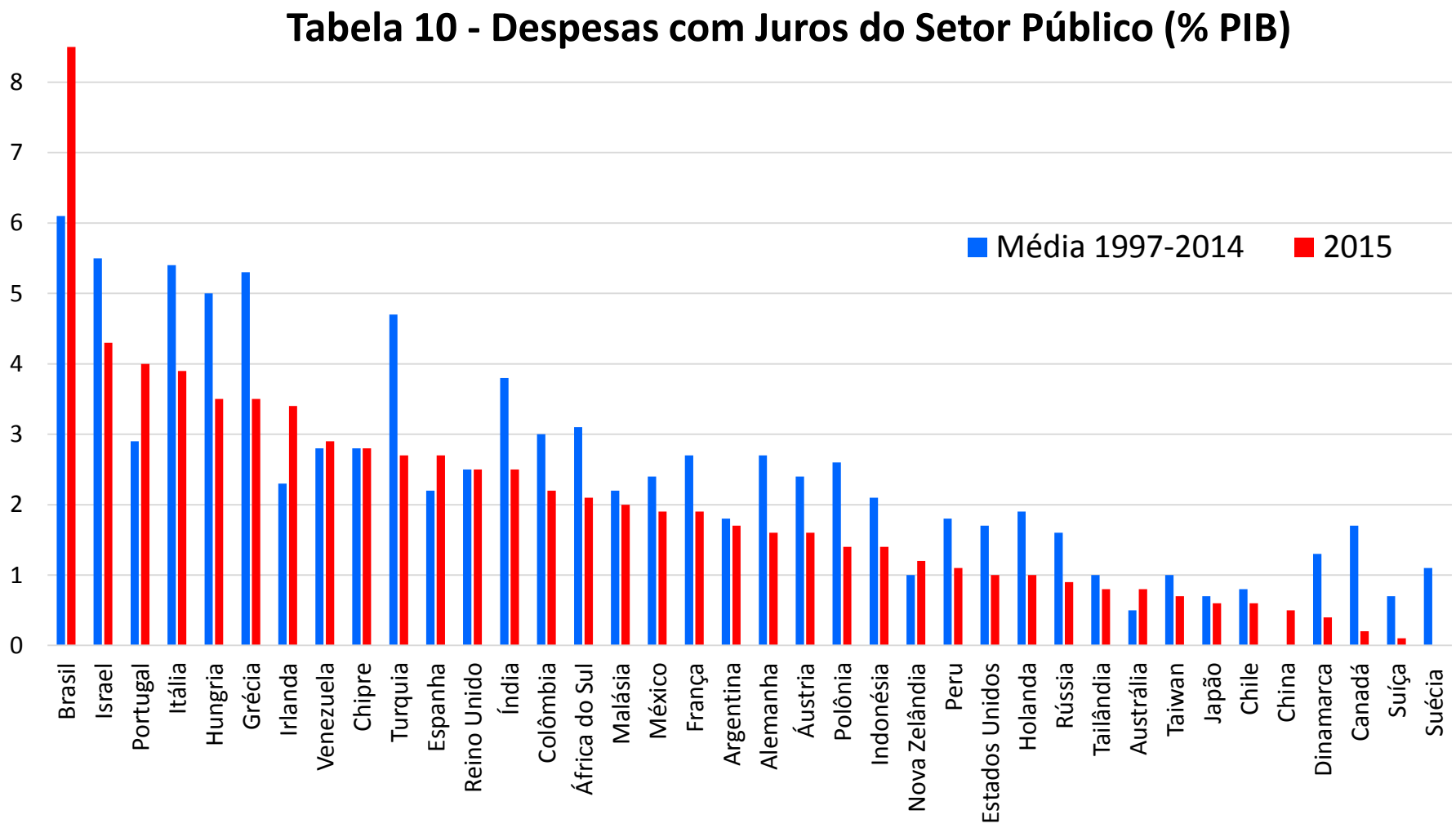


Fonte: BIS e Bancos Centrais. Elaborado pelo autor.

Gráfico 9 - Juros de política monetária - março de 2016



Fonte: Itaú, Monitor de Política Monetária Global - Março de 2016. Elaborado pelo autor.



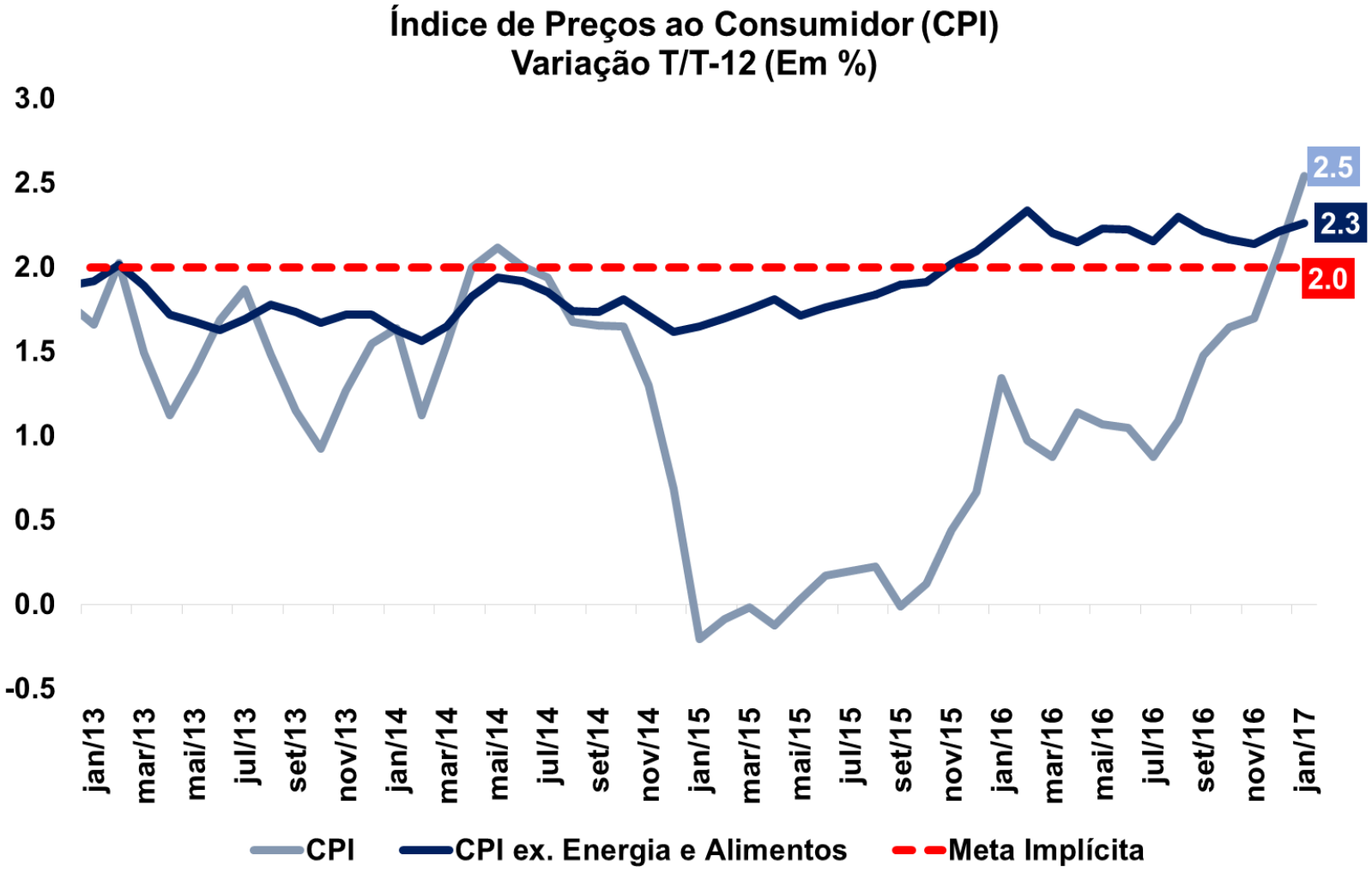
Fonte: Bradesco, EIU/The Economist e Bancos Centrais. Elaborado pelo autor.

EUA

Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 15 de dezembro de 2016

EUA

EUA: Inflação americana encerra 2016 em 2,1% e jan/17 está 2,3

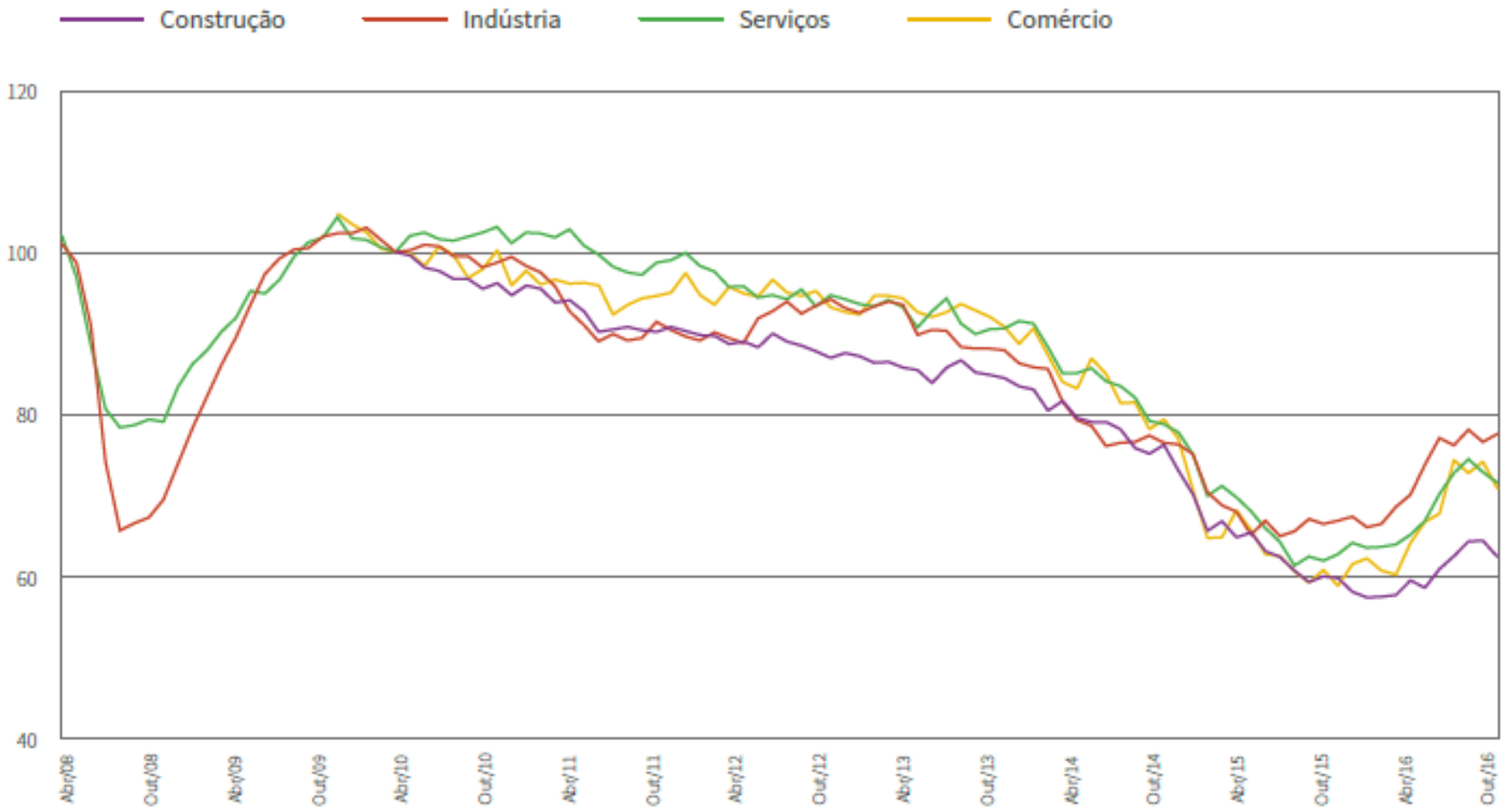


Fonte: Fiesp Macro Visão. Informativo eletrônico – 17 de fevereiro de 2017

Indicadores de Confiança

A RECUPERAÇÃO DA CONFIANÇA DO EMPRESARIADO E DO CONSUMIDOR MOSTRAM ACOMODAÇÃO

ÍNDICES DE CONFIANÇA DOS EMPRESÁRIOS (BASE: JUL/10 = 100)



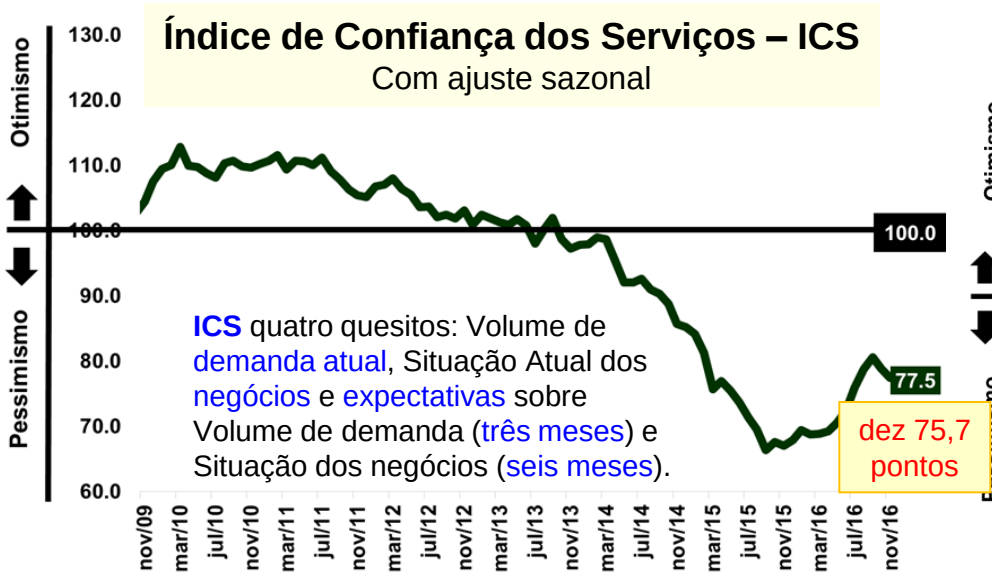
Fonte: FGV. Elaboração: Depecon-Fiesp.

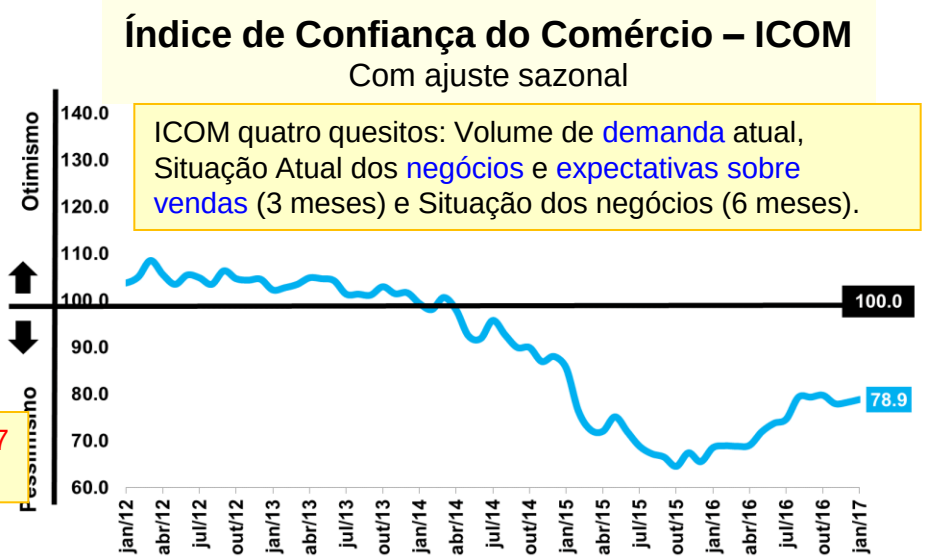
Fonte: Fiesp, Informativo eletrônico – janeiro de 2017

A Reversão do Pessimismo continua

ICC – Índice de Confiança do Consumidor (FGV - Inicio em 2002**)**
ICOM – Índice de Confiança do Comércio (FGV)
ICS – Índice de Confiança dos Serviços (FGV - teve início em junho de 2008)
ICI – Índice de Confiança da Indústria (FGV)
ICST – Índice de Confiança da Construção (FGV - teve início em julho de 2010)
ICEI – Índice de Confiança do Empresário Industrial (FIESP/CNI)
Sondagem do Bem-Estar (em fase de implantação)

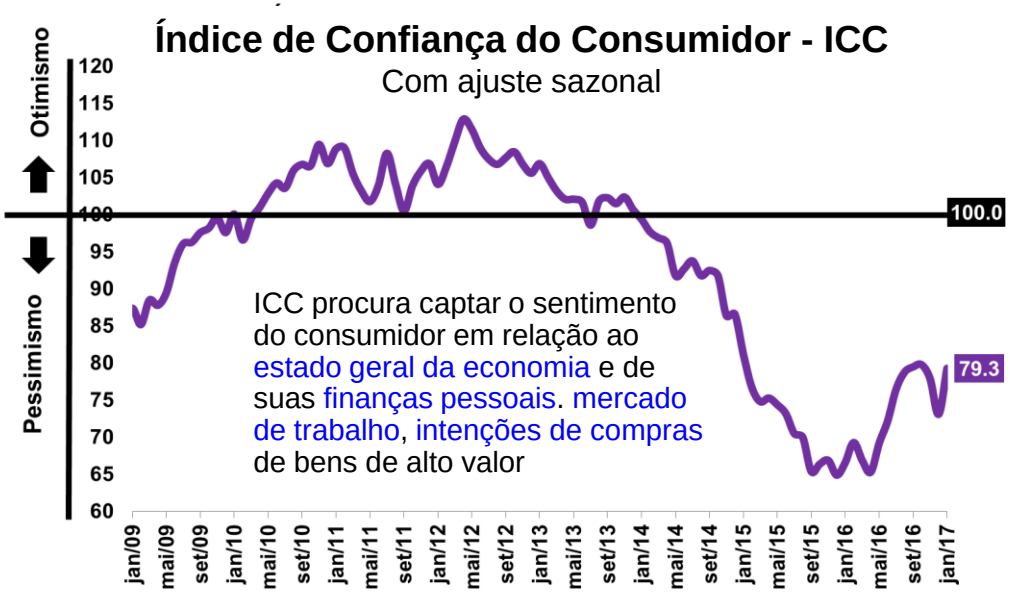
FGV: Confiança do Comércio (subiu) e Serviços (caiu) continuam baixos em janeiro

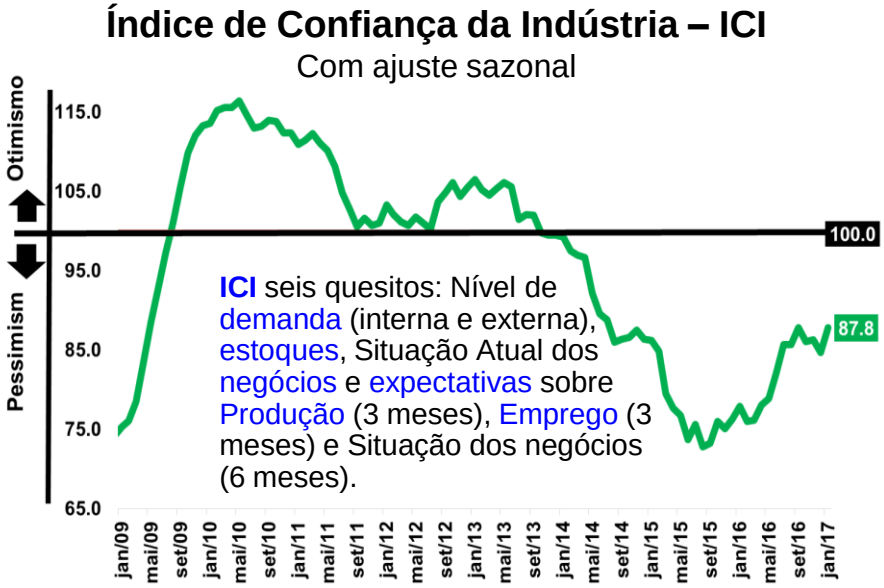


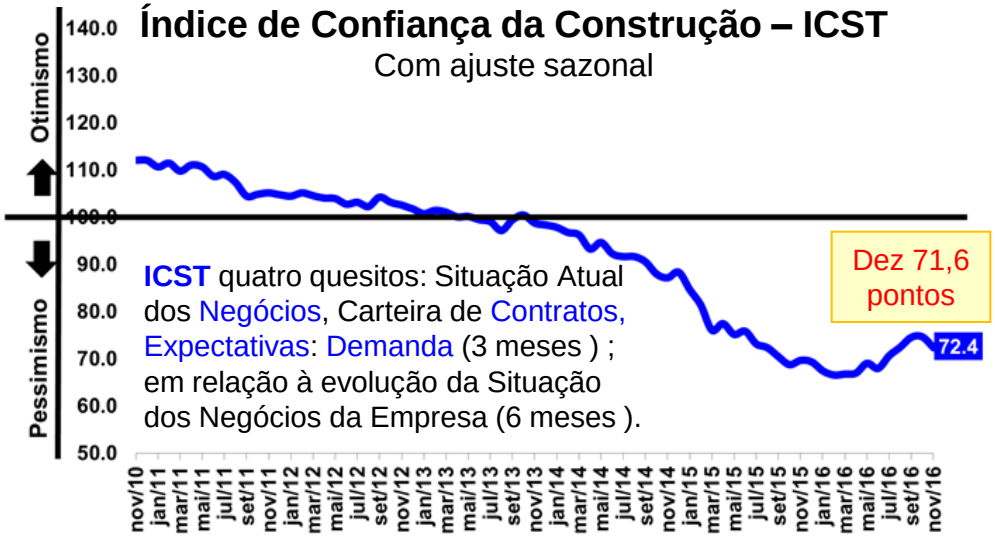


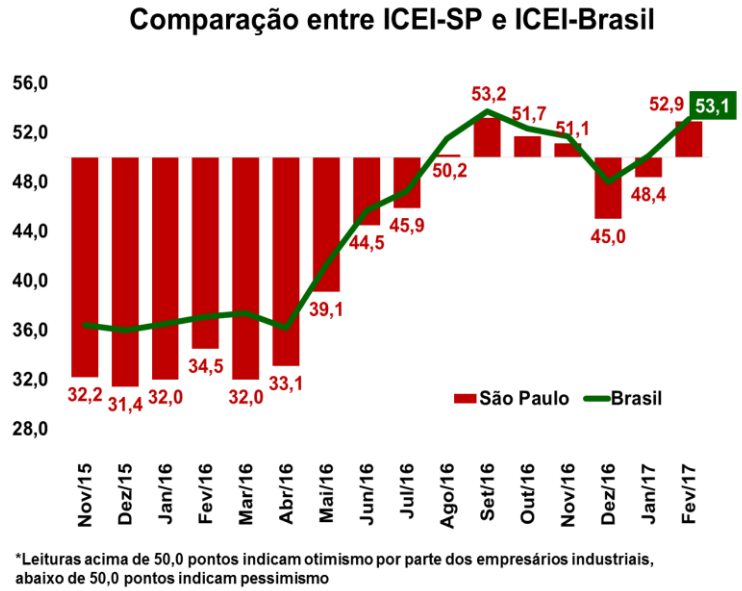
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 26 e 27 de janeiro de 2017

Índice de Confiança – Janeiro 2017









Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico –janeiro/fev de 2017.

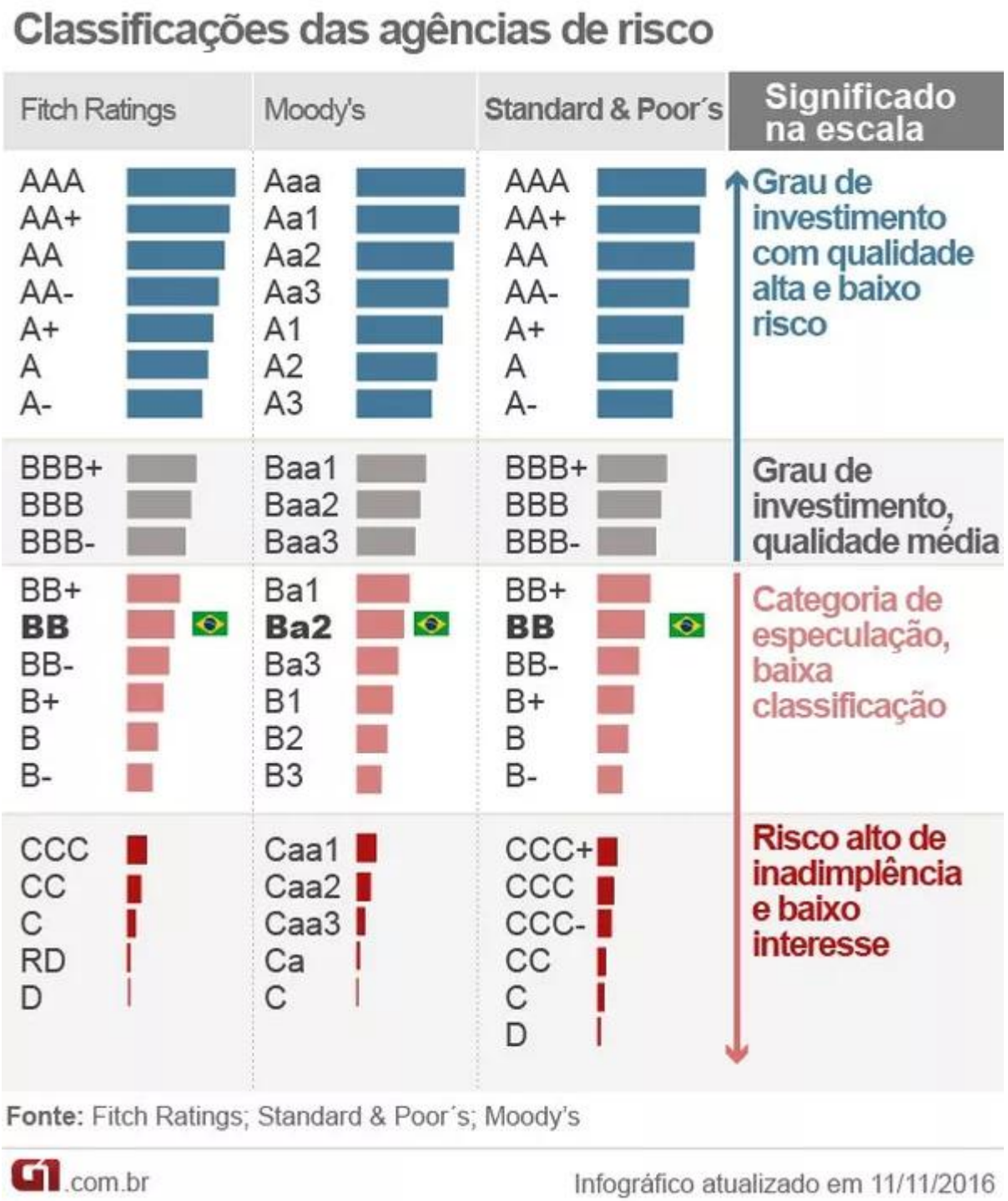
Grau de investimento

10/02/17

S&P mantém Brasil abaixo do grau de investimento e reafirma perspectiva negativa

Agência cita incertezas políticas e fraqueza da economia para a manutenção do rating.

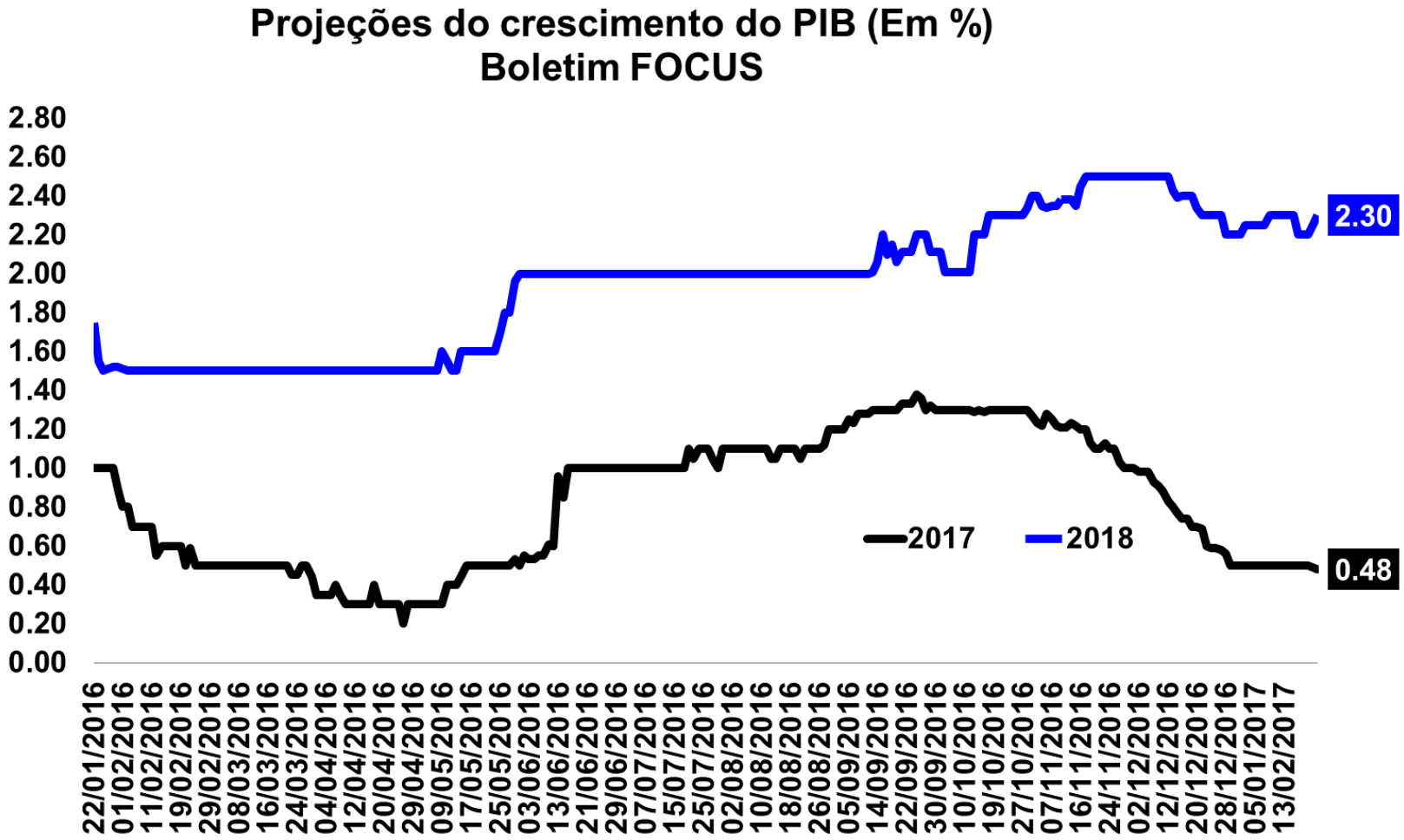
Já a nota da Petrobras foi elevada de "B+" para "BB-"



Projeções

FOCUS

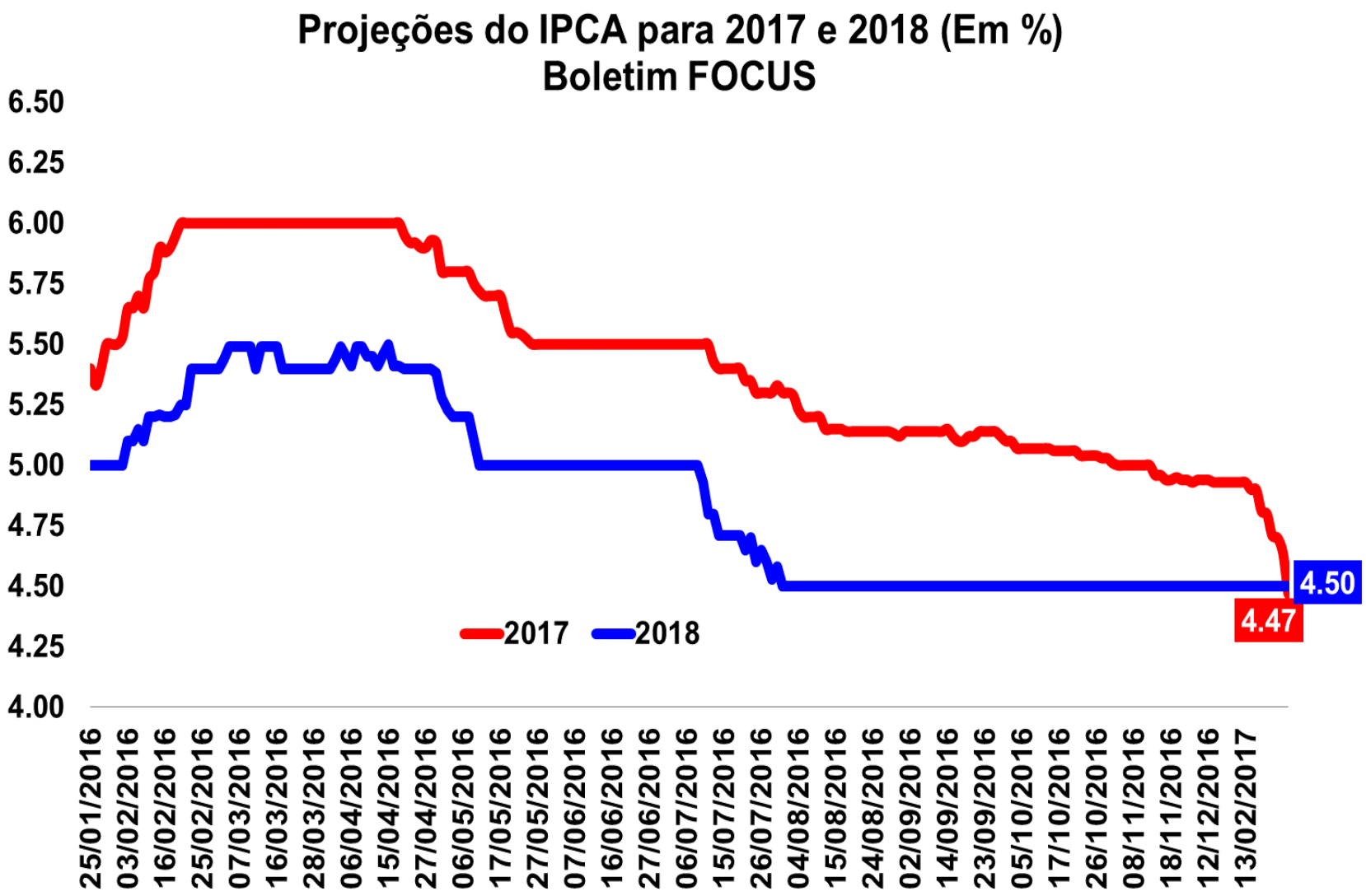
As projeções para o PIB de 2017 e 2018.
Focus mantem expectativas para o PIB 2017



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 23 de fevereiro de 2017

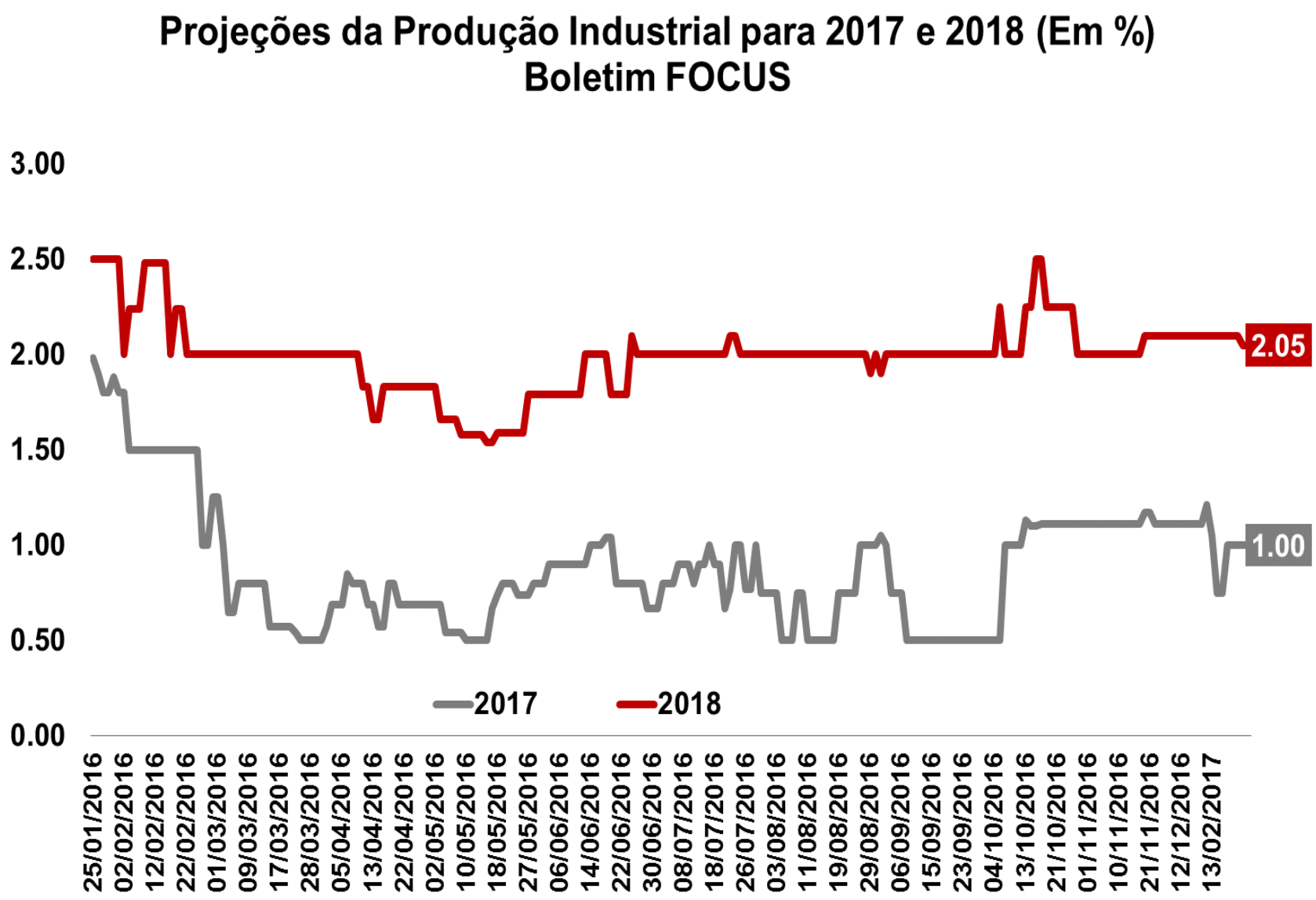
FOCUS

Projeções para a INFLAÇÃO de 2017 e 2018. **Focus reduz projeções do IPCA/17**



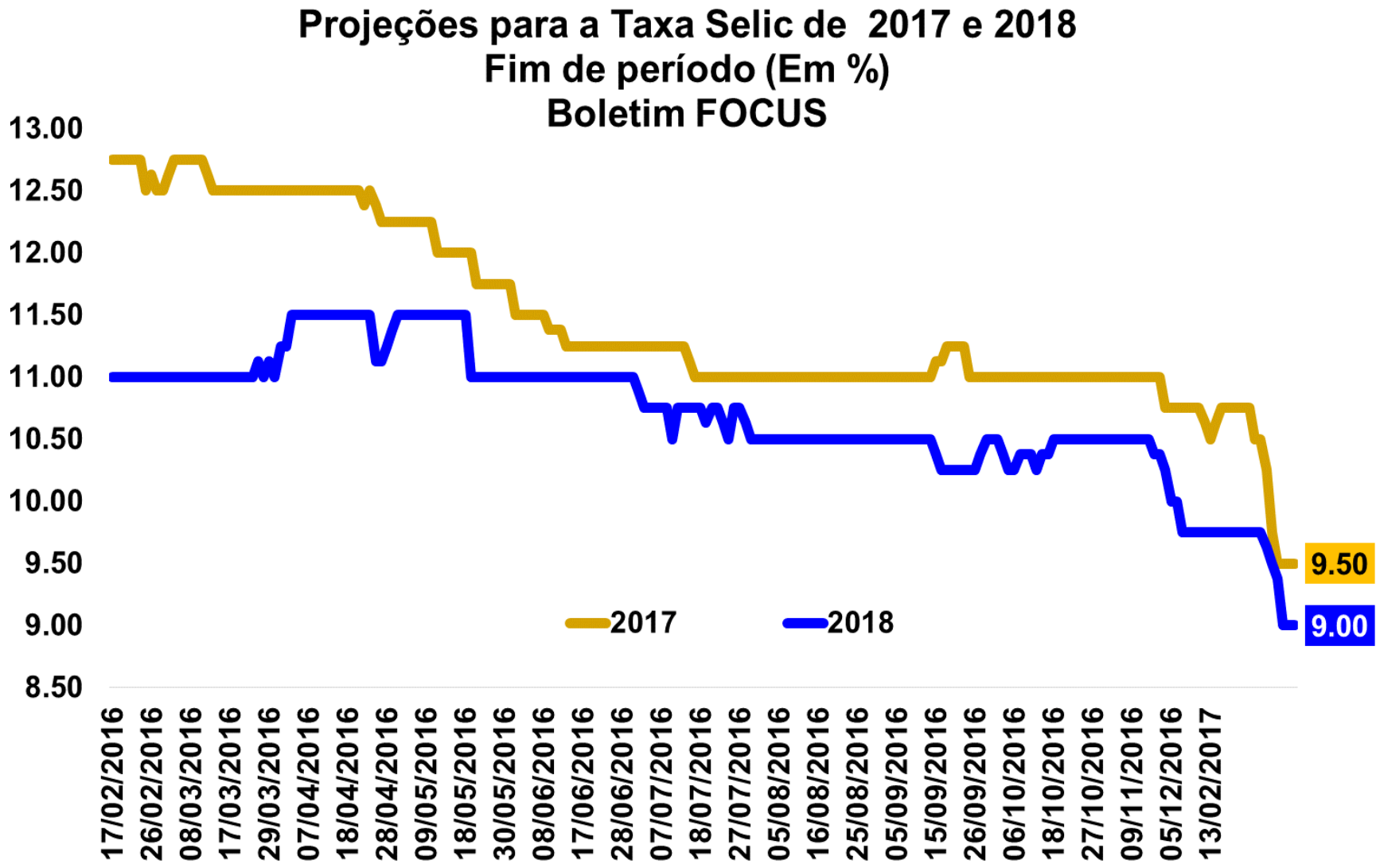
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico - 13 de fevereiro de 2017

FOCUS



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico -13 de fevereiro de 2017

FOCUS



Fonte: BCB Focus de 13 de fevereiro de 2017

FOCUS

Projeções continuam ruins

PROJEÇÕES DO MERCADO

2017					
Mediana - Agregado	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento Semanal	
IPCA (%)	4,80	4,64	**4,47**	▼	(6)
IGP-DI (%)	5,22	5,10	**4,83**	▼	(4)
IGP-M (%)	5,35	5,20	**5,00**	▼	(3)
IPC-Fipe (%)	5,12	4,77	**4,84**	▲	(1)
Taxa de câmbio - fim de período (R$/US$)	3,40	3,40	**3,36**	▼	(1)
Taxa de câmbio - média do período (R$/US$)	3,36	3,28	**3,26**	▼	(7)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	9.75	9.50	**9.50**	=	(3)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	11,08	10.86	**10.81**	▼	(6)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	50,82	51,05	**51,45**	▲	(3)
PIB (% do crescimento)	0,50	0.49	**0.48**	▼	(2)
Produção Industrial (% do crescimento)	1,00	1.00	**1.00**	=	(5)
Conta Corrente (US$ Bilhões)	-26,25	-26,50	**-26,50**	=	(2)
Balança Comercial (US$ Bilhões)	46,00	46,50	**47,23**	▲	(2)
Invest. Direto no País (US$ Bilhões)	70,00	70,00	**70,00**	=	(13)
Preços Administrados (%)	5,50	5,55	**5,55**	=	(2)

Fonte: BCB, Focus de 13 de fevereiro de 2017

Fiesp

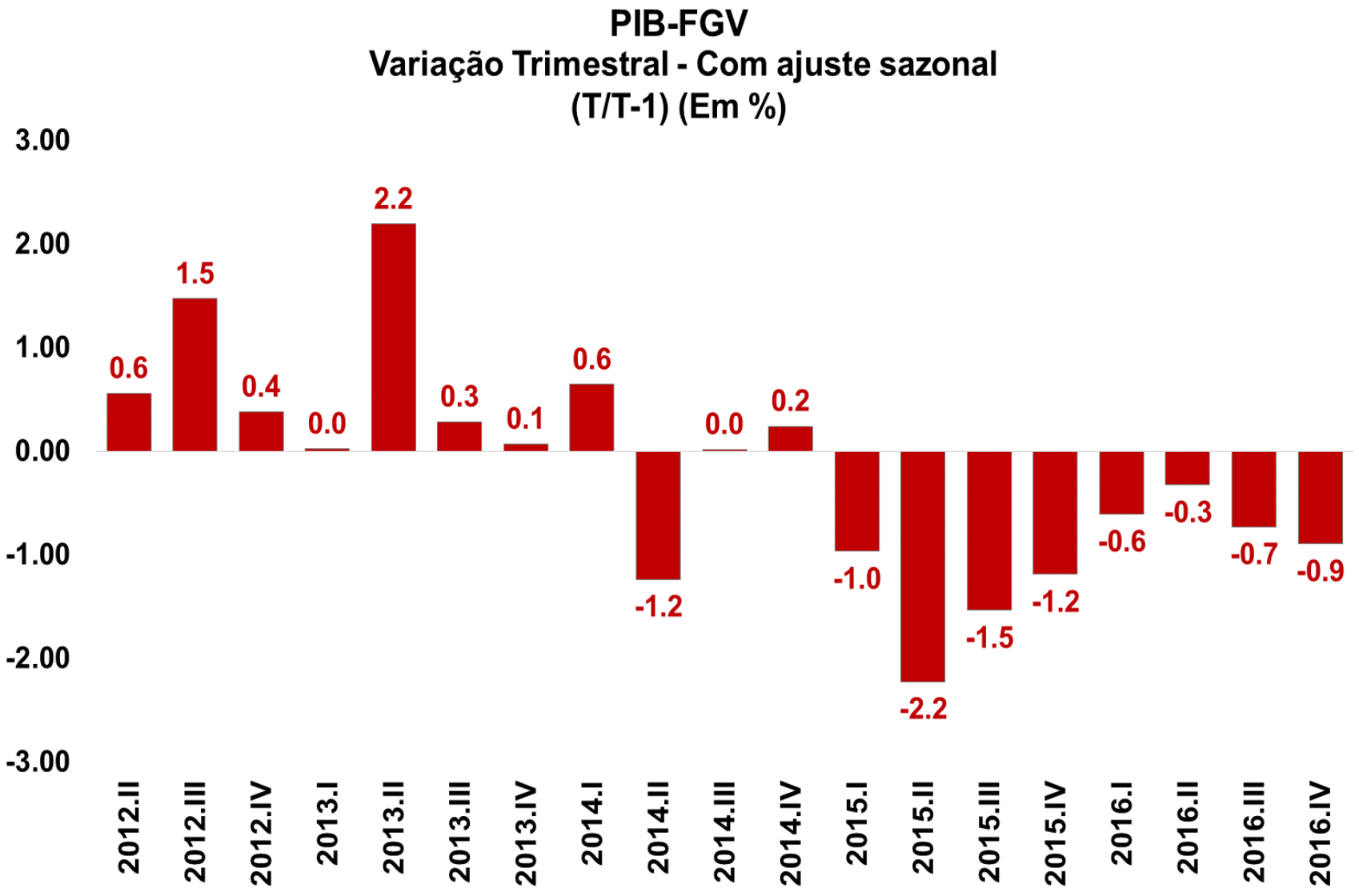
Projeções da FIESP

	INDICADORES	Efetivo							Projeções	
		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Crescimento do PIB (%)	**-0.1**	**7.5**	**4.0**	**1.9**	**3.0**	**0.5**	**-3.8**	**-3.5**	**0.8**
Ótica da Oferta	**PIB Indústria (%)**	**-4.7**	**10.2**	**4.1**	**-0.7**	**2.2**	**-1.5**	**-6.3**	**-4.1**	**1.0**
	Extrativa Mineral (%)	*-2.1*	*14.9*	*3.5*	*-1.9*	*-3.2*	*9.1*	*4.8*	**-4.8**	**2.4**
	Transformação (%)	*-9.3*	*9.2*	*2.2*	*-2.4*	*3.0*	*-4.7*	*-10.4*	**-5.8**	**1.9**
	Construção Civil (%)	*7.0*	*13.1*	*8.2*	*3.2*	*4.5*	*-2.1*	*-6.5*	**-5.1**	**-1.9**
	Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) (%)	*0.7*	*6.3*	*5.6*	*0.7*	*1.6*	*-1.9*	*-1.5*	**5.8**	**2.7**
	PIB Agropecuária (%)	**-3.7**	**6.7**	**5.6**	**-3.1**	**8.4**	**2.8**	**3.6**	**-2.3**	**1.4**
	PIB Serviços (%)	**2.1**	**5.8**	**3.5**	**2.9**	**2.8**	**1.0**	**-2.7**	**-3.2**	**0.5**
Ótica da Demanda	**Consumo das Famílias (%)**	**4.5**	**6.2**	**4.8**	**3.5**	**3.5**	**2.3**	**-3.9**	**-4.9**	**-0.9**
	Consumo do Governo (%)	**2.9**	**3.9**	**2.2**	**2.3**	**1.5**	**0.8**	**-1.1**	**-1.8**	**0.1**
	Formação Bruta de Capital Fixo (%)	***-2.1***	***17.9***	***6.8***	***0.8***	***5.8***	***-4.2***	***-13.9***	**-9.1**	**2.0**
	Exportações de Bens e Serviços (%)	**-9.2**	**11.7**	**4.8**	**0.3**	**2.4**	**-1.1**	**6.3**	**5.1**	**3.0**
	Importações de Bens e Serviços (%)	**-7.6**	**33.6**	**9.4**	**0.7**	**7.2**	**-1.9**	**-14.1**	**-11.1**	**-1.3**
Setor Externo	**Exportações (US$ bilhões)**	**153.0**	**201.9**	**256.0**	**242.6**	**242.2**	**225.1**	**191.1**	**185.2**	**189.2**
	Importações (US$ bilhões)	**127.6**	**181.6**	**226.2**	**223.1**	**239.6**	**229.0**	**171.5**	**137.6**	**142.5**
	Saldo da Balança Comercial (US$ bilhões)	**25.4**	**20.3**	**29.8**	**19.5**	**2.6**	**-3.9**	**19.6**	**47.7**	**46.7**
	PIM - IBGE/Produção Física Brasil (%)	**-7.1**	**10.2**	**0.4**	**-2.3**	**2.1**	**-3.0**	**-8.2**	**-6.6**	**2.1**
	INA - FIESP (%)	***-9.3***	***10.4***	***0.7***	***-4.1***	***1.8***	***-6.0***	***-6.2***	***-8.9***	**1.2**
	Emprego Industrial São Paulo - FIESP (%)	***-4.6***	***4.8***	***-0.1***	***-2.0***	***-1.4***	***-4.9***	***-9.3***	***-6.6***	**0.4**

Fonte: IBGE, Fiesp, e Secex/MDIC

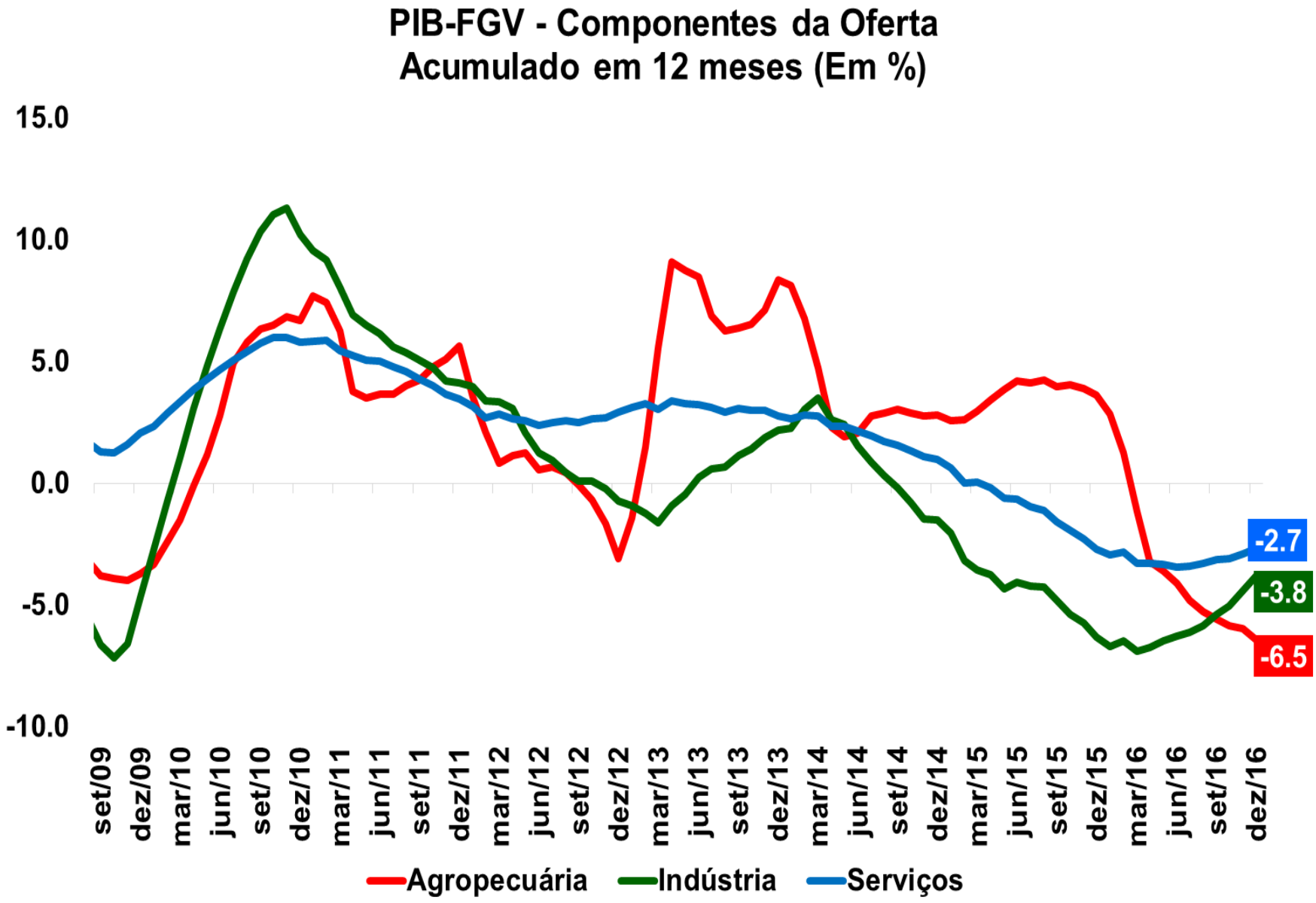
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 17 de fevereiro de 2017

FGV



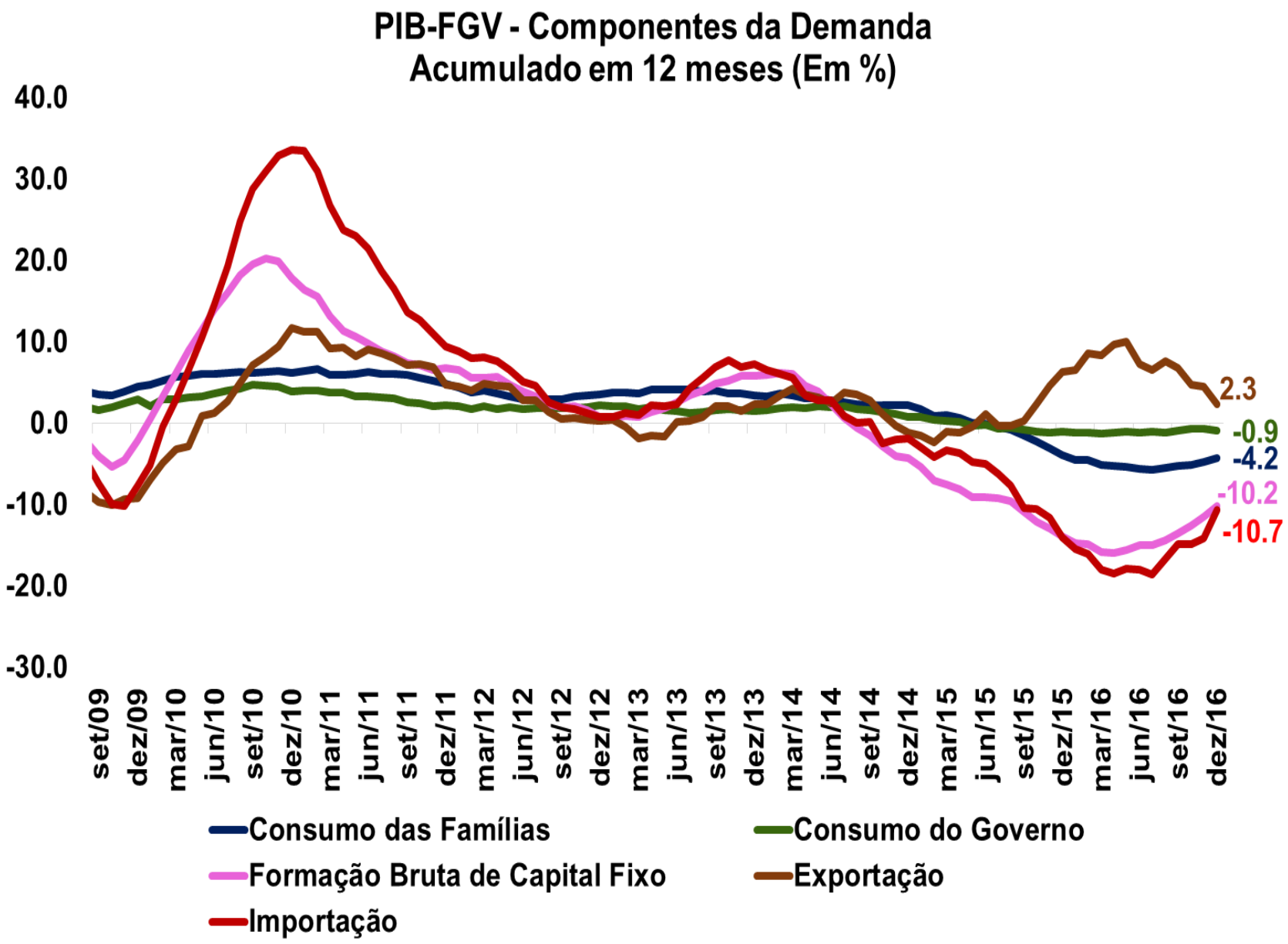
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2017

FGV



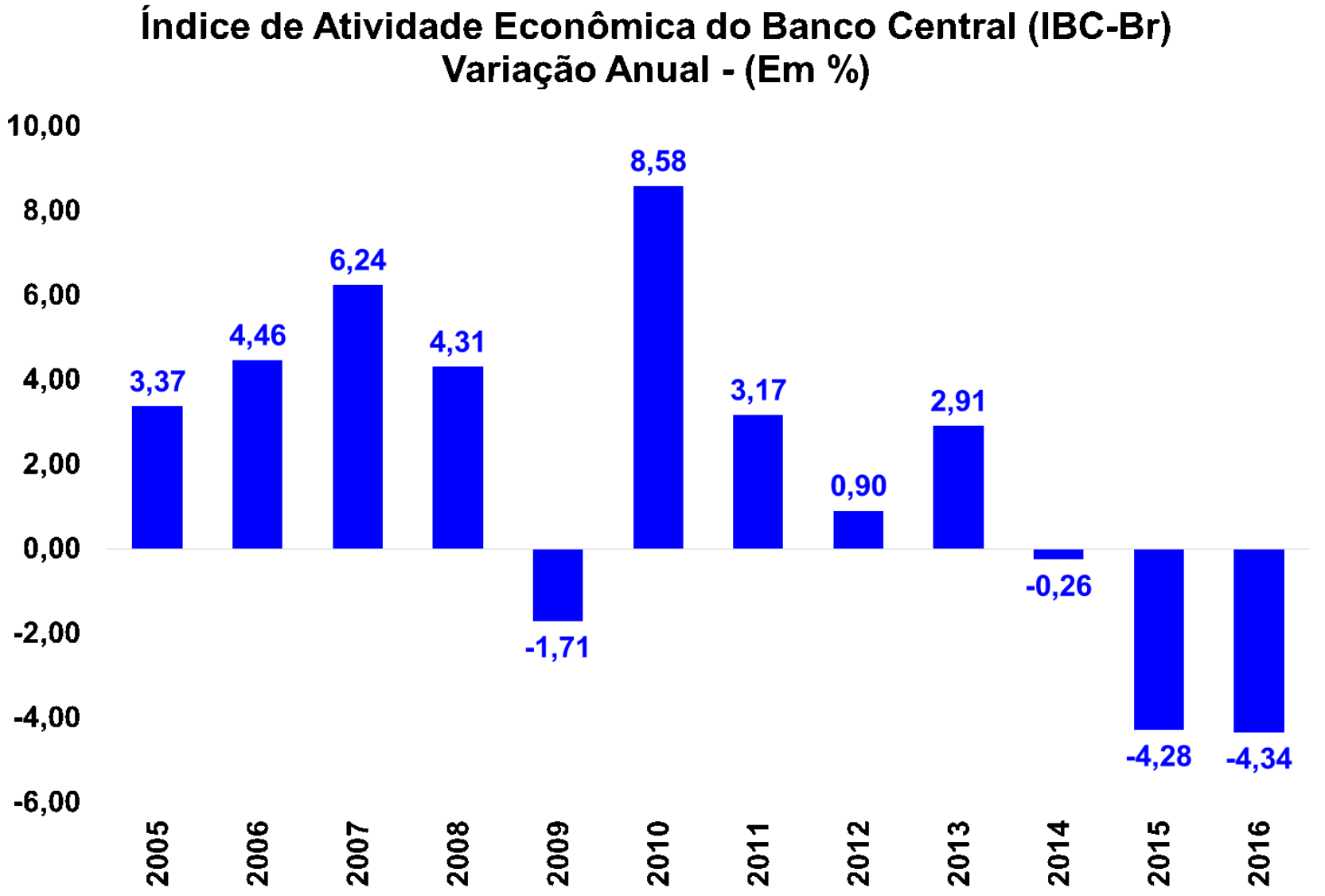
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2017

FGV



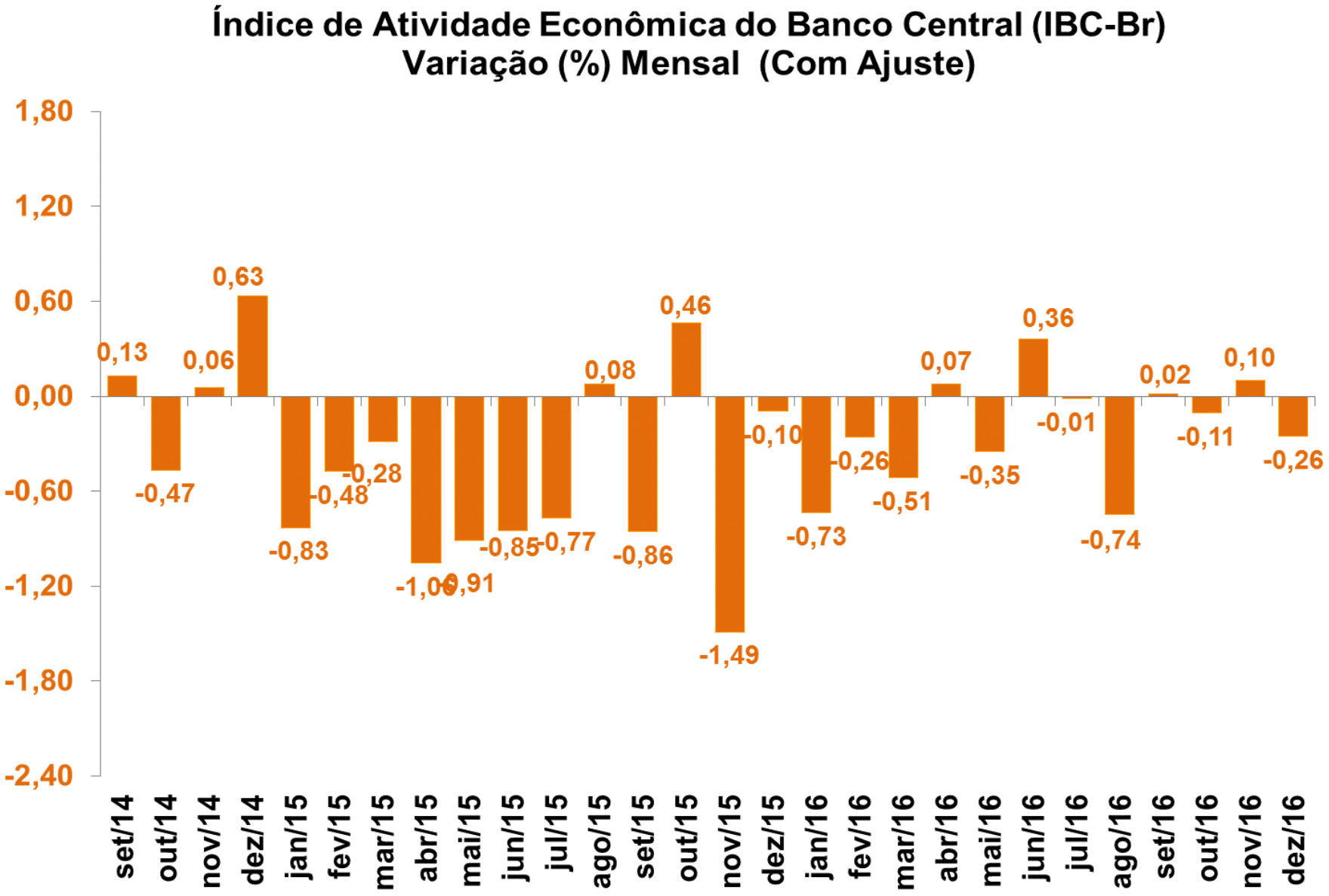
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2017

BCB



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2017

BCB



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2017

Quadro de Projeções Macroeconômicas (16/12) - BRADESCO

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017*
ATIVIDADE											
PIB (%)	6,1	5,1	-0,1	7,5	3,9	1,9	3,0	0,5	-3,8	-3,6	0,3
Agropecuária (%)	3,2	5,5	-3,8	6,8	5,6	-3,1	8,4	2,8	3,6	-6,0	6,0
Indústria (%)	6,0	3,9	-4,8	10,4	4,1	-0,7	2,2	-1,5	-6,3	-3,8	0,5
Serviços (%)	5,8	4,8	1,9	5,8	3,4	2,9	2,8	1,0	-2,7	-2,7	0,0
Consumo Privado (%)	6,3	6,4	4,2	6,4	4,8	3,5	3,6	2,3	-3,9	-4,3	0,0
Consumo da Adm. Pública (%)	4,1	2,1	2,9	3,9	2,2	2,3	1,5	0,8	-1,1	-0,3	0,5
Investimento (FBKF) (%)	12,0	12,7	-1,9	17,8	6,6	-2,6	5,9	-4,2	-13,9	-10,5	2,5
Exportações Bens e Serviços Não Fatores (%)	6,2	0,4	-9,2	11,7	4,8	0,3	2,4	-1,1	6,3	1,8	2,0
Importações Bens e Serviços Não Fatores (%)	19,6	17,0	-7,6	33,6	9,4	0,7	7,2	-1,9	-14,1	-11,5	4,0
PIB (R$) - bilhões (Preços Correntes)	2.720	3.110	3.333	3.886	4.374	4.806	5.316	5.779	6.000	6.217	6.591
PIB (US$) - bilhões	1.397	1.695	1.669	2.208	2.611	2.459	2.464	2.455	1.801	1.781	1.936
População - milhões	189,5	191,5	193,5	195,5	197,4	199,2	201,0	202,8	204,5	206,1	207,7
PIB per capita - US$	7.281	8.717	8.469	11.084	13.229	12.344	12.255	12.108	8.808	8.644	9.323
Produção Industrial - IBGE (%)	5,9	3,1	-7,1	10,2	0,4	-2,3	2,0	-3,3	-8,3	-6,6	1,0
Taxa Média de Desemprego - IBGE (1)	8,9	8,1	8,6	8,3	7,6	7,3	7,2	6,7	8,4	11,2	12,9
Vendas no Comércio Varejista - Restrita (%)	**9,7**	**9,1**	**5,9**	**10,9**	**6,7**	**8,4**	**4,3**	**2,2**	**-4,2**	-6,5	0,0

PRISMA Fiscal

PRISMA Fiscal - Mês de Referência: Dezembro/2016

Em R$ milhões

PREVISÕES MENSAIS

Variável		Jan/2017			Fev/2017			Mar/2017		
		Hoje	Mês Anterior	Var	Hoje	Mês Anterior	Var	Hoje	Mês Anterior	Var
Arrecadação das Receitas Federais	Mediana	134.811,00	134.811,00	=	93.376,84	93.245,40	▲	101.653,78	102.310,05	▼
	Média	133.775,96	135.378,05	▼	93.594,44	93.789,36	▼	103.104,40	104.528,16	▼
	Desvio-Padrão	7.232,11	10.299,06	▼	4.426,64	4.611,80	▼	8.336,04	10.799,84	▼
	Mínimo	108.856,00	108.856,00	=	83.484,09	81.974,00	▲	89.748,00	76.253,00	▲
	Máximo	153.222,90	162.640,00	▼	111.687,00	111.687,00	=	133.635,89	136.500,00	▼
Receita Líquida do Governo Central	Mediana	118.163,67	118.359,38	▼	72.268,07	72.807,79	▼	89.013,00	89.020,00	▼
	Média	117.205,33	118.558,34	▼	72.392,25	72.353,39	▲	88.725,79	90.156,94	▼
	Desvio-Padrão	7.695,96	9.415,03	▼	4.331,11	4.533,24	▼	5.552,14	7.799,64	▼
	Mínimo	97.944,00	100.414,00	▼	65.498,34	57.715,13	▲	75.745,00	69.617,42	▲
	Máximo	134.775,00	142.580,00	▼	82.398,00	82.398,00	=	105.493,00	115.331,00	▼
Despesa Total do Governo Central	Mediana	114.900,00	114.905,50	▼	97.861,72	98.243,00	▼	99.170,00	99.200,00	▼
	Média	114.395,53	114.063,57	▲	96.848,19	96.229,78	▲	99.032,96	98.825,09	▲
	Desvio-Padrão	5.077,45	6.176,35	▼	4.420,84	4.355,46	▲	2.439,07	2.739,33	▼
	Mínimo	99.400,00	95.516,70	▲	85.913,00	85.913,00	=	91.851,70	90.153,00	▲
	Máximo	128.263,00	128.263,00	=	104.628,55	102.840,60	▲	105.668,59	103.708,00	▲
Resultado Primário do Governo Central	Mediana	3.588,60	2.811,15	▲	-24.183,55	-23.706,10	▼	-9.865,50	-9.960,00	▲
	Média	3.028,57	3.242,73	▼	-23.523,60	-22.927,70	▼	-10.068,05	-7.754,56	▼
	Desvio-Padrão	6.680,97	11.457,40	▼	5.926,78	6.517,36	▼	5.344,11	9.284,09	▼
	Mínimo	-11.377,02	-24.000,00	▲	-34.187,80	-37.424,00	▲	-20.840,00	-26.041,87	▲
	Máximo	21.315,00	42.174,00	▼	-10.410,00	-10.000,00	▼	6.353,00	25.600,00	▼

Fonte: SPE/MF – janeiro de 2017

PRISMA Fiscal

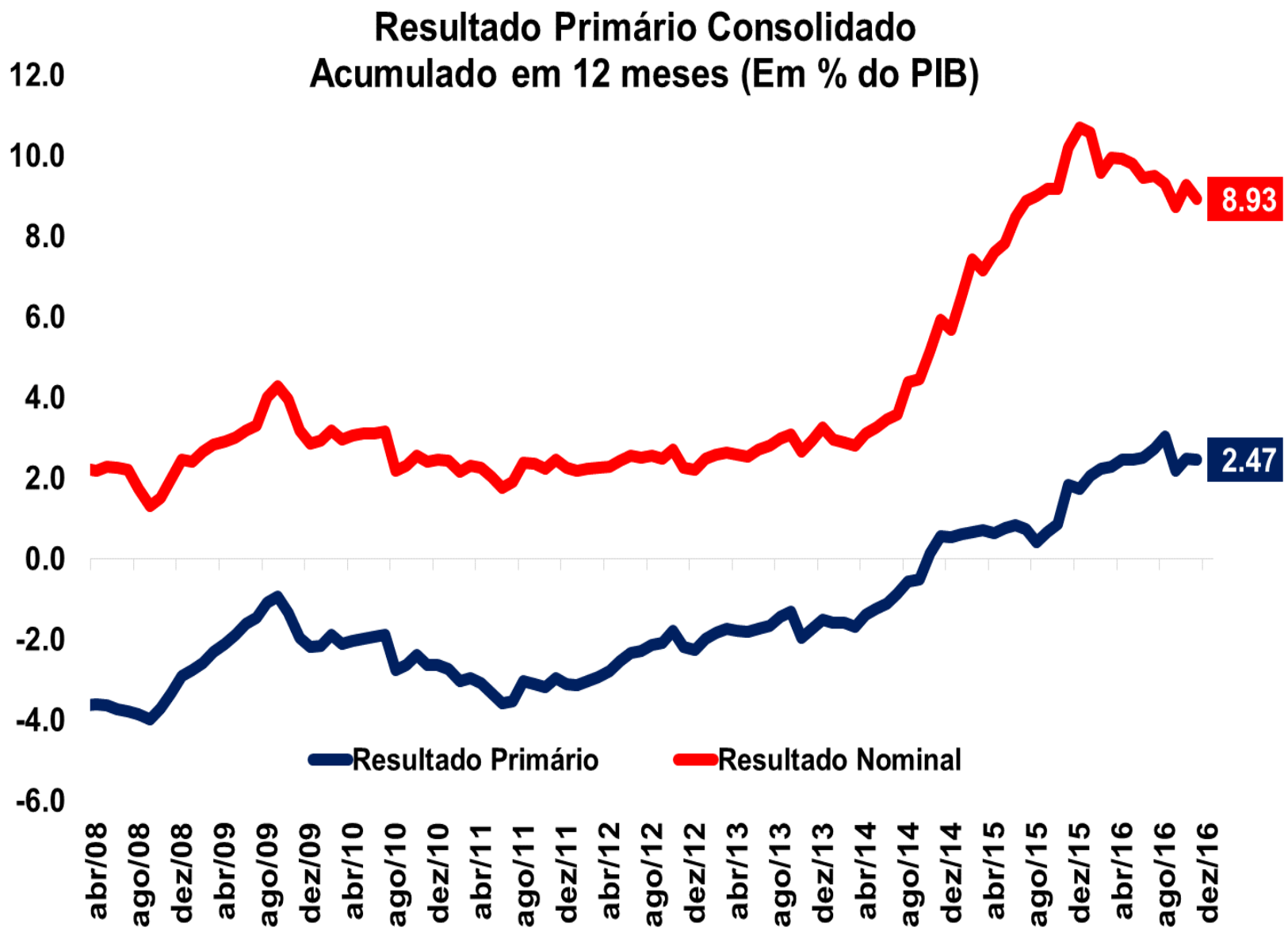
PRISMA Fiscal - Mês de Referência: Dezembro/2016

Em R$ milhões

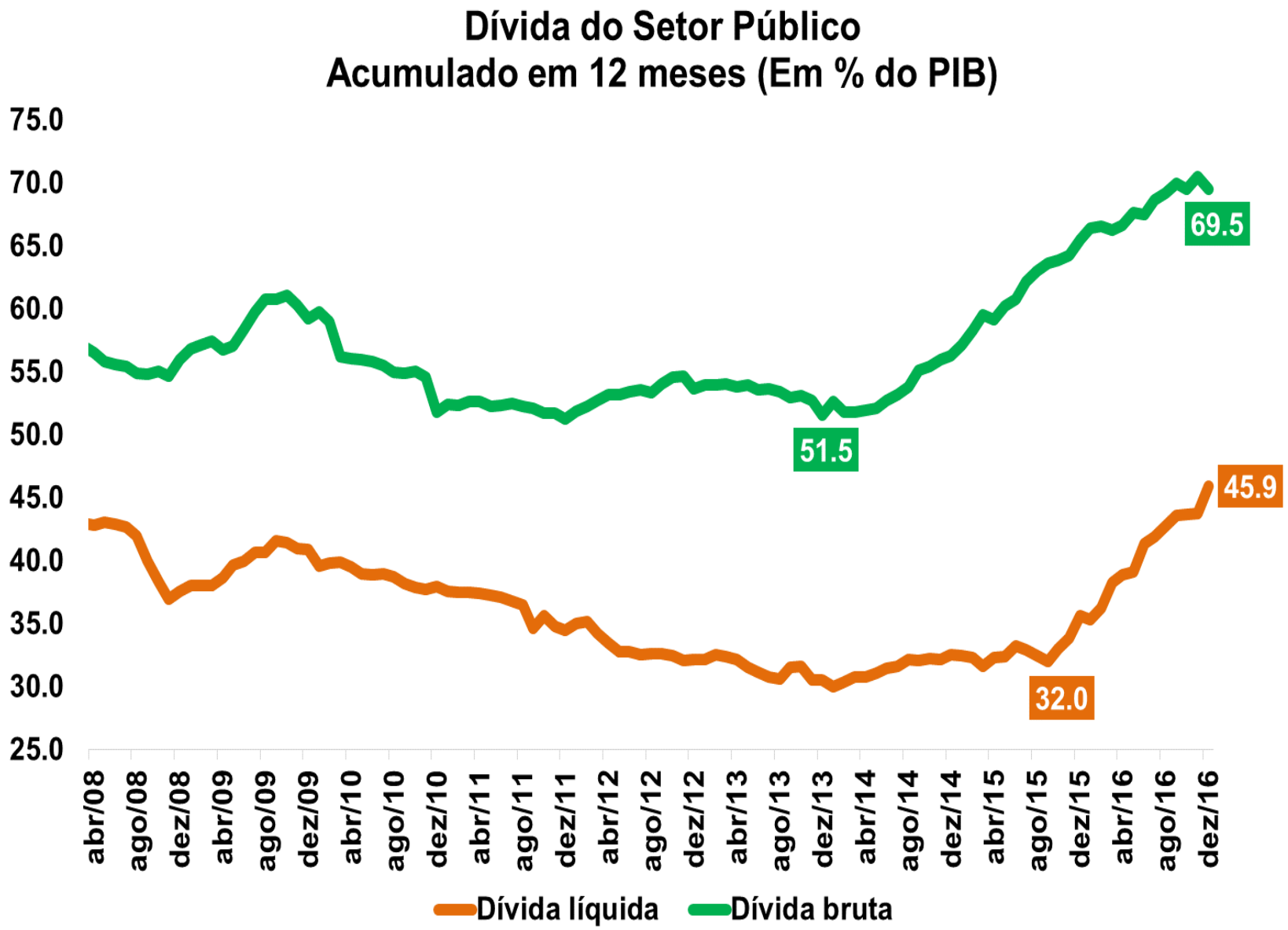
PREVISÕES ANUAIS							
Variável		2017			2018		
		Hoje	Mês Anterior	Var	Hoje	Mês Anterior	Var
Arrecadação das Receitas Federais	Mediana	1.345.740,46	1.356.074,83	▼	1.458.360,90	1.465.975,00	▼
	Média	1.346.392,23	1.349.462,78	▼	1.442.398,97	1.455.037,67	▼
	Desvio-Padrão	49.625,34	48.555,42	▲	72.591,35	66.894,90	▲
	Mínimo	1.220.000,00	1.220.000,00	=	1.271.322,00	1.300.000,00	▼
	Máximo	1.487.925,60	1.456.271,30	▲	1.583.781,60	1.613.914,54	▼
Receita Líquida do Governo Central	Mediana	1.160.425,93	1.160.000,00	▲	1.242.223,50	1.248.798,00	▼
	Média	1.153.203,73	1.159.931,93	▼	1.240.863,33	1.250.245,40	▼
	Desvio-Padrão	40.037,41	33.355,02	▲	48.043,49	38.389,32	▲
	Mínimo	1.023.091,00	1.050.000,00	▼	1.100.000,00	1.100.000,00	=
	Máximo	1.219.568,40	1.250.000,00	▼	1.323.906,30	1.315.145,74	▲
Despesa Total do Governo Central	Mediana	1.312.817,77	1.315.044,54	▼	1.376.578,64	1.379.350,00	▼
	Média	1.311.789,78	1.314.706,68	▼	1.373.676,63	1.376.183,90	▼
	Desvio-Padrão	25.657,89	18.821,96	▲	38.698,55	24.021,86	▲
	Mínimo	1.233.069,94	1.261.528,90	▼	1.285.000,00	1.319.033,22	▼
	Máximo	1.362.062,00	1.360.000,00	▲	1.503.094,50	1.432.268,40	▲
Resultado Primário do Governo Central	Mediana	-148.358,00	-151.736,85	▲	-125.928,50	-123.987,39	▼
	Média	-151.669,32	-149.807,30	▼	-127.258,80	-118.554,03	▼
	Desvio-Padrão	17.160,02	22.692,93	▼	37.765,57	39.274,62	▼
	Mínimo	-209.153,90	-211.294,61	▲	-232.341,00	-204.556,68	▼
	Máximo	-113.240,00	-58.000,00	▼	-39.907,63	0,00	▼
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	Mediana	76,80	77,70	▼	80,40	80,85	▼
	Média	76,88	77,78	▼	80,76	81,50	▼
	Desvio-Padrão	2,04	2,41	▼	2,57	3,35	▼
	Mínimo	70,75	71,30	▼	76,00	73,30	▲
	Máximo	81,10	84,00	▼	88,00	91,00	▼

Fonte: SPE/MF – janeiro de 2017

Contas Públicas



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 1 de fevereiro de 2017



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 1 de fevereiro de 2017

Quadro de Projeções Macroeconômicas - BRADESCO

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2017*
FISCAL											
Resultado primário do setor público (R$ bilhões)	88,1	103,6	64,8	101,7	129,0	105,0	91,3	-32,5	-111,2	-169,3	-187,3
Resultado primário do setor público (% PIB)	3,2	3,3	1,9	2,6	2,9	2,2	1,7	-0,6	-1,9	-2,7	-2,8
Resultado nominal do setor público - sem câmbio (% PIB)	-2,7	-2,0	-3,2	-2,4	-2,5	-2,3	-3,0	-6,0	-10,2	-9,5	-9,5
Dívida Bruta do Setor Público (R$ bilhões)	1.542,9	1.740,9	1.973,4	2.011,5	2.243,6	2.583,9	2.748,0	3.304,9	3.990,8	4.415,5	5.289,8
Dívida Bruta do Setor Público (% PIB)	56,7	56,0	59,2	51,8	51,3	53,8	51,7	57,2	66,5	71,0	80,2
Dívida Bruta do Setor Público - Reservas Internacionais (% PIB)	45,0	41,4	46,7	39,4	36,2	37,7	35,1	40,0	42,5	51,1	60,9
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB)	44,5	37,6	40,9	38,0	34,5	32,3	30,6	33,1	36,2	54,5	56,0

BASE DE APURAÇÃO E LIMITE TOTAL 2017

	R$ milhões
A. Total da despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, apurada no SIAFI	1.470.039
B. Exclusões	263.635
Transferências Intergovernamentais por repartição de receita	219.274
FCDF	12.027
Créditos Extraordinários	11.441
Pleitos Eleitorais	669
Complementação ao Fundeb	13.675
Aumento de capital em estatais	6.549
C. Total da despesa primária apurada no SIAFI: base da EC 95	1.206.403
D. Demais operações que afetam o resultado primário	7.981
Cédulas e Moedas	773
Subsídio aos Fundos Constitucionais	7.530
Operações *Net Lending*	-322
E. Base Total para cálculo do Limite 2017 [C + D]	1.214.384
F. Limite 2017 para União [E x (1+7,2%)]	**1.301.820**
G. Valores aprovados na LOA 2017 (*)	**1.306.515**
H. Saldo a compensar Poder Executivo [G - F]	**4.695**

(*) Inclui limite excedente do STJ mo valor de R$ 51 milhões.

SOF/STN

Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias do 5º bimestre

Discriminação	Avaliação do 5º Bimestre (*) (a)	Avaliação Extemporânea Dezembro (b)	Diferença (c) = (b) – (a)
1. Receita Primária Total	**1.305.760,8**	**l.311.270.1**	**5.509,3**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	811.492,0	816.120,9	4.628,9
Arrecadação Liquida para o RGPS	358.295,1	357.656,6	(638,5)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	135.973,7	137.492,7	1.518,9
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	216.178,7	228.346,5	12.167,9
3. Receita liquida de Transferências (1) • (2)	1.089.582,1	1.082.923,6	(6.658,5)
4. Despesas Primárias	**1.256.278,1**	**1.244.259,9**	**(12.018,3)**
Obrigatória	986.712,1	974.693-,8	(12.018,3)
Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	269.566,1	269.566,1	0.0
5. Resultado Primário (3) • (4)	(166.696,0)	(161.336,3)	5.359,7
6. Compensação resultados. Estatais Federais, Estados, DF e Munícipios	3.800,0	2.800,0	(1.000,0)
7. Meta Fiscal do Governo Central	**(170.496,0)**	**(170.496,0)**	**0,0**
8. Esforço (-) ou Ampliação (+) (5) - (6) - (7)	(0,0)	6·.359,7	6.359,7

Fonte/Elaboração: SOF/MP.

(*} A expansão Indicada no Relatório do 5º bimestre já foi incorporada às despesas primárias de todos os Poderes, MPU e DPU por intermédio de seus atos próprios

Dívida em alta

Projeções do BC para o setor público consolidado

	Nov/16 (% do PIB)	Estimativa para 2016 (% do PIB)	Estimativa para 2017 (% do PIB)
Dívida bruta	70,5	71	76,9
Dívida líquida	43,8	46,7	52,5
Déficit nominal	9,28*	9,3	8,6
Gasto com juros	6,78*	6,6	6,5

Aquém do desejado

Déficit primário no mês passado é o pior para meses de novembro desde 2001

	Mês	Acumulado em 12 meses
Out/16	Superávit de R$ 39,589 bi	Déficit de R$ 137,208 bi (2,2% do PIB)
Nov/16	Déficit de R$ 39,141 bi	Déficit de R$ 156,782 bi (2,5% do PIB)

Fonte: Banco Central

Fonte: Valor Econômico, 28 de dezembro de 2016

STN

Resultado Fiscal do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	R$ Milhões		Variação			R$ Milhões		Variação		
	Jan-Nov 2015	Jan-Nov 2016	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	Nov15	Nov 16	Diferença	% Nominal	% Real
I. RECEITA TOTAL	**1.117.926,6**	**1.186.282,3**	**68.355,6**	**6,1%**	**-2,7%**	**92.022,6**	**100.310,3**	**8.287,7**	**9,0%**	**1,9%**
II. TRANSF. POR REPART. DE RECEITA	183.122,4	192.093,9	8.971,6	4,9%	-4,0%	16.983,7	25.774,7	8.791,1	51,8%	41,9%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	934.804,3	994.188,3	59.384,0	6,4%	-2,5%	75.038,9	74.535,5	-503,4	-0,7%	-7,2%
IV. DESPESA TOTAL	**988.911,9**	**1.088.346,3**	**99.434,4**	**10,1%**	**1,0%**	**96.218,0**	**112.892,4**	**16.674,4**	**17,3%**	**9,7%**
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	-	-
VI. RESUL. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	**-54.107,6**	**-94.158,0**	**-40.050,4**	**74,0%**	**63,6%**	**-21.179,1**	**-38.356,9**	**-17.177,8**	**81,1%**	**69,3%**
Tesouro Nacional e Banco Central	34.752,3	48.704,0	13.951,7	40,1%	25,7%	-6.381,4	-19.390,5	-13.009,1	203,9%	184,0%
Previdência Social (RGPS)	-88.859,9	-142.862,0	-54.002,1	60,8%	48,2%	-14.797,7	-18.966,4	-4.168,7	28,2%	19,8%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,0%	-1,6%	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	35.322,5	49.599,6	14.277,1	40,4%	25,9%	-6.334,0	-19.167,6	-12.833,6	202,6%	182,9%
Resultado do Banco Central	-570,1	-895,5	-325,4	57,1%	42,1%	-47,4	-222,9	-175,5	370,1%	339,4%
Resultado da Previd. Social (RGPS)	-88.859,9	-142.862,0	-54.002,1	60,8%	48,2%	-14.797,7	-18.966,4	-4.168,7	28,2%	19,8%

Fonte: STN. Resultado do Tesouro Nacional / STN. – v. 22, n. 11 (Novembro 2016). – Brasília : STN

STN

Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

A Preços Constantes de Novembro de 2016 (IPCA)

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2015/2016

Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	**1.241.859,4**	**1.207.979,7**	**-33.879,7**	**-2,7%**
I.1 Receita Administrada pela RFB	777.460,0	762.745,4	-14.714,6	-1,9%
I.2 Incentivos Fiscais	-11,7	-10,8	0,9	-7,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	334.653,8	316.889,7	-17.764,1	-5,3%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	129.757,3	128.355,4	-1.401,9	-1,1%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPART. DE RECEITA	203.619,0	195.507,9	-8.111,1	-4,0%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	1.038.240,4	1.012.471,8	-25.768,6	-2,5%
IV. DESPESA TOTAL	**1.096.382,1**	**1.107.605,2**	**11.223,1**	**1,0%**
IV.1 Beneficios Previdenciários	432.399,1	461.793,7	29.394,6	6,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	236.310,4	233.339,1	-2.971,3	-1,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	175.856,2	172.529,9	-3.326,3	-1,9%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	251.816,4	239.942,5	-11.873,9	-4,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO Governo Central (III - IV + V)	**-58.141,7**	**-95.133,4**	**-36.991,7**	**63,6%**
Tesouro Nacional e Banco Central	39.603,6	49.770,6	10.167,0	25,7%
Previdência Social (RGPS)	-97.745,3	-144.904,0	-47.158,7	48,2%
Resultado do Tesouro Nacional	40.243,4	50.679,5	10.436,1	25,9%
Resultado do Banco Central	-639,8	-908,9	-269,1	42,1%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	**-97.745,3**	**-144.904,0**	**-47.158,7**	**48,2%**

Fonte: STN. Resultado do Tesouro Nacional / STN. – v. 22, n. 11 (Novembro 2016). – Brasília : STN

STN

Resultado do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2015 / 2016

Resultado acumulado no ano em relação ao ano anterior. Preços constantes de Novembro de 2016 (IPCA)

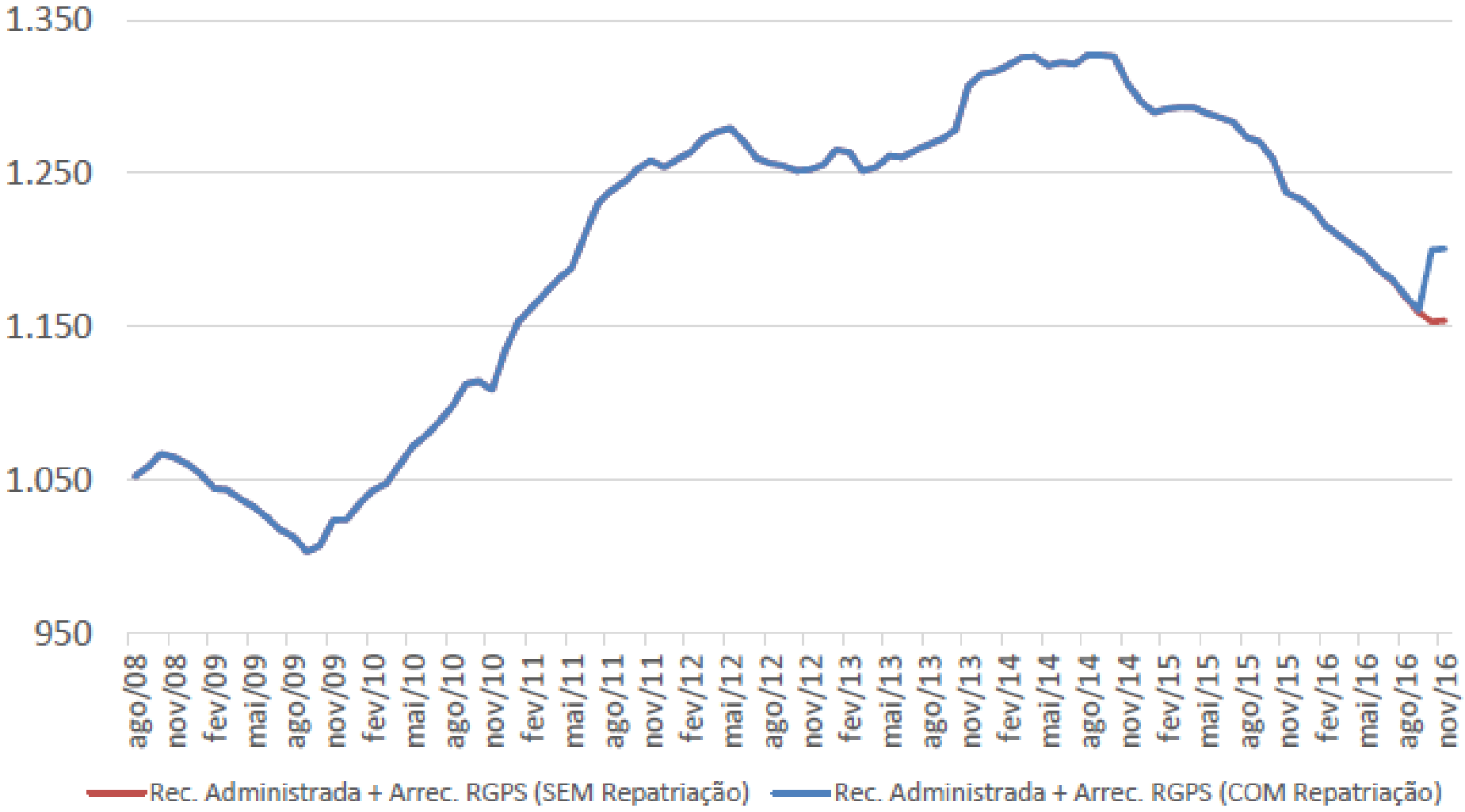
Discriminação	Jan-Nov		Variação	
	2015	2016	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.241.859,4	1.207.979,7	-33.879,7	-2,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	777.460,0	762.745,4	-14.714,6	-1,9%
Imposto de Importação	40.248,9	29.364,4	-10.884,5	-27,0%
IPI	49.116,9	38.897,2	-10.219,7	-20,8%
Imposto de Renda	301.537,4	314.049,4	12.512,0	4,1%
IOF	35.260,5	31.204,2	-4.056,3	-11,5%
COFINS	206.155,7	190.961,4	-15.194,3	-7,4%
PIS/PASEP	54.530,1	50.247,4	-4.282,8	-7,9%
CSLL	63.258,8	65.424,0	2.165,2	3,4%
CPMF	18,0	-	-18,0	-
CIDE Combustíveis	3.062,6	5.604,9	2.542,3	83,0%
Outras	24.271,0	36.992,4	12.721,4	52,4%
I.2 Incentivos Fiscais	-11,7	-10,8	0,9	-7,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	334.653,8	316.889,7	-17.764,1	-5,3%
Urbana	327.623,7	309.622,8	-18.000,9	-5,5%
Rural	7.030,0	7.266,9	236,9	3,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	129.757,3	128.355,4	-1.401,9	-1,1%
Concessões e Permissões	6.335,8	22.315,8	15.980,0	252,2%
Dividendos e Participações	6.722,7	1.793,3	-4.929,4	-73,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	11.849,2	11.247,9	-601,2	-5,1%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	29.793,9	22.177,4	-7.616,6	-25,6%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	14.676,9	13.076,3	-1.600,6	-10,9%
Contribuição do Salário Educação	19.554,7	18.317,3	-1.237,4	-6,3%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.859,7	4.919,7	60,1	1,2%
Operações com Ativos	-	674,3	674,3	-
Demais Receitas	35.964,5	33.833,3	-2.131,1	-5,9%

Fonte: STN. Resultado do Tesouro Nacional / STN. – v. 22, n. 11 (Novembro 2016). – Brasília : STN

STN

Resultado Fiscal do Governo Central – Receitas Administradas + RGPS

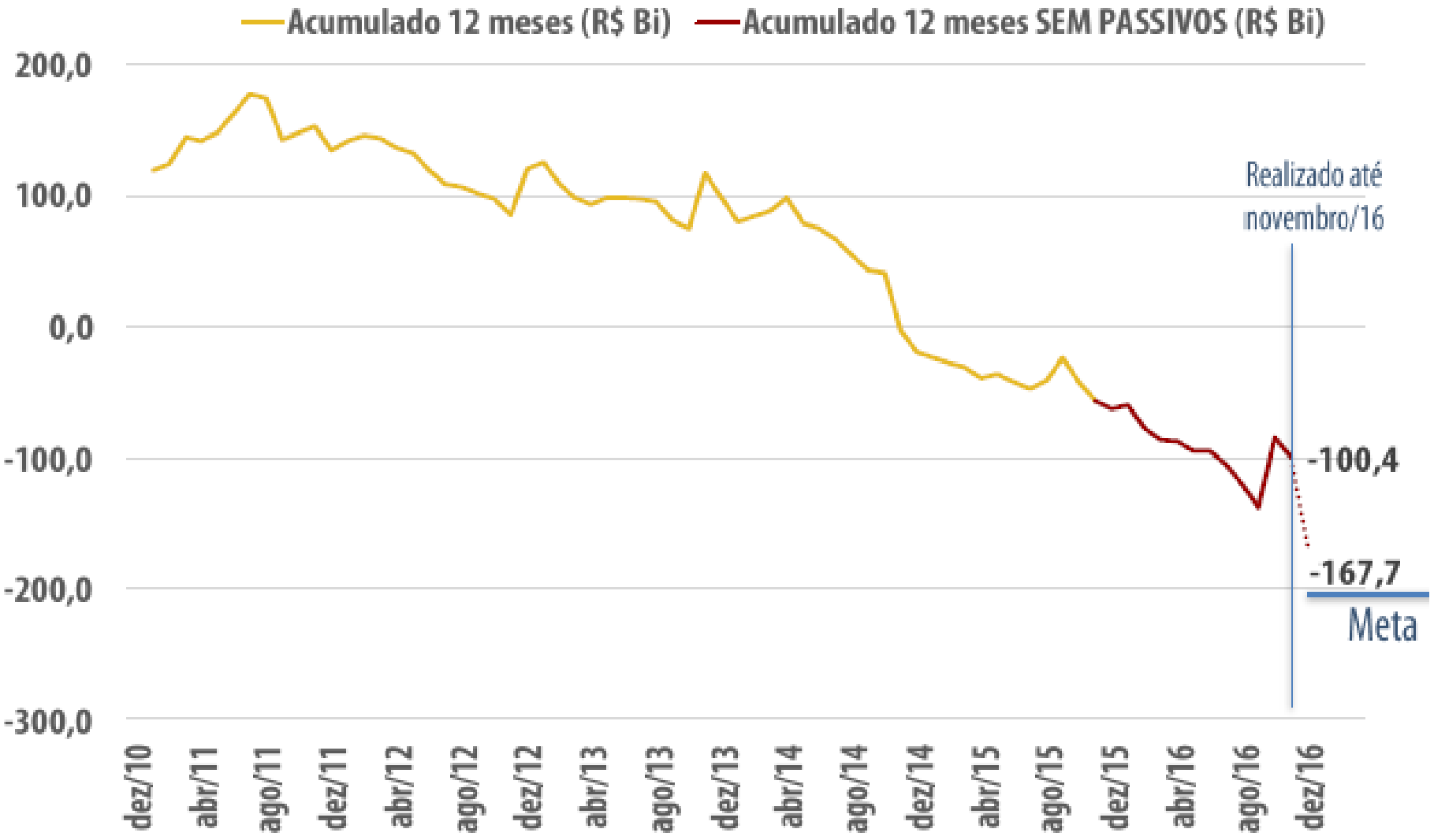
2008/2016 – Acumulado em 12 meses R$ Bilhões a preços de nov/16 - IPCA



Fonte: STN

STN

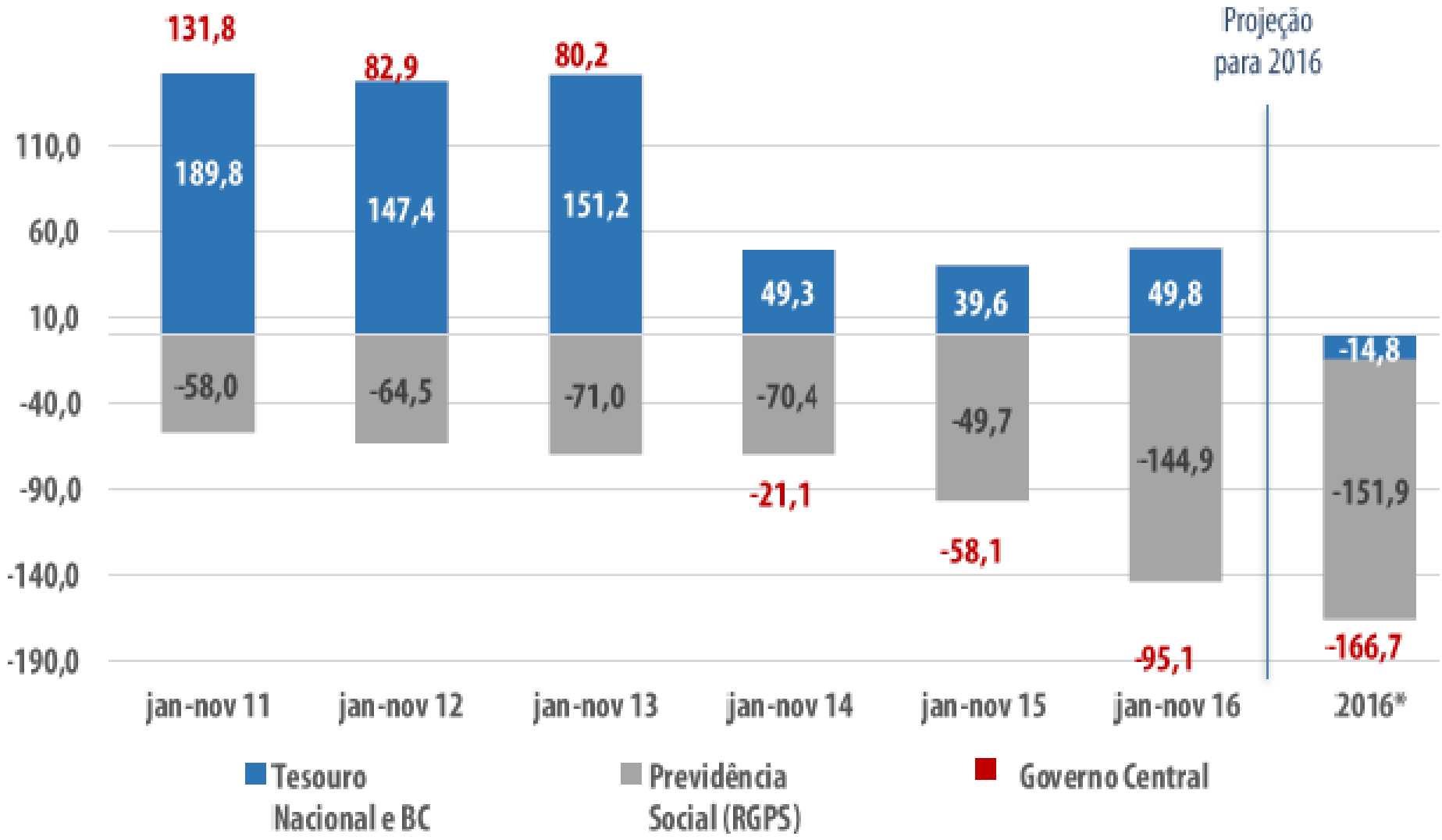
Resultado Primário do Governo Central – 2015/2016 – Acumulado em 12 meses - R$ Bilhões a preços de nov/16 - IPCA



Fonte: STN

STN

Resultado Primário do Governo Central – 2011/2016 – Componentes
Brasil - R$ Bilhões a preços de nov/16 - IPCA



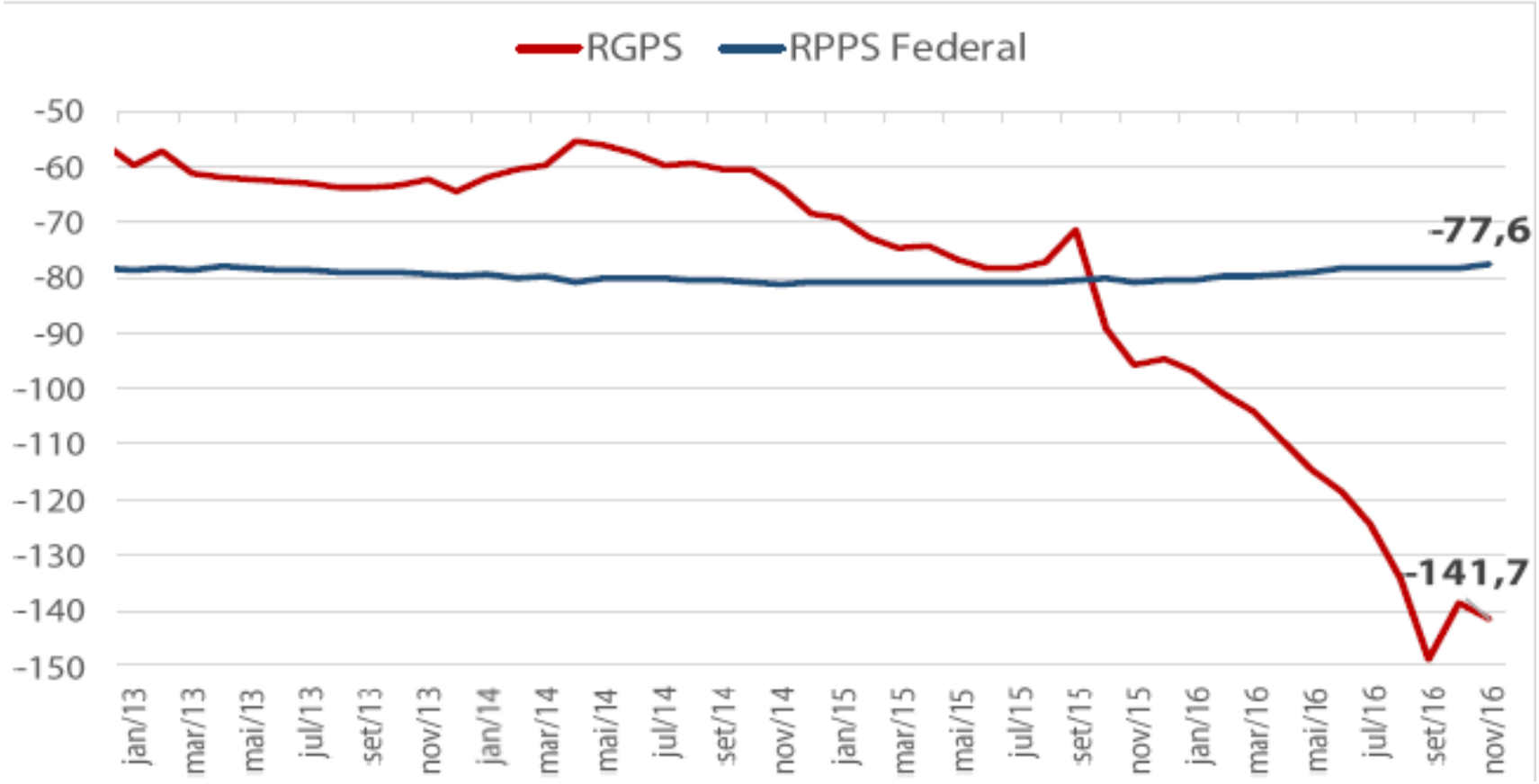
Fonte: STN

STN

Comparativo dos RGPS x RPPS Federal – 2013/2016 – Acumulado em 12 meses - R$ Bilhões a preços de nov/16 - IPCA

Quantitativo de Beneficiários - RGPS e RPPS Federal			
Discriminação	Aposentadorias/ Reformas e Reservas	Pensões	Total
RPPS Federal	569.973	403.734	973.707
RGPS	19.156.562	7.652.272	26.808.834

Fontes: Boletim Estatístico de Pessoal – out/16 e Boletim Estatístico da Previdência Social – out/16

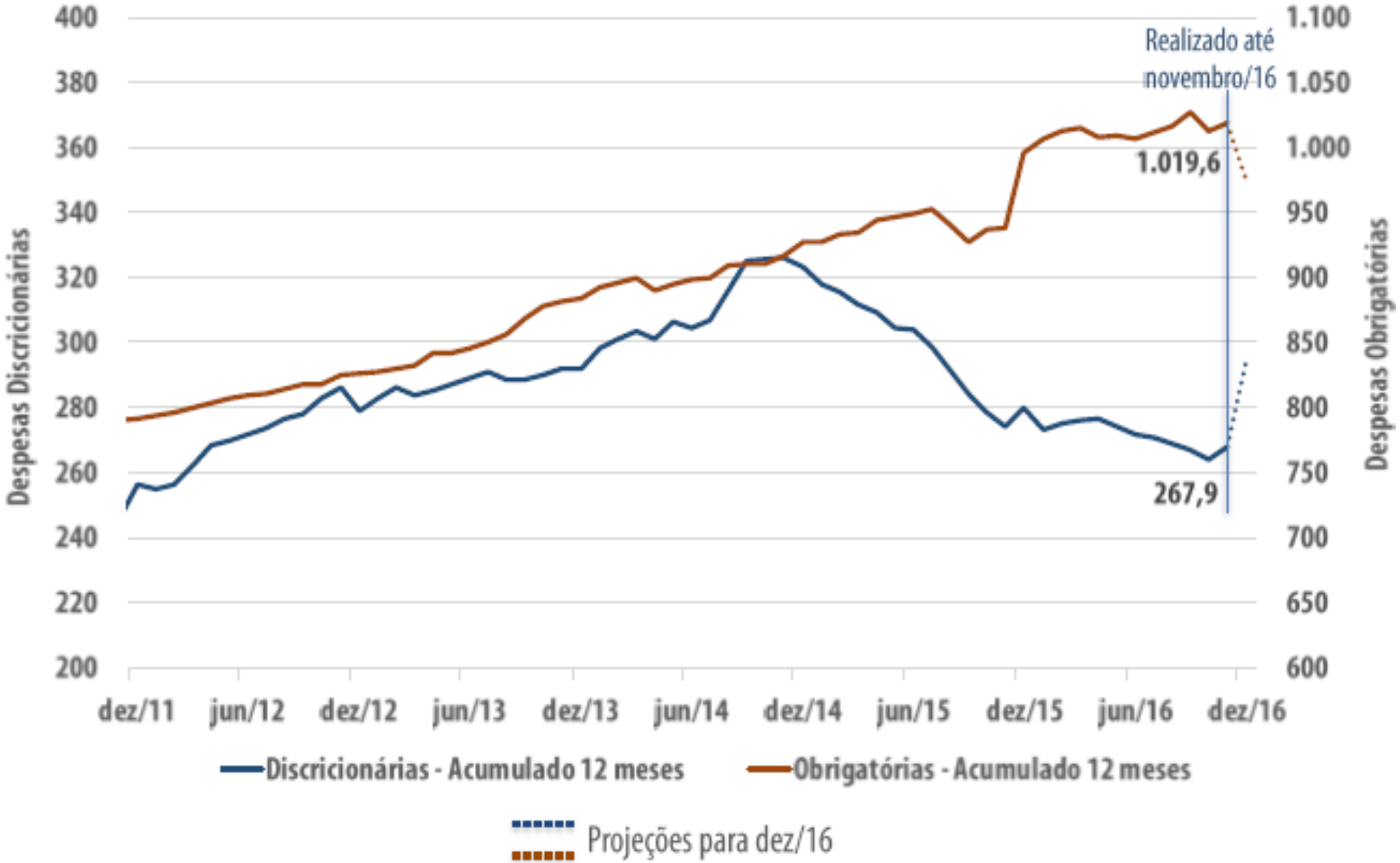


Fonte: STN

STN

Resultado Fiscal do Governo Central – Despesa 2011/2016

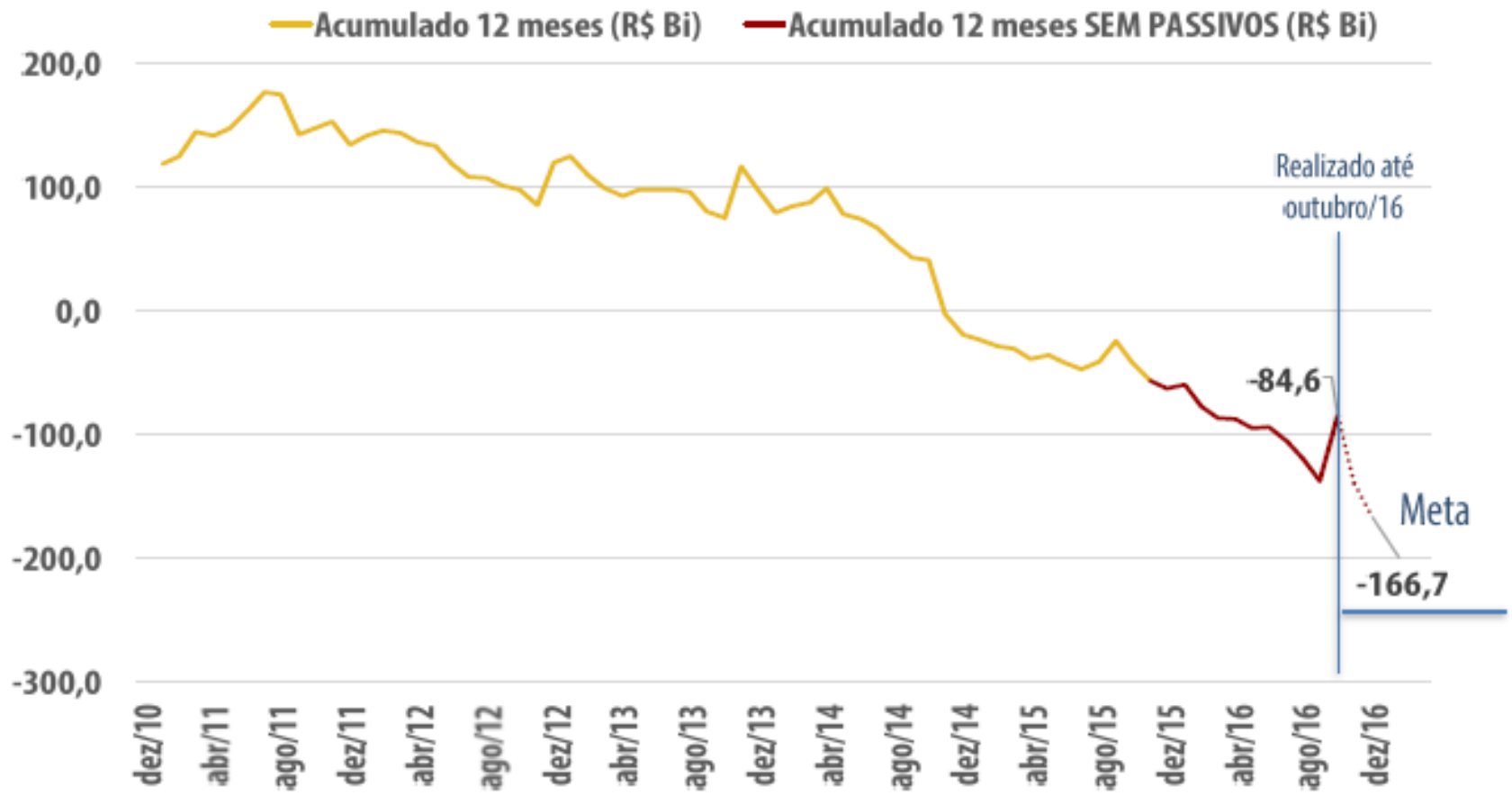
Acumulado em 12 meses R$ Bilhões a preços de nov/16 - IPCA



Fonte: STN

STN

Resultado Primário do Governo Central- Acumulado em 12 Meses
Brasil – 2015/2016 – R$ Bilhões – A preços de out/16 - IPCA



* Desconsiderou-se o efeito do pagamento de R$ 55,6 bilhões de passivos realizado em dezembro de 2015, que não ocorrerá em 2016.

Fonte: STN

Quadro III – Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos 12 meses

Discriminação	2015		2016									
	Dez		Jul		Ago		Set		Out		Nov	
	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB
Nominal	613 035	10,38	581 108	9,46	587 038	9,51	576 827	9,32	544 029	8,73	581 400	9,28
Governo Central	513 896	8,70	469 690	7,65	479 077	7,76	468 949	7,58	442 248	7,10	486 329	7,76
Governo Federal[1/]	544 184	9,22	496 199	8,08	502 867	8,14	485 226	7,84	453 171	7,27	494 714	7,89
Bacen	-30 288	-0,51	-26 510	-0,43	-23 790	-0,39	-16 277	-0,26	-10 923	-0,18	-8 385	-0,13
Governos regionais	89 090	1,51	101 854	1,66	99 083	1,60	100 140	1,62	94 153	1,51	87 895	1,40
Governos estaduais	73 260	1,24	86 020	1,40	84 516	1,37	86 125	1,39	81 504	1,31	76 011	1,21
Governos municipais	15 830	0,27	15 834	0,26	14 568	0,24	14 014	0,23	12 649	0,20	11 884	0,19
Empresas estatais	10 048	0,17	9 564	0,16	8 878	0,14	7 739	0,13	7 628	0,12	7 175	0,11
Empr estatais federais[2/]	1 915	0,03	1 243	0,02	1 601	0,03	1 461	0,02	1 500	0,02	1 316	0,02
Empr estatais estaduais	8 045	0,14	8 291	0,14	7 290	0,12	6 302	0,10	6 138	0,10	5 854	0,09
Empr estatais municipais	89	0,00	30	0,00	- 13	-0,00	- 24	-0,00	- 10	-0,00	5	0,00
Juros nominais	501 786	8,50	427 062	6,95	418 035	6,77	388 500	6,28	406 821	6,53	424 618	6,78
Governo Central	397 240	6,73	315 151	5,13	309 329	5,01	279 542	4,52	304 285	4,88	330 160	5,27
Governo Federal[1/]	428 228	7,25	342 343	5,57	333 756	5,41	296 375	4,79	316 057	5,07	339 570	5,42
Bacen	-30 987	-0,52	-27 192	-0,44	-24 427	-0,40	-16 833	-0,27	-11 772	-0,19	-9 409	-0,15
Governos regionais	98 775	1,67	106 378	1,73	103 129	1,67	103 472	1,67	97 006	1,56	88 817	1,42
Governos estaduais	82 335	1,39	91 980	1,50	89 431	1,45	90 249	1,46	85 120	1,37	78 677	1,26
Governos municipais	16 439	0,28	14 398	0,23	13 698	0,22	13 222	0,21	11 886	0,19	10 140	0,16
Empresas estatais	5 771	0,10	5 533	0,09	5 577	0,09	5 486	0,09	5 530	0,09	5 640	0,09
Empr estatais federais[2/]	186	0,00	- 232	-0,00	- 300	-0,00	- 387	-0,01	- 361	-0,01	- 274	-0,00
Empr estatais estaduais	5 300	0,09	5 504	0,09	5 620	0,09	5 625	0,09	5 643	0,09	5 663	0,09
Empr estatais municipais	285	0,00	261	0,00	257	0,00	249	0,00	249	0,00	252	0,00
Primário	111 249	1,88	154 046	2,51	169 003	2,74	188 327	3,04	137 208	2,20	156 782	2,50
Governo Central	116 656	1,98	154 539	2,52	169 748	2,75	189 407	3,06	137 963	2,21	156 169	2,49
Governo Federal	30 138	0,51	35 189	0,57	40 284	0,65	44 638	0,72	1 462	0,02	15 324	0,24
Bacen	699	0,01	682	0,01	636	0,01	555	0,01	849	0,01	1 025	0,02
INSS	85 818	1,45	118 667	1,93	128 828	2,09	144 214	2,33	135 652	2,18	139 820	2,23
Governos regionais	-9 684	-0,16	-4 524	-0,07	-4 045	-0,07	-3 332	-0,05	-2 853	-0,05	- 921	-0,01
Governos estaduais	-9 075	-0,15	-5 960	-0,10	-4 915	-0,08	-4 124	-0,07	-3 616	-0,06	-2 666	-0,04
Governos municipais	- 609	-0,01	1 436	0,02	870	0,01	792	0,01	763	0,01	1 744	0,03
Empresas estatais	4 278	0,07	4 031	0,07	3 300	0,05	2 253	0,04	2 098	0,03	1 535	0,02
Empr estatais federais[2/]	1 729	0,03	1 474	0,02	1 901	0,03	1 848	0,03	1 861	0,03	1 590	0,03
Empr estatais estaduais	2 745	0,05	2 788	0,05	1 670	0,03	677	0,01	495	0,01	191	0,00
Empr estatais municipais	- 196	-0,00	- 231	-0,00	- 270	-0,00	- 273	-0,00	- 259	-0,00	- 246	-0,00
PIB últimos 12 meses*	5 904 331	-	6 141 705	-	6 174 098	-	6 190 597	-	6 231 564	-	6 267 168	-

Fonte: BCB

Quadro V – Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

Discriminação	2013		2014		2015		2016			
	Dezembro		Dezembro		Dezembro		Outubro		Novembro	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
Dívida líquida total	**1 626 335**	**31,5**	**1 883 147**	**34,1**	**2 136 888**	**36,2**	**2 722 940**	**43,7**	**2 744 107**	**43,8**
Governo Federal	1 090 393	21,1	1 272 707	23,1	1 500 582	25,4	2 074 502	33,3	2 071 241	33,0
Banco Central do Brasil	- 65 035	-1,3	- 72 028	-1,3	- 187 621	-3,2	- 155 565	-2,5	- 142 414	-2,3
Governos estaduais	483 257	9,4	551 199	10,0	660 099	11,2	691 770	11,1	700 746	11,2
Governos municipais	86 536	1,7	91 866	1,7	111 535	1,9	58 053	0,9	59 752	1,0
Empresas estatais	31 183	0,6	39 402	0,7	52 292	0,9	54 180	0,9	54 781	0,9
Federais (exceto Petrobras e Eletrobras)	- 5 897	-0,1	- 4 077	-0,1	- 1 990	-0,0	- 1 680	-0,0	- 1 519	-0,0
Estaduais	34 333	0,7	40 750	0,7	51 461	0,9	53 082	0,9	53 500	0,9
Municipais	2 748	0,1	2 729	0,0	2 821	0,0	2 779	0,0	2 801	0,0
Dívida interna líquida	2 341 011	45,4	2 669 547	48,4	3 289 112	55,7	3 672 664	58,9	3 750 933	59,9
Governo Federal	1 000 843	19,4	1 166 120	21,1	1 364 148	23,1	1 956 493	31,4	1 946 215	31,1
Dívida mobiliária em mercado	2 011 690	39,0	2 168 026	39,3	2 634 328	44,6	2 893 050	46,4	2 945 163	47,0
Dívida mobiliária do Tesouro Nac[1/]	2 017 344	39,1	2 173 694	39,4	2 640 001	44,7	2 898 646	46,5	2 950 808	47,1
Títulos sob custódia do FGE[2/]	- 5 654	-0,1	- 5 668	-0,1	- 5 673	-0,1	- 5 596	-0,1	- 5 646	-0,1
Dívidas securitizadas e TDA	10 782	0,2	9 917	0,2	10 165	0,2	10 639	0,2	10 614	0,2
Dívida bancária federal	10 667	0,2	12 388	0,2	17 175	0,3	15 110	0,2	15 813	0,3
Arrecadação a recolher	- 1 410	-0,0	- 1 251	-0,0	- 4 110	-0,1	- 27 051	-0,4	- 15 253	-0,2
Depósitos a vista	- 903	-0,0	- 671	-0,0	- 517	-0,0	- 567	-0,0	- 562	-0,0
Recursos do FAT	- 208 933	-4,1	- 231 581	-4,2	- 258 680	-4,4	- 272 347	-4,4	- 272 970	-4,4
Previdência Social	- 171	-0,0	- 182	-0,0	- 205	-0,0	- 834	-0,0	- 788	-0,0
Renegociação (Lei nº 9.496 e MP nº 2.185)	- 481 114	-9,3	- 497 411	-9,0	- 549 577	-9,3	- 533 109	-8,6	- 535 576	-8,5
Renegociação (Lei nº 8.727)	- 13 401	-0,3	- 12 813	-0,2	- 11 982	-0,2	- 11 465	-0,2	- 11 412	-0,2
Dívidas reestruturadas[3/]	- 5 206	-0,1	- 5 244	-0,1	- 6 305	-0,1	- 4 952	-0,1	- 5 287	-0,1
Créditos concedidos a inst. fin. ofic	- 466 925	-9,1	- 545 610	-9,9	- 567 434	-9,6	- 570 814	-9,2	- 574 340	-9,2
Instr. híbridos de capital e dívida[4/]	- 53 912	-1,0	- 57 748	-1,0	- 52 920	-0,9	- 47 788	-0,8	- 47 502	-0,8
Créditos junto ao BNDES	- 413 012	-8,0	- 487 862	-8,8	- 514 515	-8,7	- 523 026	-8,4	- 526 838	-8,4
Aplicações em fundos e programas[5/]	- 122 738	-2,4	- 143 461	-2,6	- 162 169	-2,7	- 182 516	-2,9	- 182 353	-2,9
Outros créditos do Governo Federal[6/]	- 28 678	-0,6	- 32 334	-0,6	- 30 186	-0,5	- 31 116	-0,5	- 31 367	-0,5
Relacionamento com Banco Central	297 184	5,8	446 346	8,1	293 645	5,0	672 465	10,8	604 531	9,6
Conta única	- 655 965	-12,7	- 605 921	-11,0	- 881 932	-14,9	- 917 388	-14,7	- 921 043	-14,7
Dívida mobiliária na carteira do BC	958 098	18,6	1 117 440	20,2	1 286 515	21,8	1 345 915	21,6	1 350 796	21,6
Equalização cambial[7/]	- 4 949	-0,1	- 65 173	-1,2	- 110 938	-1,9	243 937	3,9	174 779	2,8
Banco Central do Brasil	804 454	15,6	909 952	16,5	1 236 016	20,9	1 025 563	16,5	1 109 889	17,7
Base monetária	249 510	4,8	263 529	4,8	255 289	4,3	247 846	4,0	244 920	3,9
Operações compromissadas[8/]	528 734	10,3	809 063	14,7	913 280	15,5	1 089 919	17,5	1 107 024	17,7
Depósitos no Bacen	312 380	6,1	282 930	5,1	336 945	5,7	362 875	5,8	367 031	5,9
Créditos do BC às inst. financeiras	- 25 968	-0,5	- 24 525	-0,4	- 22 498	-0,4	- 26 129	-0,4	- 25 730	-0,4
Demais contas do Bacen	36 983	0,7	25 301	0,5	46 646	0,8	23 517	0,4	21 175	0,3
Relacionamen com Governo Federal	- 297 184	-5,8	- 446 346	-8,1	- 293 645	-5,0	- 672 465	-10,8	- 604 531	-9,6
Conta única	655 965	12,7	605 921	11,0	881 932	14,9	917 388	14,7	921 043	14,7
Dívida mobiliária na carteira do BC	- 958 098	-18,6	-1 117 440	-20,2	-1 286 515	-21,8	-1 345 915	-21,6	-1 350 796	-21,6
Equalização cambial[7/]	4 949	0,1	65 173	1,2	110 938	1,9	-243 937	-3,9	-174 779	-2,8

Quadro XIX – Dívida Bruta do Governo Geral – Fatores condicionantes (ac. ano)

Discriminação	2013		2014		2015		2016			
	Dezembro		Dezembro		Dezembro		Outubro		Novembro	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
Dívida bruta do Gov. Geral – saldo	**2 747 997**	**53,3**	**3 252 449**	**58,9**	**3 927 523**	**66,2**	**4 330 508**	**69,5**	**4 418 424**	**70,5**
Dívida bruta Gov. Ger - var ac. ano	**164 050**	**-1,5**	**504 452**	**5,6**	**675 075**	**9,0**	**402 985**	**4,0**	**490 901**	**5,0**
Fatores condicionantes:[1/]	**164 050**	**3,2**	**504 452**	**9,1**	**675 075**	**11,4**	**402 985**	**6,5**	**490 901**	**7,8**
Nec. financ. dívida bruta Gov Geral	142 331	2,8	481 918	8,7	582 796	9,8	448 110	7,2	521 903	8,3
Emissões líq. dív. bruta Gov. Geral	-130 876	-2,5	168 707	3,1	135 833	2,3	19 089	0,3	53 594	0,9
Juros nomin dív. bruta do Gov. Geral	273 207	5,3	313 211	5,7	446 963	7,5	429 021	6,9	468 309	7,5
Ajuste cambial s/dív. bruta Gov Ger[2/]	20 511	0,4	24 159	0,4	92 339	1,6	-53 413	-0,9	-36 854	-0,6
Dívida mob interna indexada ao câmbio	1 570	0,0	1 523	0,0	5 947	0,1	-4 329	-0,1	-2 895	-0,0
Dívida externa – metodológico	18 941	0,4	22 636	0,4	86 392	1,5	-49 084	-0,8	-33 959	-0,5
Dívida externa – outros ajustes[3/]	423	0,0	-1 625	-0,0	-5 777	-0,1	2 058	0,0	- 582	-0,0
Reconhecimento de dívidas[4/]	785	0,0	0	0	5717	0,1	6230	0,1	6434	0,1
Privatizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Efeito crescimento PIB – dívida[5/]		**-4,7**		**-3,5**		**-2,3**		**-2,4**		**-2,8**

Quadro XVIII – Dívida Bruta do Governo Geral – Fatores condicionantes – Fluxos Mensais

Dívida bruta do Gov Geral – saldo	**2 747 997**	**53,3**	**3 252 449**	**58,9**	**3 844 681**	**65,1**	**4 330 508**	**69,5**	**4 418 424**	**70,5**
Dívida bruta Gov. Ger - var mensal	**164 050**	**-1,5**	**504 452**	**5,6**	**30 744**	**0,2**	**805**	**-0,4**	**87 916**	**1,0**
Fatores condicionantes:[1/]	**164 050**	**3,2**	**504 452**	**9,1**	**30 744**	**0,5**	**805**	**0,0**	**87 916**	**1,4**
Necessidades fin. dív bruta Gov Ger	142 331	2,8	481 918	8,7	30 274	0,5	6 080	0,1	73 793	1,2
Emissões líquid dív bruta Gov Ger	-130 876	-2,5	168 707	3,1	-10 252	-0,2	-32 465	-0,5	34 504	0,6
Juros nominais dív bruta Gov. Geral	273 207	5,3	313 211	5,7	40 526	0,7	38 545	0,6	39 289	0,6
Ajuste cambial s/dív bruta Gov. Geral	20 511	0,4	24 159	0,4	- 609	-0,0	-4 980	-0,1	16 559	0,3
Dívida mob interna indexada câmbio	1 570	0,0	1 523	0,0	- 37	-0,0	- 413	-0,0	1 434	0,0
Dívida externa – metodológico	18 941	0,4	22 636	0,4	- 572	-0,0	-4 567	-0,1	15 125	0,2
Dívida externa – outros ajustes[2/]	423	0,0	-1 625	-0,0	- 629	-0,0	- 295	-0,0	-2 639	-0,0
Reconhecimento de dívidas[3/]	785	0,0	0	0	1 708	0,0	0	0	203	0,0
Privatizações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Efeito crescimento PIB – dívida[4/]		**-4,7**		**-3,5**		**-0,3**		**-0,5**		**-0,4**
PIB últimos 12 meses val correntes*	5 157 569		5 521 256		5 904 331		6 231 564		6 267 168	

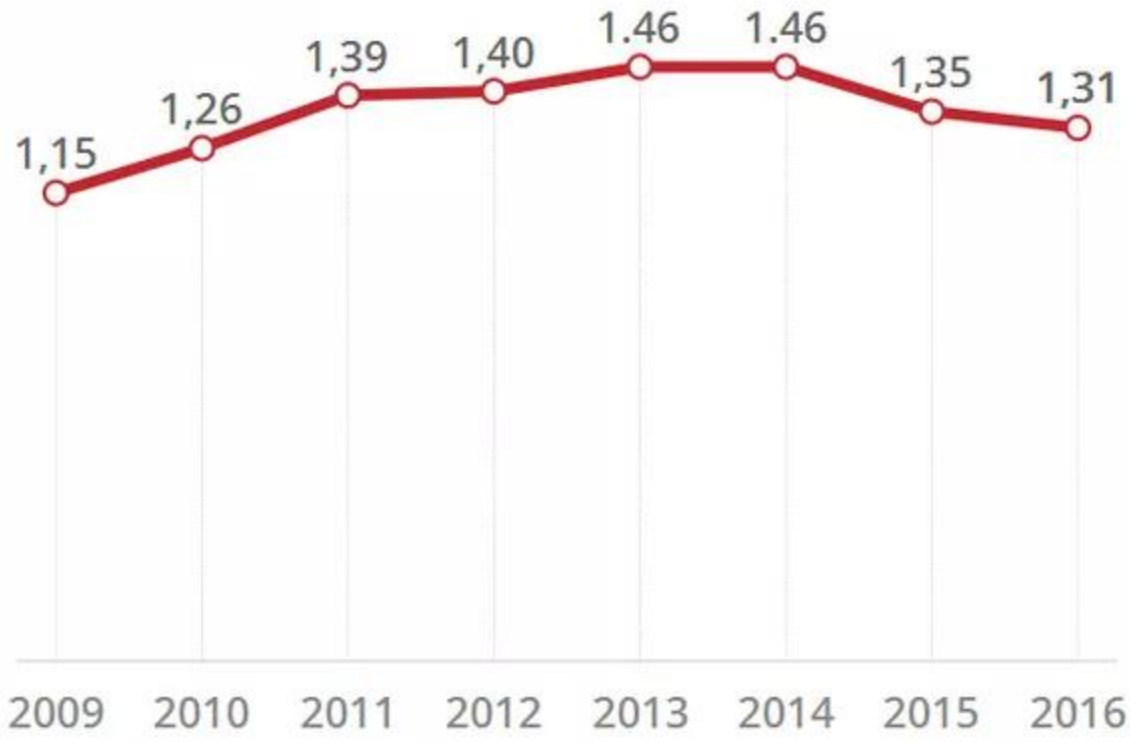
Quadro II – Necessidades de financiamento do setor público

Fluxos acumulados no ano (R$ milhões Correntes)

Discriminação	2014				2015				2016	
	Jan-Set		Ano		Jan-Set		Ano		Jan-Nov	
	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB	Fluxos	% PIB
Nominal	224 429	5,34	343 916	6,05	416 742	9,53	613 035	10,38	457 578	7,96
Governo Central	188 011	4,47	271 542	4,77	361 777	8,27	513 896	8,70	384 217	6,69
Governo Federal[1/]	202 920	4,83	294 216	5,17	387 016	8,85	544 184	9,22	389 328	6,78
Bacen	-14 909	-0,35	-22 675	-0,40	-25 240	-0,58	-30 288	-0,51	-5 112	-0,09
Governos regionais	32 158	0,76	64 695	1,14	47 446	1,09	89 090	1,51	67 622	1,18
Governos estaduais	29 473	0,70	59 714	1,05	38 761	0,89	73 260	1,24	59 209	1,03
Governos municipais	2 686	0,06	4 982	0,09	8 686	0,20	15 830	0,27	8 413	0,15
Empresas estatais	4260	0,10	7679	0,14	7519	0,17	10 048	0,17	5 740	0,10
Empresas estatais federais[2/]	935	0,02	1780	0,03	781	0,02	1 915	0,03	538	0,01
Empresas estatais estaduais	3315	0,08	5 918	0,10	6663	0,15	8 045	0,14	5 223	0,09
Empresas estatais municipais	10	0,00	-19	-0,00	75	0,00	89	0,00	-21	-0,00
Juros nominais	209 143	4,97	311 380	5,48	408 319	9,34	501 786	8,50	372 525	6,48
Governo Central	168 541	4,01	251 070	4,41	340 052	7,78	397 240	6,73	288 992	5,03
Governo Federal[1/]	183 472	4,36	273 860	4,82	365 886	8,37	428 228	7,25	294 999	5,13
Bacen	-14 931	-0,36	-22 789	-0,40	-25 834	-0,59	-30 987	-0,52	-6 007	-0,10
Governos regionais	38 218	0,91	56 905	1,00	63 813	1,46	98 775	1,67	78 354	1,36
Governos estaduais	30 967	0,74	46 468	0,82	53 255	1,22	82 335	1,39	69 992	1,22
Governos municipais	7 251	0,17	10 437	0,18	10 559	0,24	16 439	0,28	8 362	0,15
Empresas estatais	2 385	0,06	3 405	0,06	4 454	0,10	5 771	0,10	5 179	0,09
Empresas estatais federais[2/]	-256	-0,01	-228	-0,00	287	0,01	186	0,00	-233	-0,00
Empresas estatais estaduais	2 442	0,06	3 378	0,06	3 948	0,09	5 300	0,09	5 185	0,09
Empresas estatais municipais	198	0,00	255	0,00	219	0,00	285	0,00	227	0,00
Primário	15 286	0,36	32 536	0,57	8 423	0,19	111 249	1,88	85 053	1,48
Governo Central	19 471	0,46	20 472	0,36	21 725	0,50	116 656	1,98	95 225	1,66
Governo Federal	-28 215	-0,67	-36 341	-0,64	-33 125	-0,76	30 138	0,51	-48 533	-0,84
Bacen	22	0,00	115	0,00	595	0,01	699	0,01	896	0,02
INSS	47 664	1,13	56 698	1,00	54 255	1,24	85 818	1,45	142 862	2,49
Governos regionais	-6 060	-0,14	7 790	0,14	-16 367	-0,37	-9 684	-0,16	-10 732	-0,19
Governos estaduais	-1 494	-0,04	13 246	0,23	-14 494	-0,33	-9 075	-0,15	-10 784	-0,19
Governos municipais	-4 565	-0,11	-5 455	-0,10	-1 873	-0,04	- 609	-0,01	52	0,00
Empresas estatais	1 875	0,04	4 274	0,08	3 066	0,07	4 278	0,07	561	0,01
Empresas estatais federais[2/]	1 191	0,03	2 008	0,04	494	0,01	1 729	0,03	771	0,01
Empresas estatais estaduais	873	0,02	2 541	0,04	2 715	0,06	2 745	0,05	37	0,00
Empresas estatais municipai	- 189	-0,00	- 275	-0,00	- 143	-0,00	- 196	-0,00	- 248	-0,00
PIB acumulado no ano*	4 204 652	-	5 687 309	-	4 372 704	-	5 904 331	-	5 745 394	-

Arrecadação

Em R$ trilhão, valores corrigidos pela inflação



FONTE: Receita Federal

G1

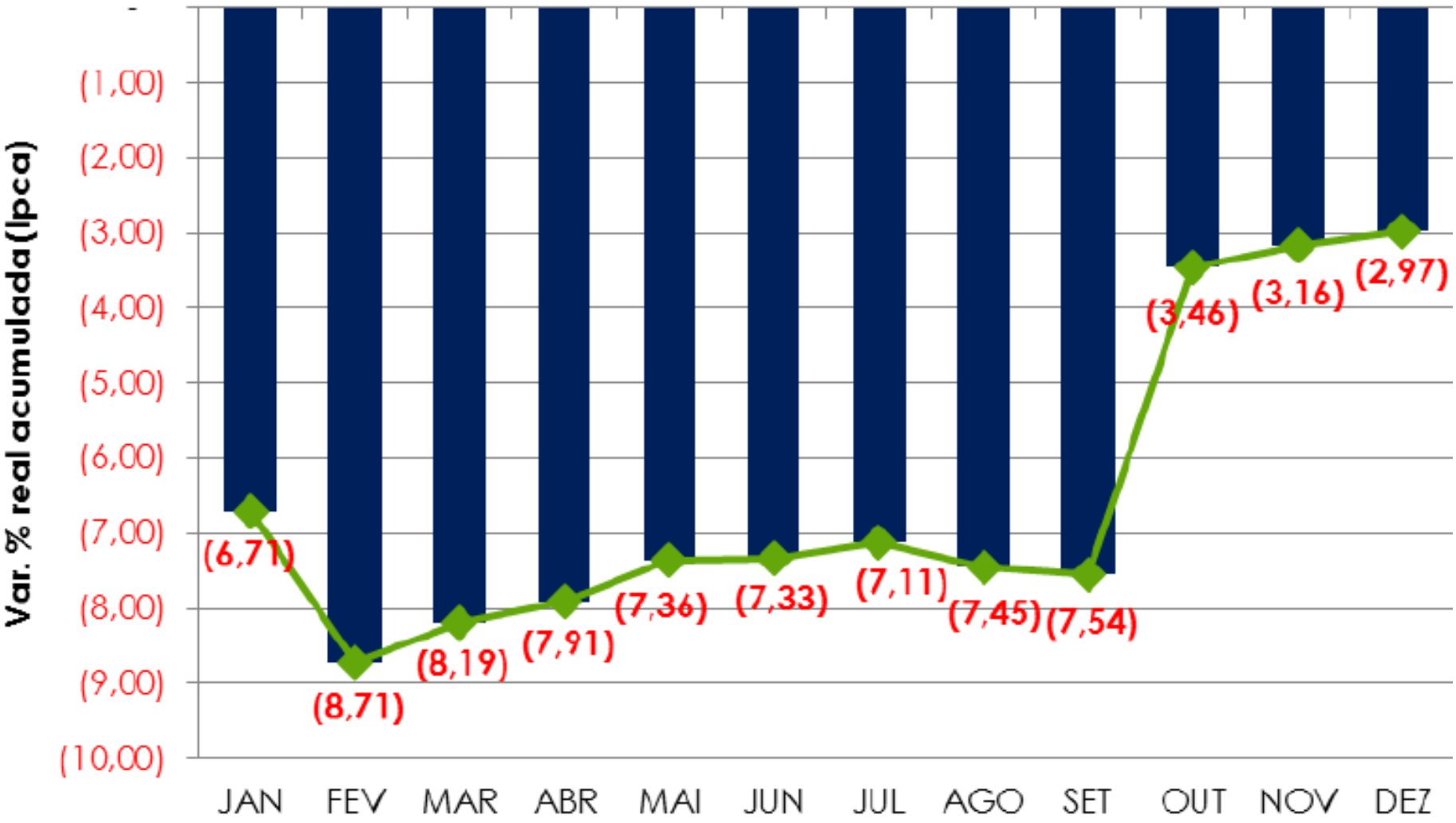
Infográfico elaborado em: 27/01/2017

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/2015

UNIDADE: R$ MILHÕES

MÊS	ARRECADAÇÃO (PREÇOS CORRENTES)		VARIAÇÃO (%)		
	JAN-DEZ/16 [A]	JAN-DEZ/15 [B]	NOMINAL [A]/[B]	REAL (IPCA) [A]/[B]	
				MÊS	ACUM.
JAN	129.385	125.282	3,28	(6,71)	(6,71)
FEV	87.851	89.982	(2,37)	(11,53)	(8,71)
MAR	95.779	94.112	1,77	(6,96)	(8,19)
ABR	110.895	109.241	1,51	(7,10)	(7,91)
MAI	95.219	91.500	4,06	(4,81)	(7,36)
JUN	98.129	97.091	1,07	(7,14)	(7,33)
JUL	107.416	104.868	2,43	(5,80)	(7,11)
AGO	91.808	93.738	(2,06)	(10,12)	(7,45)
SET	94.770	95.239	(0,49)	(8,27)	(7,54)
OUT	148.801	103.530	43,73	33,24	(3,46)
NOV	102.245	95.461	7,11	0,11	(3,16)
DEZ	127.607	121.502	5,02	(1,19)	(2,97)
TOTAL	**1.289.904**	**1.221.546**	**5,60**	**-**	**(2,97)**

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/2015

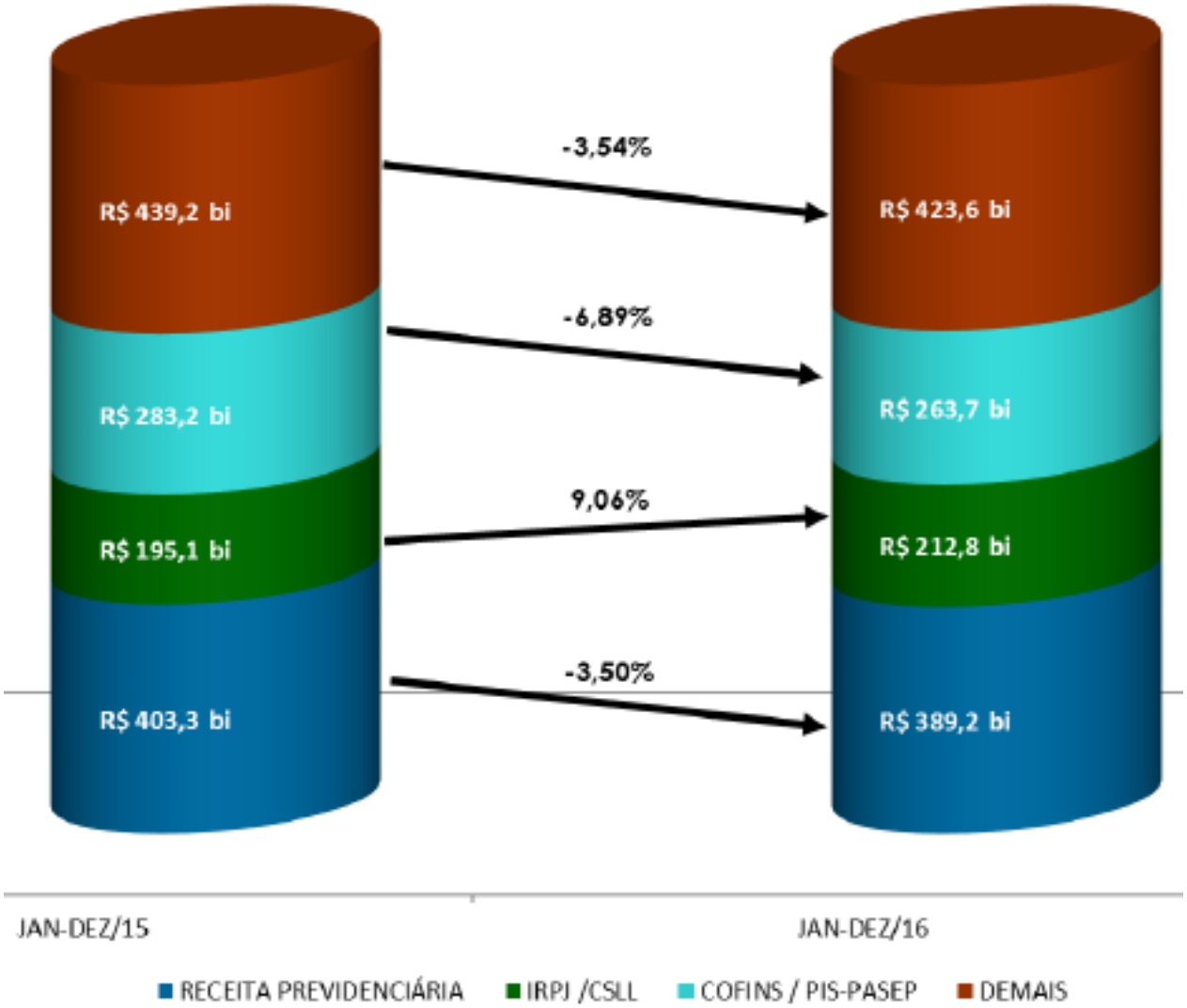


ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/2015
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)

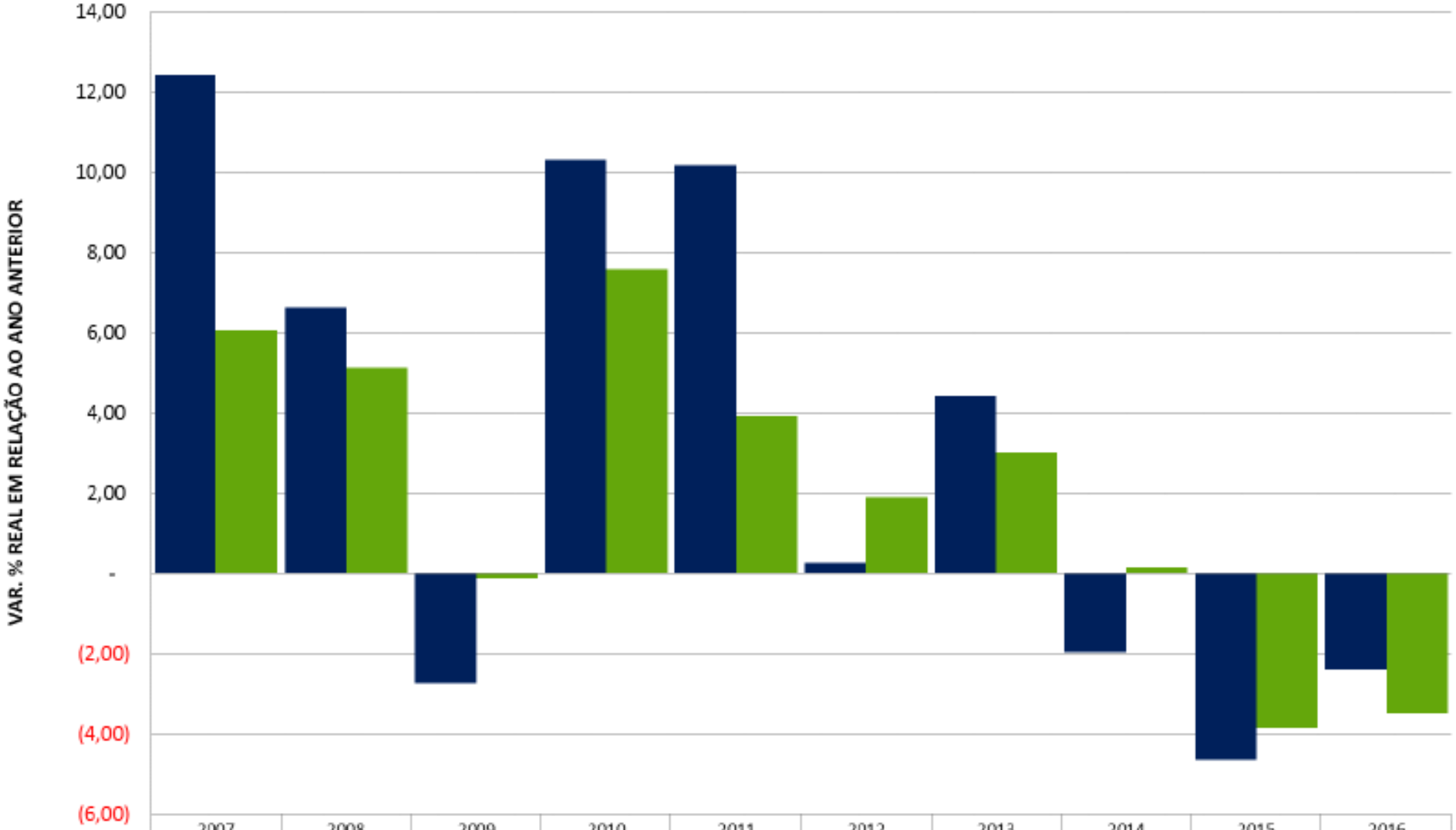
UNIDADE: R$ MILHÕES

RECEITAS	JAN-DEZ/16 [A]	JAN-DEZ/15 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]%
COFINS / PIS-PASEP	263.698	283.204	(19.506)	(6,89)
I. IMPORTAÇÃO / IPI-VINCULADO	45.809	61.944	(16.135)	(26,05)
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	389.212	403.309	(14.097)	(3,50)
IOF	34.324	38.423	(4.100)	(10,67)
IPI (Exceto Vinculado)	32.073	36.007	(3.934)	(10,93)
IRRF-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	24.906	26.797	(1.892)	(7,06)
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	101.679	103.439	(1.760)	(1,70)
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	10.324	11.502	(1.177)	(10,24)
IRPF	31.111	31.566	(455)	(1,44)
CIDE-COMBUSTÍVEIS	5.809	3.607	2.202	61,03
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	60.120	57.777	2.343	4,06
IRPJ /CSLL	212.757	195.088	17.669	9,06
DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS	77.490	68.121	9.369	13,75
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	**1.289.312**	**1.320.785**	**(31.473)**	**(2,38)**

ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO - 2016/2015
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)

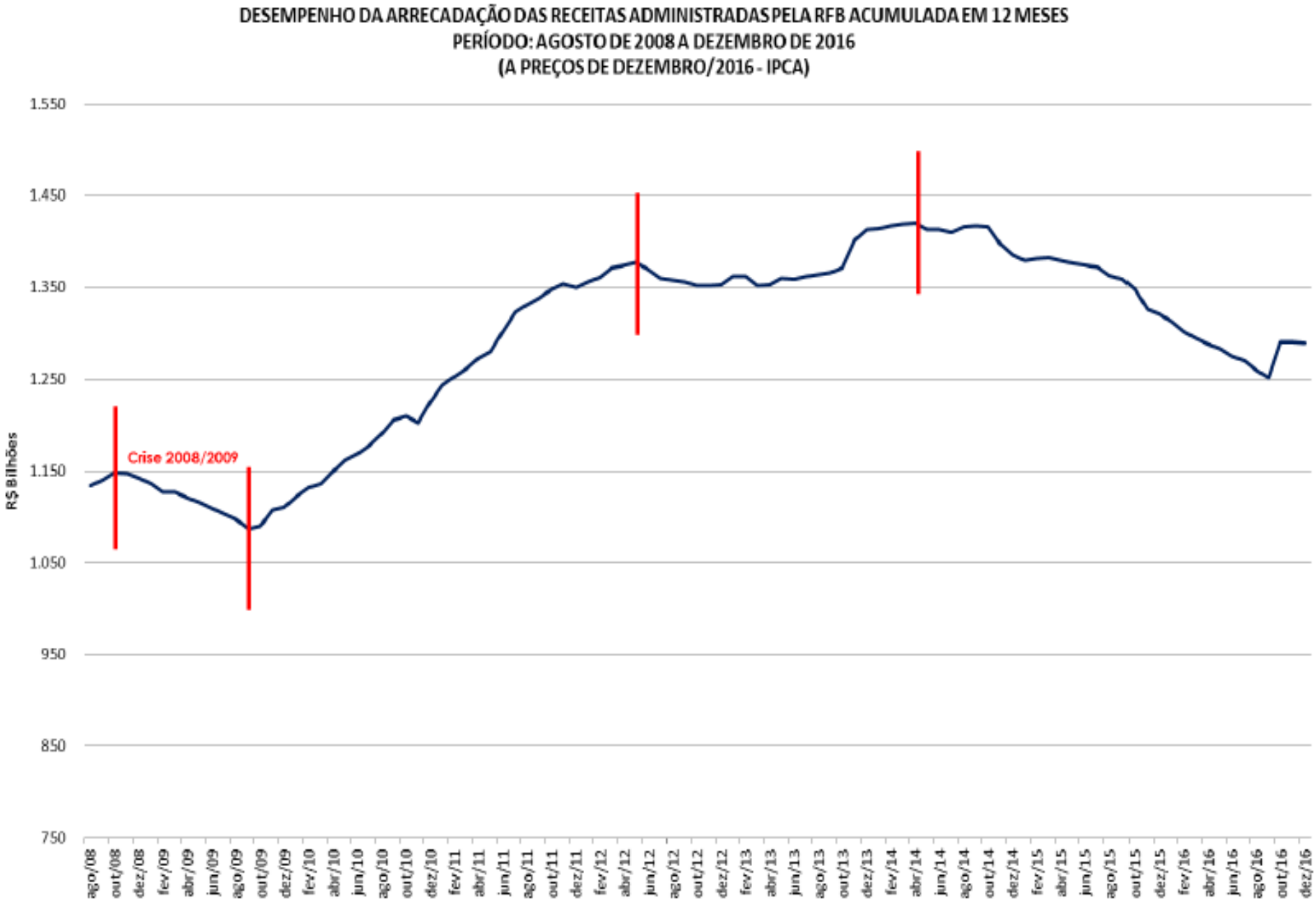


VARIAÇÃO % REAL DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB X VARIAÇÃO % REAL DO PIB
PERÍODO: 2007 A 2016



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ARRECADAÇÃO	12,43	6,65	(2,74)	10,30	10,16	0,27	4,41	(1,95)	(4,66)	(2,38)
PIB	6,06	5,13	(0,12)	7,58	3,94	1,91	3,02	0,14	(3,84)	(3,49)

Obs.: PIB de 2016, valores estimados.


DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB ACUMULADA EM 12 MESES
PERÍODO: AGOSTO DE 2008 A DEZEMBRO DE 2016
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)
R$ Bilhões
1.550
1.450
1.350
1.250
1.150
1.050
950
850
750
Crise 2008/2009
ago/08
out/08
dez/08
fev/09
abr/09
jun/09
ago/09
out/09
dez/09
fev/10
abr/10
jun/10
ago/10
out/10
dez/10
fev/11
abr/11
jun/11
ago/11
out/11
dez/11
fev/12
abr/12
jun/12
ago/12
out/12
dez/12
fev/13
abr/13
jun/13
ago/13
out/13
dez/13
fev/14
abr/14
jun/14
ago/14
out/14
dez/14
fev/15
abr/15
jun/15
ago/15
out/15
dez/15
fev/16
abr/16
jun/16
ago/16
out/16
dez/16

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: JANEIRO DE 2007 A DEZEMBRO DE 2016
(A PREÇOS DE DEZEMBRO/2016 - IPCA)

UNIDADE: R$ MILHÕES

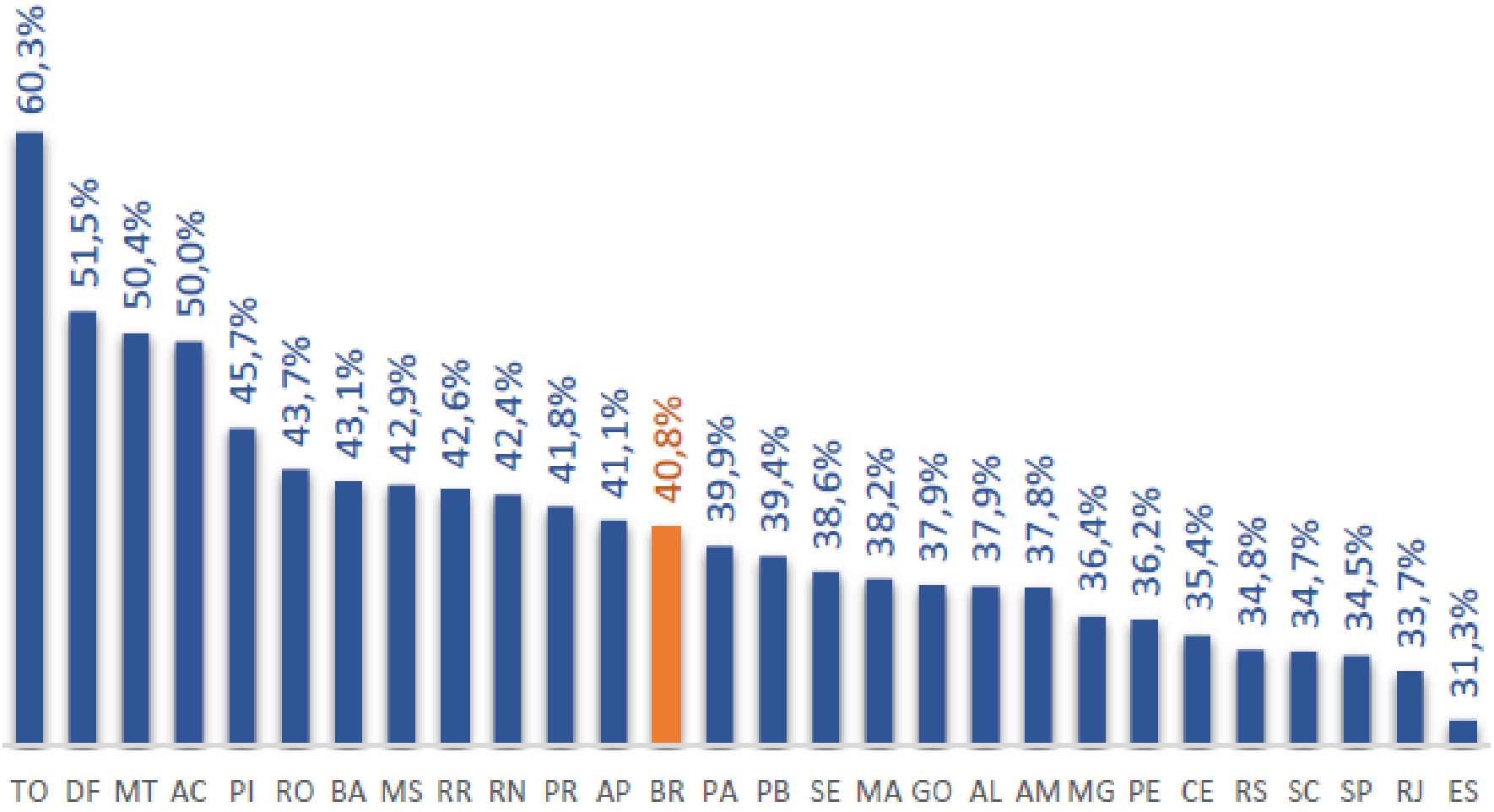
MÊS	ARRECADAÇÃO									
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
JAN	135.796	145.567	153.947	152.555	143.125	134.969	117.021	103.248	110.633	92.537
FEV	91.381	103.291	102.791	99.363	99.874	94.301	85.856	75.588	85.538	77.538
MAR	99.201	106.625	106.119	104.180	114.169	103.547	94.396	89.305	89.681	83.403
ABR	114.162	122.893	128.851	127.667	127.576	123.270	111.722	95.787	104.145	93.690
MAI	97.265	102.179	106.471	113.212	107.004	103.067	96.160	82.695	87.611	83.238
JUN	99.888	107.572	110.259	110.118	111.219	119.015	96.707	89.155	95.953	89.848
JUL	108.776	115.473	119.210	121.151	120.081	129.628	106.861	96.466	106.135	91.776
AGO	92.563	102.991	113.570	107.611	104.806	106.768	98.761	85.825	92.204	88.444
SET	95.473	104.078	108.552	107.562	105.754	106.907	99.428	84.620	94.855	88.983
OUT	149.516	112.218	126.561	128.271	121.669	125.777	115.345	112.031	111.221	99.835
NOV	102.552	102.438	123.852	142.134	111.845	111.349	104.660	118.571	94.438	95.375
DEZ	127.607	129.142	134.975	148.156	136.870	135.573	139.333	120.174	112.573	117.648
JAN-DEZ	**1.314.181**	**1.354.466**	**1.435.157**	**1.461.980**	**1.403.993**	**1.394.171**	**1.266.248**	**1.153.465**	**1.184.987**	**1.102.315**

25/11/2016 às 05h00 1 Estados gastam 25% da folha com aposentadorias e pensões

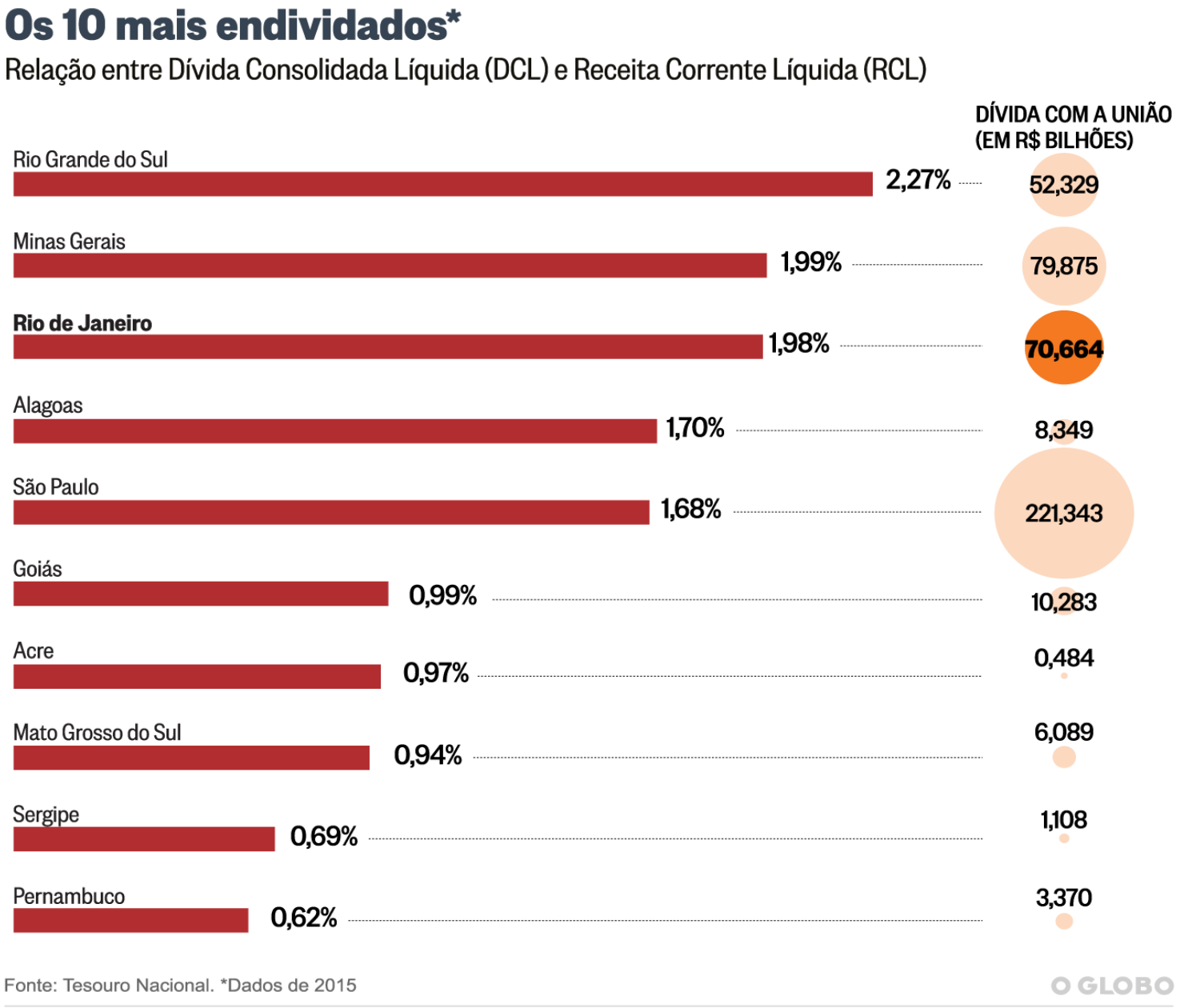
Fonte: Valor Econômico – 25 de novembro de 2016

Estados

Despesa com Pessoal Ativo – Poder Executivo Valores em % da RCL



Fonte: SICONFI/STN e diversos (vide Anexo I). Elaboração José Roberto Afonso.



Fonte: Valor Econômico - 29 de dezembro de 2016

Estados

Diferenças regionais

Idade média de aposentadoria dos trabalhadores urbanos

UF	Idade média*	PIB per capita** - R$ (mil)	Expectativa de sobrevida aos 60 anos (2014)
SC	57,2	32,3	23,29
RS	57,8	29,7	22,58
SP	60	39,1	22,68
PR	60,1	30,3	22,16
Brasil	**60,7**	**26,4**	**22**
ES	61,2	30,5	23,66
MG	61,4	23,6	22,75
RJ	61,5	38,3	21,89
SE	61,6	16	20,29
RN	62	15,3	22,09
DF	62	62,9	22,83
AL	62,1	11,3	20,16
BA	62,6	13,6	21,39
CE	62,6	12,4	21,19
PB	62,6	11,8	20,84
PE	62,6	15,3	20,55
GO	62,8	23,5	21,02
PI	62,8	9,8	19,55
AM	63,5	21,9	20,11
MS	63,5	26,7	21,74
MT	63,8	28	21,05
PA	63,9	15,2	20,23
AC	63,9	14,7	21,12
RO	64	17,9	19,23
MA	64,3	9,9	20,02
TO	64,3	16	20,95
AP	64,6	17,3	21,42
RR	64,8	18,5	19,38

55,0 — 69,0

Fonte: Microdados das concessões do INSS de 2014. Elaboração: Rogério Costanzi Nagamine e Graziela Ansiliero.*Inclui as modalidades por tempo de contribuição, por idade e o acesso a BPC/LOAS. **Dados de 2013

Fonte: Valor Econômico - 04 de novembro de 2016

No sufoco

CAPITAIS COM PIORA NA RELAÇÃO ENTRE A DÍVIDA E A RECEITA (EM MILHÕES, ATÉ O 2º QUADRIMESTRE)

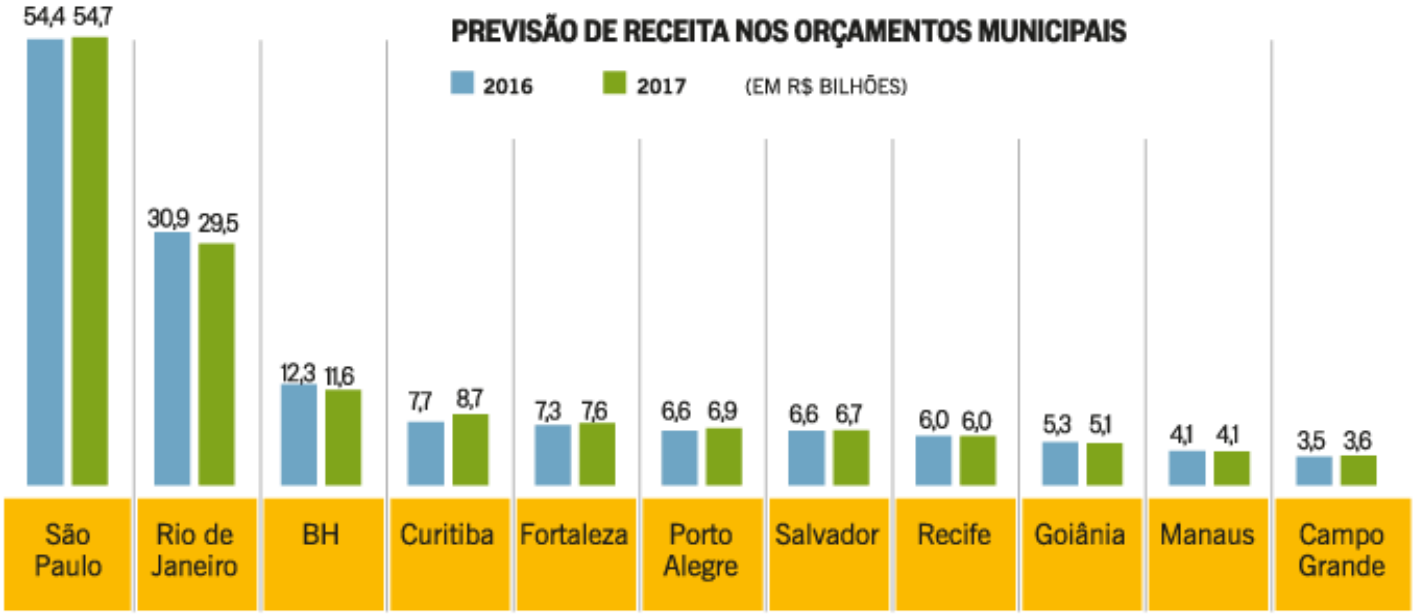
	Cuiabá		Porto Alegre		Manaus		Florianópolis		Recife	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Dívida consolidada líquida (DCL)*	365,0	542,7	443,9	834,2	-284,4***	32,5	386,4	463,1	490,1	600
Receita corrente líquida (RCL)**	1.451,2	1.734,4	4.806,4	5.279,5	3.547,8	3.554,1	1.293,3	1.396,3	3.724,4	3.788,5
Relação DCL/RCL (percentual da dívida sobre a receita)	25%	31%	9%	15%	-8%	0%	29%	33%	13%	15%

	Aracaju		Natal		Porto Velho		Belém	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Dívida consolidada líquida (DCL)*	131,7	162,0	284,6	369,5	6,0	136	313,3	480,9
Receita corrente líquida (RCL)**	1.413,1	1.488,2	1.641,6	1.648,3	982,6	1.038,1	2.546,4	2.432,9
Relação DCL/RCL (percentual da dívida sobre a receita)	9%	10%	17%	22%	0%	13%	12%	19%

*Dívida consolidada líquida (DCL) é toda a dívida municipal excluindo-se os restos a pagar e o dinheiro disponível em caixa
**Receita corrente liquida (RCL) inclui receita tributária e de transferências correntes recebidas pela prefeitura, excluindo, por exemplo, contribuições previdenciárias
***O valor é negativo porque, nesse caso, havia mais dinheiro em caixa e restos a pagar do que dívida

Fonte: G1- 01 de janeiro de 2017. Elaboração José Roberto Afonso

Municípios



Comprometimento de gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida

Em municípios com mais de 200 mil habitantes, de 2014 a 2016

	2014	2015	2016
Acima de 60%	9 municípios (6,4%)	19 municípios (13,8%)	24 municípios (20,3%)
De 55% a 60%	17 municípios (18,4%)	24 municípios (31,2%)	28 municípios (44,1%)

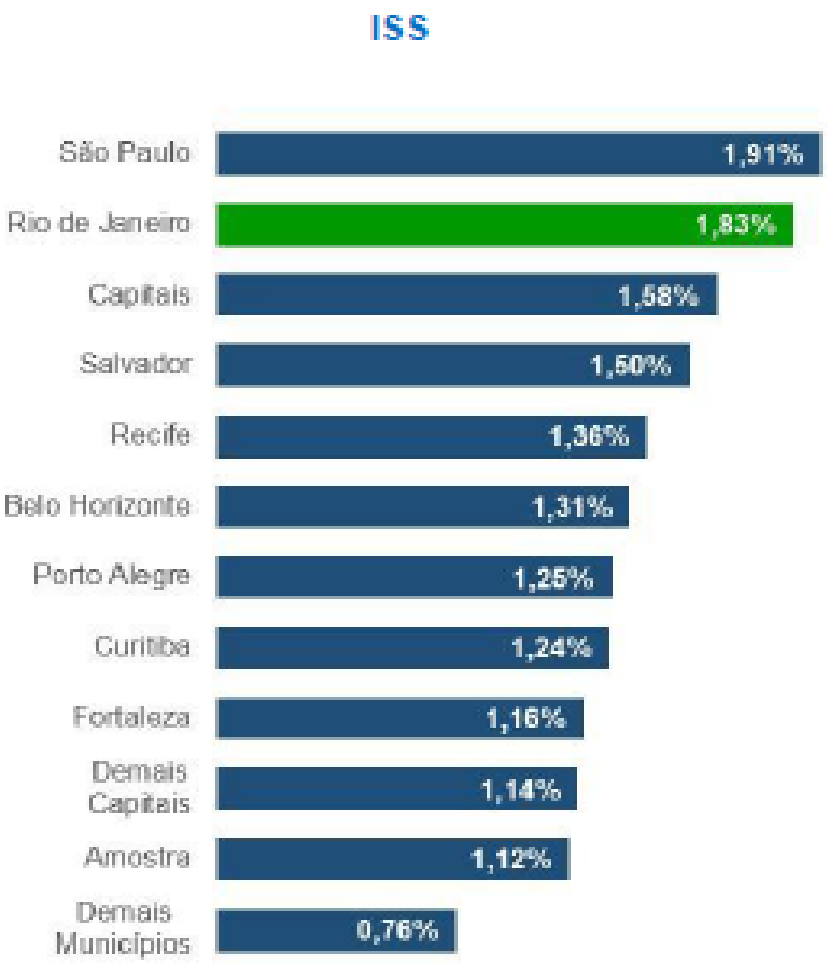
Fonte: Estudo do economista Raul Velloso com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional

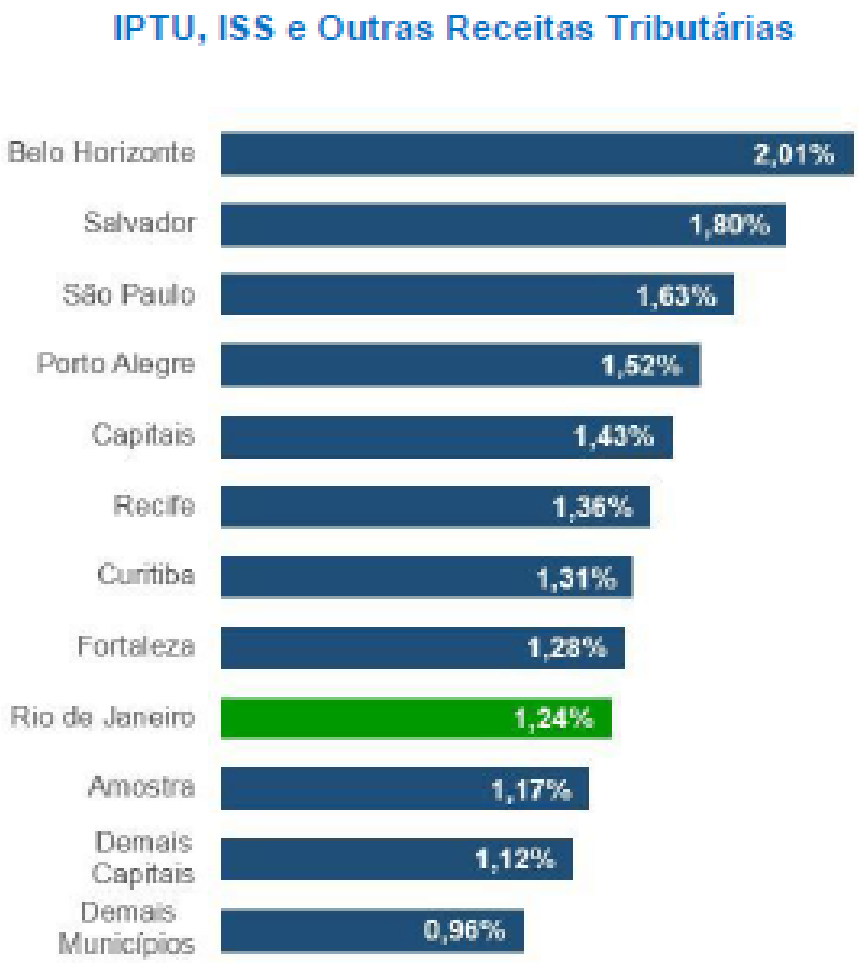
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Orçamentos Municipais

O GLOBO

Fonte: G1- 01 de janeiro de 2017. Elaboração José Roberto Afonso

Carga Tributária Local – 2015: em % do PIB Municipal ISS IPTU, ISS e Outras Receitas Tributárias





Fontes: RREO/ IBGE. Elaboração José Roberto Afonso (p. 8)

Nota: PIB de 2015 estimado a partir do PIB do IBGE para 2013 e suposta variação igual a nacional

Fonte: G1- 01 de janeiro de 2017. Elaboração José Roberto Afonso

Municípios

Município do RJ: Demonstrativo de Resultado Primário em 2008 e 2016 – R$ milhões constantes

Demonstrativo de Resultado Primário	2008	2015	2016	15 x 08	16 x 08	16 x 15
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**16.839**	**24.884**	**24.691**	**47,8%**	**46,6%**	**-0,8%**
Receitas Tributárias	**7.605**	**10.442**	**9.869**	**37,3%**	**29,8%**	**-5,5%**
IPTU	1.980	2.210	2.273	11,6%	14,8%	2,9%
ISS	4.067	6.232	5.632	53,3%	38,5%	-9,6%
ITBI	571	726	588	27,1%	3,1%	-18,9%
IRRF	570	823	926	44,4%	62,6%	12,6%
Outras Receitas Tributárias	418	452	448	7,9%	7,2%	-0,7%
Transferências Correntes	**6.394**	**7.700**	**7.149**	**20,4%**	**11,8%**	**-7,1%**
Cota-Parte do FPM	203	220	211	8,2%	4,0%	-3,9%
Cota-Parte do ICMS	1.902	2.085	1.835	9,6%	-3,5%	-12,0%
Convênios	38	88	131	133,7%	248,8%	49,3%
Outras Transferências Correntes	4.251	5.307	4.971	24,8%	16,9%	-6,3%
Demais Receitas Correntes	**2.839**	**6.742**	**7.673**	**137,5%**	**170,3%**	**13,8%**
Dívida Ativa	251	537	411	114,2%	63,9%	-23,5%
Diversas Receitas Correntes	2.588	6.205	7.262	139,8%	180,6%	17,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	**201**	**917**	**820**	**355,1%**	**306,8%**	**-10,6%**
Transferências de Capital	**201**	**917**	**820**	**355,0%**	**306,8%**	**-10,6%**
Convênios Transf. Capital	170	864	792	407,6%	365,5%	-8,3%
Outras Transferências de Capital	31	53	27	68,8%	-12,7%	-49,3%
Outras Receitas de Capital	**0**	**0**	**0**	-	-	**-100,0%**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (III) = (I + II)	**17.040**	**25.801**	**25.511**	**51,4%**	**49,7%**	**-1,1%**
DESPESAS CORRENTES (IV)	**14.879**	**22.656**	**23.647**	**52,3%**	**58,9%**	**4,4%**
Pessoal e Encargos Sociais	9.942	14.098	14.361	41,8%	44,5%	1,9%
Outras Despesas Correntes	4.938	8.559	9.286	73,3%	88,1%	8,5%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	**1.404**	**5.638**	**5.020**	**301,5%**	**257,5%**	**-11,0%**
Investimentos	1.399	5.361	4.592	283,3%	228,3%	-14,4%
Inversões Financeiras	5	277	429	5109,3%	7972,0%	55,0%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (VI) = (IV + V)	**16.283**	**28.294**	**28.667**	**73,8%**	**76,1%**	**1,3%**
RESULTADO PRIMÁRIO (VII) = (III - VI)	**757**	**-2.494**	**-3.156**	**-429,5%**	**-517,0%**	**26,5%**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**1.136**	**783**	**739**	**-31,1%**	**-34,9%**	**-5,5%**

Fonte: RREO / SICONFI - MF/STN. Elaboração José Roberto Afonso (p. 10)
Nota: Em 2016, considerado período set. /2015 a out. /2016.
Deflator: IPCA

Fonte: G1- 01 de janeiro de 2017. Elaboração José Roberto Afonso

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do

5º Bimestre

Cenário macroeconômico

Parâmetros	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Variação %
PIB real (%)	-3,0	-3,5	14,5
PIB Nominal (R$ bilhões)	6.253,7	6.220,5	-0,5
IPCA acum (%)	7,2	6,8	-5,6
IGP-DI acum (%)	7,7	7,3	-5,7
Taxa Over - SELIC Média (%)	14,1	14,0	-0,4
Taxa de Câmbio Média (R$ / US$)	3,5	3,5	-0,2
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	44,0	44,2	0,4
Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00)	880,0	880,0	0,0
Massa Salarial Nominal (%)	3,7	3,3	-8,5

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: SOF/MP.

Avaliação do 4º bimestre

Parâmetros Utilizados

Parâmetros	**LOA 2016**	Avaliação do 1º Bimestre	Avaliação do 2º Bimestre	Avaliação do 3º Bimestre	Avaliação do 3º Bimestre	Avaliação do 4º Bimestre
PIB real (%)	-1,88	-3,95	-3,8	-3,1	-3,0	-3,5
PIB Nominal (R$ bilhões)	6.116,9	6.247,1	6.198,9	6.247,9	6.253,7	6.220,5
IPCA acum (%)	6,47	7,44	7,0	7,2	7,2	6,8
IGP-Dl acum (%)	6,00	7,84	7,2	8,6	7,7	7,3
Taxa Over - SELIC Média (%)	13,99	14,17	14,0	14,0	14,1	14,0
Taxa de Câmbio Média (R$ / US$)	4,09	4,18	3,7	3,5	3,5	3,5
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	52,16	40,78	43,4	45,2	44,0	44,2
Valor do Salário Mínimo (R$ 1,00)	870,99	880,0	880,0	880,0	880,0	880,0
Massa Salarial Nominal (%)	1,95	2,97	2,44	3,3	3,7	3,3

Receita

R$ milhões

Discriminação	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
I. RECEITA TOTAL	**1.278.795,1**	**1.305.760,8**	**26.965,7**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	**780.087,6**	**811.492,0**	**31.404,4**
Imposto de Importação	31.013,1	30.251,1	(762,0)
IPI	43.042,2	42.082,5	(959,8)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	314.931,8	335.199,0	20.267,2
IOF	34.361,7	33.229,1	(1.132,6)
COFINS	207.810,8	204.307,7	(3.503,1)
PIS/PASEP	55.331,5	54.387,9	(943,5)
CSLL	67.877,4	67.769,0	(108,4)
CPMF	0,0	0,0	0,0
CIDE - Combustíveis	5.912,4	5.945,0	32,7
Outras Administradas pela RFB/MF	19.806,7	38.320,6	18.513,9
Arrecadação Líquida para o RGPS	**359.087,2**	**358.295,1**	**(792,1)**
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	**139.620,4**	**135.973,7**	**(3.646,6)**
Concessões e Permissões	22.800,0	21.776,6	(1.023,4)
Complemento do FGTS	5.311,2	5.263,4	(47,7)
Cont. para o Plano de Seguridade do Servidor	12.550,0	12.462,7	(87,3)
Contribuição do Salário-Educação	19.619,2	19.502,4	(116,8)
Cota-Parte de Compensações Financeiras	24.141,8	22.767,8	(1.374,0)
Dividendos e Participações	3.126,0	2.640,9	(485,1)
Operações com Ativos	858,6	747,9	(110,8)
Receita Própria (fontes 50, 63 e 81)	15.491,9	14.830,7	(661,1)
Demais Receitas	35.721,6	35.981,3	259,7
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**207.087,1**	**216.178,7**	**9.091,5**
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	**1.071.708,0**	**1.089.582,1**	**17.874,1**

Fontes: RFB/MF; SOF/MP; STN/MF.
Elaboração: SOF/MP.

Despesas Obrigatórias

R$ milhões

Descrição	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Benefícios da Previdência	507.875,7	510.233,6	2.357,9
Pessoal e Encargos Sociais	259.968,6	259.402,4	(566,2)
Abono e Seguro Desemprego	59.866,1	56.338,3	(3.527,7)
Anistiados	251,0	210,0	(41,1)
Apoio Financeiro aos Estados e Municípios	2.900,0	2.900,0	0,0
Aporte à CDE	315,2	315,2	0,0
Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	708,6	605,5	(103,1)
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	48.853,6	49.071,6	218,0
Complemento do FGTS	5.311,2	5.263,4	(47,7)
Créditos Extraordinários	7.358,3	7.323,7	(34,6)
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	18.485,3	18.485,3	0,0
Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Exec	1.352,2	1.245,7	(106,4)
Fabricação de Cédulas e Moedas	800,0	800,0	0,0
Complementação ao FUNDEB	12.544,7	12.544,7	0,0
Fundo Constitucional do DF	1.185,0	1.160,7	(24,3)
Fundos FDA, FDNE e FDCO	555,9	0,0	(555,9)
Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	5.867,8	5.867,8	0,0
Reserva de Contingência	1,4	0,0	(1,4)
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	11.055,4	15.428,8	4.373,4
Subsídios, Subvenções e Proagro	30.284,4	26.084,4	(4.200,0)
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	298,3	292,7	(5,6)
Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012	805,1	881,6	76,5
Subtotal	**976.643,7**	**974.455,3**	**(2.188,5)**
Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	12.175,0	12.230,0	55,0
Total	**988.818,7**	**986.685,3**	**(2.133,4)**

Fontes: SOF/MP; STN/MF.
Elaboração: SOF/MP.

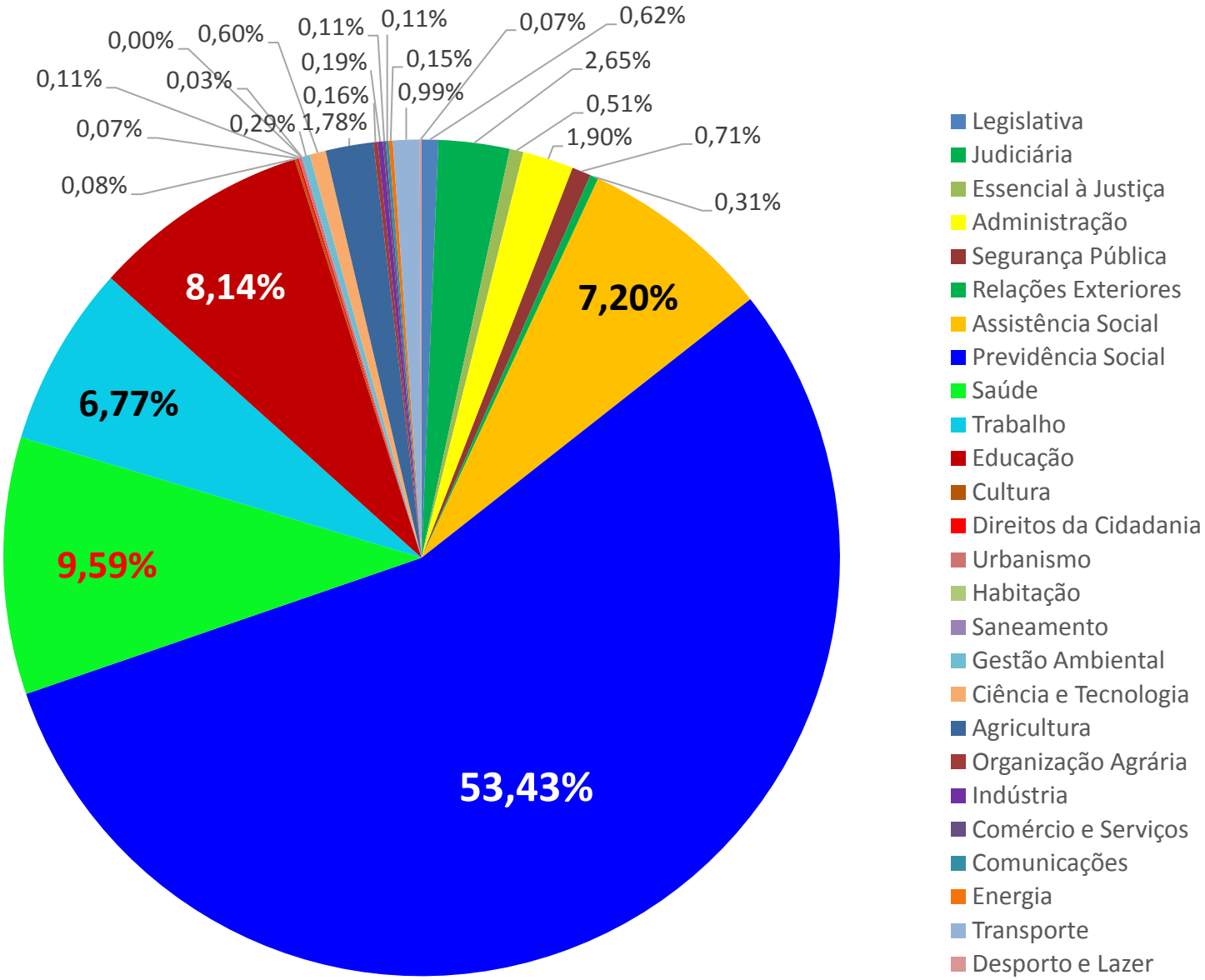
Resumo da programação orçamentária

R$ milhões

Discriminação	Avaliação do 4º Bimestre (a)	Avaliação do 5º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.278.795,1	1.305.760,8	26.965,7
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	780.087,6	811.492,0	31.404,4
Arrecadação Líquida para o RGPS	359.087,2	358.295,1	(792,1)
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	139.620,4	135.973,7	(3.646,6)
2. Transferências aos Entes Subnacionais por Repartição de	207.087,1	216.178,7	9.091,5
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	**1.071.708,0**	**1.089.582,1**	**17.874,1**
4. Despesas Primárias	1.242.204,0	1.240.070,6	(2.133,4)
5. Compensação Estatais e Estados e Municípios	0,0	3.800,0	3.800,0
6. Ampliação	**(0,0)**	**16.207,5**	**16.207,5**
7. Resultado do Governo Central (3 - 4 - 5 - 6)	**(170.496,0)**	**(170.496,0)**	**0,0**

CONTAS PÚBLICAS

Despesa Liquidada por Função (%) - 2015



PLOA 2016

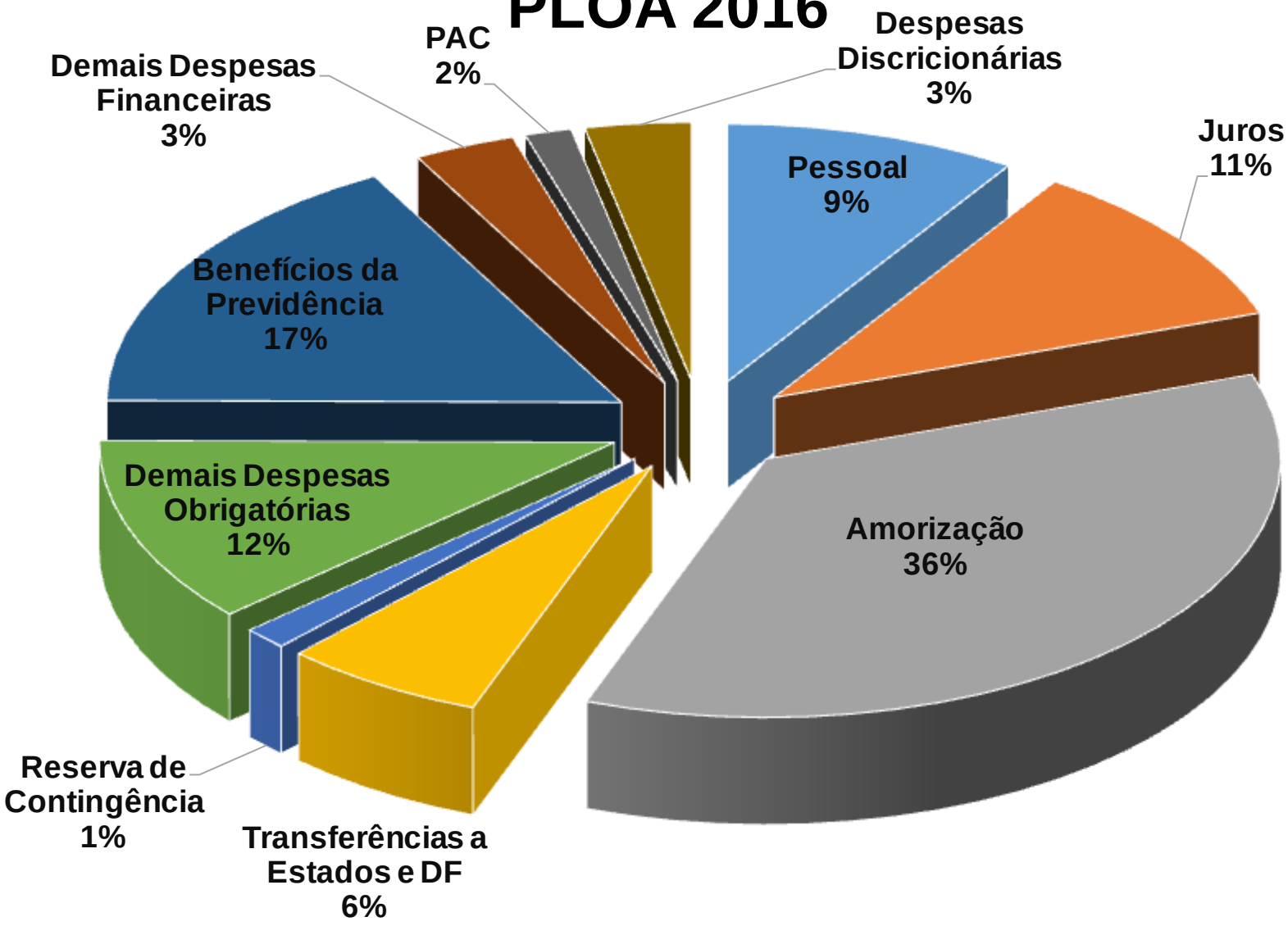
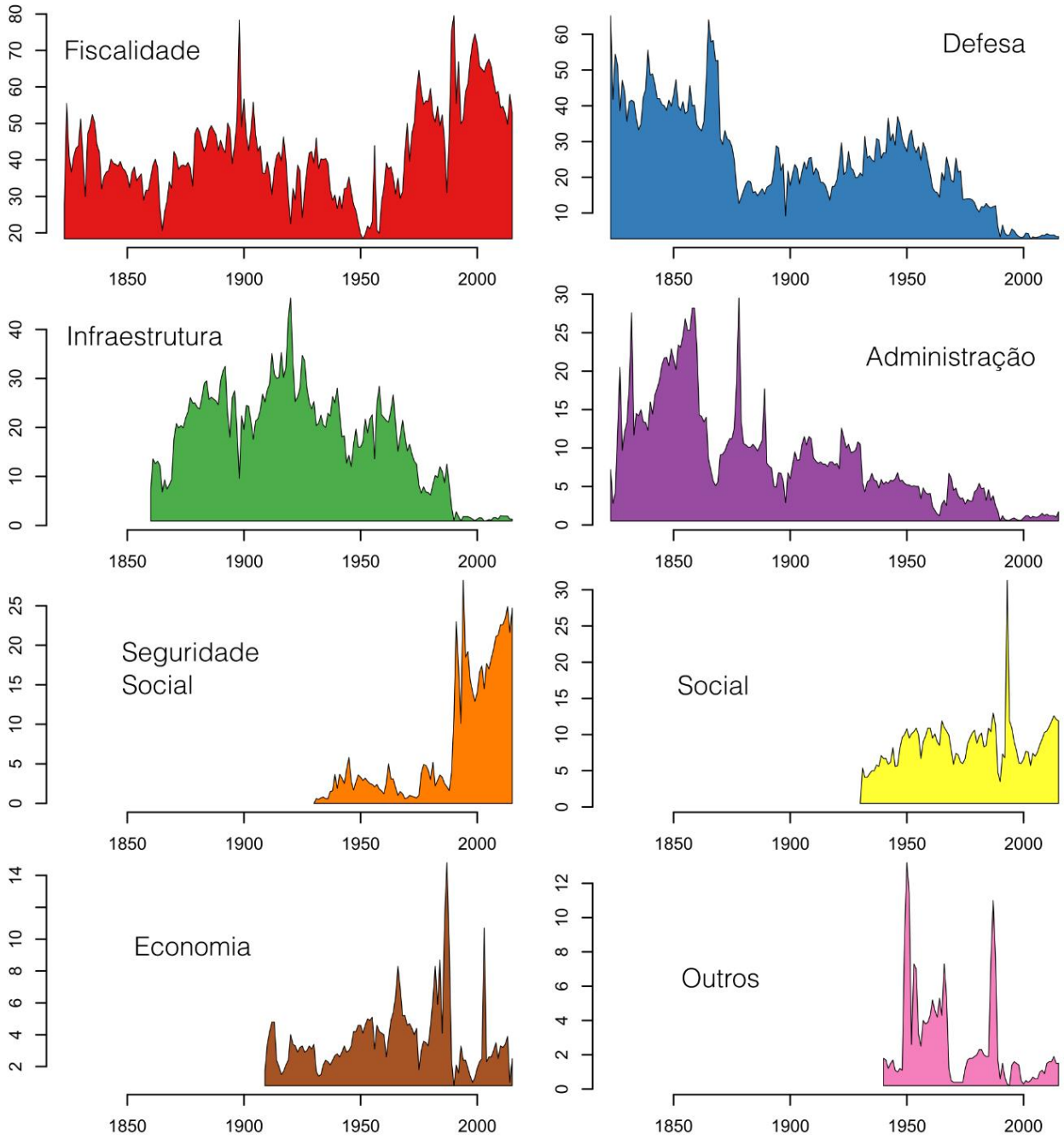

Demais Despesas Financeiras 3%
PAC 2%
Despesas Discricionárias 3%
Juros 11%
Pessoal 9%
Benefícios da Previdência 17%
Demais Despesas Obrigatórias 12%
Amorização 36%
Reserva de Contingência 1%
Transferências a Estados e DF 6%

Figura 4. Gasto dos ministérios por grandes grupos, em % (1822-2015).

Fontes: elaboração a partir de: DSE (1914). Finanças: Quadros sinópticos da receita e despesa do Brasil (período de 1822 a 1900). IBGE, Anuário Estatístico do Brasil (período entre 1901 e 2005). Balanço Geral da União (período entre 2006 e 2015) (CGU, 2009).

Notas: **Fiscalidade –** gastos realizados pelo Ministério da Fazenda; **Defesa –** exército, marinha, aeronáutica, e defesa a partir de 1999; **Infraestrutura –** transportes, comunicações e ciência e tecnologia; **Administração –** justiça, interior, relações exteriores, planejamento, orçamento e gestão, ministério público da união; **Seguridade Social –** trabalho e previdência social; **Social –** educação, saúde, assistência social, cultura, ação social, bem-estar social, reforma agrária, desenvolvimento agrário, esporte e desenvolvimento social e combate à fome; **Economia –** agricultura, indústria e comércio, minas e energia, integração regional, integração nacional e turismo; **Outros -** Presidência da República, meio ambiente, cidades, e desenvolvimento urbano.



REGRAS ATUAIS DA APOSENTADORIA

Veja os principais pontos da reforma

	COMO É HOJE	COMO PODE FICAR
Idade de aposentadoria	A soma da idade e tempo de contribuição deve ser de 85 para mulheres e 95 para homens	**65 anos** (com regra de transição para homens com mais de 50 anos e para mulheres com mais de 45 anos atualmente)
Tempo mínimo de contribuição	15 anos de contribuição	Passa a ser de **25 anos**
Aposentadoria rural	O trabalhador rural se aposenta com 55 anos (mulheres) e 60 (homens) e precisa comprovar 15 anos de trabalho no campo. O produtor contribui com um percentual sobre a receita bruta de sua produção	Trabalhadores rurais passarão a contribuir para o INSS, e se aposentam a partir dos **65 anos, com 25 de contribuição**
Servidores públicos	Há um regime próprio e separado da Previdência dos trabalhadores privados. Parte das aposentadorias vem das contribuições dos próprios servidores, e outra parte do governo	**Projeto prevê fim das diferenças** entre o regime de previdência geral e o público
Militares	Quando param de servir, os militares ficam inativos. As pensões integrais para filhas solteiras de militares foram extintas em 2000, mas ainda são pagas para quem recebia antes, até o fim da vida	**Nada muda** por enquanto. Um projeto de lei será enviado separadamente

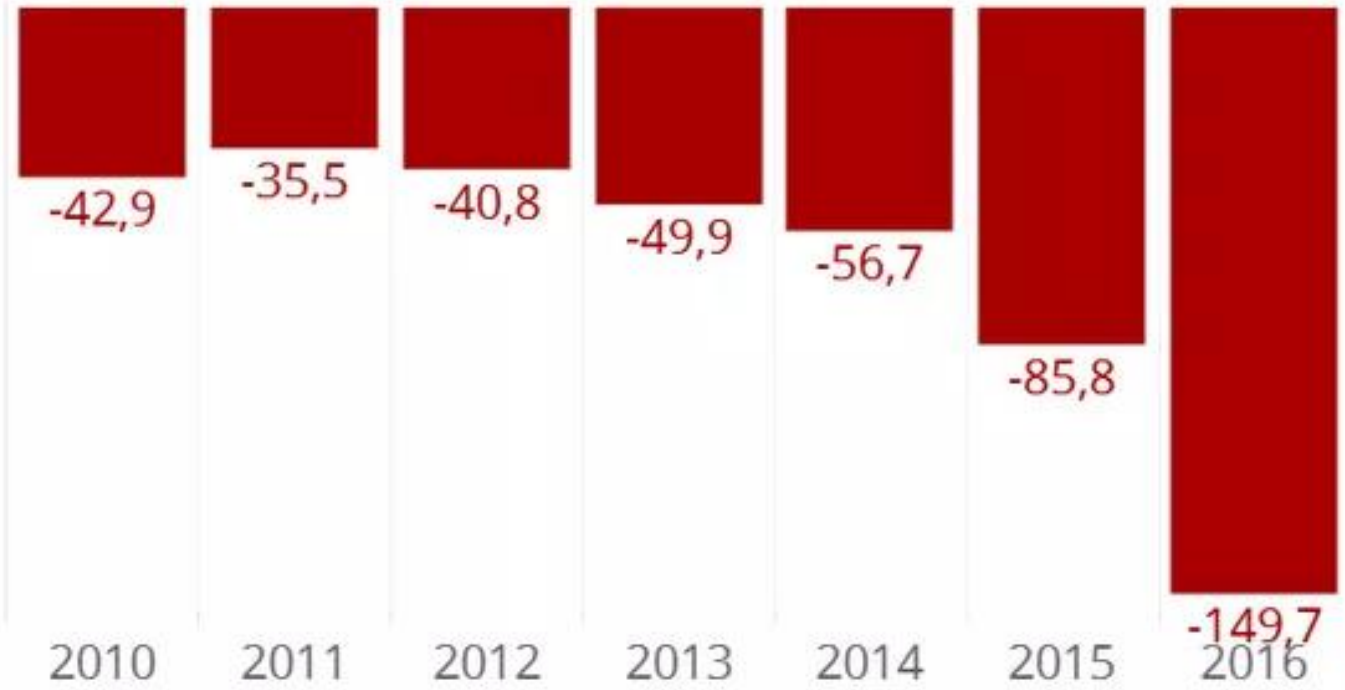
FONTE: Previdência Social e Planejamento

G1

Infográfico elaborado em: 06/12/2016

Déficit da Previdência

Evolução do rombo do INSS por ano, em R$ bilhões



FONTE: Mistério da Fazenda

G1

Infográfico elaborado em: 26/01/2017

Setor externo

Setor Externo

Quadro I - Balanço de pagamentos 2014 a 2016

US$ milhões

Discriminação	2014*	2015		2016						
	Ano	Dez	Ano	Jan	Mar	Jul	Set	Nov	Dez	Ano
I. Transações correntes	**- 104 181**	**- 2 443**	**- 58 942**	**- 4 817**	**- 855**	**- 4 050**	**- 3 339**	**- 878**	**- 5 881**	**- 23 507**
Balança comercial (bens)	- 6 629	6 068	17 670	643	4 258	4 327	2 108	4 516	4 203	45 037
Exportações[1/]	224 098	16 685	190 092	11 135	15 922	16 238	13 664	16 149	15 893	184 453
Importações[2/]	230 727	10 617	172 422	10 492	11 664	11 911	11 556	11 633	11 690	139 416
Serviços	- 48 107	- 2 515	- 36 978	- 1 383	- 2 904	- 2 326	- 2 782	- 2 349	- 3 382	- 30 449
Renda primária	- 52 170	- 6 455	- 42 357	- 4 316	- 2 449	- 6 278	- 2 996	- 3 315	- 6 979	- 41 055
Renda secundária (Transf Unilaterais)	2 725	459	2 724	238	240	226	330	271	277	2 960
II. Conta capital	**231**	**153**	**440**	**28**	**15**	**16**	**36**	**24**	**9**	**248**
III. Conta financeira[3/]	**- 100 599**	**- 477**	**- 56 692**	**- 4 422**	**- 355**	**- 3 551**	**- 3 218**	**- 652**	**- 5 748**	**- 16 197**
Investimento direto no exterior	26 040	2 675	13 498	- 351	1 524	178	1 029	217	- 129	7 748
Participação no capital[4/]	25 328	2 608	14 337	- 425	1 908	285	1 013	- 126	- 194	7 973
Operações intercompanhia	712	67	- 839	73	- 385	- 107	16	343	66	- 225
Investimento direto no país	96 895	14 611	75 075	5 455	5 557	78	8 400	8 752	15 409	78 929
Participação no capital[5/]	57 918	13 141	56 421	2 767	3 090	- 1 977	4 669	6 894	8 811	54 021
Operações intercompanhia	38 977	1 470	18 653	2 688	2 468	2 055	3 731	1 858	6 599	24 908
Investimento em carteira – ativos	2 820	- 2 158	- 2 148	- 321	525	272	313	- 724	126	- 169
Ações e cotas em fundos	2 144	- 523	- 98	- 318	527	299	338	- 724	95	- 626
Títulos de renda fixa	675	- 1 635	- 2 050	- 3	- 3	- 27	- 25	- 0	30	456
Investimento em carteira – passivos	41 527	- 4 354	18 500	- 2 285	1 652	3 373	- 1 672	- 839	- 1 303	- 19 815
Ações e cotas em fundos	11 773	- 1 390	10 030	4	2 027	2 945	1 603	194	1 254	10 586
Títulos de renda fixa	29 754	- 2 965	8 469	- 2 289	- 375	427	- 3 275	- 1 033	- 2 557	- 30 401
Derivativos – ativos e passivos	1 568	222	3 450	724	- 361	160	115	307	107	- 969
Outros investimentos – ativos[6/]	50 667	7 711	46 195	- 2 672	8 717	- 3 899	1 299	8 005	6 129	36 904
Outros investimentos – passivos[6/]	54 103	- 1 391	25 681	- 1 022	- 1 141	1 632	- 1 237	1 332	- 1 820	9 834
Ativos de reserva	10 833	- 61	1 569	346	- 4 692	4 821	- 484	789	306	9 237
Erros e omissões	**3 351**	**1 813**	**1 810**	**368**	**485**	**221**	**86**		**125**	**7 062**

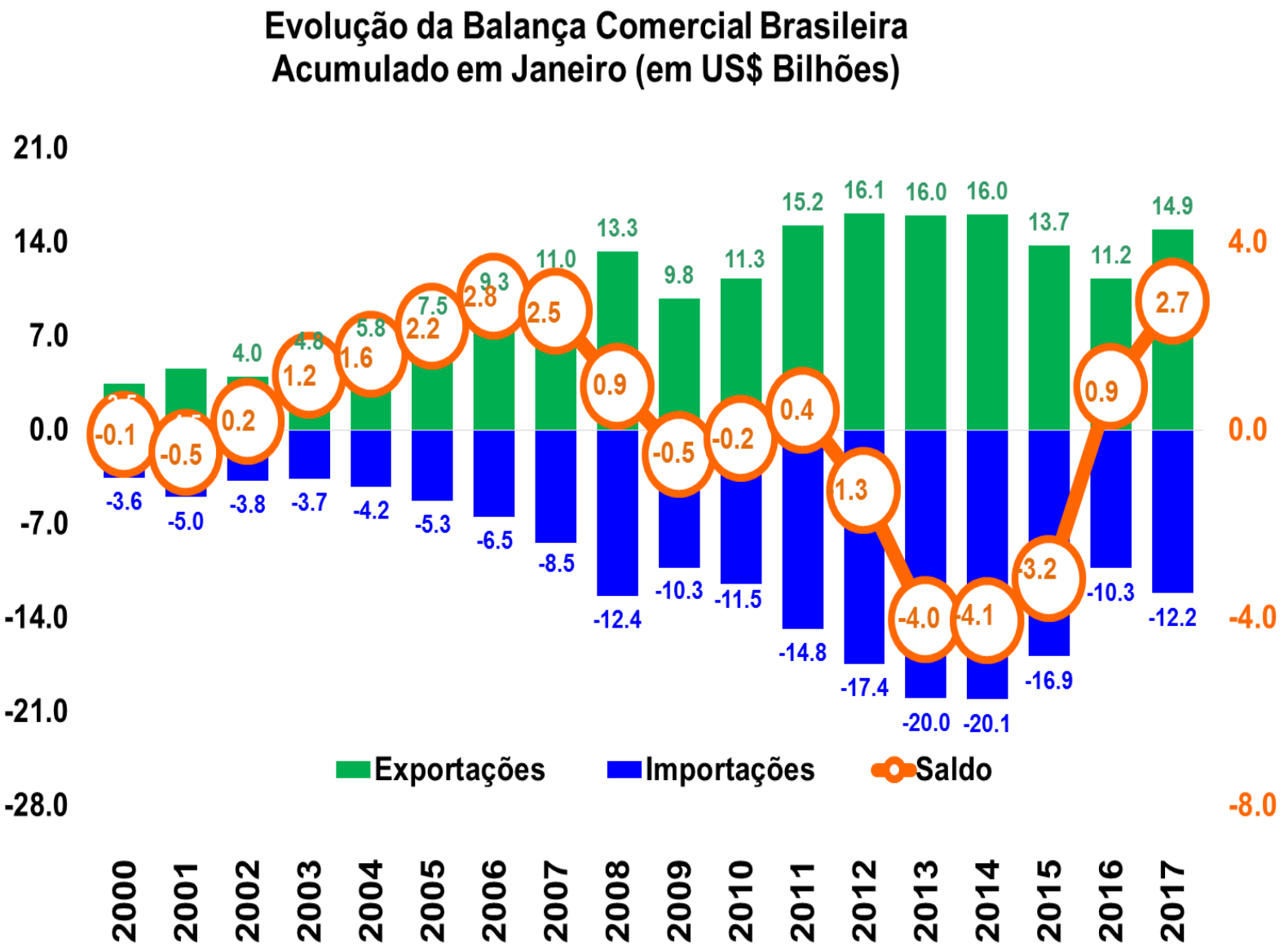
Fonte: BCB

Quadro II - Balanço de pagamentos 2014 a 2016

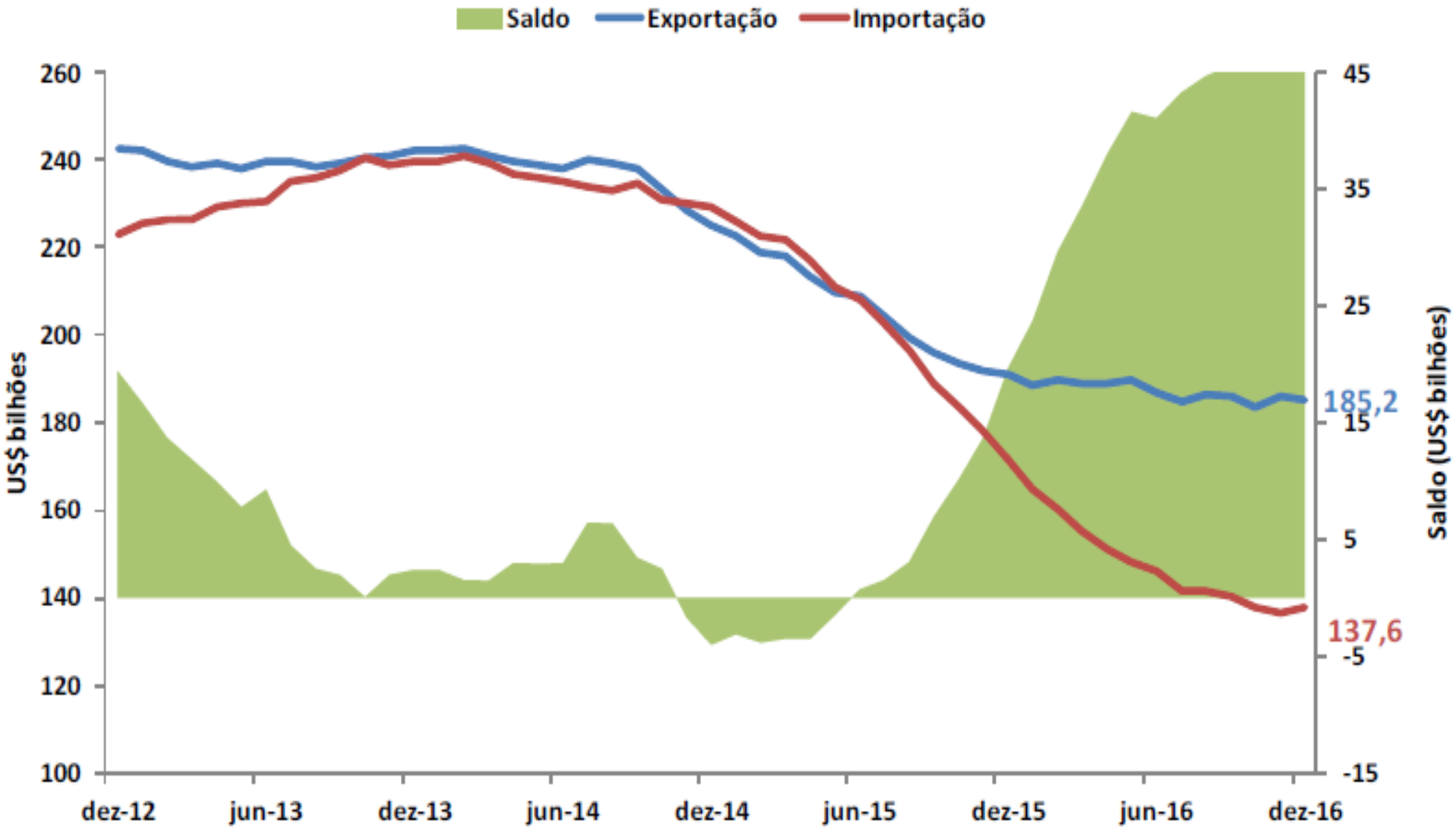
US$ milhões

Discriminação	2014*	2015*			2016		2017
	Ano	Nov	Dez	Ano	Dez	Ano	Ano[1/]
Transações correntes	**- 104 181**	**- 2 948**	**- 2 443**	**- 58 882**	**- 5 881**	**- 23 507**	**- 28,0**
Balança comercial	**- 6 629**	**941**	6 068	**17 670**	4 203	45 037	44,0
Exportações	224 098	13 724	16 685	190 092	15 893	184 453	195,0
Importações	230 727	12 784	10 617	172 422	11 690	139 416	151,0
Serviços	**- 48 107**	**- 2 341**	- 2 515	**- 36 919**	- 3 382	- 30 449	- 31,2
Viagens	- 18 724	- 505	- 653	- 11 513	- 941	- 8 473	- 10,5
Transportes	- 8 697	- 353	- 245	- 5 664	- 317	- 3 731	- 4,0
Aluguel de equipamentos	- 22 629	- 1 576	- 2 148	- 21 532	- 1 989	- 19 506	- 17,5
Demais serviços	1 943	94	532	1 790	- 136	1 260	0,8
Renda primária	**- 52 170**	**- 1 744**	- 6 455	**- 42 357**	- 6 979	- 41 055	- 44,1
Salários	357	20	34	349	27	290	0,3
Juros	- 21 340	- 886	- 2 524	- 21 913	- 3 116	- 21 937	- 20,9
Lucros e dividendos	- 31 187	- 879	- 3 965	- 20 793	- 3 891	- 19 408	- 23,5
Renda secundária (Transf Unilaterais)	2 725	196	459	2 724	277	2 960	3,3
Conta capital	**231**	**- 2**	**153**	**440**	**9**	**248**	**0,4**
Conta financeira	**- 100 599**	**- 2 958**	**- 477**	**- 54 734**	**- 5 748**	**- 16 197**	**- 27,6**
Investimentos – ativos	79 526	5 645	8 228	53 951	6 126	44 482	54,2
Investimento direto no exterior	26 040	- 984	2 675	13 498	- 129	7 748	18,0
Ativos de bancos	- 1 435	3 383	458	- 1 056	2 362	2 117	6,2
Demais ativos[2/]	54 922	3 246	5 094	41 509	3 892	34 617	30,0
Investimentos – passivos	192 525	6 357	8 866	113 704	12 287	68 947	92,4
Investimento direto no país	**96 895**	4 940	14 611	75 075	15 409	78 929	75,0
Ações totais[3/]	11 773	898	- 1 390	10 030	1 254	10 586	10,0
Títulos neg no mercado doméstico	27 068	4 740	- 1 160	16 296	- 2 027	- 26 664	- 10,0
Emprést e títulos de LP neg merc exter	21 585	- 2 599	- 363	- 3 566	- 2 539	- 20 660	- 8,5
Ingressos	71 186	4 457	6 307	72 896	4 434	50 077	45,1
Amortizações	49 601	7 056	6 670	76 462	6 973	70 738	53,5
Empréstimos e títulos de CP negociados no mercado externo	24 896	- 3 175	- 1 961	- 6 238	58	6 647	-

Fonte: BCB. Projeção 2016.

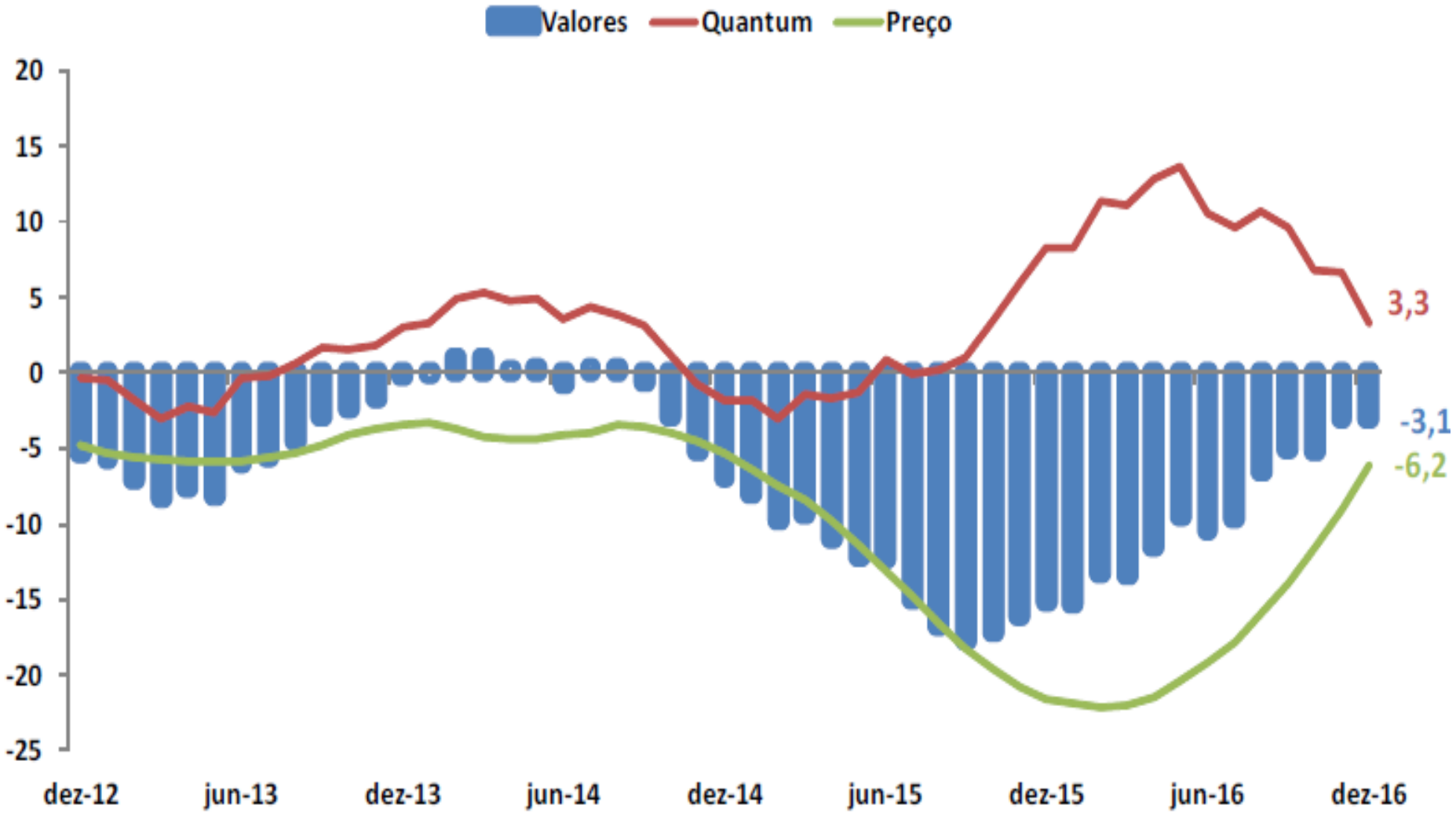

Evolução da Balança Comercial Brasileira
Acumulado em Janeiro (em US$ Bilhões)
21.0
14.0
7.0
0.0
-7.0
-14.0
-21.0
-28.0
4.0
0.0
-4.0
-8.0
Exportações
Importações
Saldo
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
-0.1
-0.5
0.2
1.2
1.6
2.2
2.8
2.5
0.9
-0.5
-0.2
0.4
1.3
-4.0
-4.1
-3.2
0.9
2.7
-3.6
-5.0
-3.8
-3.7
-4.2
-5.3
-6.5
-8.5
-12.4
-10.3
-11.5
-14.8
-17.4
-20.0
-20.1
-16.9
-10.3
-12.2
4.0
4.8
5.8
7.5
9.3
11.0
13.3
9.8
11.3
15.2
16.1
16.0
16.0
13.7
11.2
14.9

Evolução da Balança Comercial Acumulado últimos 12 meses



Fonte: FUNCEX. Elaboração: MF/SPE

Exportações – Valor, Preço e Quantum Var. % no acumulado de 12 meses



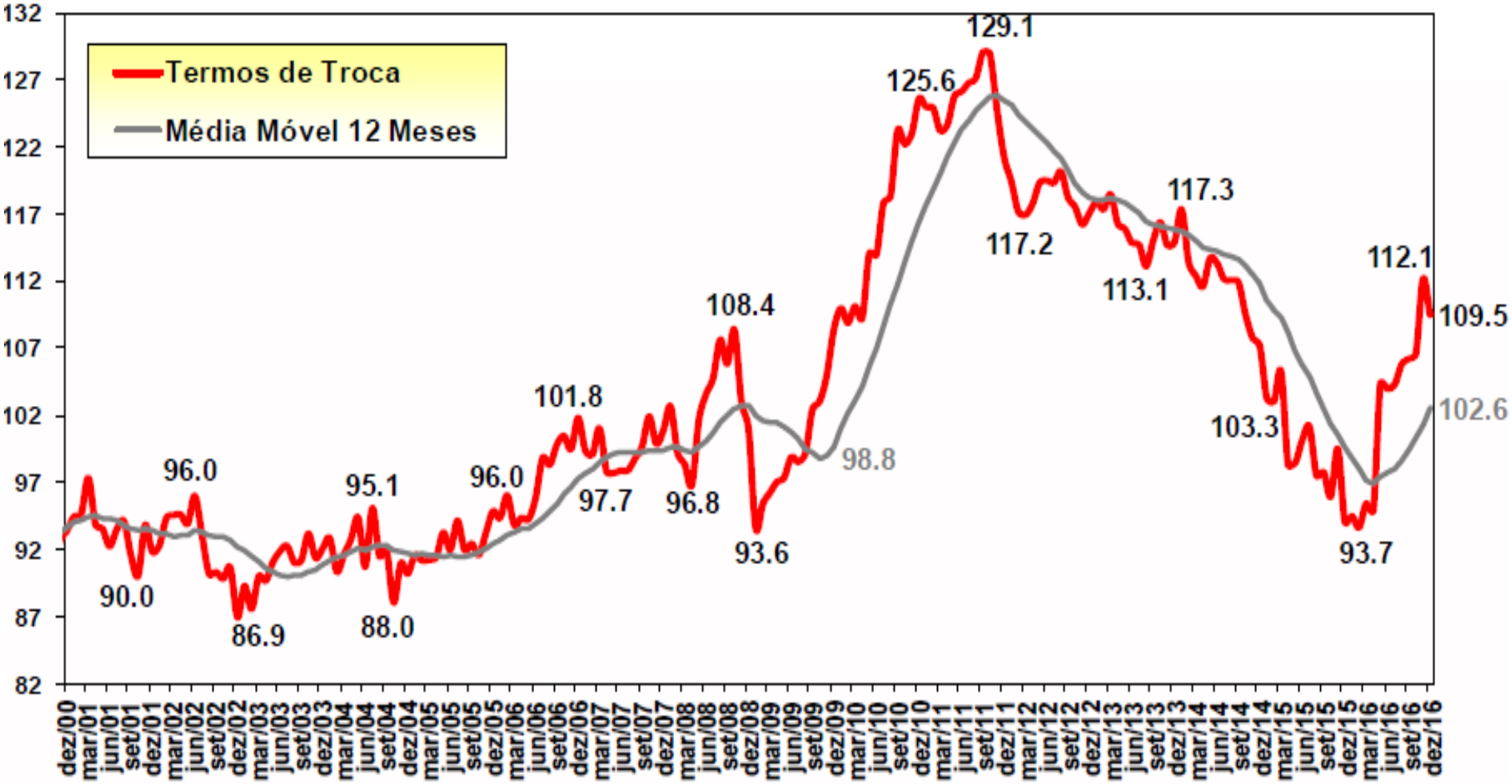
Fonte: FUNCEX. Elaboração: MF/SPE

Termos de Troca
Índice (média 2006 = 100)

Fonte: FUNCEX. Elaboração: MF/SPE

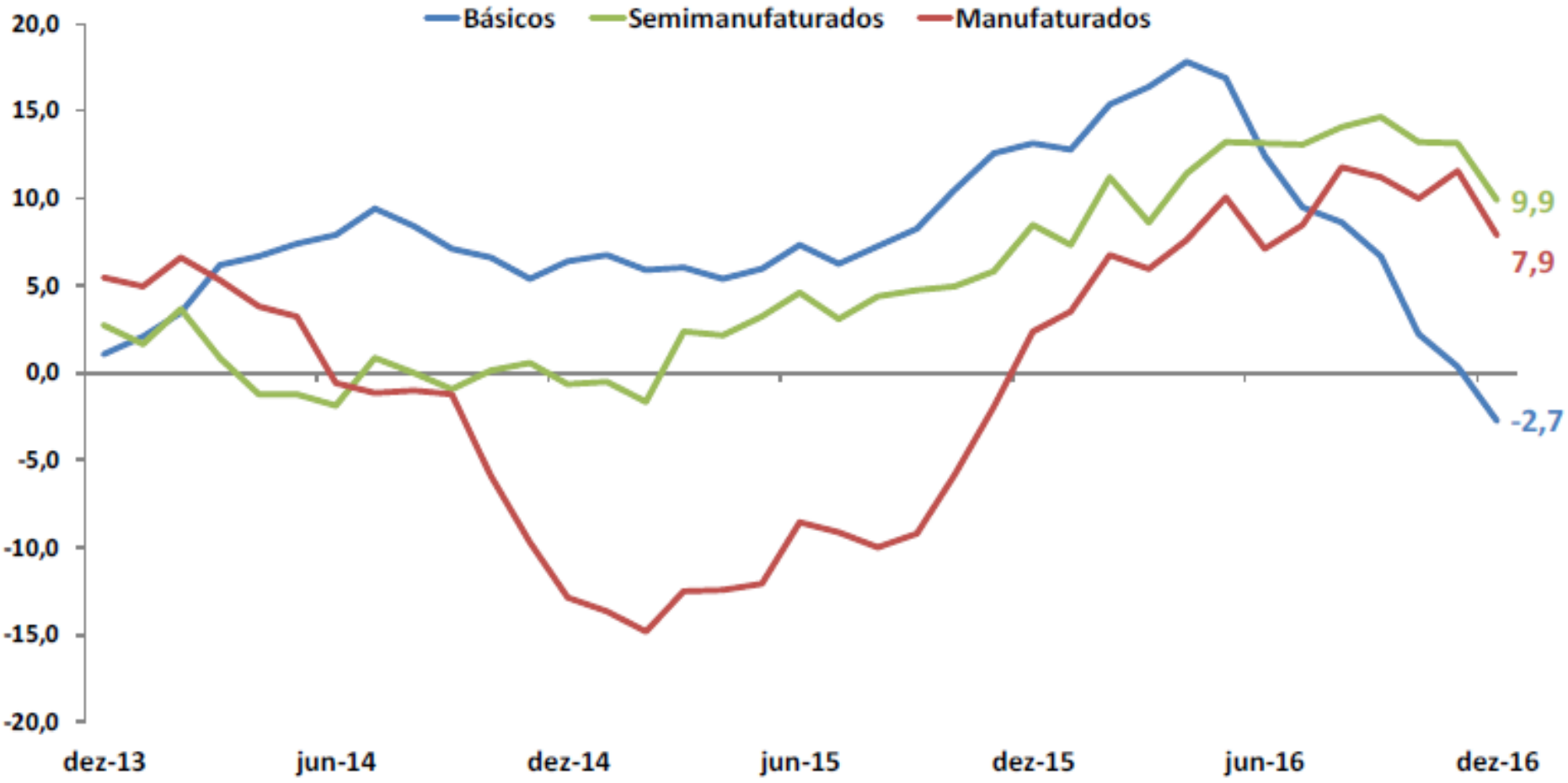
ÍNDICE DE TERMOS DE TROCA

(1996= 100, razão entre preço de exportação e preço de importação)



Fonte: Bradesco

Quantum das Exportações por Classe de Produto
Variação % acumulada em 12 meses



Fonte: FUNCEX. Elaboração: MF/SPE

Transações Correntes – *(Valores anuais – US$ milhões)*

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
TRANSAÇÕES CORRENTES	**-77.032**	**-74.218**	**-74.839**	**-104.181**	**-58.882**	**-23.507**
Balança comercial (bens)	**27.625**	**17.420**	**389**	**-6.629**	**17.670**	**45.037**
Exportações	255.506	242.283	241.577	224.098	190.092	184.453
Importações	227.881	224.864	241.189	230.727	172.422	139.416
Serviços	**-37.166**	**-40.168**	**-46.372**	**-48.107**	**-36.919**	**-30.449**
Transportes	-7.962	-8.398	-9.376	-8.697	-5.664	-3.731
Viagens	-14.707	-15.661	-18.554	-18.724	-11.513	-8.473
Telecomunicação, computação e informações	-3.714	-4.025	-4.501	-2.224	-1.768	-1.445
Serviços de propriedade intelectual	-3.447	-3.922	-4.199	-5.548	-4.669	-4.490
Aluguel de equipamentos	-16.682	-18.736	-19.056	-22.629	-21.532	-19.506
Outros serviços de negócios	8.731	9.473	8.326	12.651	10.247	9.422
Demais	615	1.100	987	-2.937	-2.020	-2.227
Renda Primária	**-70.475**	**-54.308**	**-32.538**	**-52.170**	**-42.357**	**-41.055**
Juros (saldo)	-14.448	-16.630	-19.324	-21.340	-21.913	-21.937
Lucros e Dividendos (saldo)	-56.593	-38.189	-13.726	-31.187	-20.793	-19.408
Salário e ordenado	567	511	511	357	349	290
Renda Secundária	**2.984**	**2.838**	**3.683**	**2.725**	**2.724**	**2.960**
Transações Correntes (% do PIB)	-2,95	-3,01	-3,03	-4,24	-3,28	-1,30

4
*C
**Mediana Focus/BCB das expectativas de mercado para o saldo acumulado no fim do ano.

Fonte: MDIC/Secex, BCB/Focus

Contas Capital e Financeira

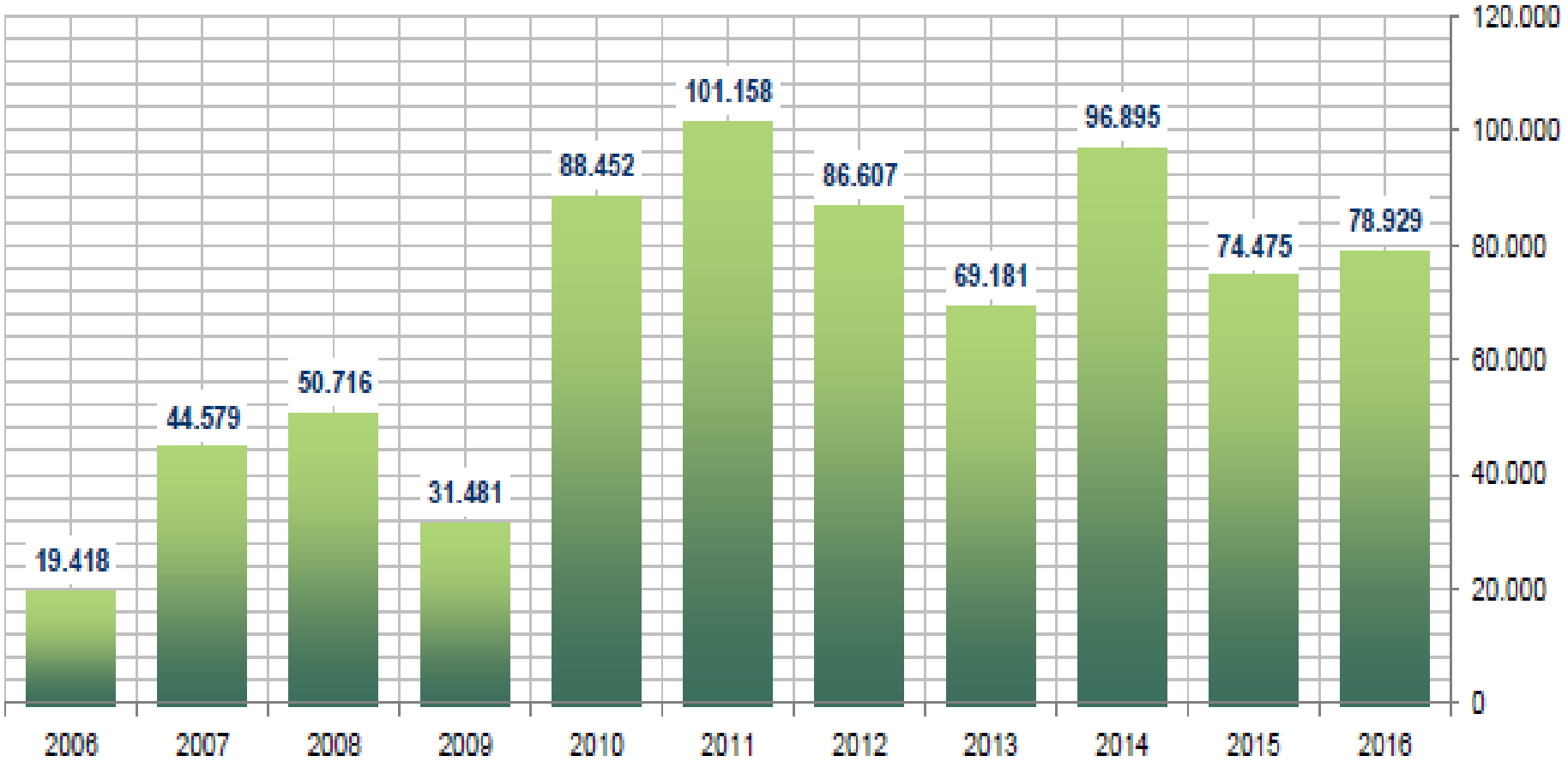
(Valores mensais e acumulados no ano – US$ milhões)

	Mês		Ac. no Ano	
	dez-15	dez-16	2015	2016
CONTA CAPITAL	**153**	**9**	**440**	**248**
CONTA FINANCEIRA	**-477**	**-5.748**	**-54.734**	**-16.197**
Investimento Direto	**-11.936**	**-15.538**	**-60.976**	**-71.181**
Investimentos diretos no exterior	2.675	-129	13.498	7.748
Investimentos diretos no país	14.611	15.409	74.475	78.929
Investimento em Carteira	**2.196**	**1.428**	**-22.047**	**19.646**
Investimento em carteira (ativos)	-2.158	126	-3.548	-169
Ações e fundos de investimento	-523	95	-98	-626
Títulos de renda fixa LP e CP	-1.635	30	-3.450	456
Investimento em carteira (passivos)	-4.354	-1.303	18.500	-19.815
Ações e fundos de investimento	-1.706	416	6.528	6.341
Títulos de renda fixa LP e CP	-2.965	-2.557	8.469	-30.401
Derivativos	**222**	**107**	**3.450**	**-969**
Ativos	-1.466	-618	-20.659	-13.874
Passivos	-1.688	-725	-24.109	-12.905
Outros Investimentos	**9.102**	**7.949**	**23.271**	**27.070**
Ativos	7.711	6.129	44.001	36.904
Passivos	-1.391	-1.820	20.730	9.834
Ativos de Reserva	**-61**	**306**	**1.569**	**9.237**

Fonte: MDIC/Secex, BCB/Focus

Investimento Direto no País

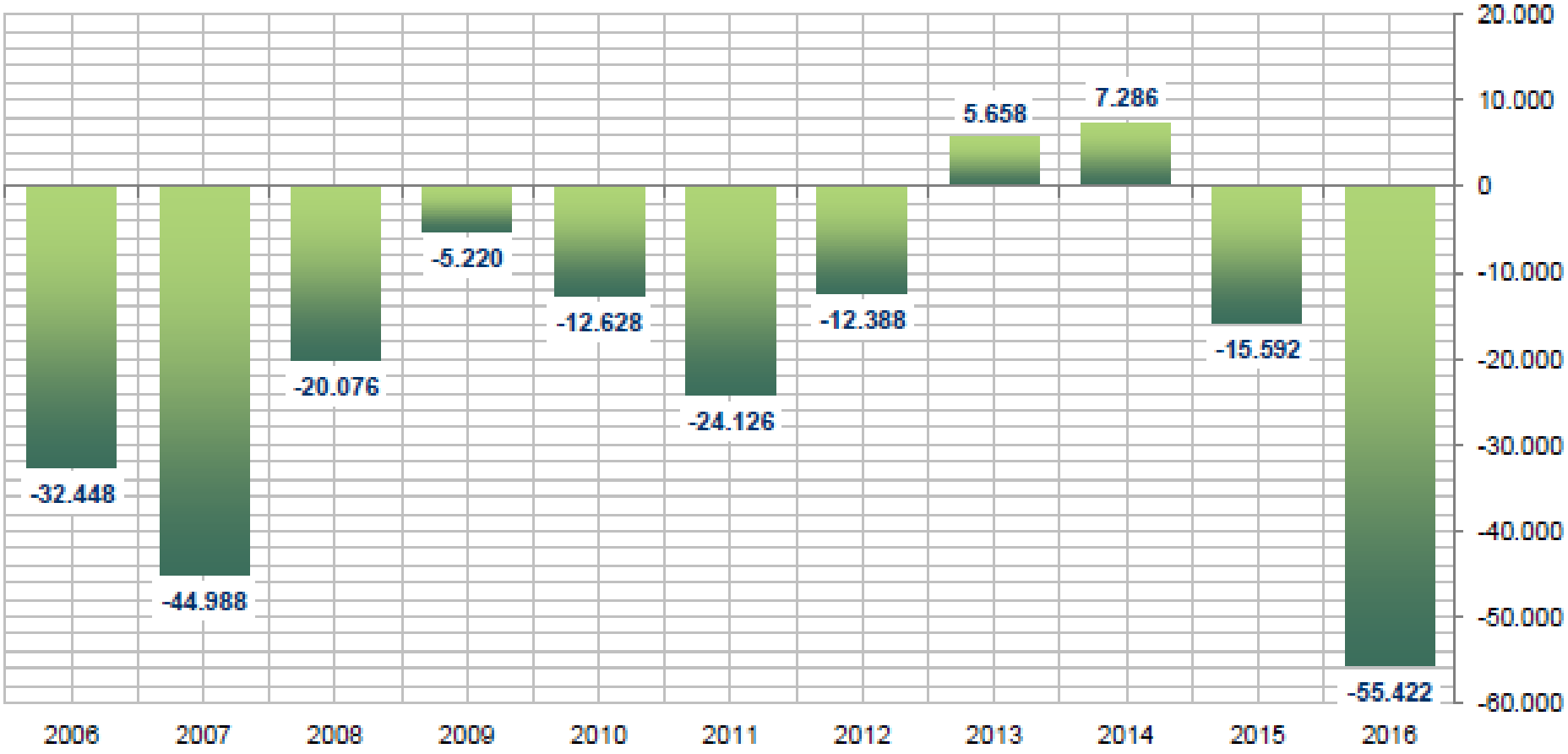
Valores líquidos anuais – US$ milhões



Fonte: BCB. Elaboração: SPE/MF

Necessidade de Financiamento Externo

Valores líquidos anuais – US$ milhões



Fonte: BCB. Elaboração: SPE/MF

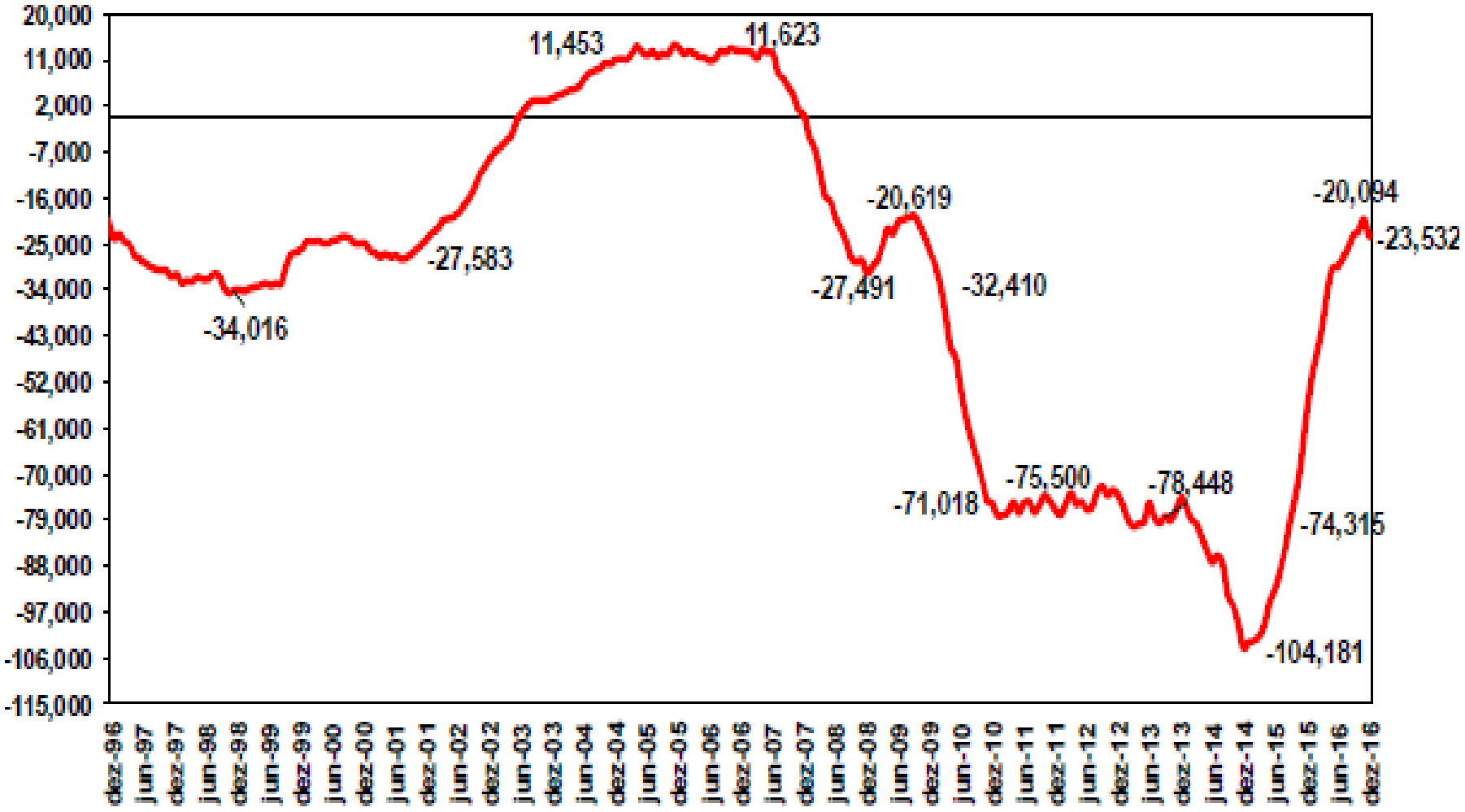
Exportações por Mercado de Destino

Destino	Valores (US$ milhões FOB)		Variação(%) Média diária	Participação %	
	Acum. 2016	Acum. 2015	2016/2015	Acum. 2016	Acum 2015
Ásia	57.463	58.268	-1,8	33,9	33,4
China, Hong Kong e Macau	34.785	35.332	-2,0	20,5	20,3
Japão	4.189	4.303	-3,1	2,5	2,5
Américas	57.096	60.164	-5,5	33,7	34,5
EUA (1)	20.892	21.913	-5,1	12,3	12,6
Argentina	12.185	11.914	1,8	7,2	6,8
Comunidade Andina	5.664	5.496	2,6	3,3	3,2
Europa	36.562	36.794	-1,1	21,6	21,1
União Europeia	30.714	31.131	-1,8	18,1	17,9
Oriente Médio	9.235	8.942	2,8	5,5	5,1
África	6.879	7.479	-8,4	4,1	4,3
Oceania e s/ Informação	2.073	2.705	-23,7	1,2	1,6
TOTAL	169.308	174.352	-3,3	100,0	100,0

(1) inclui Porto Rico.
*Considera o acumulado até o mesmo mês de referência.

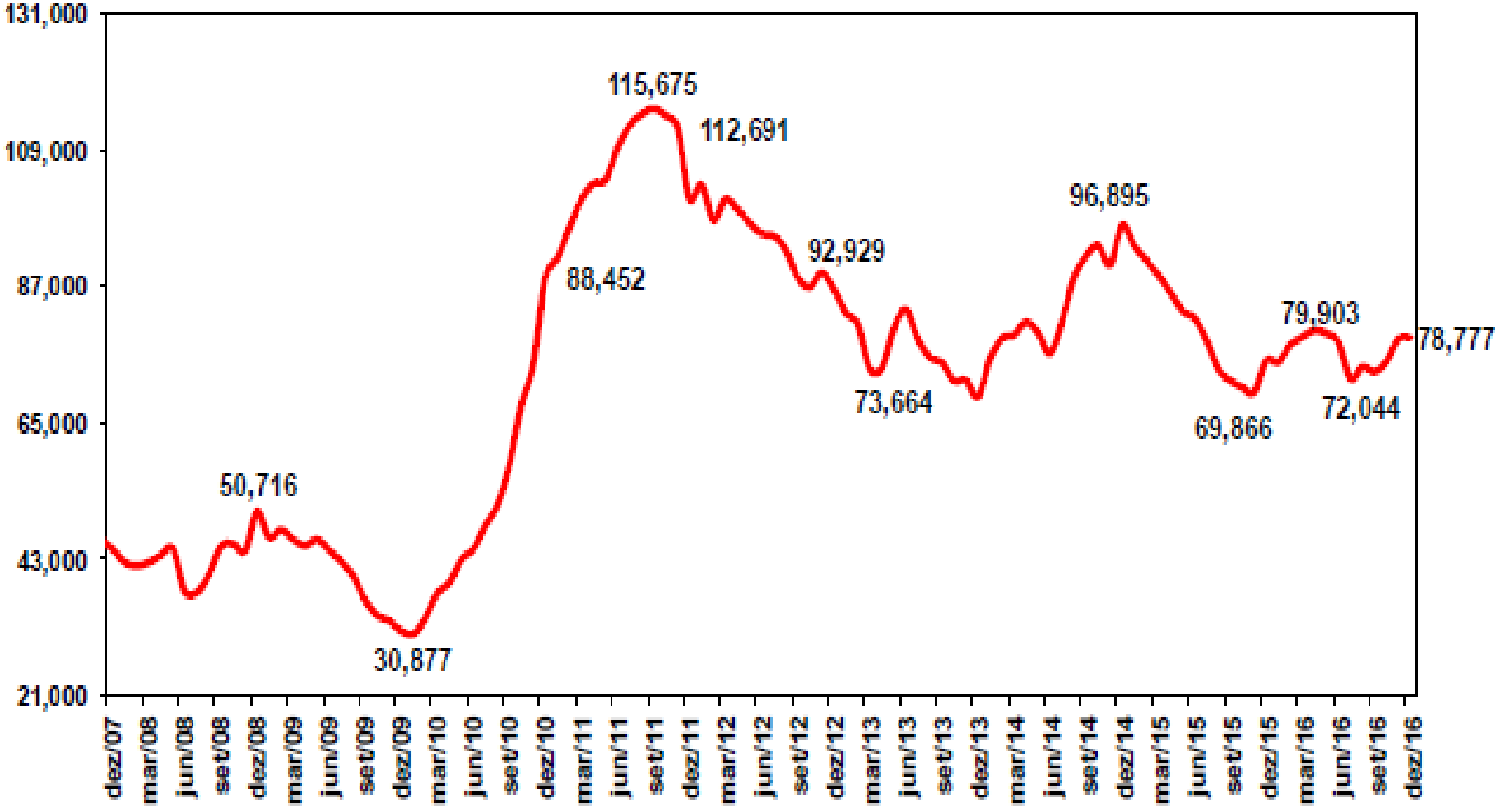
Fonte: MDIC/Secex

Transações correntes – US$ milhões – acumulado em 12 meses 1997 – 2016



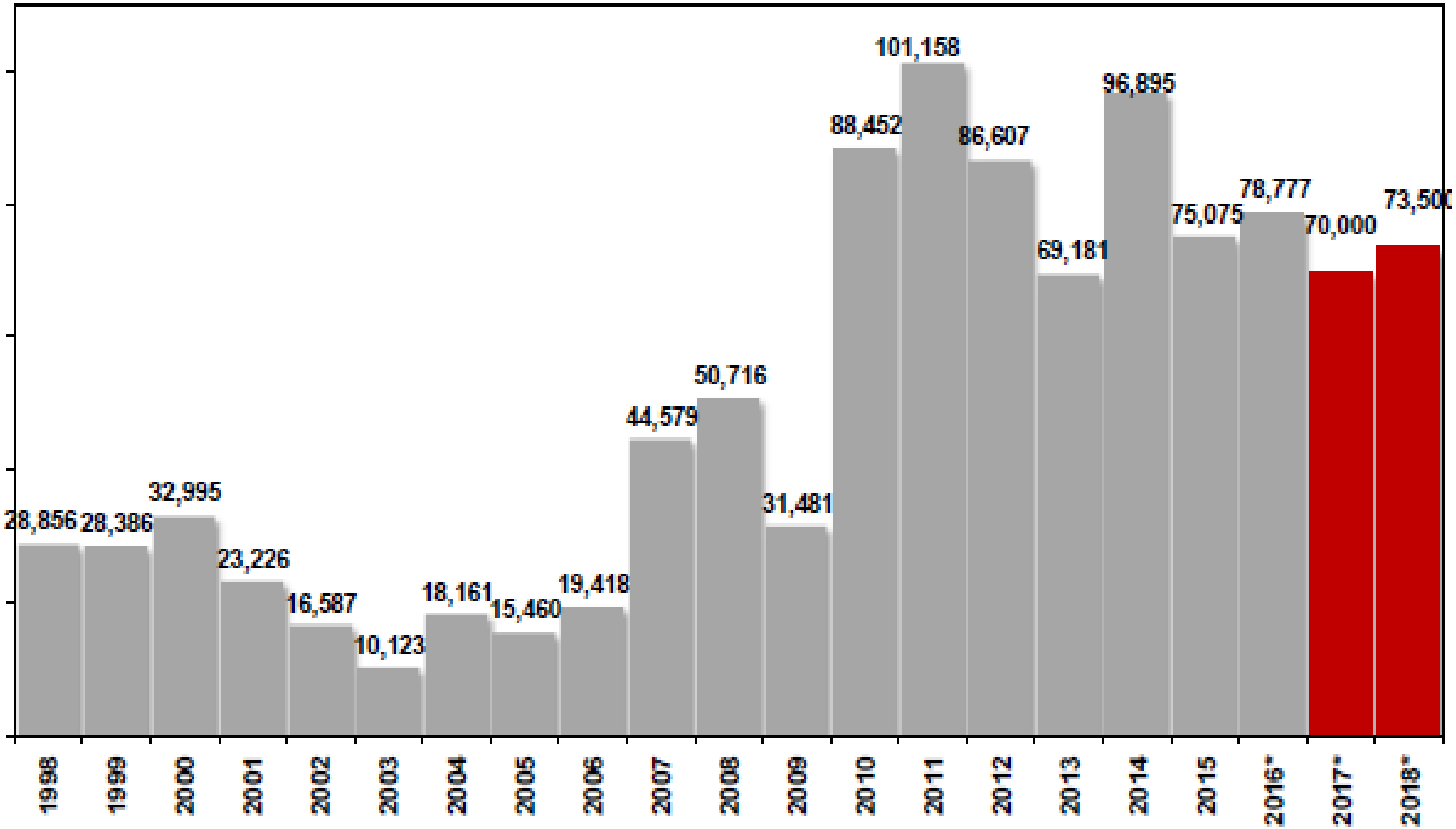
Fonte: BC Elaboração: BRADESCO .

Investimento Direto no País - US$ milhões - Acumulado em 12 meses



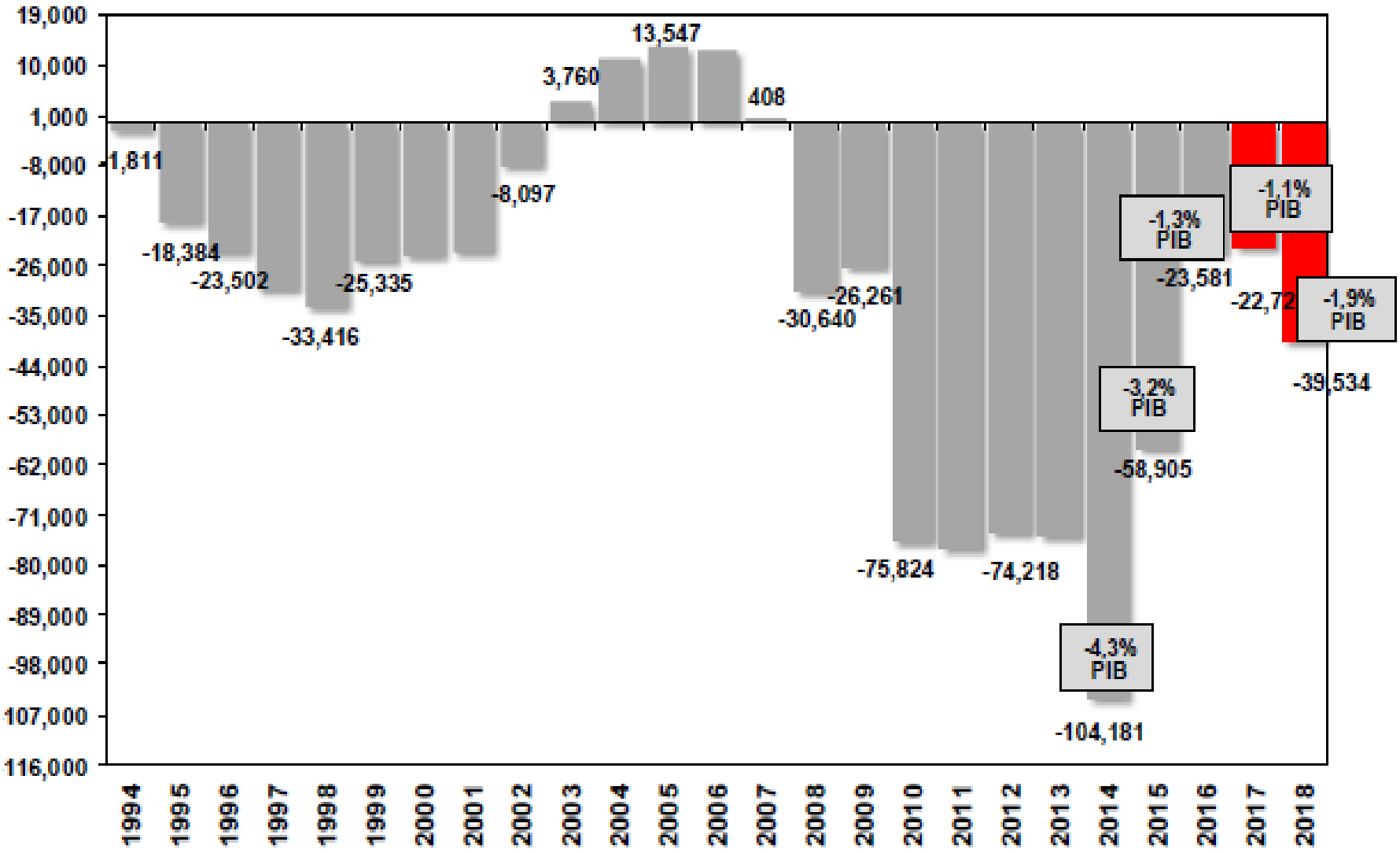
Fonte: BC Elaboração: BRADESCO .

Investimento Direto no País - US$ milhões



Fonte: BC Elaboração: BRADESCO .

Saldo em Conta Corrente - US$ milhões



Fonte: BC Elaboração: BRADESCO .

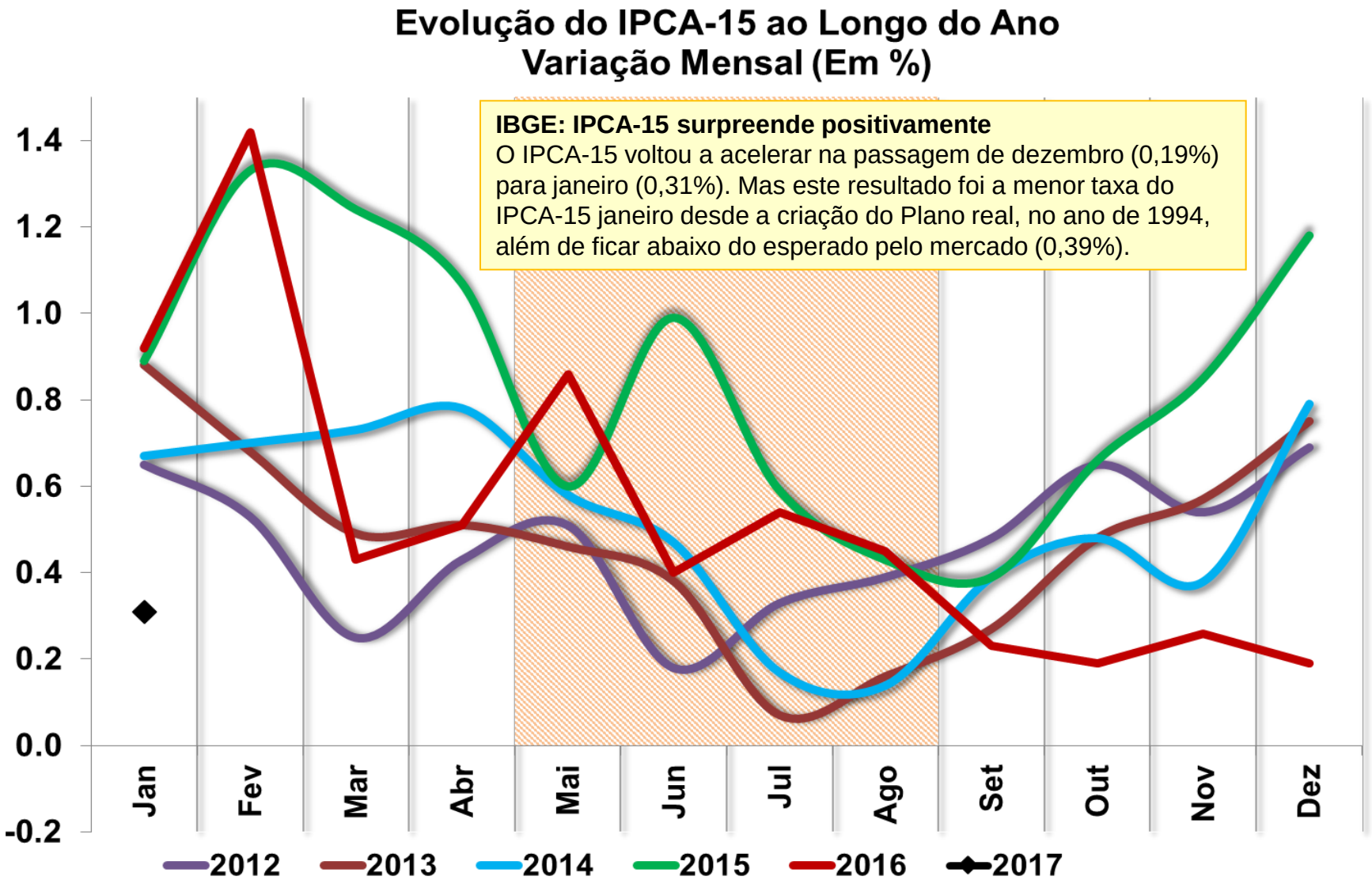
Inflação

IPCA-15

IBGE: IPCA-15 surpreende positivamente

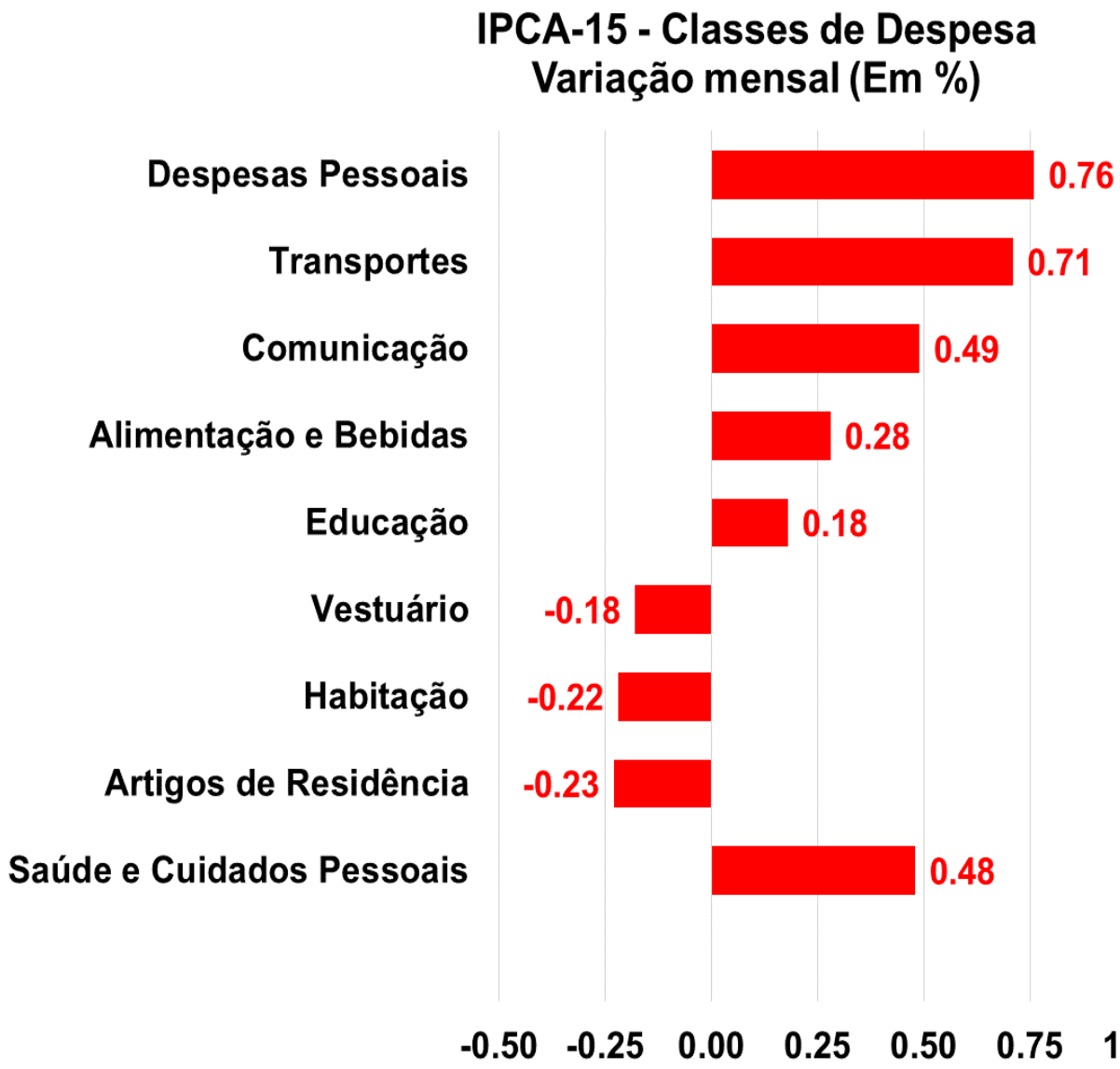
O IPCA-15 de 0,31% é o menor para meses de janeiro pós Real.

No acumulado em 12 meses, no mês de janeiro o IPCA-15 registrou desaceleração em relação a dezembro, passando de 6,58% para 5,94%.



Fonte: Fiesp, Macrovisão. Informativo eletrônico – 19 de janeiro de 2017

IPCA-15



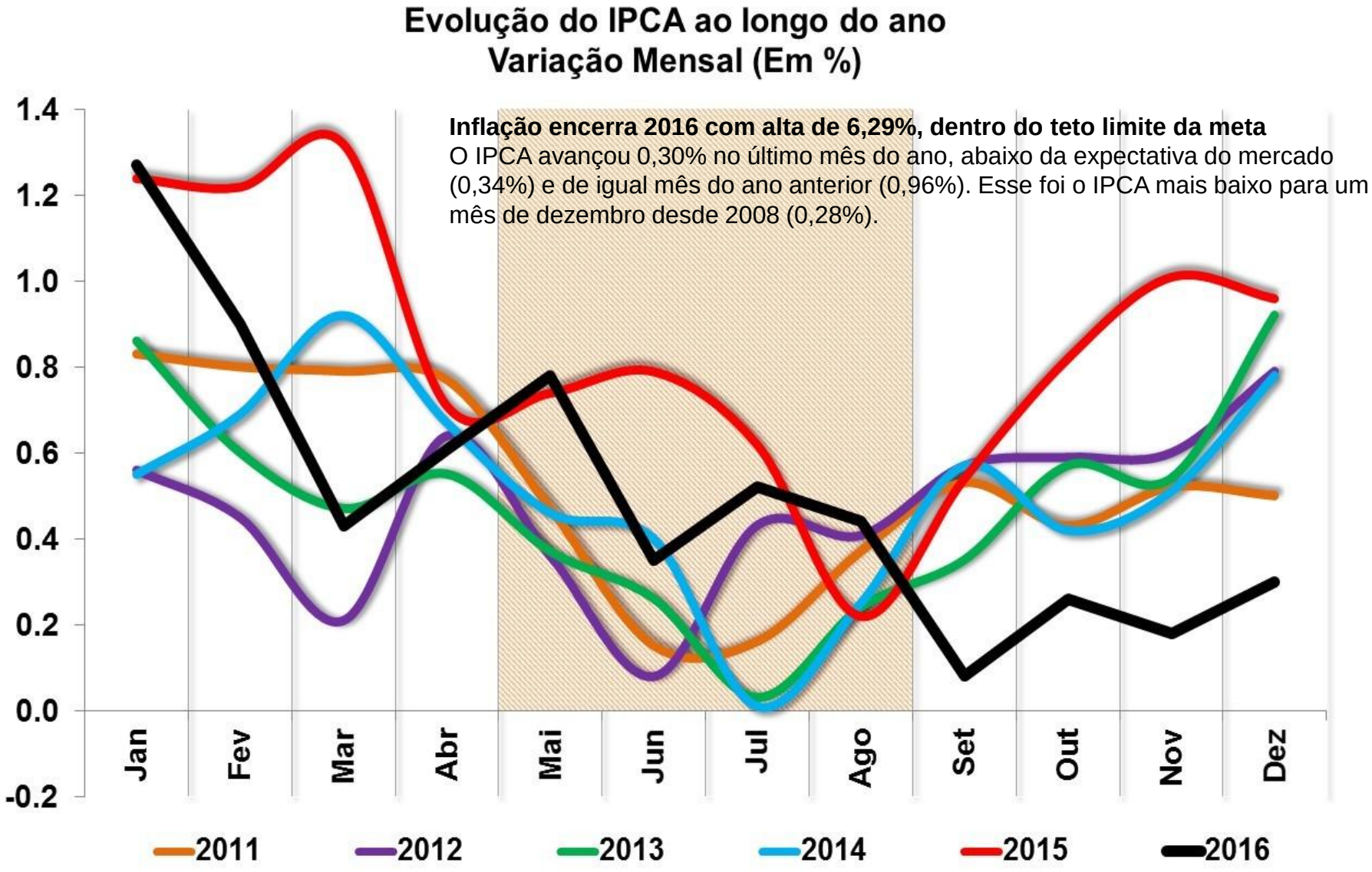
Na abertura por classes de despesas, Alimentos e Bebidas foi o grupo que mais impactou para o crescimento do IPCA-15 no mês de janeiro, ao variar de -0,18% em dezembro para 0,28% no primeiro mês do ano. Outro grupo que também se destacou no mês atual foram as Despesas Pessoais, responsáveis pelo resultado mais elevado, variando de 0,63% para 0,76%. Já os grupos que registraram resultado negativos no relatório atual foram Artigos de Residência (de -0,52% para -0,23%) e Vestuário (de 0,57% para -0,18%).

No que se refere aos índices regionais, Salvador foi a região metropolitana que apresentou o índice mais elevado (0,63%), seguido por Brasília (0,57%) e Fortaleza (0,53%). Já os menores índices foram registrados em Porto Alegre (0,03%), Goiânia e Recife (ambos com 0,14% de variação). Quanto a São Paulo, o índice variou de 0,32% em dezembro para 0,31% em janeiro.

Fonte: Fiesp, Macrovisão. Informativo eletrônico – 19 de janeiro de 2016

IPCA

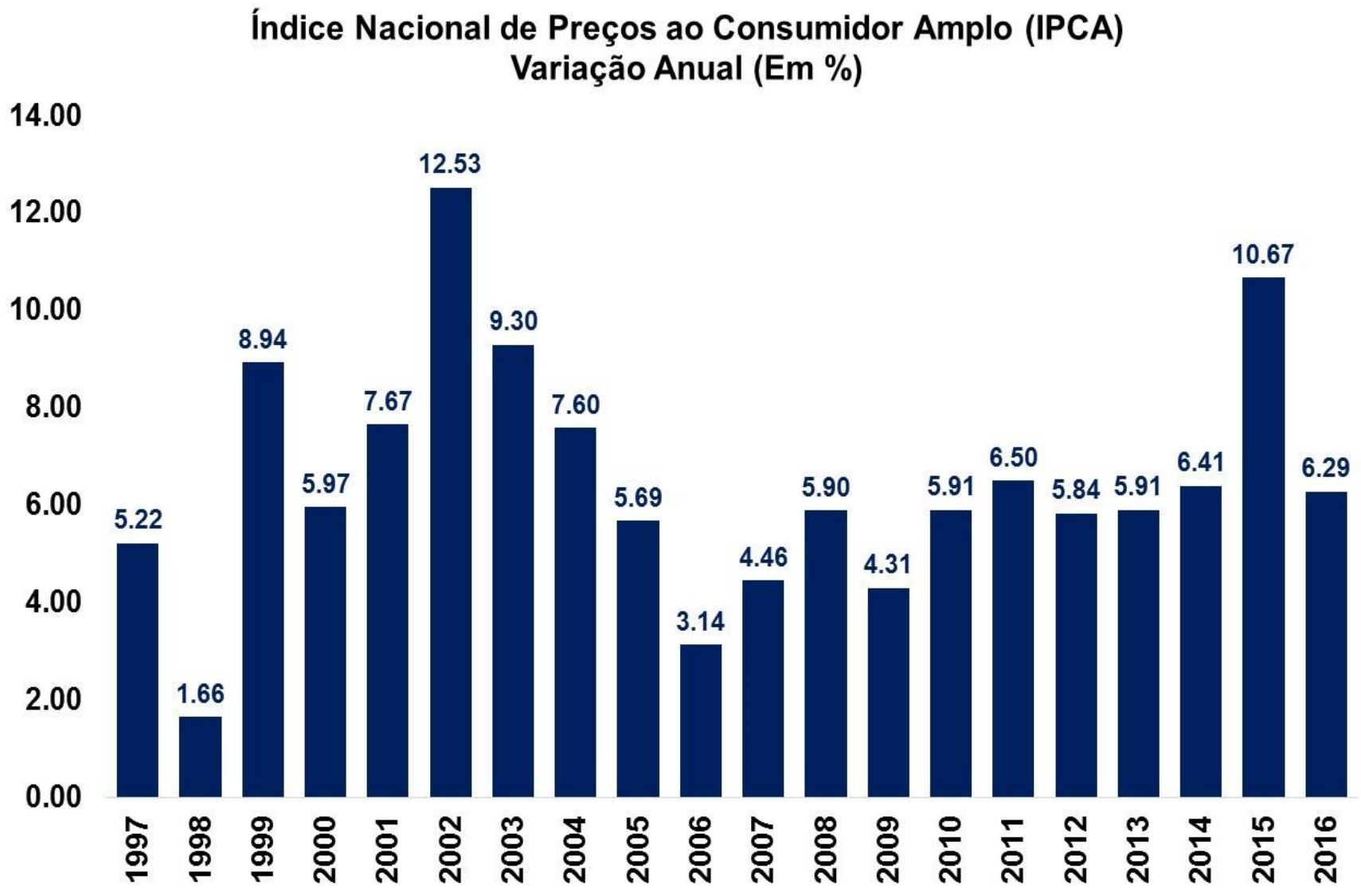
Inflação encerra 2016 com alta de 6,29%, dentro do teto limite da meta



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 11 de janeiro de 2017

IPCA

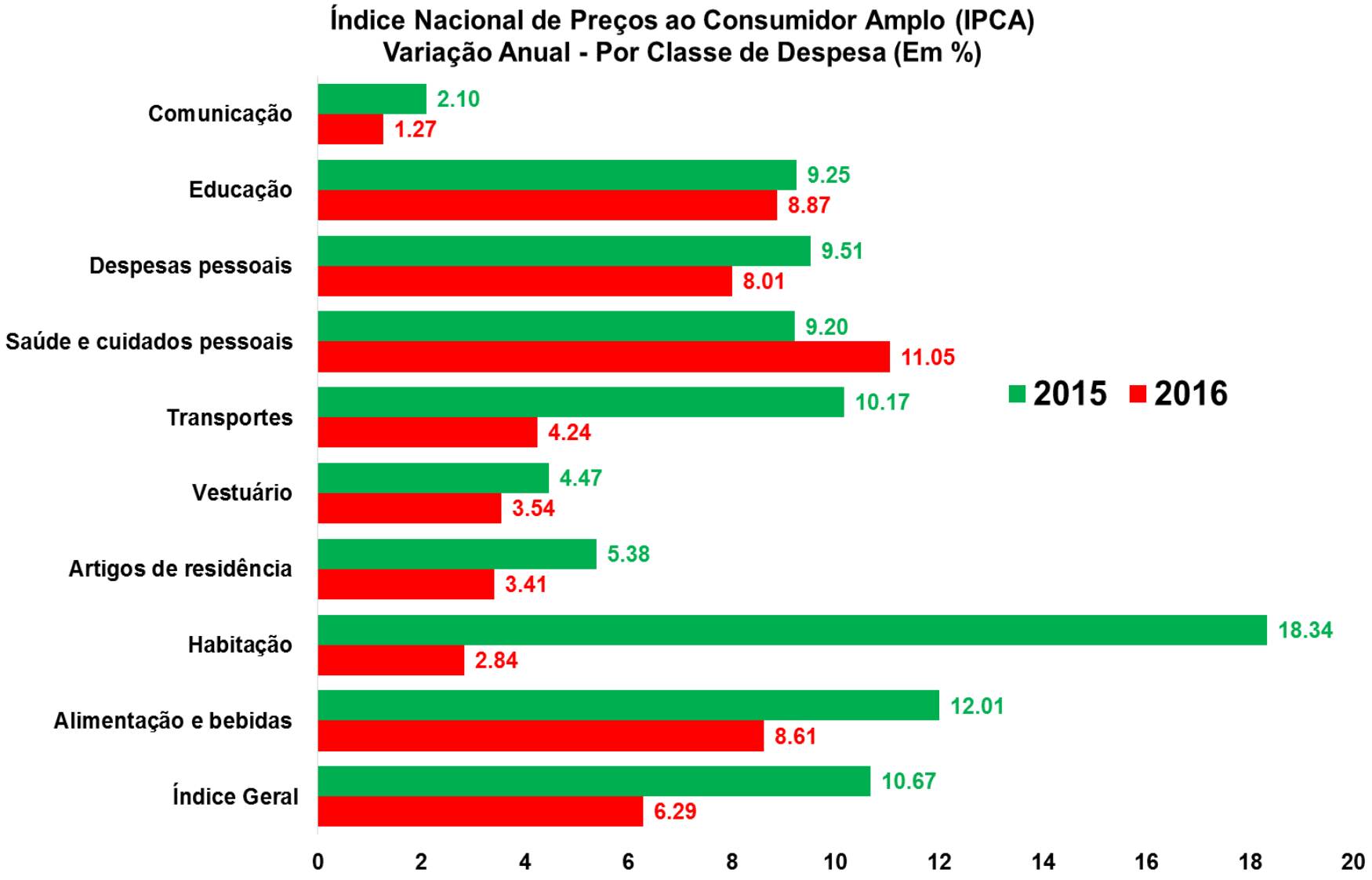
Inflação encerra 2016 com alta de 6,29%, dentro do teto limite da meta



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 11 de janeiro de 2017

IPCA

Inflação encerra 2016 com alta de 6,29%, dentro do teto limite da meta



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 11 de janeiro de 2017

IPCA – dezembro de 2016

Maiores Contribuições Positivas e Negativas (subitens*)

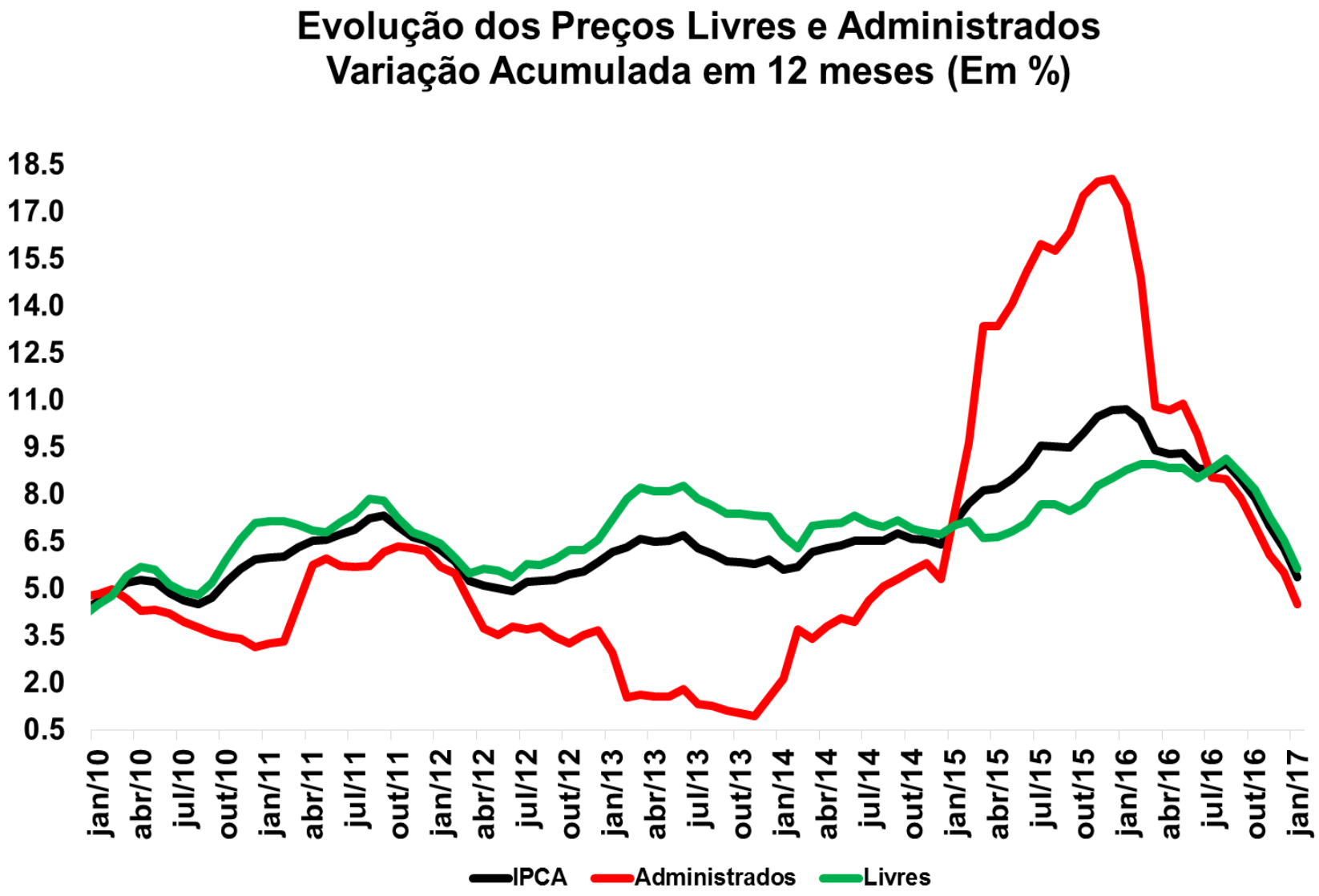
Principais Contribuições Positivas

Subitem	Impacto (p.p.)	Var.%
Passagem aérea	0,097	26,29
Gasolina	0,068	1,75
Cigarro	0,049	4,80
Plano de saúde	0,038	1,07
Empregado doméstico	0,036	0,87
Banana-prata	0,024	12,77
Lanche	0,019	0,92
Óleo de soja	0,017	6,17
Mão-de-obra	0,013	0,87
Aluguel residencial	0,012	0,30

Principais Contribuições Negativas

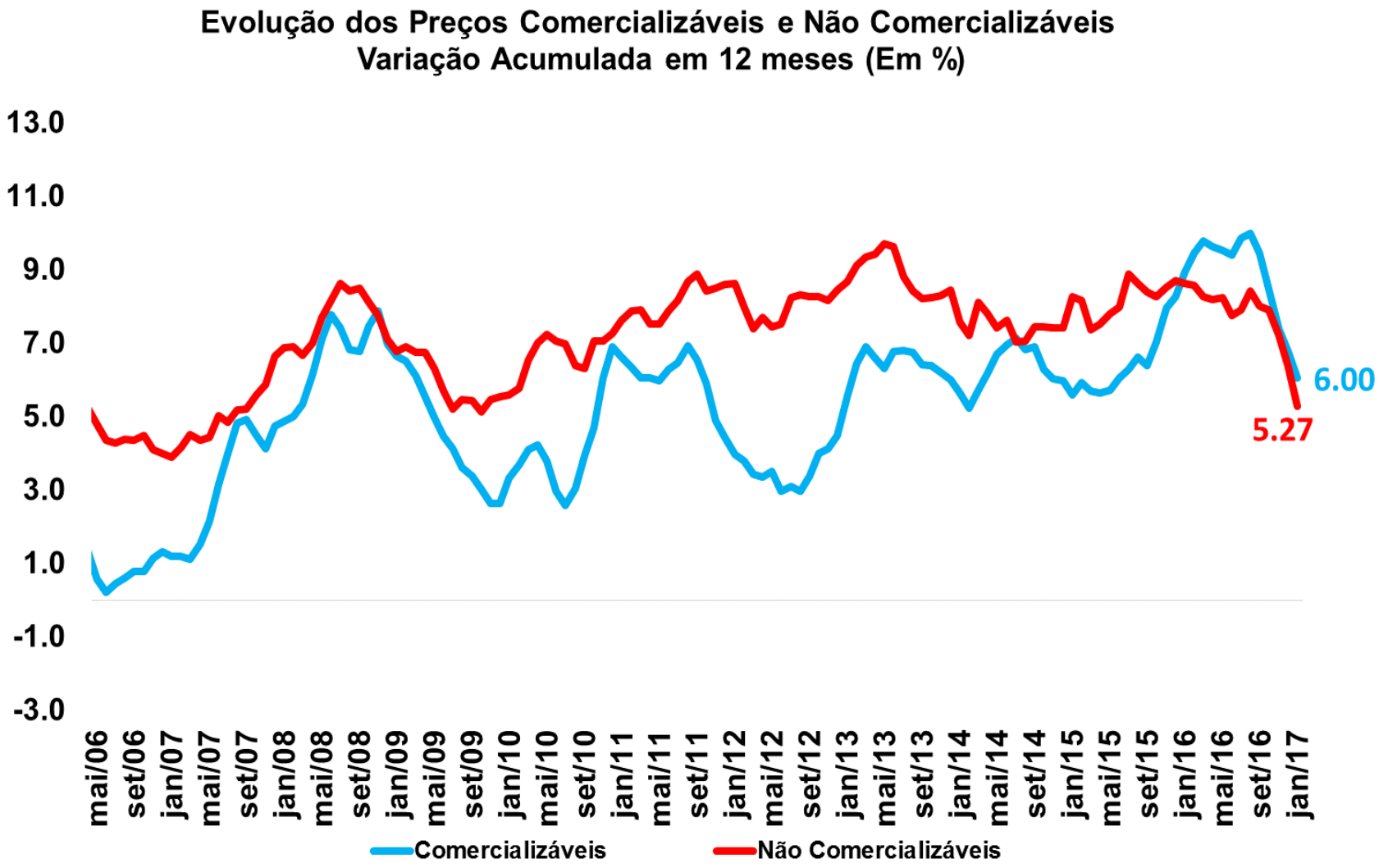
Subitem	Impacto (p.p.)	Var.%
Energia elétrica residencial	-0,130	-3,70
Feijão-carioca (rajado)	-0,047	-13,77
Leite longa vida	-0,040	-3,97
Batata-inglesa	-0,036	-16,12
Automóvel usado	-0,016	-1,65
Microcomputador	-0,014	-4,02
Refeição	-0,006	-0,12
Queijo	-0,006	-1,05
Refrigerador	-0,004	-0,96
Uva	-0,004	-4,52

Fonte: Ibge. Elaboração SPE/MF



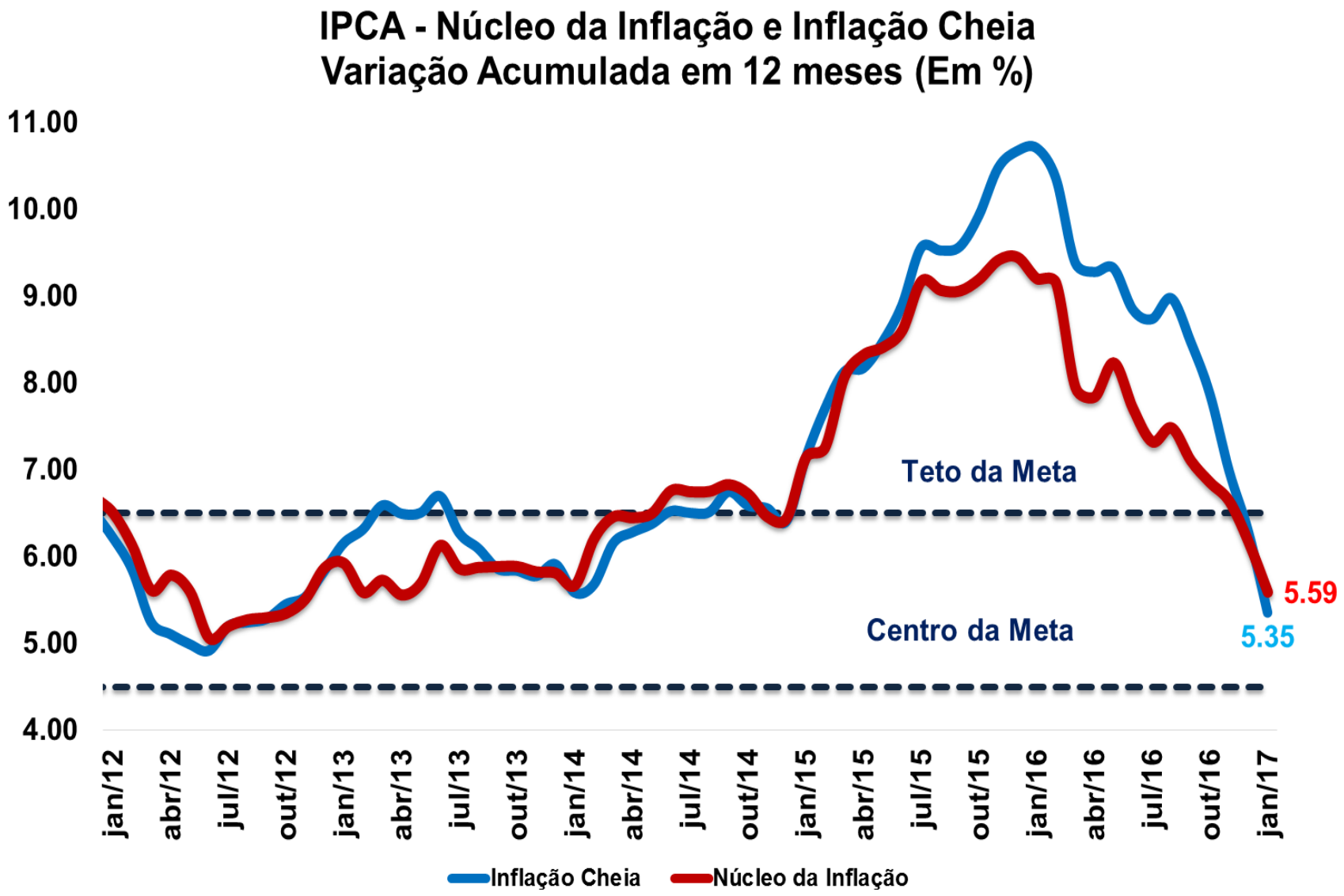
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 8 de fevereiro de 2017

IPCA



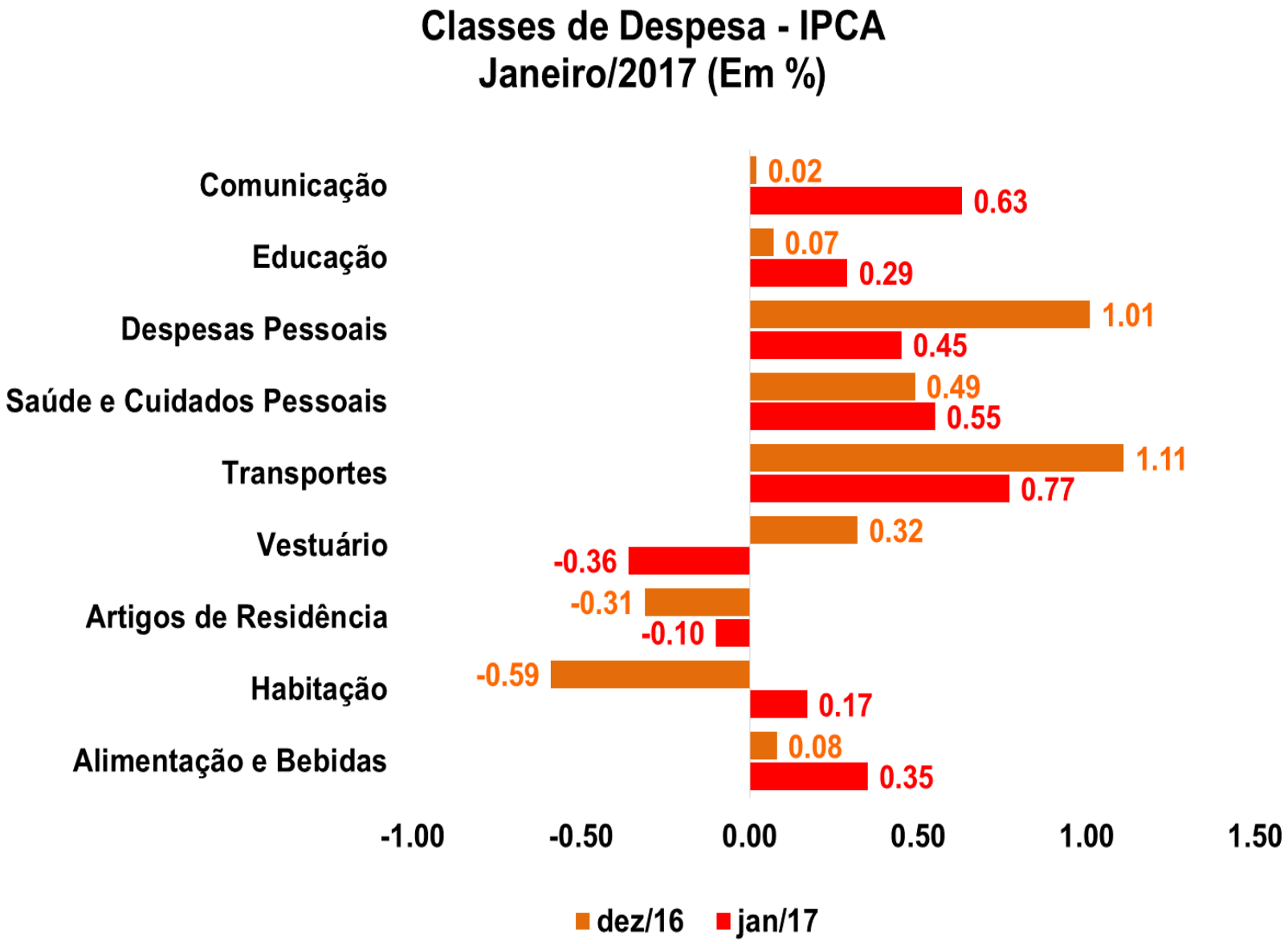
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 8 de fevereiro de 2017

IPCA



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 8 de fevereiro de 2017

IPCA



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 8 de fevereiro de 2017

II - Operações de crédito do sistema financeiro

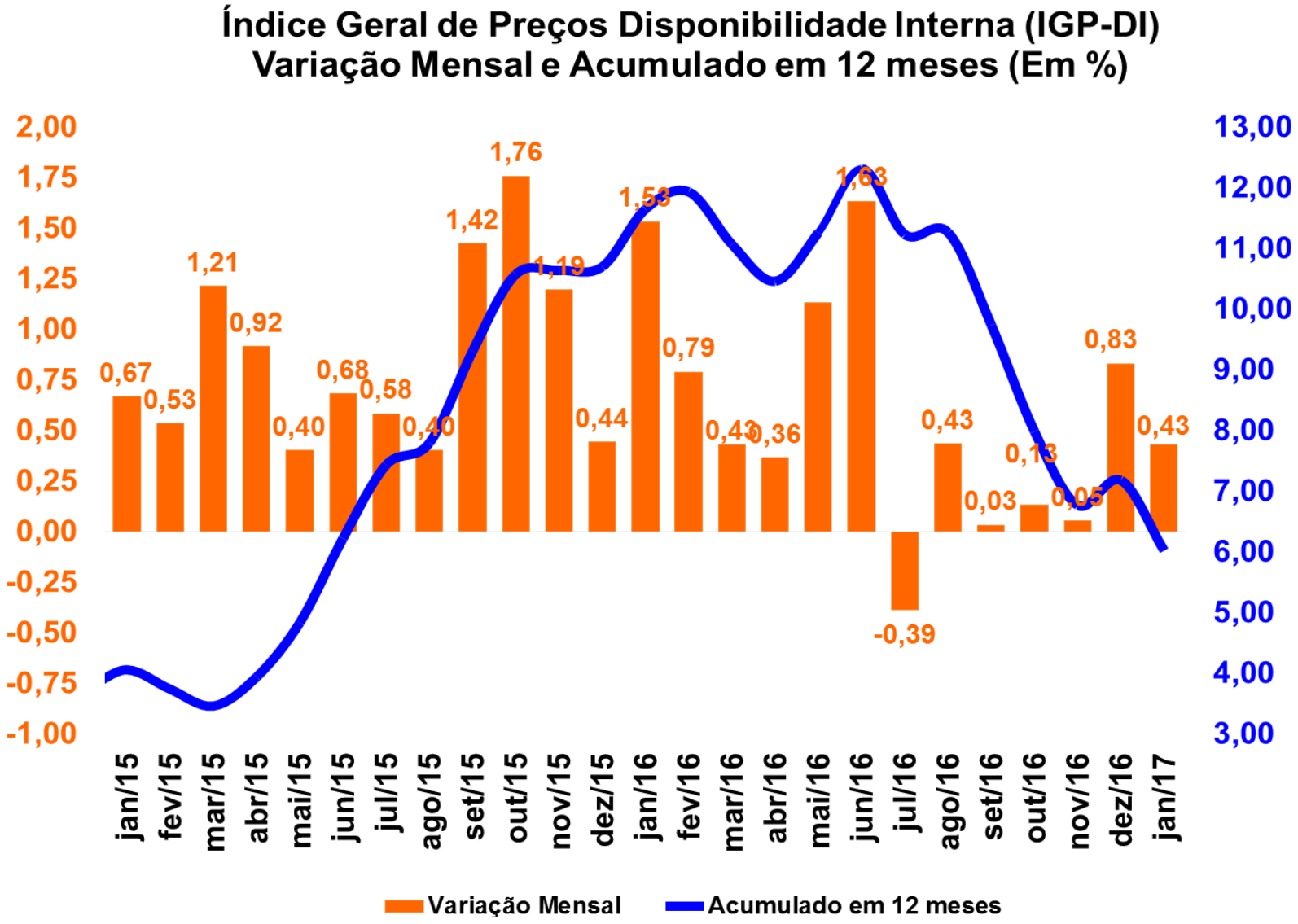
Período		Saldos R$ bilhões			Concessões R$ bilhões			Taxas de juros % a.a.			Spreads p.p.			Prazos das concessões meses			Inadimplência %		
		PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
***																			
2013	Dez	764,0	742,8	1 506,8	146,9	148,9	295,8	22,2	44,0	33,4	11,4	32,3	22,1	30,9	48,0	38,7	3,1	5,7	4,4
2014	Dez	793,4	782,8	1 576,2	144,5	162,6	307,1	24,2	49,6	37,3	12,5	37,3	25,3	29,4	52,0	39,6	3,4	5,3	4,3
2015	Jan	778,7	785,8	1 564,5	114,3	147,6	261,9	25,2	52,0	39,1	13,6	39,9	27,2	29,4	51,2	39,3	3,5	5,3	4,4
	Fev	781,5	783,2	1 564,7	103,4	135,3	238,7	26,1	54,3	40,6	14,0	41,7	28,3	23,8	50,2	35,9	3,5	5,3	4,4
	Mar	792,0	786,5	1 578,5	135,1	153,1	288,2	26,5	54,4	40,9	14,1	41,4	28,2	29,0	51,3	39,2	3,6	5,2	4,4
	Abr	789,4	786,1	1 575,5	123,7	145,0	268,7	26,6	56,1	41,8	14,5	43,3	29,3	24,0	51,0	36,3	3,9	5,3	4,6
	Mai	794,5	789,1	1 583,6	122,7	146,0	268,7	26,9	57,3	42,6	14,5	44,4	29,9	23,8	51,0	36,2	3,9	5,4	4,7
	Jun	804,5	791,4	1 595,9	134,2	146,2	280,4	27,5	58,2	43,3	15,0	45,1	30,5	26,9	51,7	38,1	3,9	5,3	4,6
	Jul	800,0	793,8	1 593,8	120,9	145,4	266,3	28,0	59,5	44,2	15,5	46,4	31,4	26,7	51,2	37,9	4,1	5,4	4,8
	Ago	804,6	796,7	1 601,3	114,7	142,9	257,6	28,7	61,2	45,4	15,7	47,4	32,0	25,8	50,9	37,2	4,2	5,6	4,9
	Set	813,2	797,3	1 610,5	125,1	141,7	266,8	29,3	62,2	46,2	15,1	47,1	31,5	27,4	51,4	38,2	4,1	5,7	4,9
	Out	805,9	796,9	1 602,8	118,2	141,5	259,7	30,2	64,7	47,9	15,9	49,3	33,1	22,4	50,8	35,2	4,3	5,8	5,0
	Nov	811,9	802,7	1 614,6	118,9	146,4	265,3	30,2	64,7	48,1	16,0	49,4	33,3	29,5	51,6	39,5	4,5	6,0	5,2
	Dez	832,0	805,3	1 637,3	144,0	152,4	296,4	29,8	63,7	47,3	15,0	48,0	32,1	34,7	50,9	41,9	4,5	6,2	5,3
2016	Jan	810,3	804,1	1 614,4	98,1	135,8	233,9	31,6	66,4	49,5	17,0	50,6	34,3	22,5	51,0	35,2	4,7	6,2	5,5
	Fev	801,1	801,8	1 602,9	100,1	139,0	239,1	31,9	67,9	50,6	17,7	52,6	35,8	23,2	51,5	36,0	4,8	6,2	5,5
	Mar	791,7	800,4	1 592,1	118,6	144,3	262,9	31,0	69,2	51,0	18,0	55,0	37,4	24,3	51,2	36,4	4,9	6,2	5,5
	Abr	779,7	796,2	1 575,9	106,2	137,7	243,9	30,9	71,0	52,0	18,1	57,5	38,8	27,4	51,2	38,3	5,1	6,3	5,7
	Mai	779,4	801,0	1 580,4	112,8	146,2	259,0	30,2	71,7	52,2	18,1	58,7	39,6	33,2	51,7	41,7	5,3	6,3	5,8
	Jun	769,6	799,5	1 569,1	115,6	144,9	260,5	30,3	71,4	52,2	18,2	58,5	39,7	25,9	52,2	37,9	5,1	6,2	5,6
	Jul	755,3	798,9	1 554,2	95,9	140,6	236,5	30,4	72,0	52,7	18,5	59,3	40,4	33,1	52,5	42,1	5,2	6,2	5,7
	Ago *	746,7	803,0	1 549,7	102,1	148,9	251,0	30,6	71,8	52,9	18,6	59,2	40,6	23,6	52,9	37,3	5,5	6,2	5,9
	Set *	746,0	800,9	1 546,9	107,5	139,9	247,4	29,8	73,2	53,4	18,0	60,7	41,2	44,7	53,2	48,7	5,5	6,2	5,9
	Out *	741,2	802,3	1 543,5	100,4	146,3	246,7	30,4	73,7	54,0	18,9	61,7	42,2	23,4	52,1	36,8	5,6	6,2	5,9
Variação %[1/]																			
No mês		-0,6	0,2	-0,2	-6,6	4,6	-0,2	0,6	0,5	0,6	0,9	1,0	1,0	-21,3	-1,1	-11,9	0,1	0,0	0,0
No trimestre		-1,9	0,4	-0,7	-4,4	0,8	-1,4	0,0	1,7	1,3	0,4	2,4	1,8	-9,7	-0,4	-5,3	0,4	0,0	0,2
No ano		-10,9	-0,4	-5,7	-12,8	-1,5	-6,6	0,6	10,0	6,7	3,9	13,7	10,1	-11,3	1,2	-5,1	1,1	0,0	0,6
Em 12 meses		-8,0	0,7	-3,7	-10,6	-1,6	-5,7	0,2	9,0	6,1	3,0	12,4	9,1	1,0	1,3	1,6	1,3	0,4	0,9

Fonte: BCB. Boletim de Política Monetária – novembro de 2016

Quadro XIII – Crédito do sistema financeiro Taxas de juros e spread[1]
/

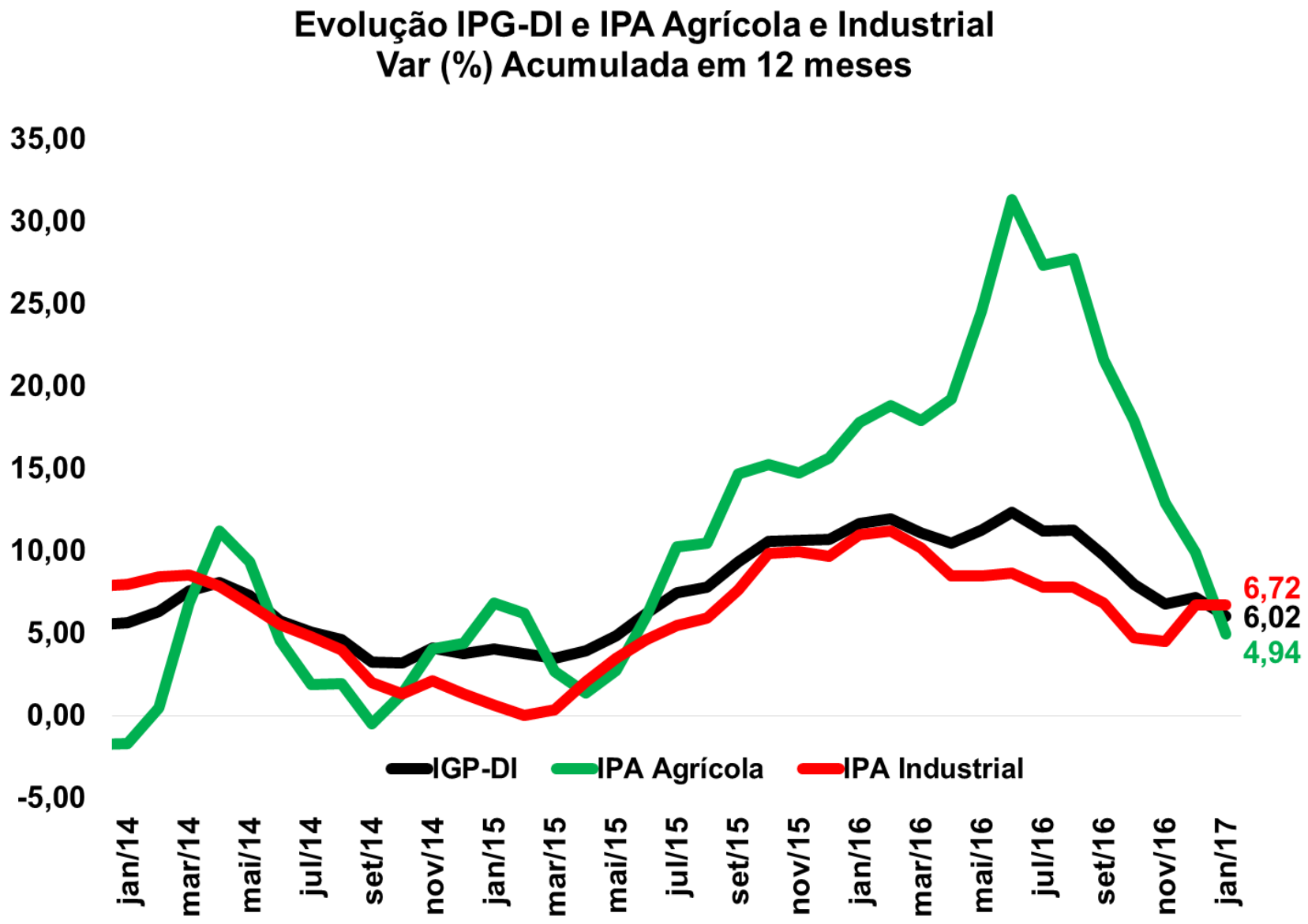
Período		Taxa de aplicação % a.a.			Taxa de captação % a.a.			Spread[2/] p.p.		
		Pessoa jurídica	Pessoa física	Total	Pessoa jurídica	Pessoa física	Total	Pessoa jurídica	Pessoa física	Total
*										
2014	Dez	16,5	30,7	23,7	8,5	9,2	8,8	8,0	21,5	14,9
2015	Jan	17,4	32,0	24,9	8,6	9,2	8,9	8,8	22,8	16,0
	Fev	18,1	32,9	25,7	8,9	9,2	9,0	9,2	23,7	16,7
	Mar	18,1	33,3	25,9	9,1	9,8	9,5	9,0	23,5	16,4
	Abr	18,5	34,0	26,5	9,2	9,6	9,4	9,3	24,4	17,1
	Mai	18,8	34,8	27,1	9,4	9,9	9,7	9,4	24,9	17,4
	Jun	19,2	35,3	27,5	9,4	10,1	9,8	9,8	25,2	17,7
	Jul	19,8	36,3	28,4	9,7	10,2	10,0	10,1	26,1	18,4
	Ago	20,4	37,0	29,0	9,9	10,5	10,2	10,5	26,5	18,8
	Set	20,4	37,4	29,3	10,5	11,1	10,8	9,9	26,3	18,5
	Out	21,5	38,7	30,5	10,8	11,2	11,0	10,7	27,5	19,5
	Nov	21,2	38,7	30,4	10,7	11,3	11,0	10,5	27,4	19,4
	Dez	20,7	37,9	29,8	11,0	11,3	11,2	9,7	26,6	18,6
2016	Jan	22,7	39,2	31,4	11,1	11,4	11,3	11,6	27,8	20,1
	Fev	22,7	39,9	31,8	10,9	11,0	11,0	11,8	28,9	20,8
	Mar	22,2	40,6	32,0	10,2	10,6	10,4	12,0	30,0	21,6
	Abr	22,0	41,4	32,4	10,1	10,2	10,1	11,9	31,2	22,3
	Mai	21,7	42,0	32,7	9,7	10,0	9,9	12,0	32,0	22,8
	Jun	21,7	41,8	32,6	9,7	10,0	9,9	12,0	31,8	22,7
	Jul	22,1	42,1	33,0	9,6	10,0	9,8	12,5	32,1	23,2
	Ago *	22,0	41,8	32,9	9,6	9,8	9,7	12,4	32,0	23,2
	Set *	21,4	42,5	33,0	9,5	9,7	9,6	11,9	32,8	23,4
	Out *	21,7	42,7	33,3	9,3	9,4	9,4	12,4	33,3	23,9

IGP



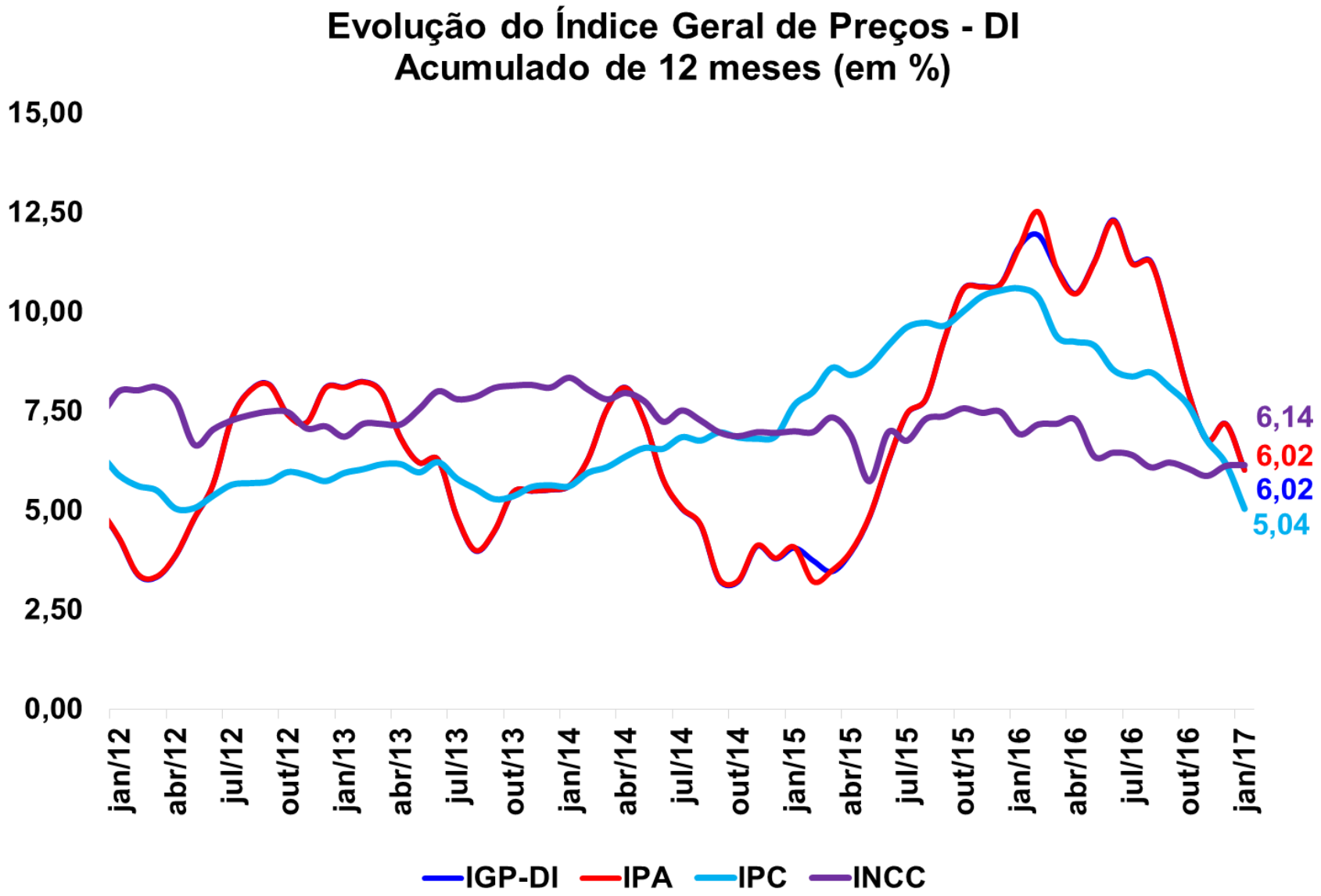
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 7 de fevereiro de 2017

IGP



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 7 de fevereiro de 2017

IGP



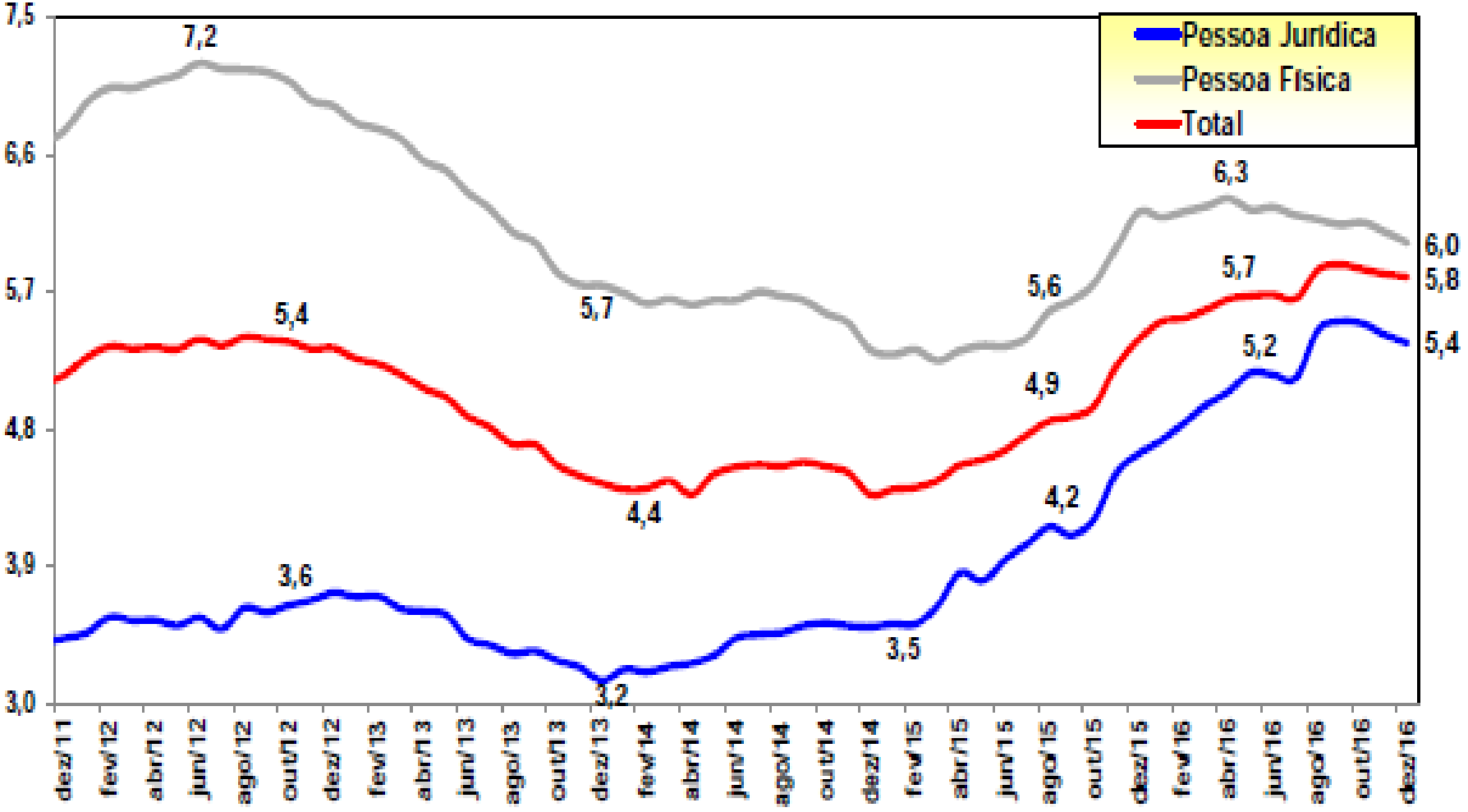
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 7 de fevereiro de 2017

Variação anual do estoque de crédito e taxa de inadimplência acima de 90 dias (em % da carteira)

	Média (2010-2014)	2015	2016	2017*
Crédito Total	16,1%	6,7%	-3,5%	1,0%
Recursos Livres	11,8%	3,8%	-4,9%	0,9%
Pessoa Física	11,3%	2,8%	0,5%	1,8%
Pessoa Jurídica	12,5%	4,9%	-10,2%	0,0%
Recursos Direcionados	22,9%	9,8%	-2,0%	1,0%
Inadimplência rec. Livres	4,7%	5,3%	5,9%	5,4%
Pessoa Física Livres (dez.)	6,2%	6,2%	6,2%	5,8%
Pessoa Jurídica Livres (dez.)	3,3%	4,5%	5,6%	4,9%

Fonte: Bradesco

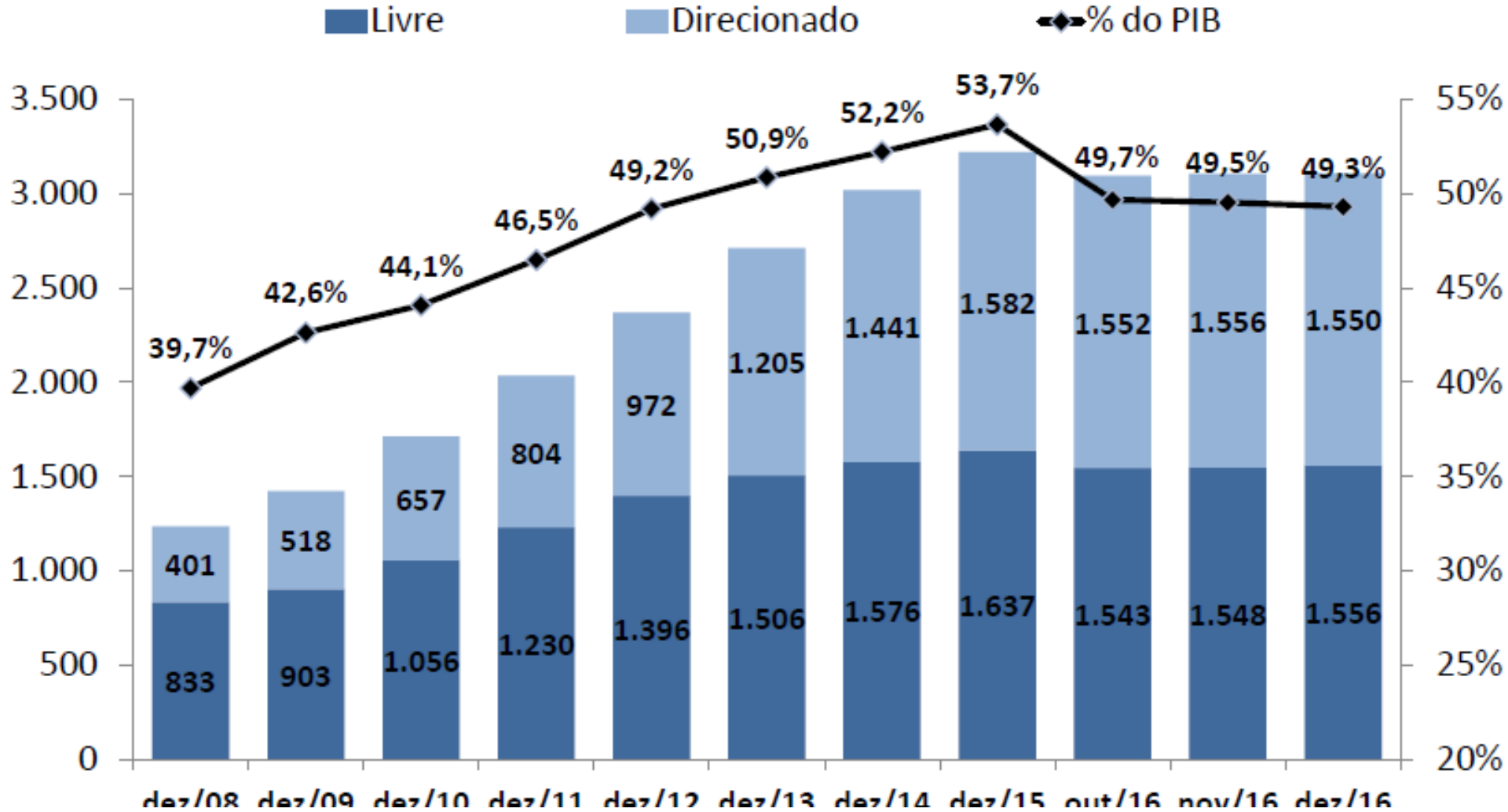
Taxa de inadimplência – recursos livres (atraso acima de 90 dias, dados dessazonalizados em % da carteira)



Fonte: Bradesco

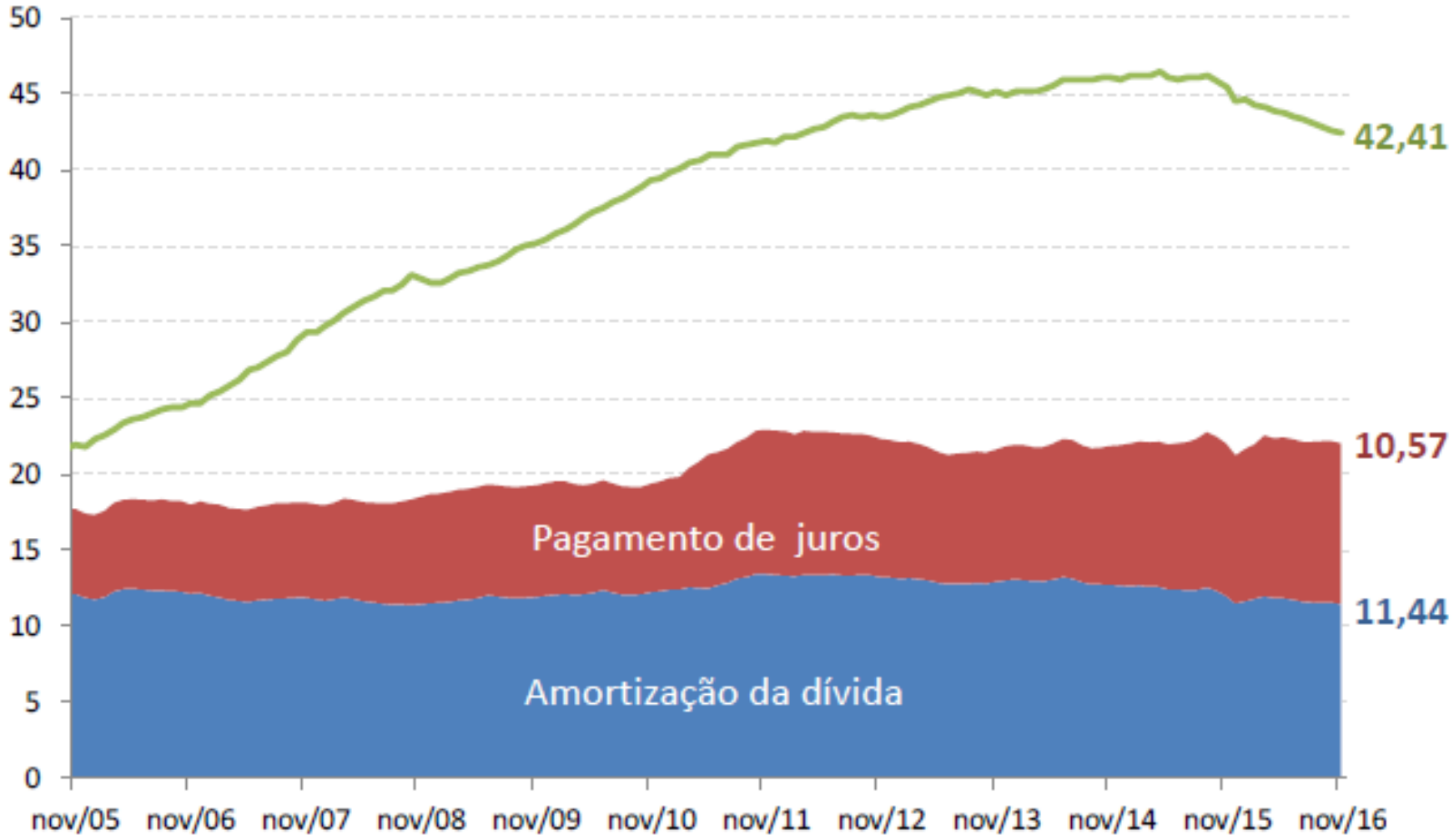
EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO

(saldo em valores nominais – R$ bilhões e % do PIB)



Fonte: BCB – Elaboração SPE/MF

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS*
(p.p.)



Fonte: BCB – Elaboração SPE/MF

TAXA DE JUROS E *SPREAD* OPERAÇÕES DE CRÉDITO (% a.a.)

Descrição	dez/16	T - 12m	T - 24m	T - 36m
Taxa de Juros Médio Carteira de Crédito	32,03	29,76	23,74	22,37
Spread Médio Carteira de Crédito	22,58	18,61	14,92	13,78
Taxa de Juros Médio Carteira PF	41,49	37,94	30,69	29,09
Spread Médio Carteira PF	31,86	26,66	21,53	20,04
Taxa de Juros Média Carteira PJ	20,08	20,73	16,52	15,66
Spread Médio Carteira PJ	10,86	9,73	8,05	7,51
Taxa de Juros Média Crédito Livre	51,98	47,29	37,27	33,36
Spread Médio Crédito Livre	40,14	32,05	25,29	22,08
Taxa de Juros Média Crédito Direcionado	10,68	9,83	7,77	7,46
Spread Médio Crédito Direcionado	3,79	3,34	2,67	2,50

Fonte: BCB – Elaboração SPE/MF

INADIMPLÊNCIA - %

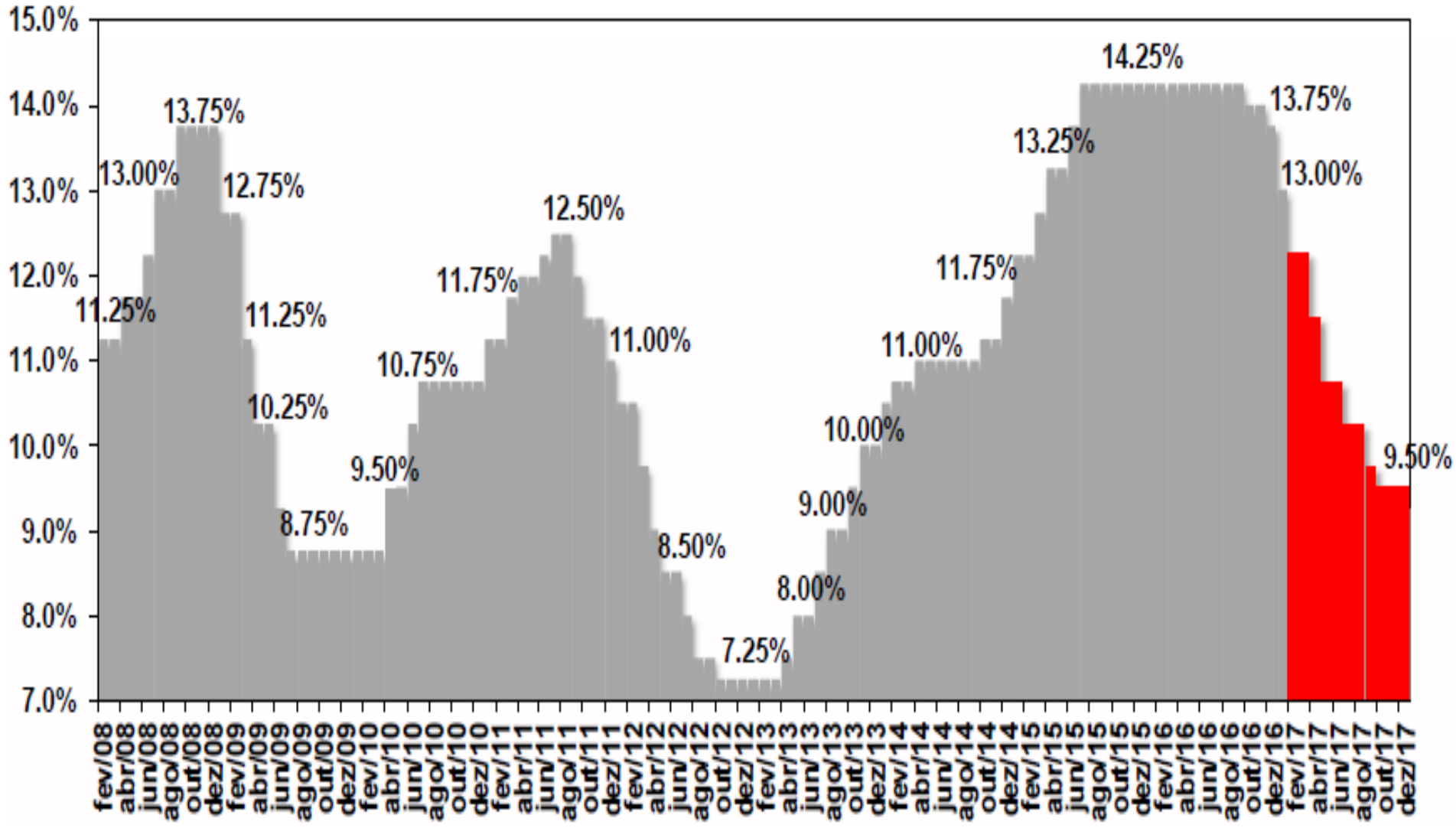
(% com atraso superior a 90 dias)

Descrição	dez/16	T - 1m	T - 3m	T - 6m	T - 12m	T - 24m	T - 36m
Crédito Total	3,71%	3,80%	3,73%	3,52%	3,38%	2,73%	2,84%
Crédito Pessoa Física	3,95%	4,10%	4,17%	4,05%	4,23%	3,67%	4,06%
Crédito Pessoa Jurídica	3,46%	3,52%	3,29%	3,01%	2,62%	1,91%	1,80%
Crédito Livre	5,65%	5,76%	5,89%	5,64%	5,30%	4,33%	4,37%
Crédito Direcionado	1,76%	1,86%	1,59%	1,38%	1,39%	0,98%	0,93%

Descrição	dez/16	T - 1m	T - 3m	T - 6m	T - 12m	T - 24m	T - 36m
Cheque Especial PF	17,40%	15,29%	15,68%	14,67%	18,07%	13,80%	13,45%
Crédito Consignado PF	2,32%	2,34%	2,27%	2,22%	2,30%	2,36%	2,64%
Aquisição de Veículos PF	4,62%	4,72%	4,64%	4,61%	4,24%	3,91%	5,18%
Cartão de Crédito PF	7,73%	7,84%	8,21%	8,32%	8,08%	6,59%	6,39%
Crédito Rural PF	2,20%	2,25%	2,18%	1,89%	1,82%	1,29%	1,10%
Crédito Imobiliário PF	1,55%	1,85%	1,86%	1,69%	2,02%	1,70%	1,66%
Capital de Giro PJ	5,63%	5,72%	5,68%	5,52%	4,62%	3,88%	3,57%
Conta Garantida PJ	2,91%	2,88%	3,41%	3,21%	3,39%	1,79%	1,77%
ACC PJ	1,44%	1,37%	1,23%	1,29%	1,19%	1,03%	0,81%
Financiamento a exportações PJ	0,88%	0,97%	1,10%	0,74%	0,87%	0,39%	0,11%
Financiamento BNDES PJ	1,70%	1,69%	1,06%	1,08%	0,83%	0,40%	0,37%

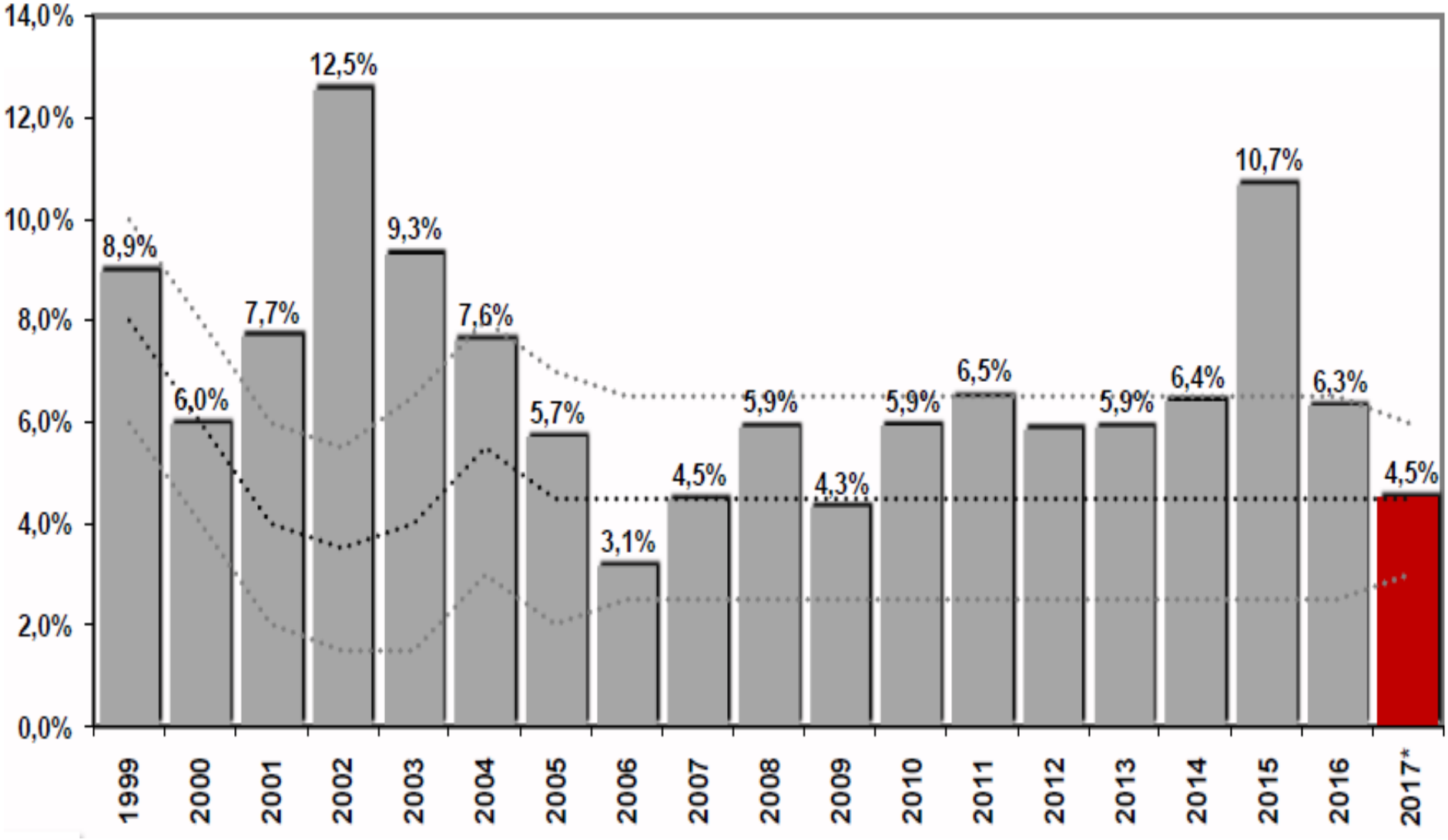
Fonte: BCB – Elaboração SPE/MF

Taxa Selic



Fonte: Bradesco

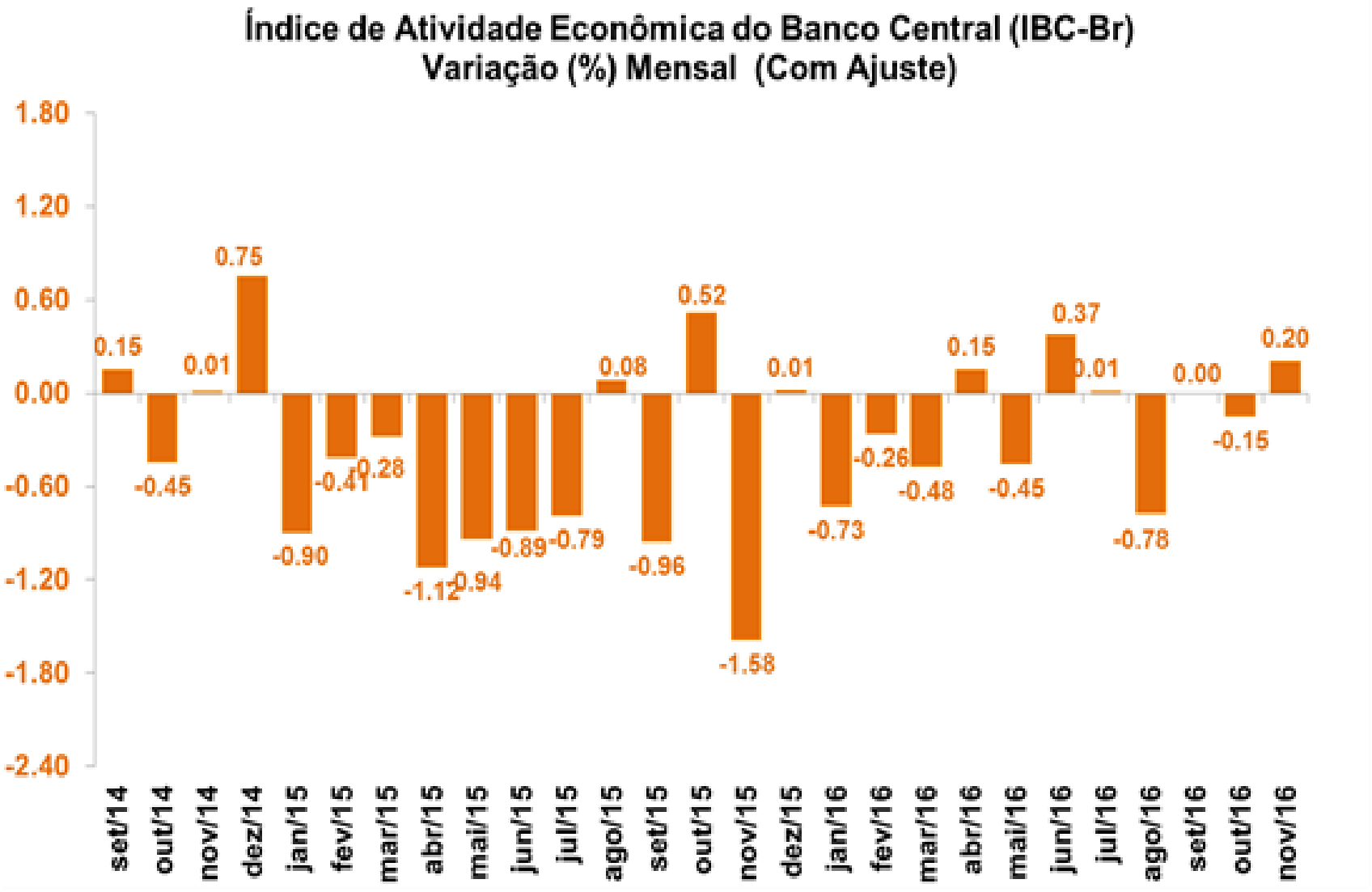
Inflação



Fonte: Bradesco

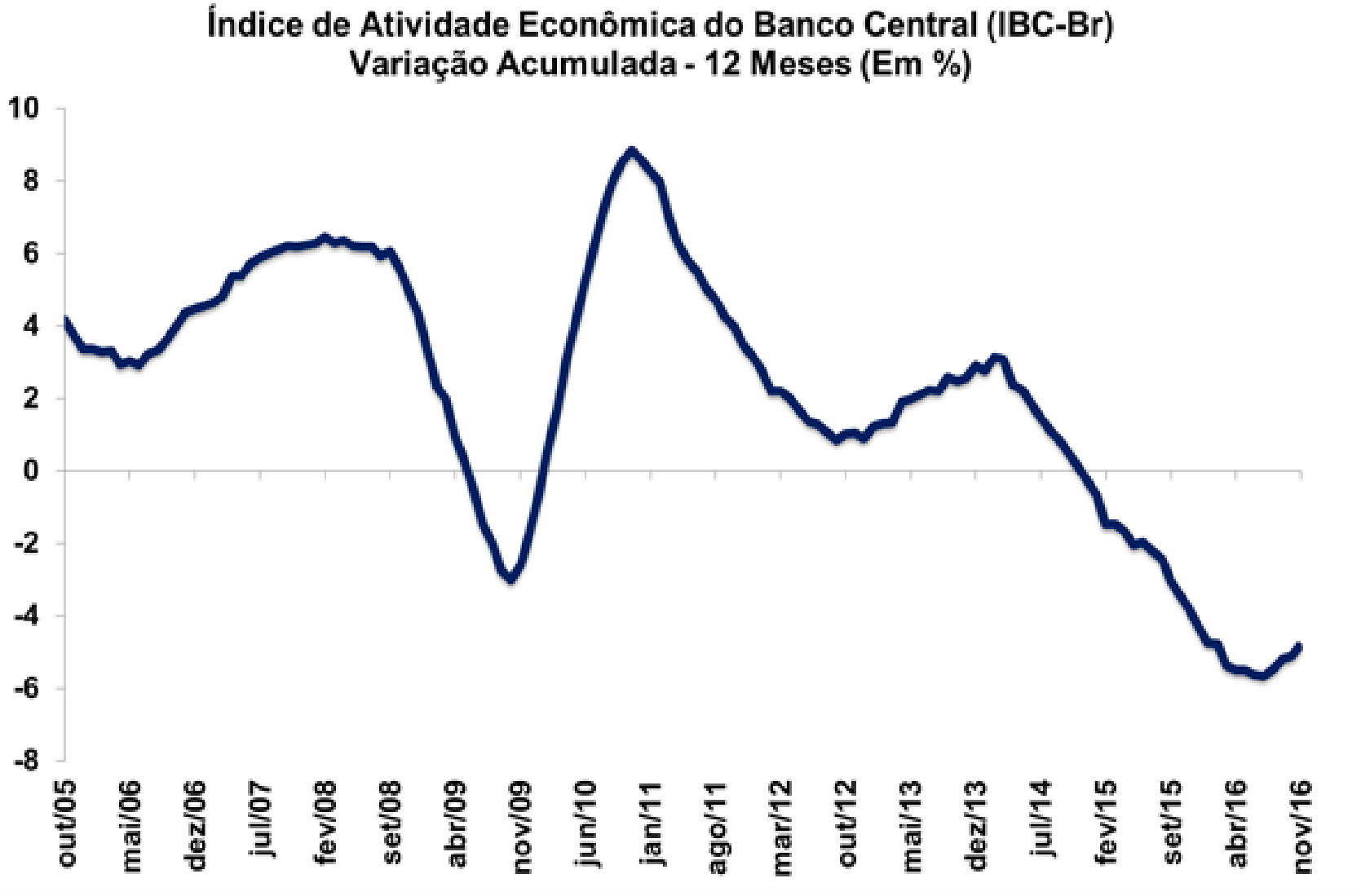
PIB
Desemprego
Setores

IBC-Br: PIB cresceu 0,2% em novembro



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 13 de janeiro de 2017

IBC-Br:



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 13 de janeiro de 2017

Desemprego
Queda do salário

Desemprego

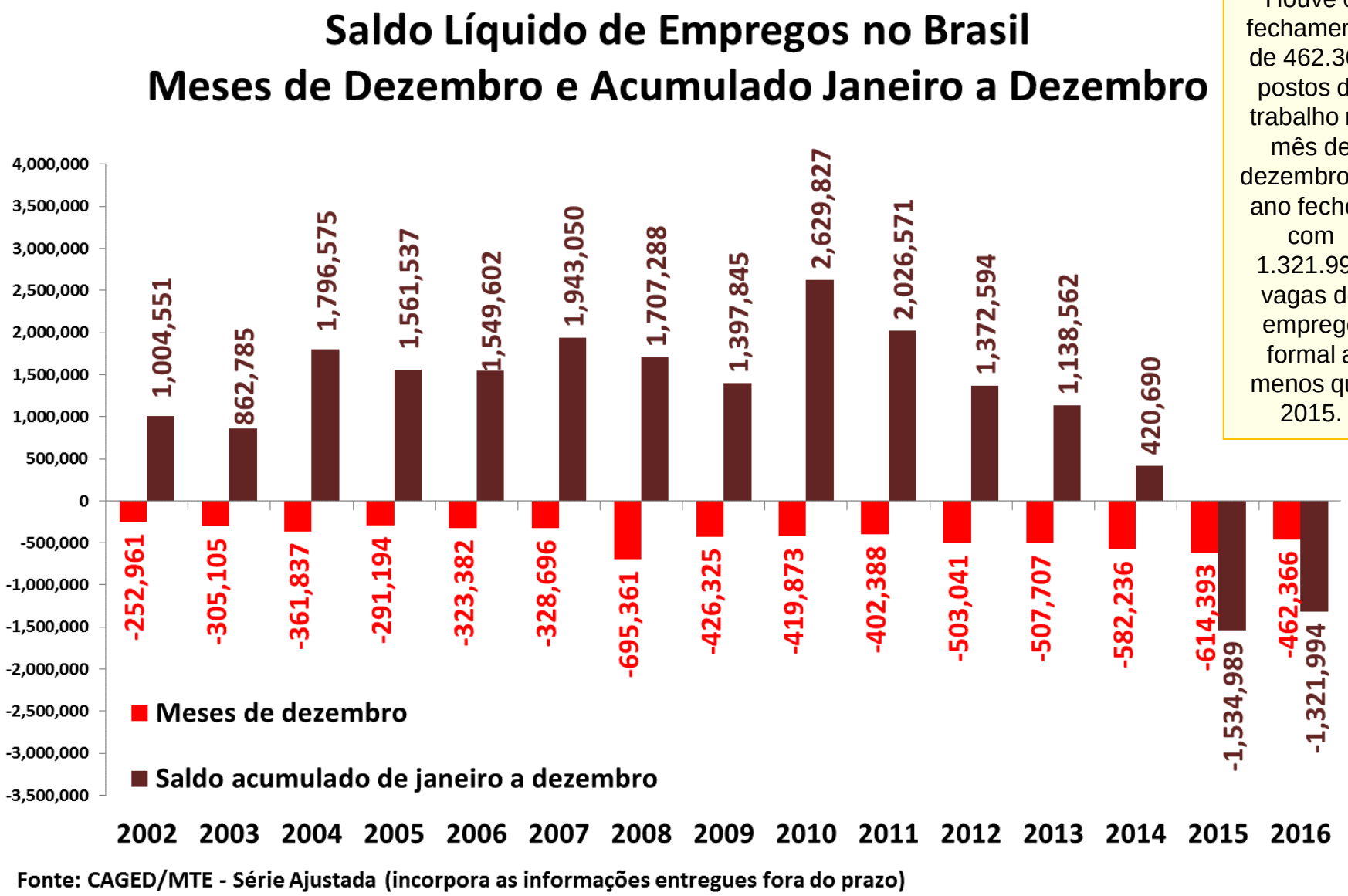
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 29 de novembro de 2016 e Ibge dezembro

PNAD Contínua: em novembro, taxa de desocupação foi de 11,9%

TAXAS (em pontos percentuais)		Estimativas dos trimestres móveis		
		set-out-nov/2015	jun-jul-ago/2016	**set-out-nov/2016**
TAXA DE DESOCUPAÇÃO		**9,0**	**11,8**	**11,9**
NÍVEL DA OCUPAÇÃO		55,9	54,2	**54,1**
TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO		61,5	61,4	**61,3**
INDICADORES (em mil pessoas)		Estimativas dos trimestres móveis		
		set-nov/2015	jun-ago/2016	**set-nov/2016**
POPULAÇÃO	EM IDADE DE TRABALHAR	164.785	166.441	**166.828**
	NA FORÇA DE TRABALHO	101.265	102.161	**102.342**
	OCUPADA	92.151	90.137	**90.210**
	DESOCUPADA	9.114	12.024	**12.132**
	FORA DA FORÇA DE TRABALHO	63.519	64.280	**64.486**
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO COM CARTEIRA (exclusive trabalhadores domésticos)	35.398	34.176	**34.075**
	EMPREGADO NO SETOR PRIVADO SEM CARTEIRA (exclusive trabalhadores domésticos)	10.101	10.204	**10.450**
	TRABALHADOR DOMÉSTICO	6.234	6.122	**6.077**
	EMPREGADO NO SETOR PÚBLICO (inclusive servidor estatutário e militar)	11.380	11.361	**11.411**
	EMPREGADOR	4.000	3.946	**4.162**
	CONTA PRÓPRIA	22.611	22.235	**21.938**
	TRABALHADOR FAMILIAR AUXILIAR	2.428	2.093	**2.097**
GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE	AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	9.338	9.259	**8.901**
	INDÚSTRIA GERAL	12.568	11.523	**11.542**
	CONSTRUÇÃO	7.764	7.218	**7.062**
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	17.638	17.240	**17.460**
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	4.415	4.474	**4.518**
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	4.442	4.580	**4.789**
	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES FINANCEIRAS, IMOBILIÁRIAS, PROFISSIONAIS E ADMINISTRATIVAS	9.888	9.616	**9.632**
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA, SEGURIDADE SOCIAL, EDUCAÇÃO, SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	15.652	15.878	**15.777**
	OUTROS SERVIÇOS	4.106	4.156	**4.392**
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	6.324	6.189	**6.131**

Fonte: IBGE, PNAD Contínua

CAGED: saldo de vagas – jan-dez

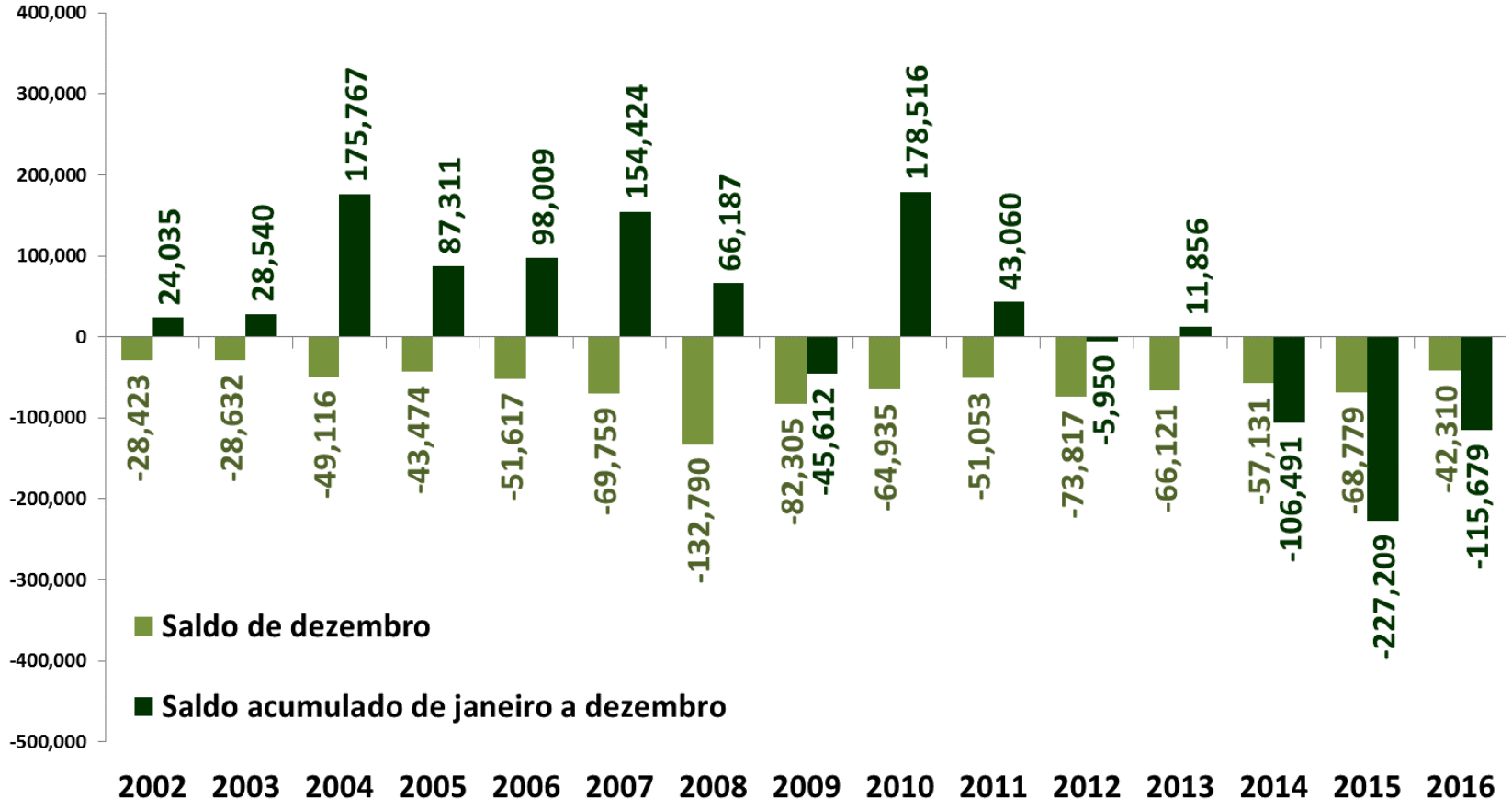


Houve o fechamento de 462.366 postos de trabalho no mês de dezembro. O ano fechou com 1.321.994 vagas de emprego formal a menos que 2015.

Fonte: Fiesp. Macro Visão, Informativo eletrônico – 23 de janeiro de 2017

CAGED

Saldo Líquido de Empregos na Indústria de Transformação Paulista
Meses de Dezembro e Acumulado Janeiro a Dezembro



Fonte: CAGED/MTE - Série Ajustada (incorpora as informações entregues fora do prazo)

Fonte: Fiesp. Macro Visão, Informativo eletrônico – 23 de janeiro de 2017

CAGED: admissões e desligamentos acumulado em 12 meses (em milhares*)

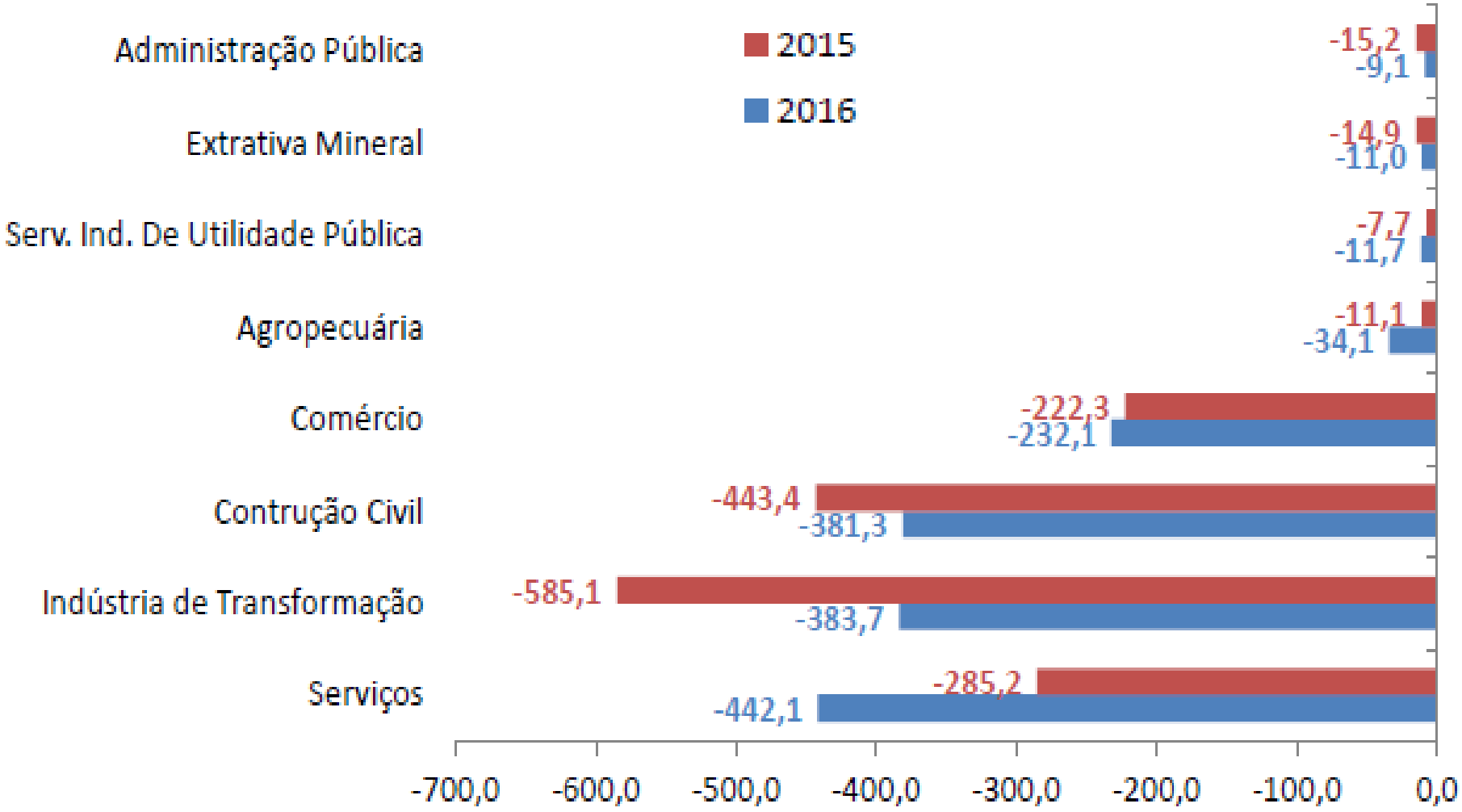
Ano	Desligados	Saldo Líquido	Admitidos
2006	12.831,1	11.602,5	1.228,7
2007	14.341,3	12.723,9	1.617,4
2008	16.659,3	15.207,1	1.452,2
2009	16.187,6	15.192,5	995,1
2010	19.204,8	17.067,9	2.136,9
2011	20.562,6	18.996,6	1.566,0
2012	20.432,0	19.563,8	868,2
2013	20.942,1	20.211,4	730,7
2014	20.661,1	20.508,3	152,7
2015	16.861,7	18.487,3	-1.625,6
2016	**14.219,6**	**15.724,8**	**-1.505,2**

* Janeiro a dezembro de cada ano, exceto 2016, o qual se refere ao acumulado em 12 meses (dezembro/15 - novembro/16). Série não incorpora as informações declaradas fora do prazo.

Fonte: CAGED

CAGED

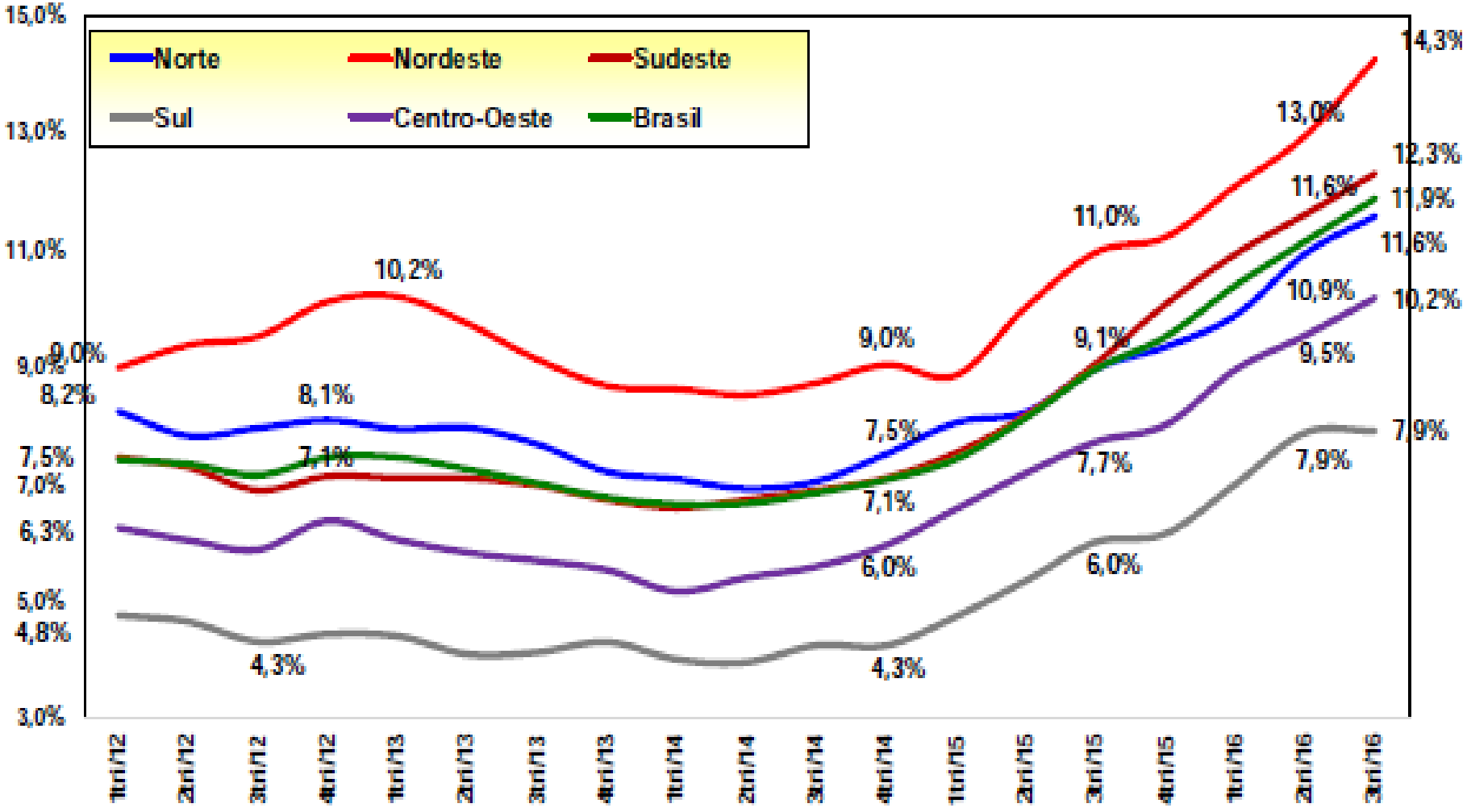
CRIAÇÃO LÍQUIDA DE POSTOS DE TRABALHO POR SETORES DE ATIVIDADE - ACUMULADO EM 12 MESES (em milhares*)



* Acumulado em 12 meses findos em novembro de cada ano. Série não incorpora as informações declaradas fora do prazo.

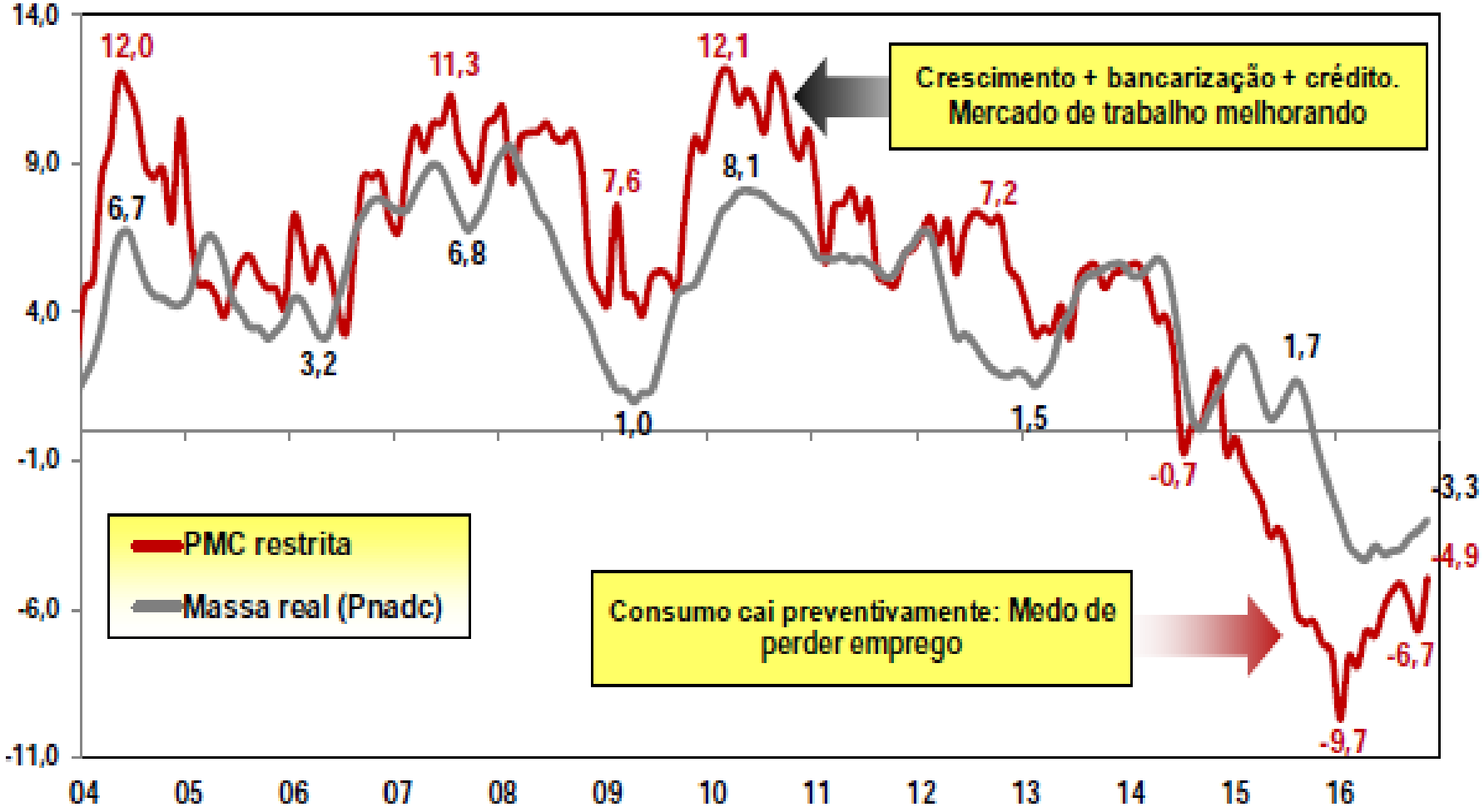
Fonte: CAGED. Elaboração: MF/SPE

Taxa de desemprego total – dados dessazonalizados



Fonte: PNAD Contínua. Elaboração: BRADESCO

Massa salarial real (*) e PMC restrita – Variação interanual trimestral (%)

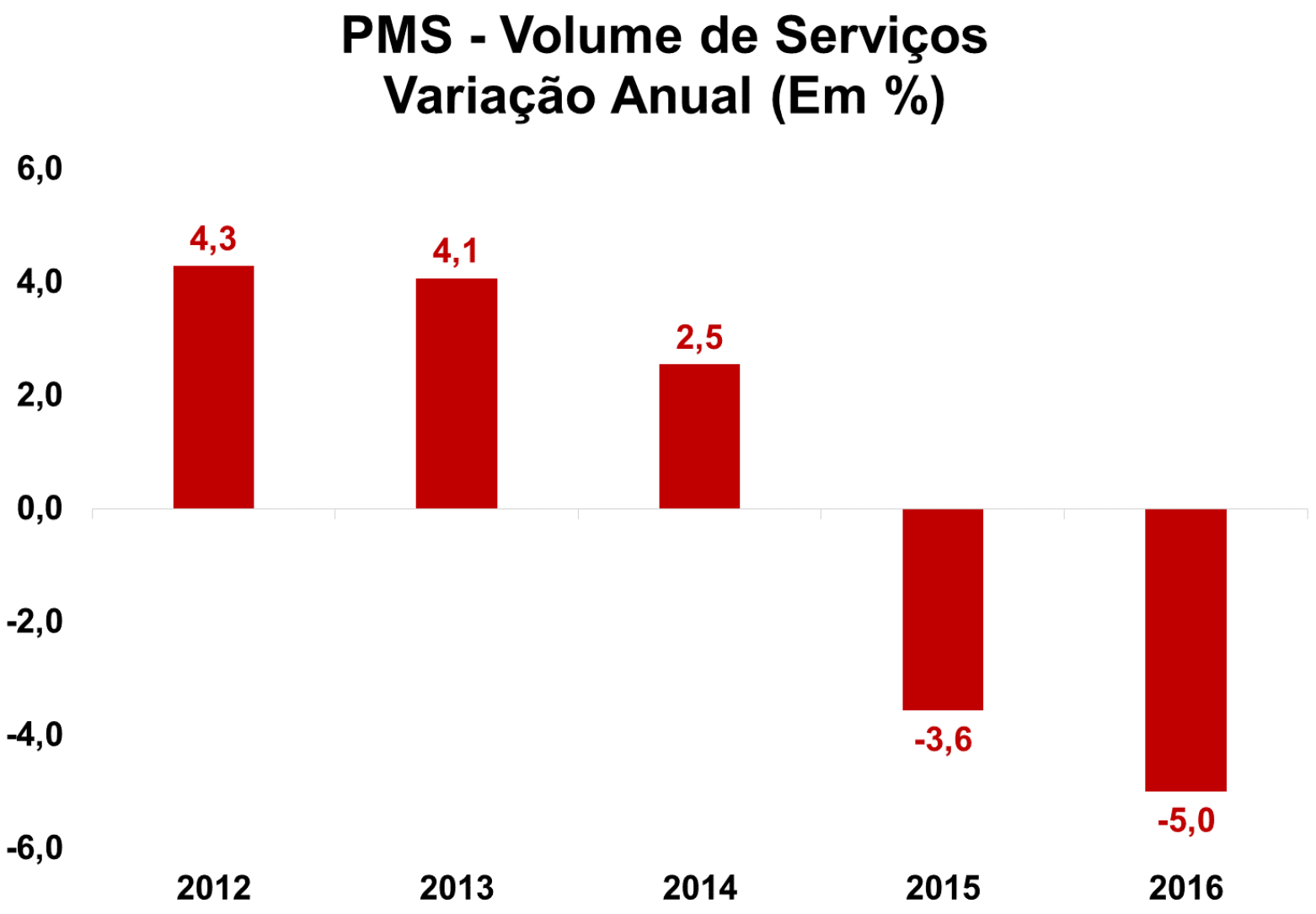


Fonte: Ibge. Elaboração: BRADESCO

Serviços

PMS

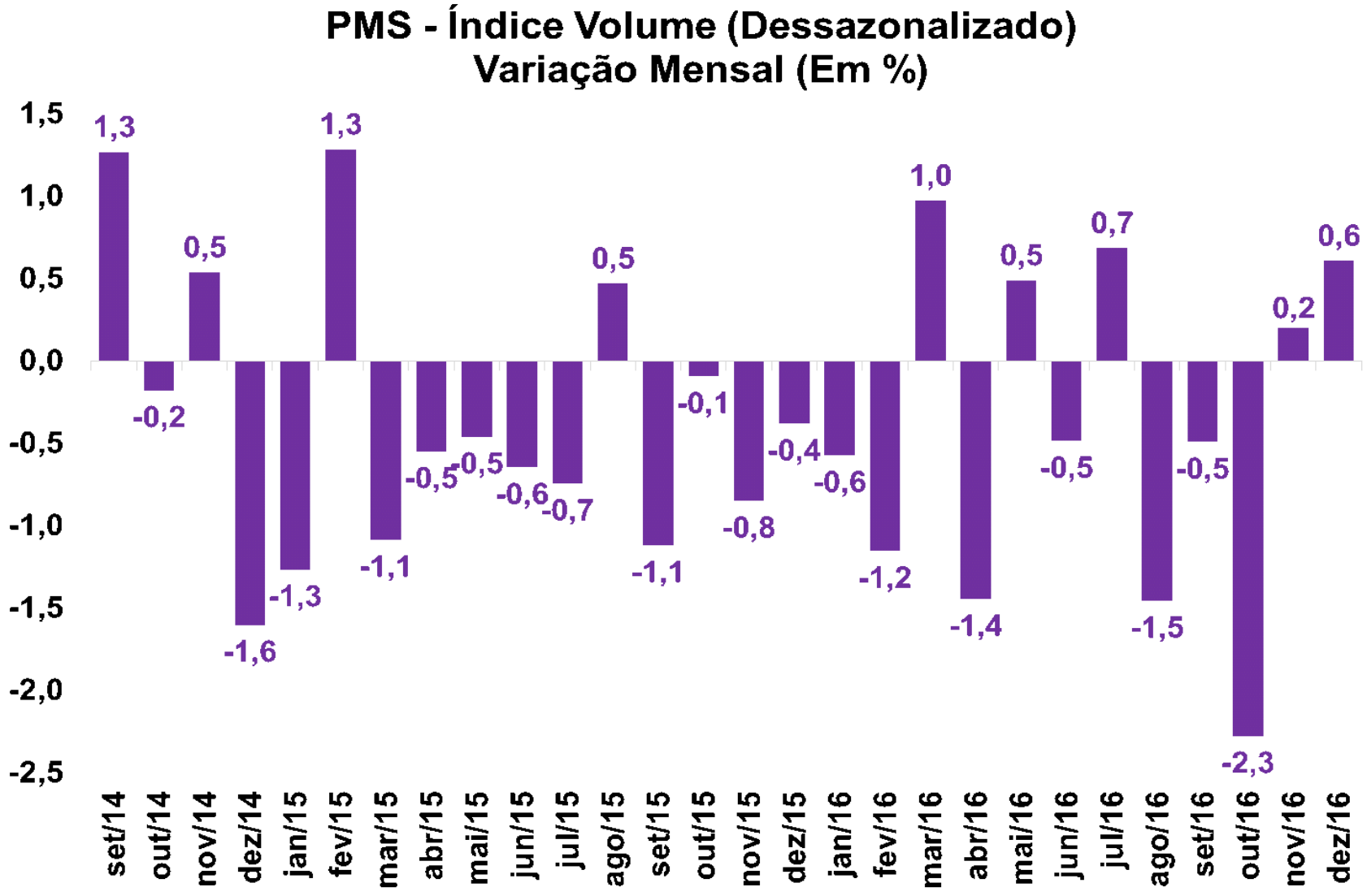
Serviços



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 15 fevereiro de 2017

PMS

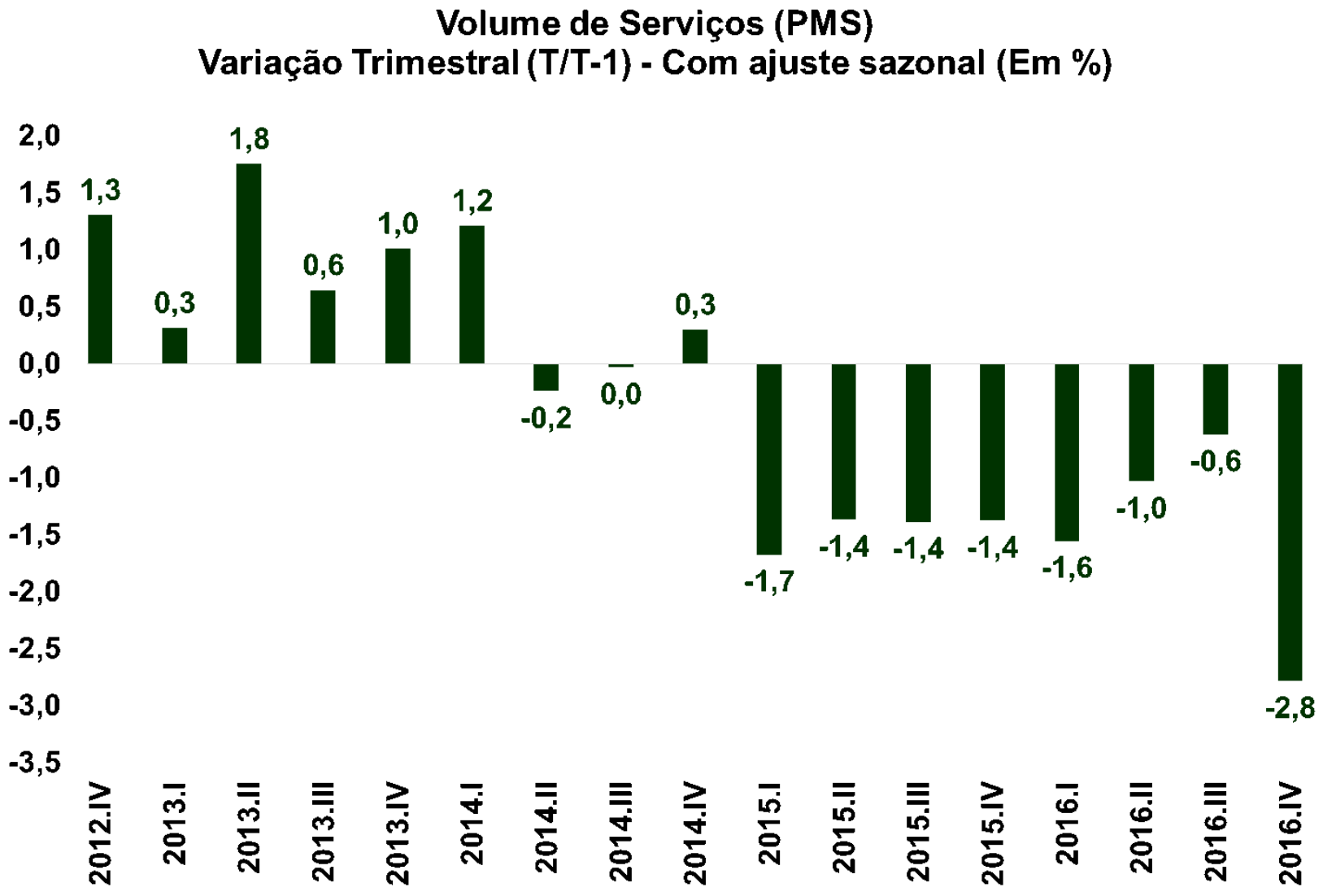
Serviços



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 15 fevereiro de 2017

PMS

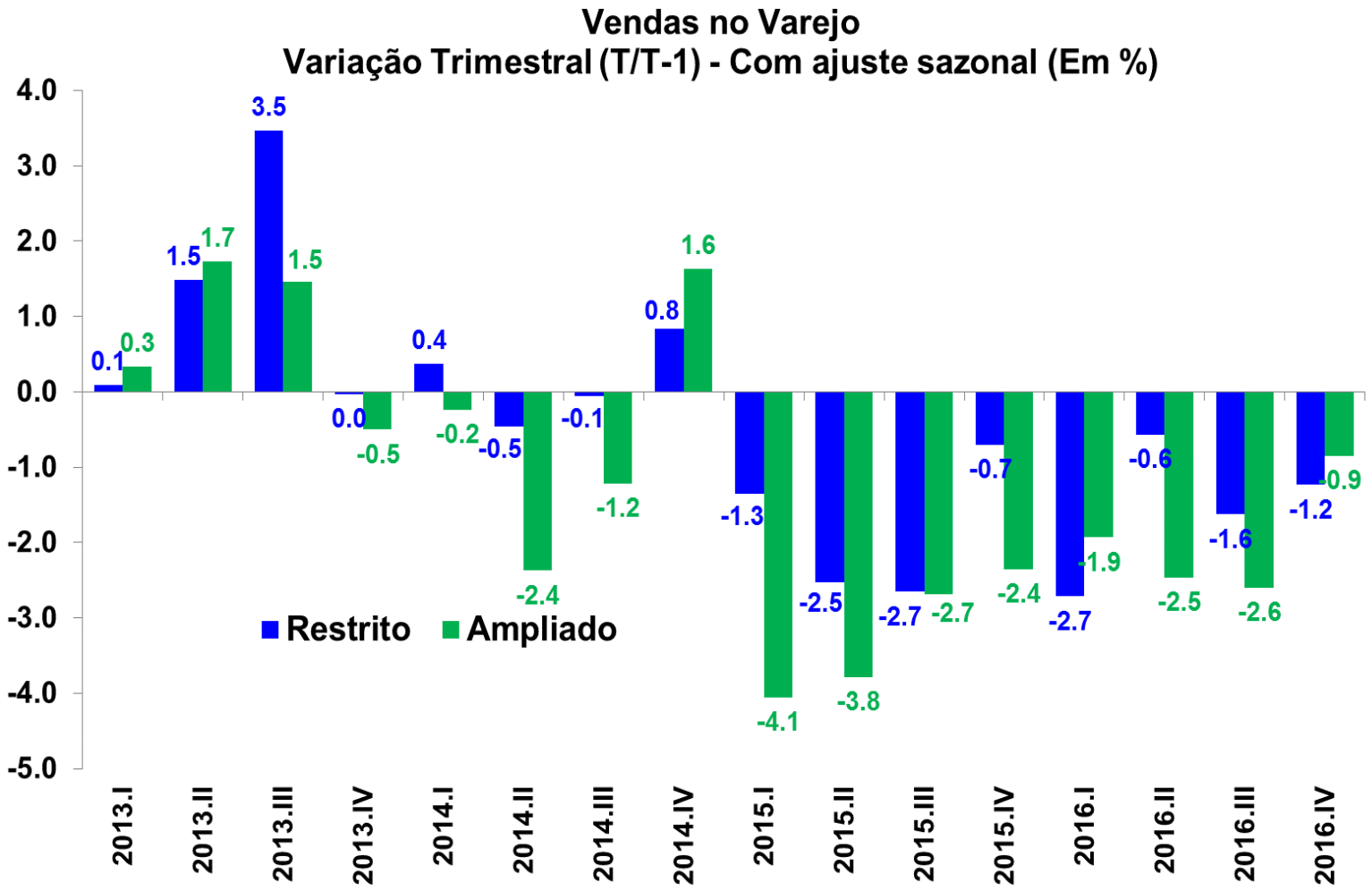
Serviços



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 15 fevereiro de 2017

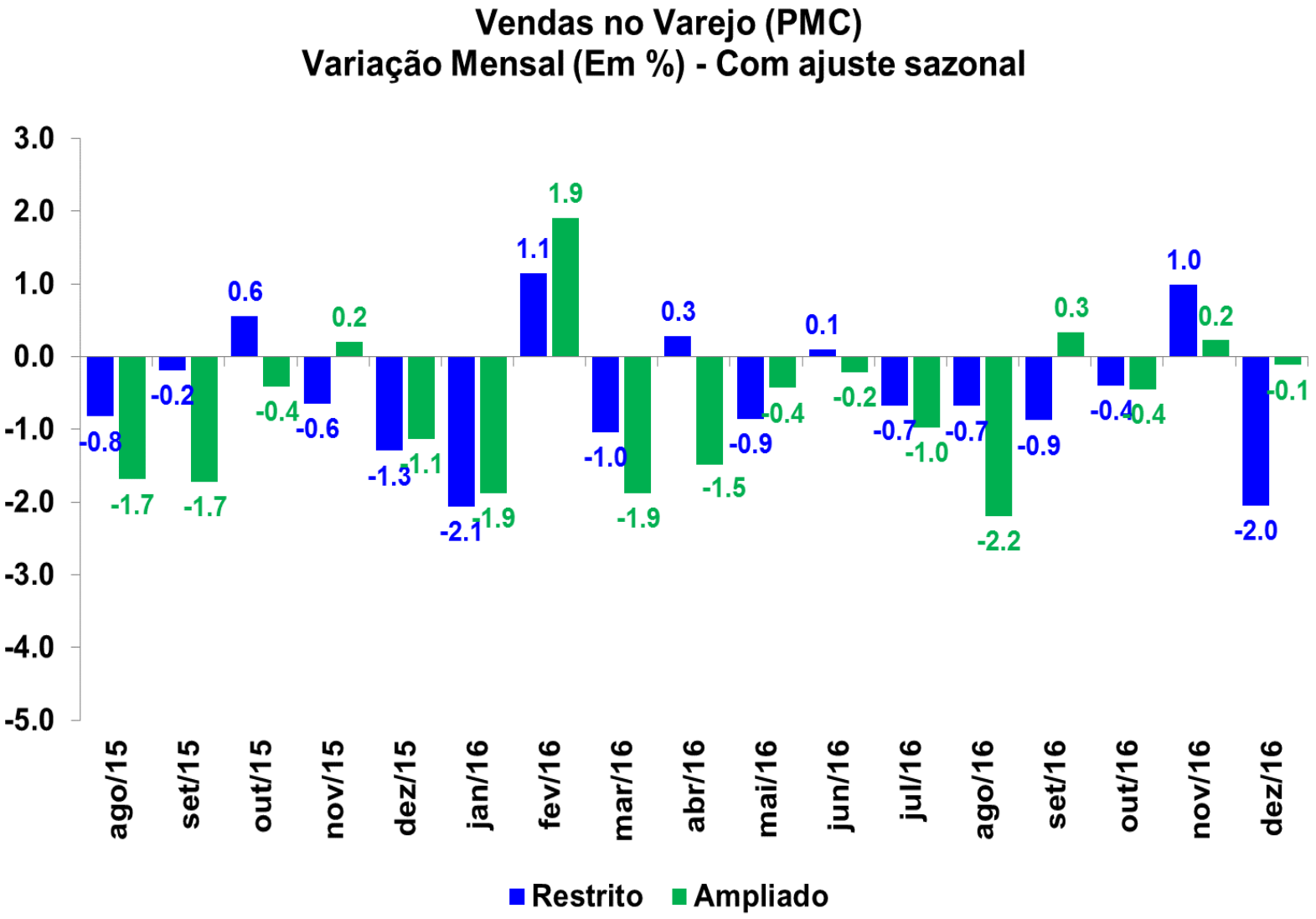
PMS

Serviços



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 14 de fevereiro de 2017

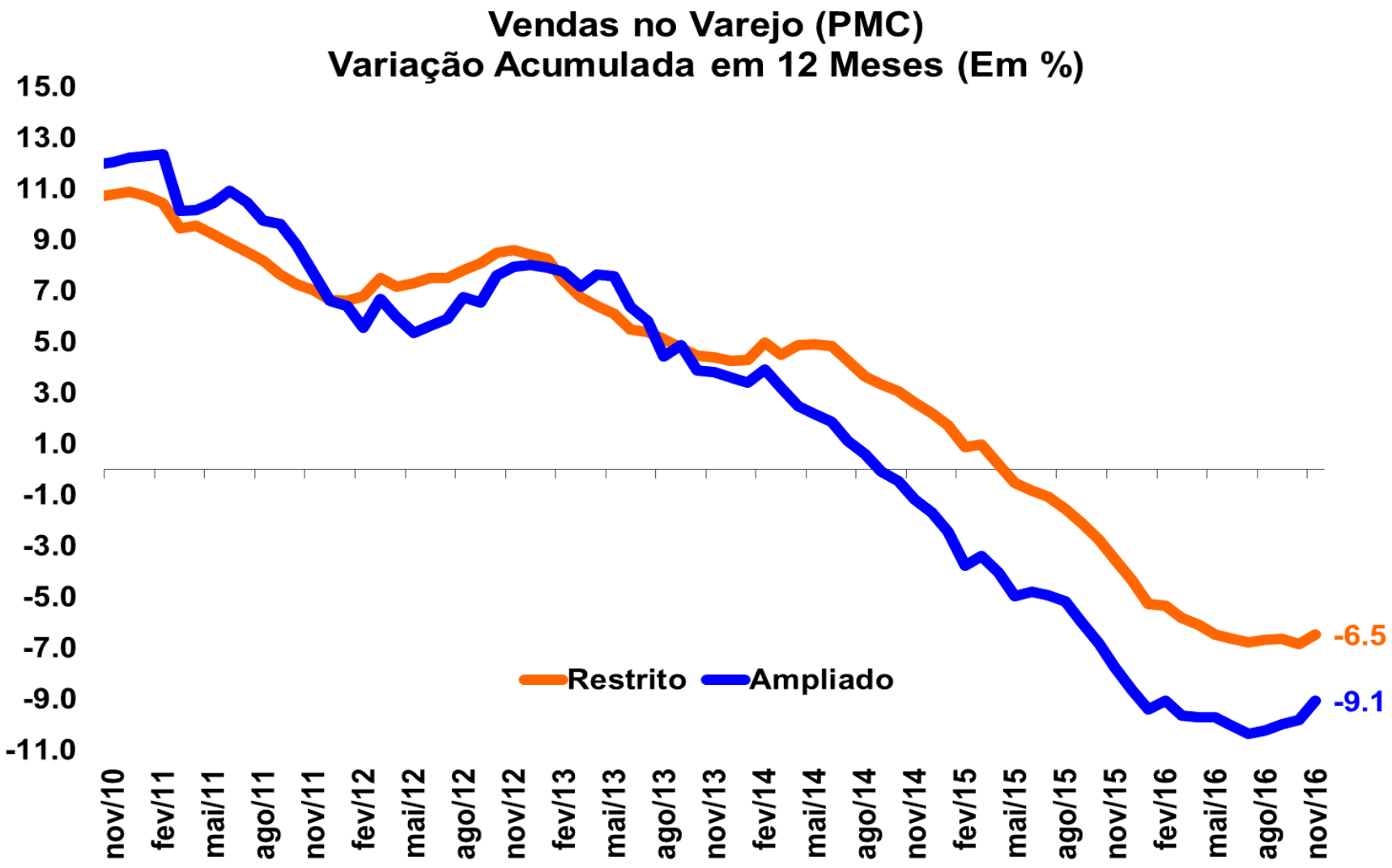
PMC: Vendas no varejo surpreende com forte alta em novembro



Fonte: Fiesp, Macro VIsão. Informativo eletrônico – 14 de fevereiro de 2016

PMC

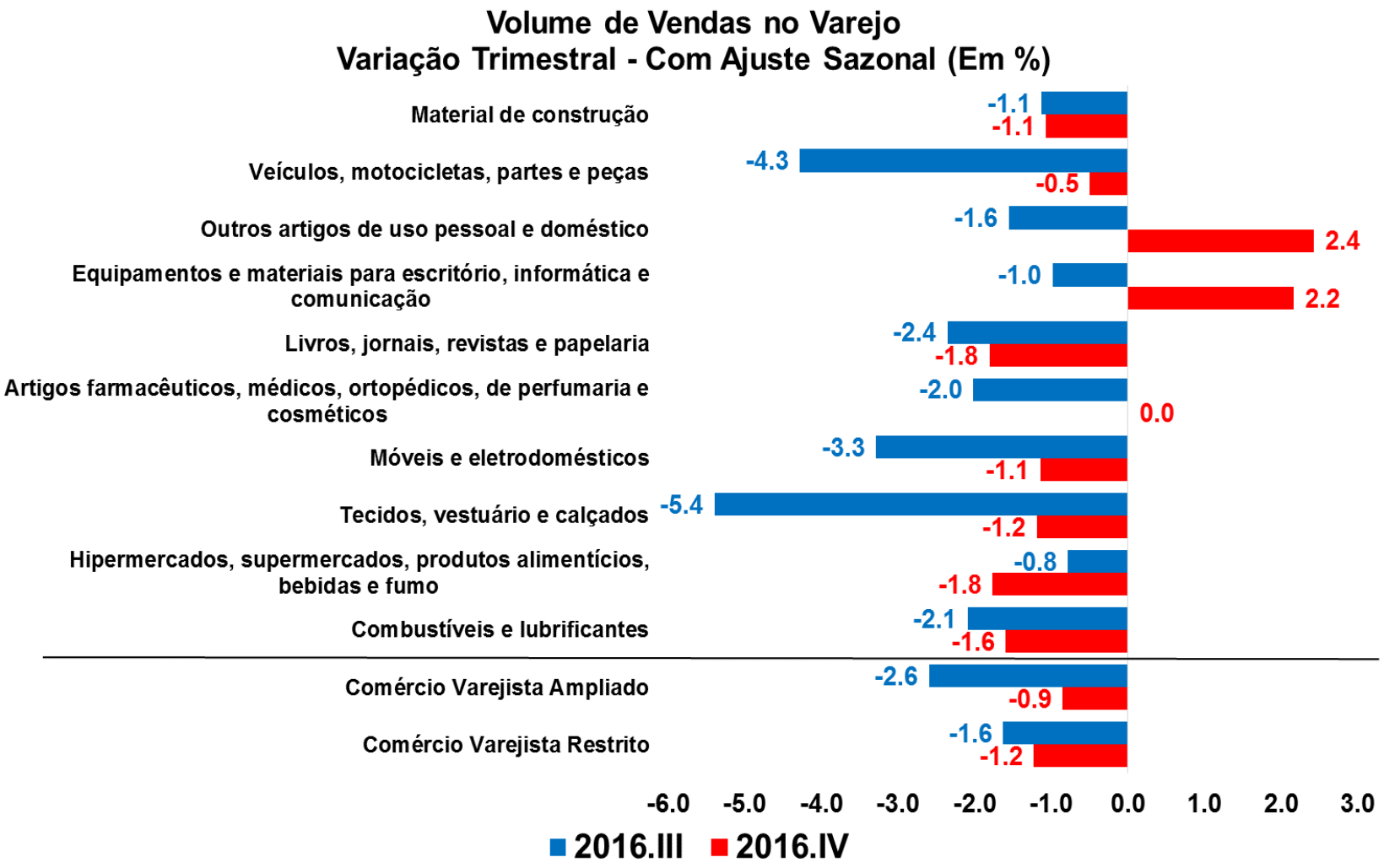
Pesquisa Mensal do Comércio (Ibge)



Fonte: Fiesp, Macro VIsão. Informativo eletrônico – 11 de janeiro de 2016

PMC

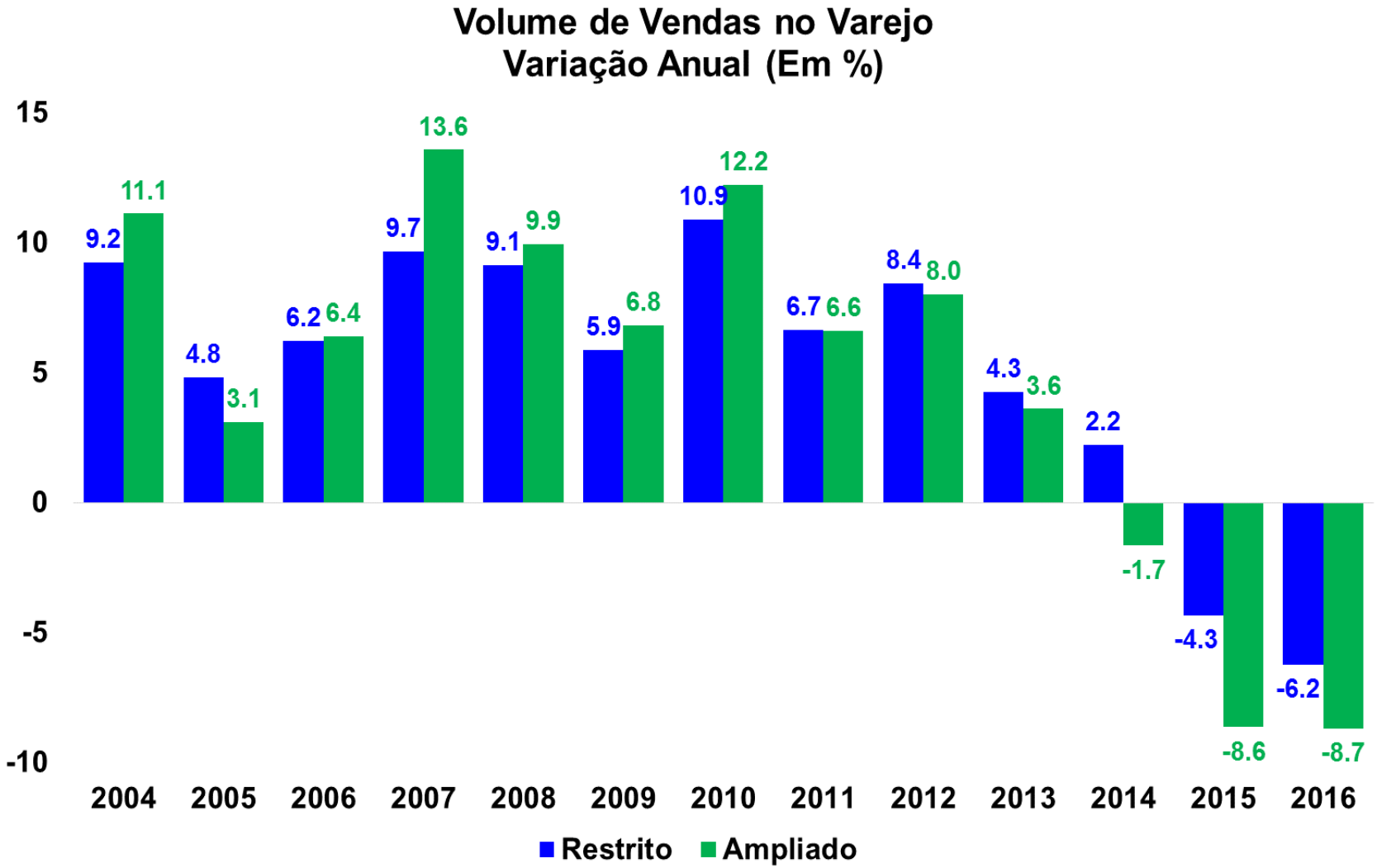
Pesquisa Mensal do Comércio (Ibge)



Fonte: Fiesp, Macro VIsão. Informativo eletrônico – 141 de fevereiro de 2016

PMC

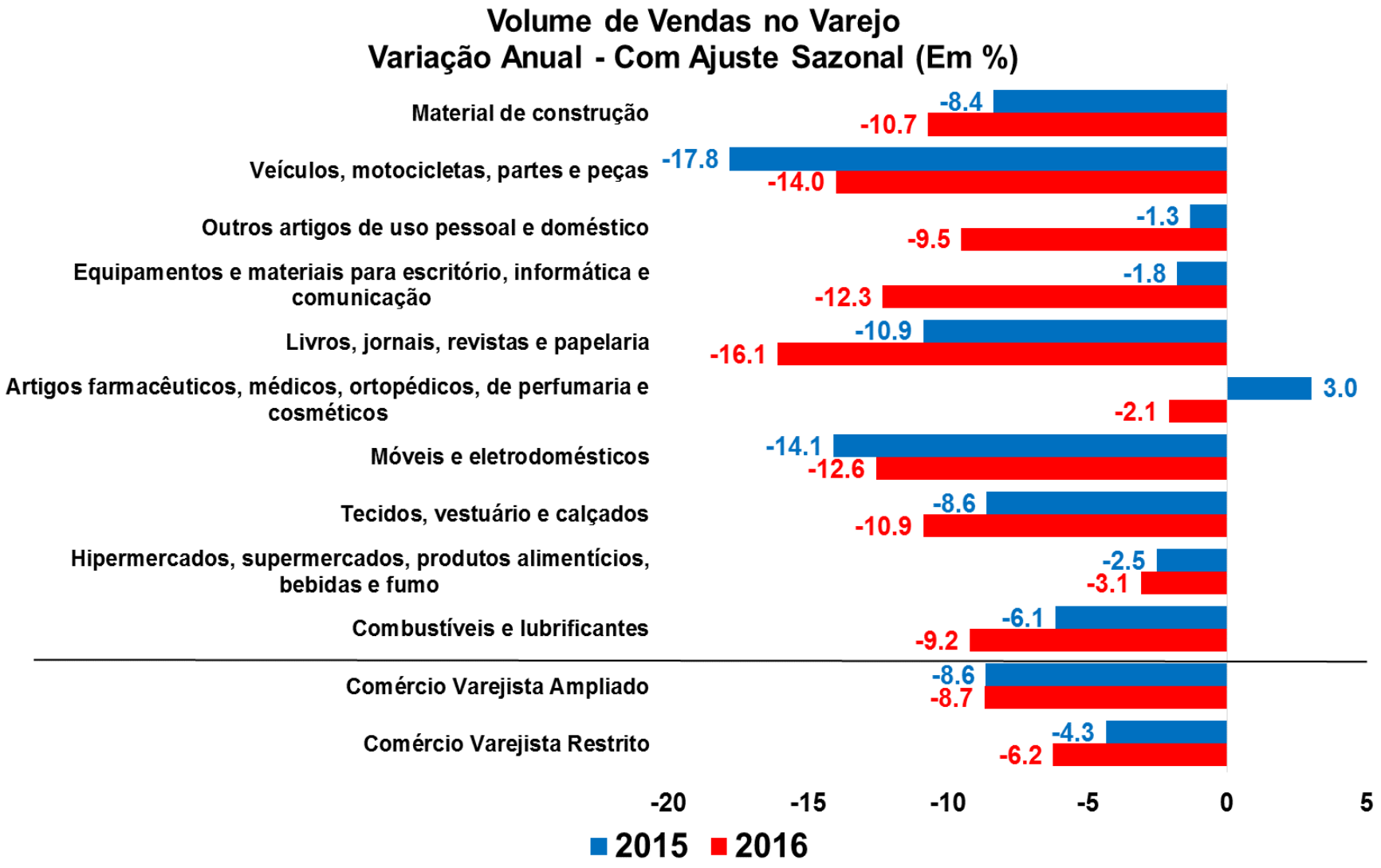
Pesquisa Mensal do Comércio (Ibge)



Fonte: Fiesp, Macro VIsão. Informativo eletrônico – 141 de fevereiro de 2016

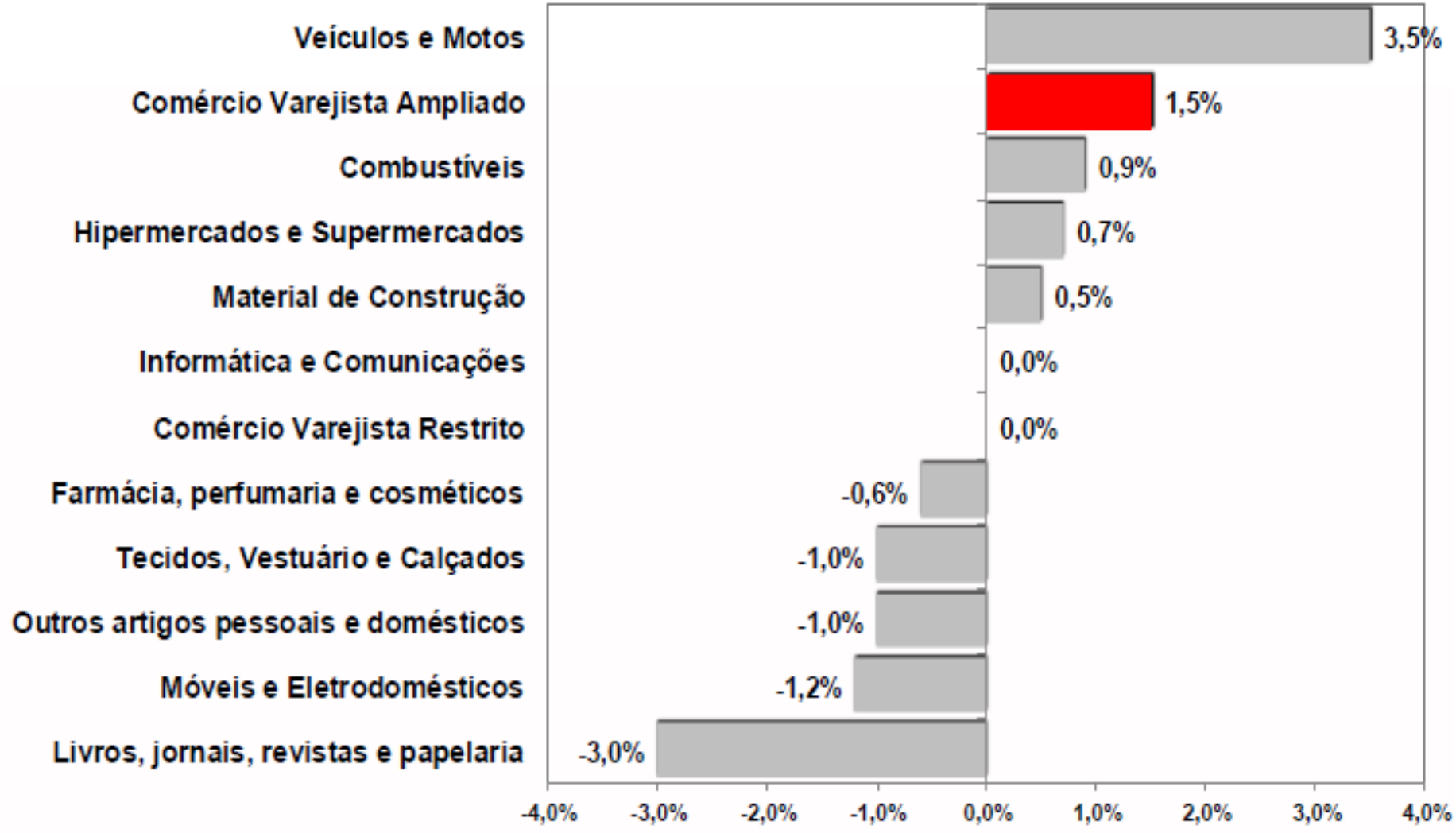
PMC

Pesquisa Mensal do Comércio (Ibge)



Fonte: Fiesp, Macro VIsão. Informativo eletrônico – 141 de fevereiro de 2016

VENDAS DO VAREJO 2017
(segmentos, variação anual, %)



Fonte: IBGE, Bradesco

Indústria

Produção Industrial Brasileira - (Em %)

	Dez16/Nov16*	4ºTri/3ºTri*	2016/2015
Bens de Capital	-3.2	-1.6	-11.3
Bens Intermediários	1.4	-1.5	-6.6
Bens de consumo duráveis	6.5	3.8	-14.5
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	4.1	-0.9	-3.7

*Com ajuste sazonal

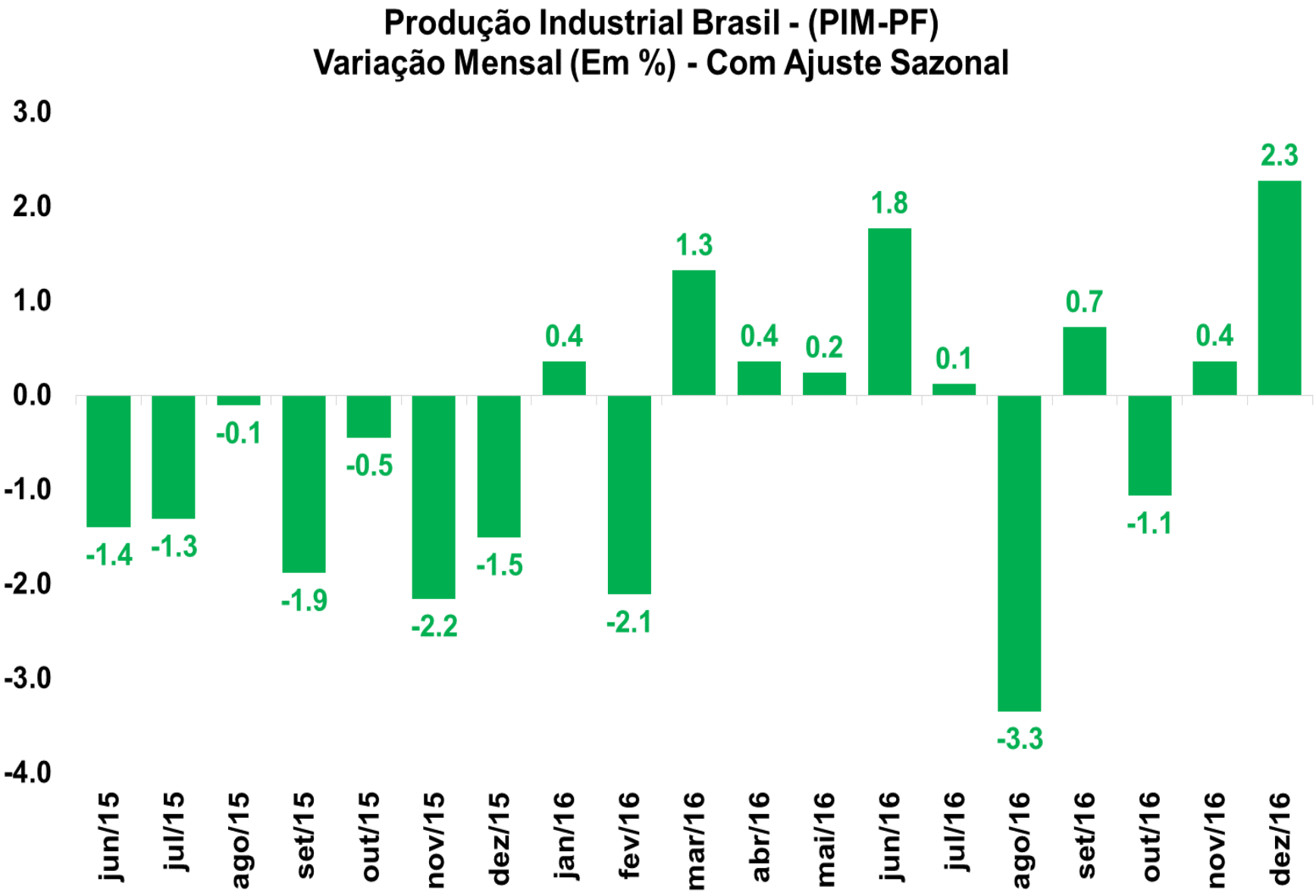
PIM-PF

Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF) Regional (Em %)			
Locais	Dezembro 2016/ Novembro 2016*	Dezembro 2016/ Dezembro 2015	2016/2015
Amazonas	-2,0	3,0	-10,8
Pará	-0,7	10,1	9,5
Região Nordeste	4,9	-0,8	-3,1
Ceará	12,4	3,4	-5,2
Pernambuco	0,6	5,6	-9,5
Bahia	1,4	-9,3	-5,2
Minas Gerais	2,3	2,2	-6,2
Espírito Santo	5,1	2,1	-18,8
Rio de Janeiro	-0,9	-0,4	-4,1
São Paulo	-1,5	-0,6	-5,5
Paraná	0,8	6,5	-4,3
Santa Catarina	3,6	6,3	-3,3
Rio Grande do Sul	6,3	3,3	-3,8
Mato Grosso	-	-2,3	-1,1
Goiás	1,4	-9,0	-6,7
Brasil	**2,3**	**-0,1**	**-6,6**

*série sazonalmente ajustada

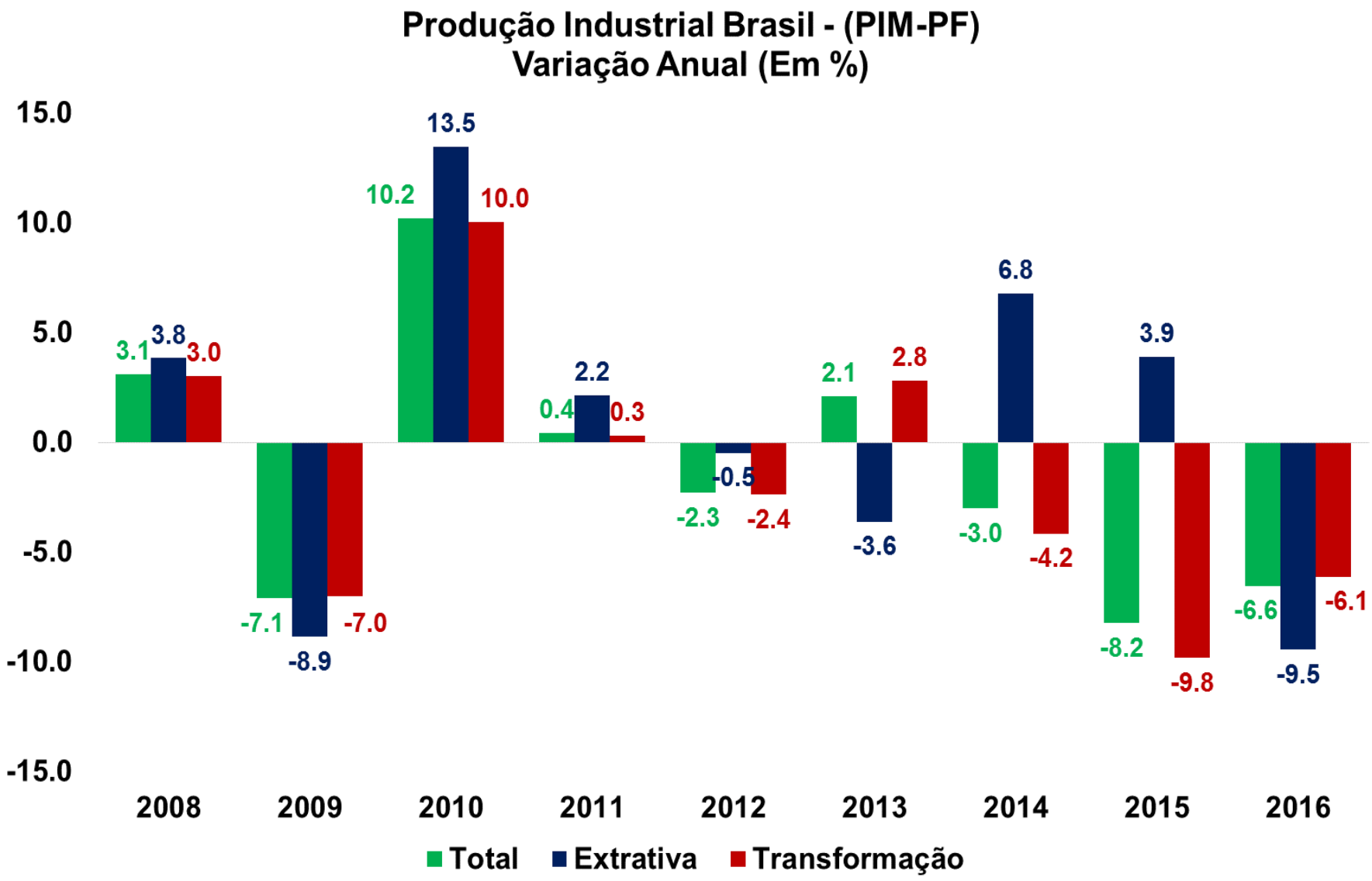
Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 07 de fevereiro de 2017

PIM-PF



Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 01 de fevereiro de 2017

PIM-PF



Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 01 de fevereiro de 2017

PIM-PF

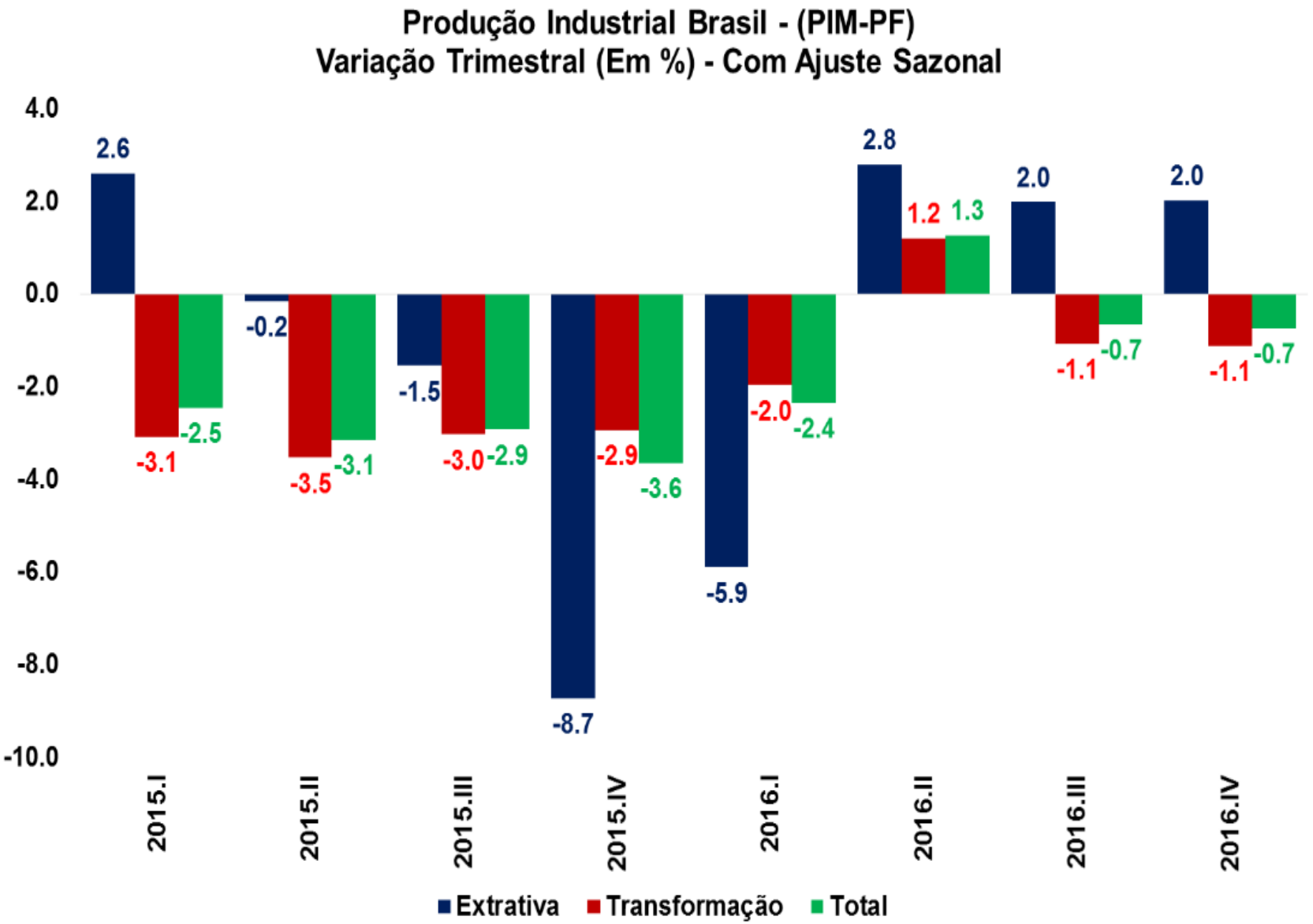
Produção Industrial Brasileira - (Em %)

	Dez16/Nov16*	4ºTri/3ºTri*	2016/2015
Produtos alimentícios	0.9	-1.9	0.6
Bebidas	-5.5	-5.7	-2.7
Produtos do fumo	-10.3	2.3	-25.6
Produtos têxteis	-3.4	-2.2	-4.5
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10.9	7.4	-5.8
Preparação de couros e artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	7.6	-0.3	-1.6
Produtos de madeira	-0.2	-1.6	1.6
Celulose, papel e produtos de papel	0.3	0.9	2.5
Impressão e reprodução de gravações	-	-	-8.9
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-1.9	-1.8	-8.5
Sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pess	5.5	-4.3	-1.4
Outros produtos químicos	5.1	-1.4	-0.9
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-11.7	-8.3	-6.0
Produtos de borracha e de material plástico	8.3	-2.7	-7.1
Produtos de minerais não-metálicos	-0.3	-2.2	-10.9
Metalurgia	-0.3	-3.5	-6.6
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	3.0	-4.3	-9.8
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	15.2	9.9	-14.8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0.4	-10.3	-8.5
Máquinas e equipamentos	2.4	0.0	-11.8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	10.8	5.5	-11.4
Ooutros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2.9	-10.2	-21.7
Móveis	9.6	-0.8	-11.0
Produtos diversos	2.6	2.1	-8.5
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	-	-	-8.1

*Com ajuste sazonal

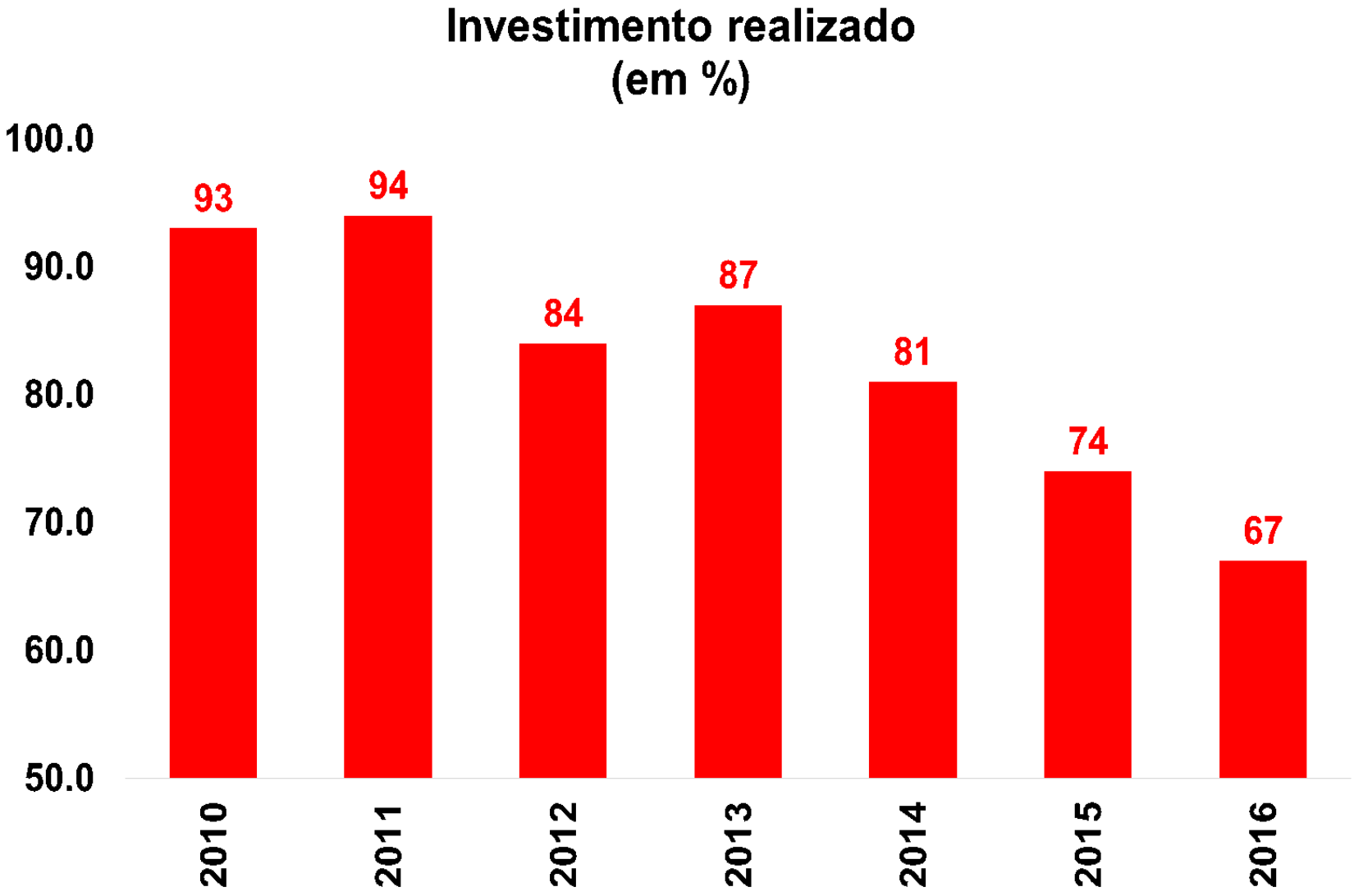
Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 01 de fevereiro de 2017

PIM-PF



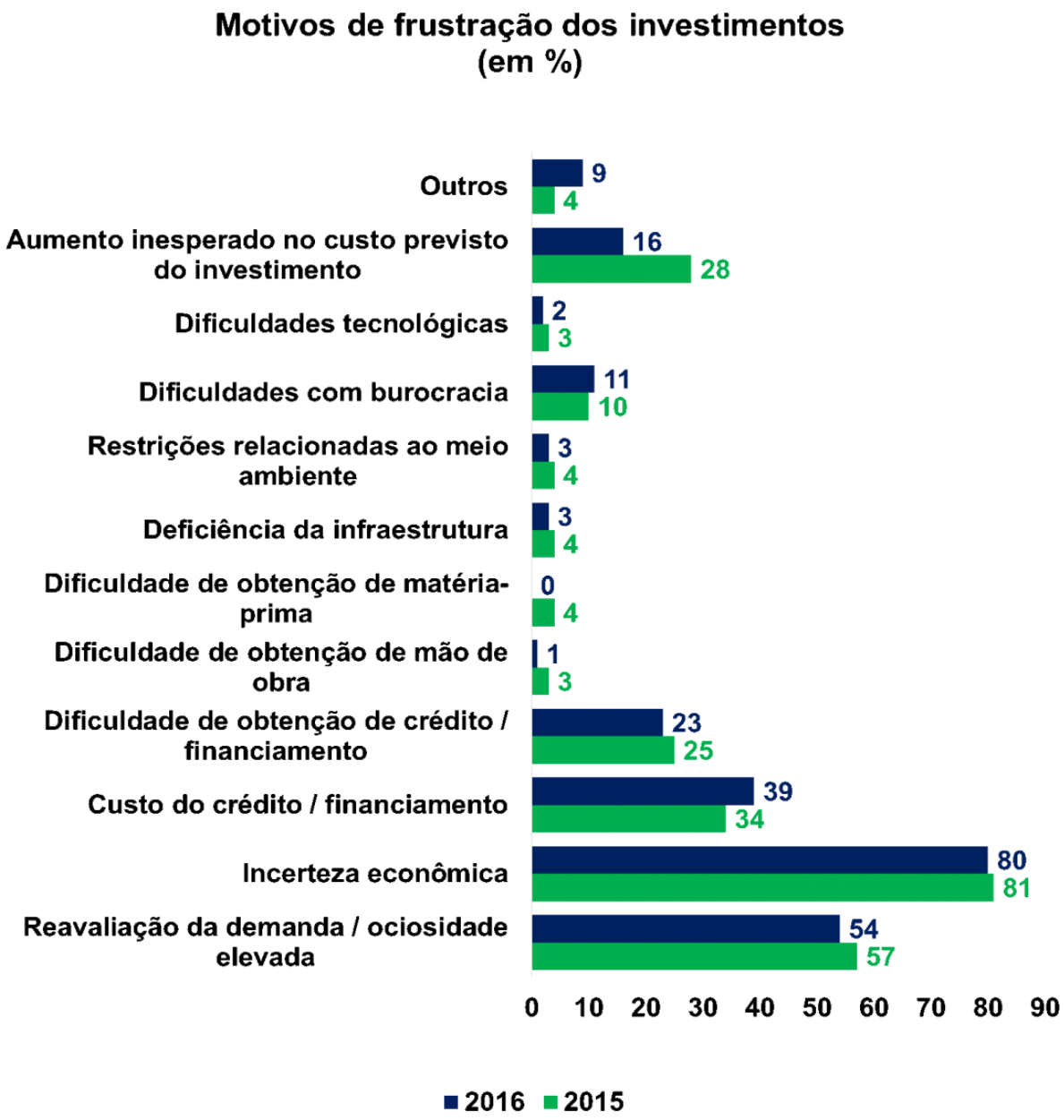
Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 01 de fevereiro de 2017

PIM-PF



Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 09 de fevereiro de 2017

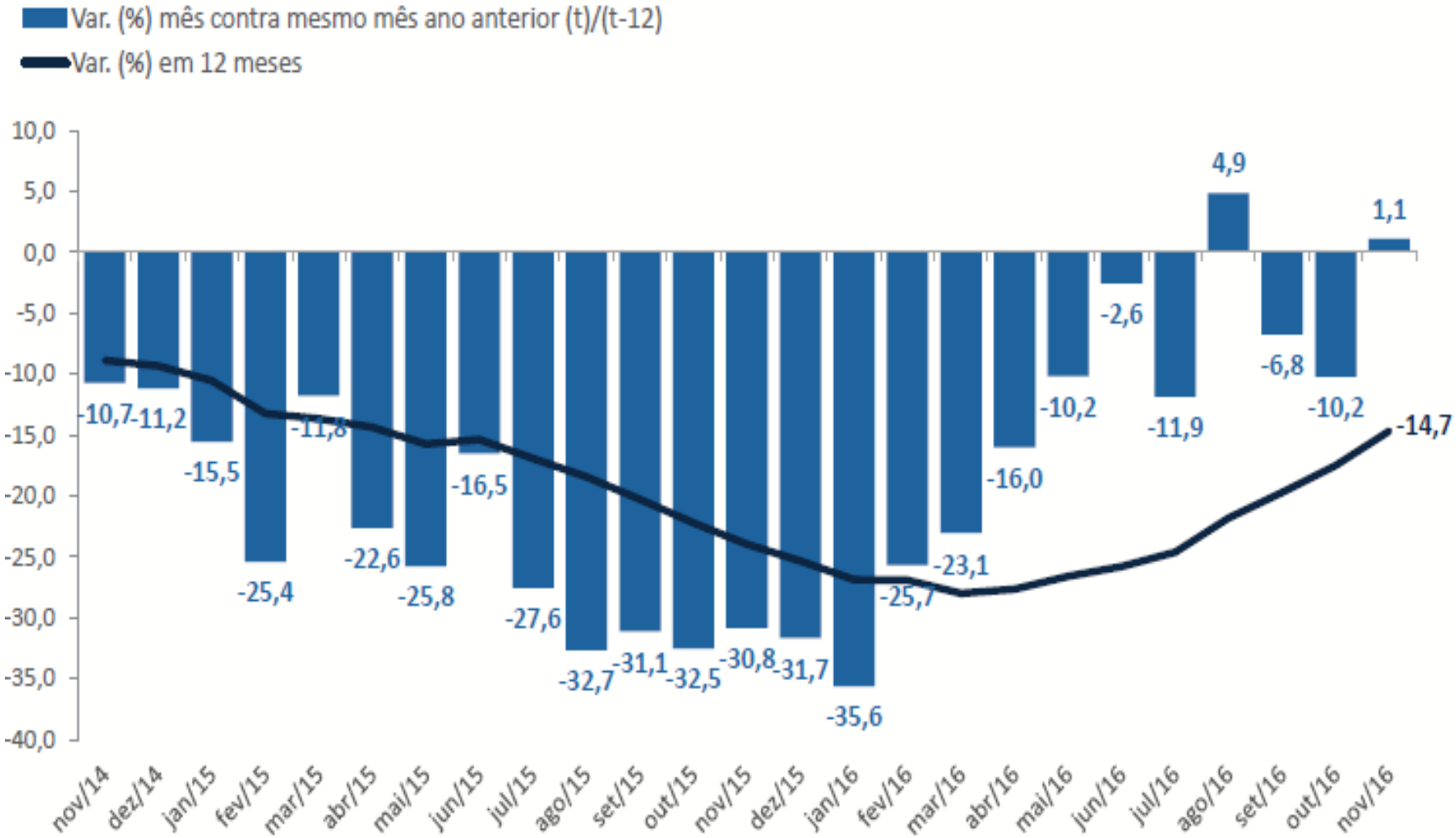
PIM-PF



Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 09 de fevereiro de 2017

PIM-PF

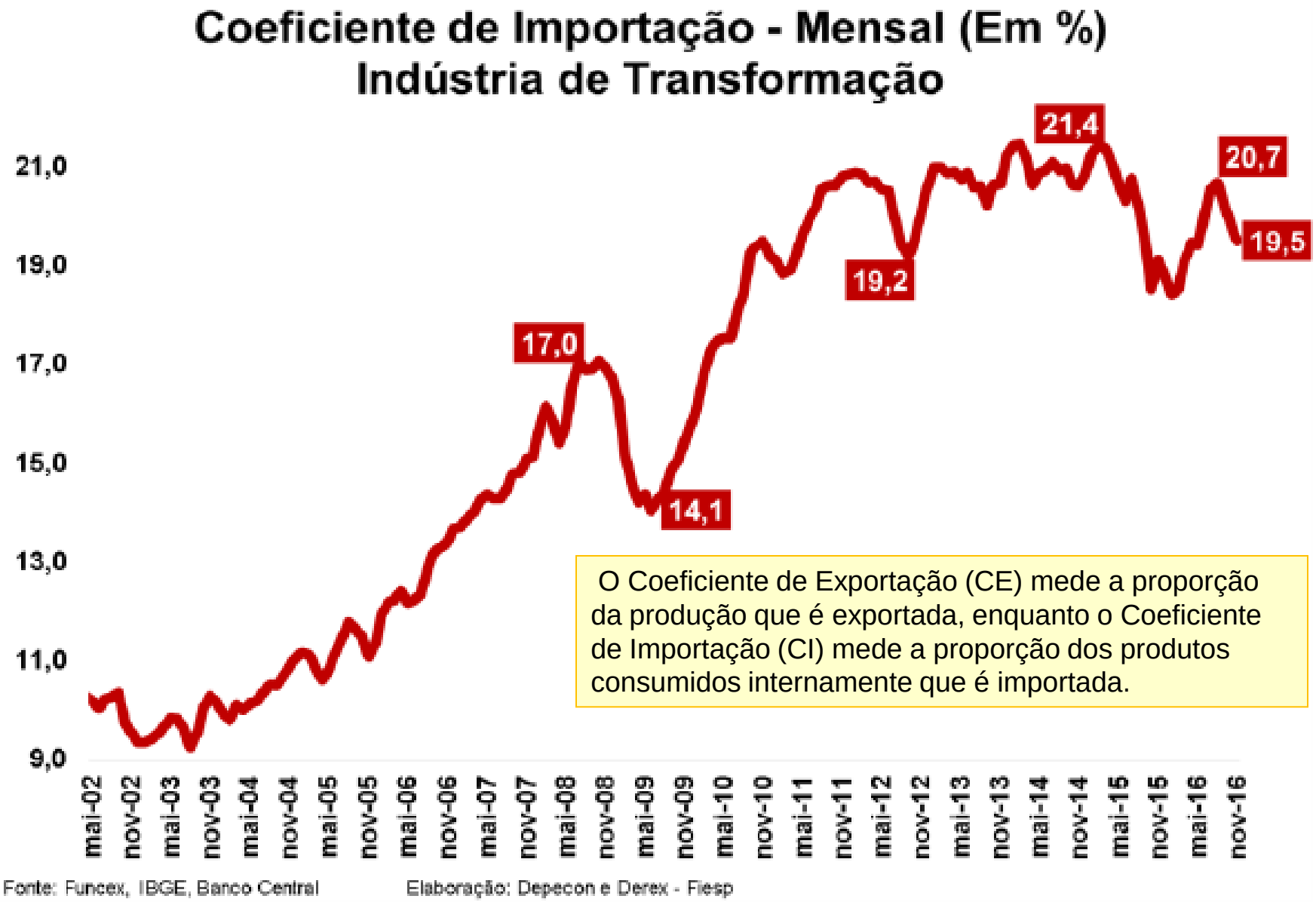
Produção Industrial: Bens de Capital



Fonte: Ibge

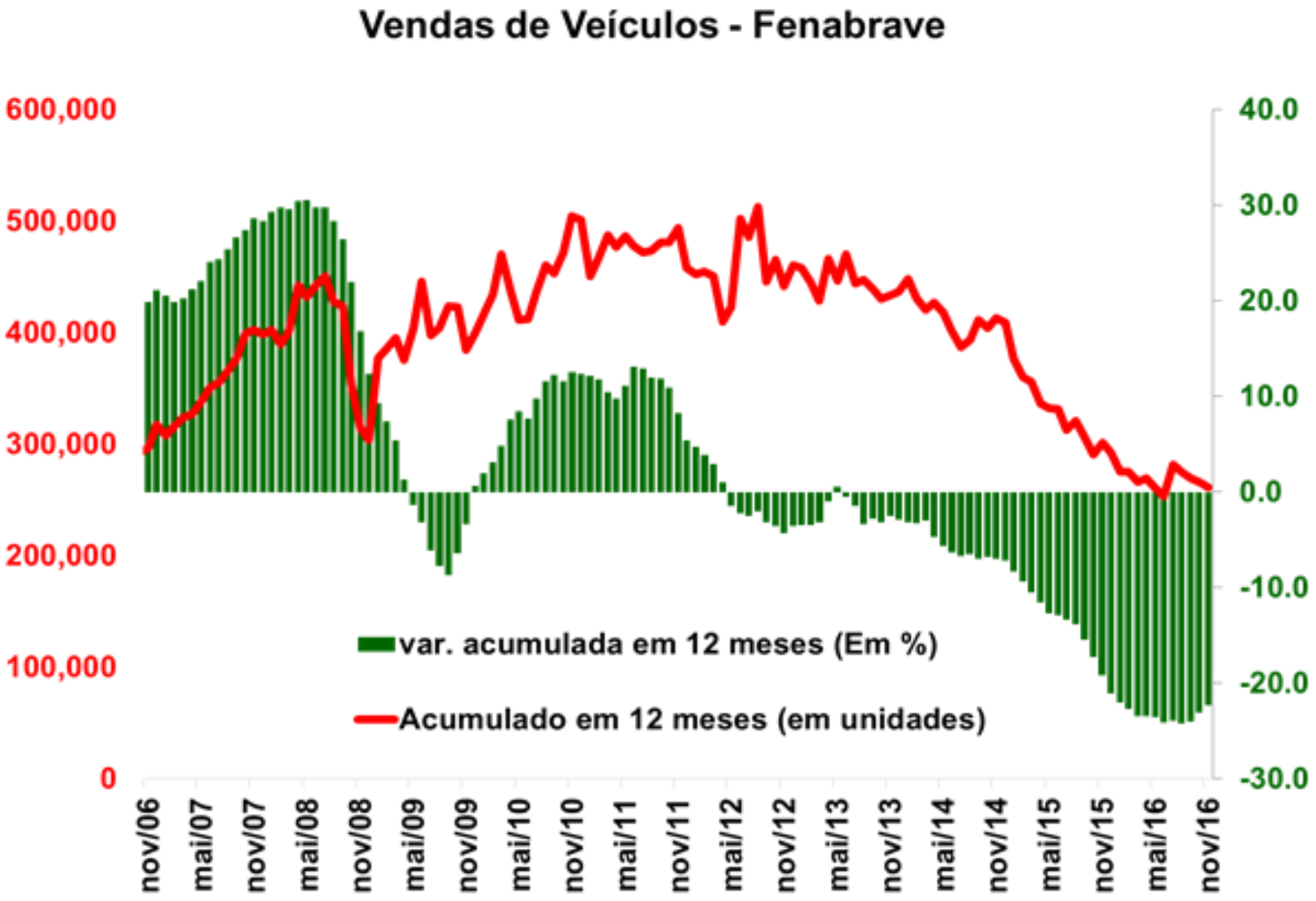
O Coeficiente de Exportação (CE) mede a proporção da produção que é exportada, enquanto o Coeficiente de Importação (CI) mede a proporção dos produtos consumidos internamente que é importada.

Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – janeiro de 2017

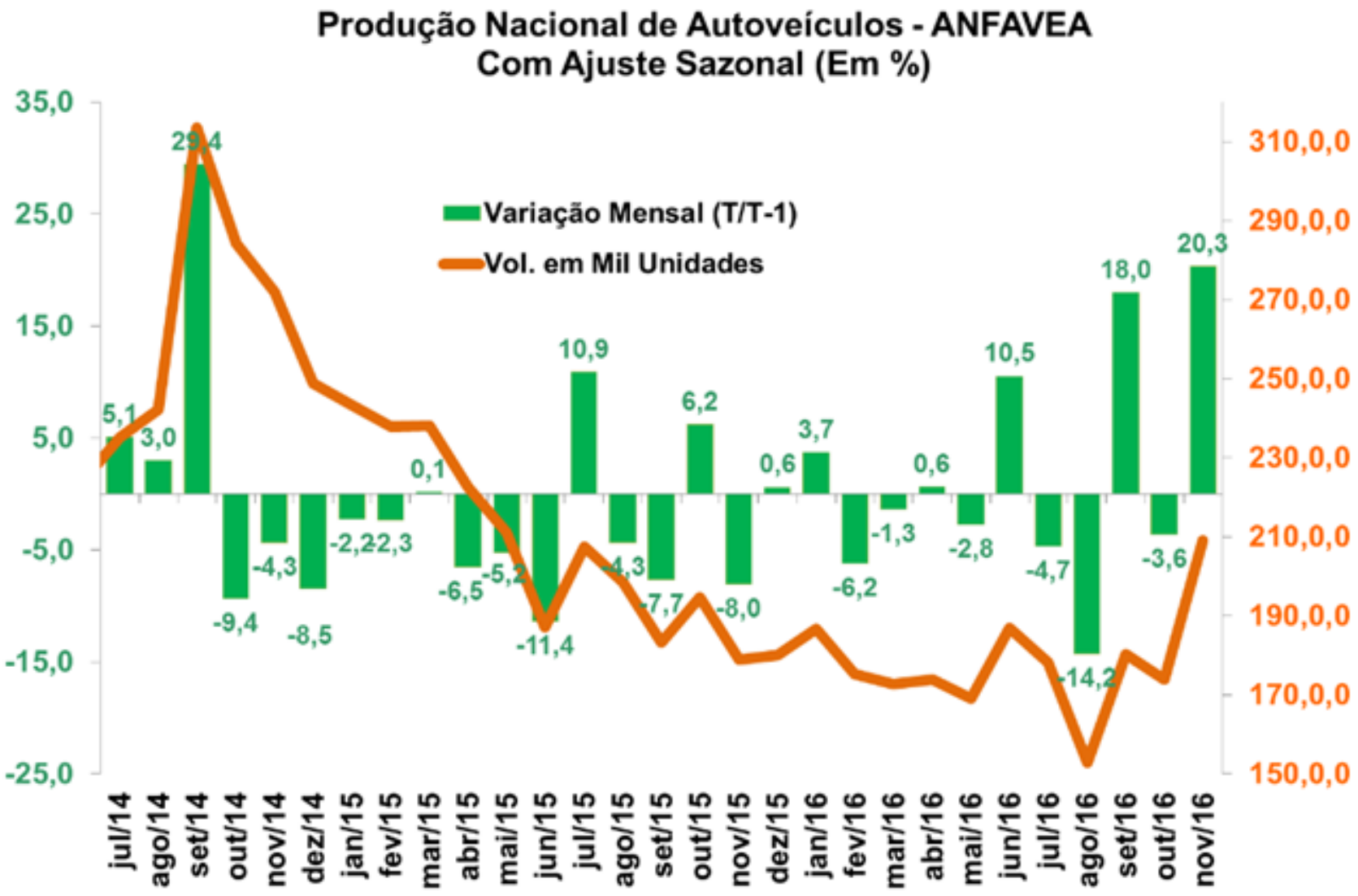


O Coeficiente de Exportação (CE) mede a proporção da produção que é exportada, enquanto o Coeficiente de Importação (CI) mede a proporção dos produtos consumidos internamente que é importada.

Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – janeiro de 2017

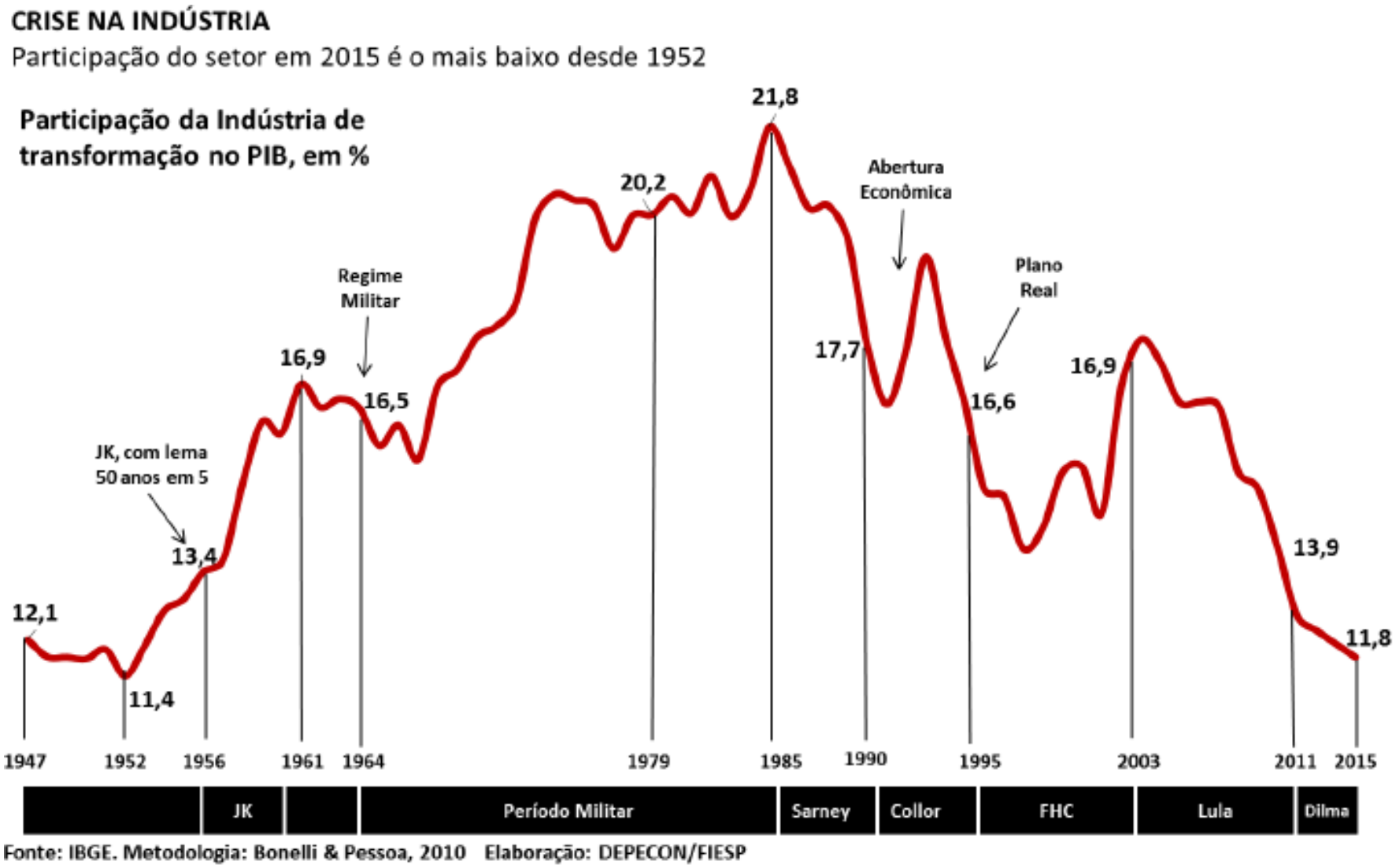


Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 2 de dezembro de 2016



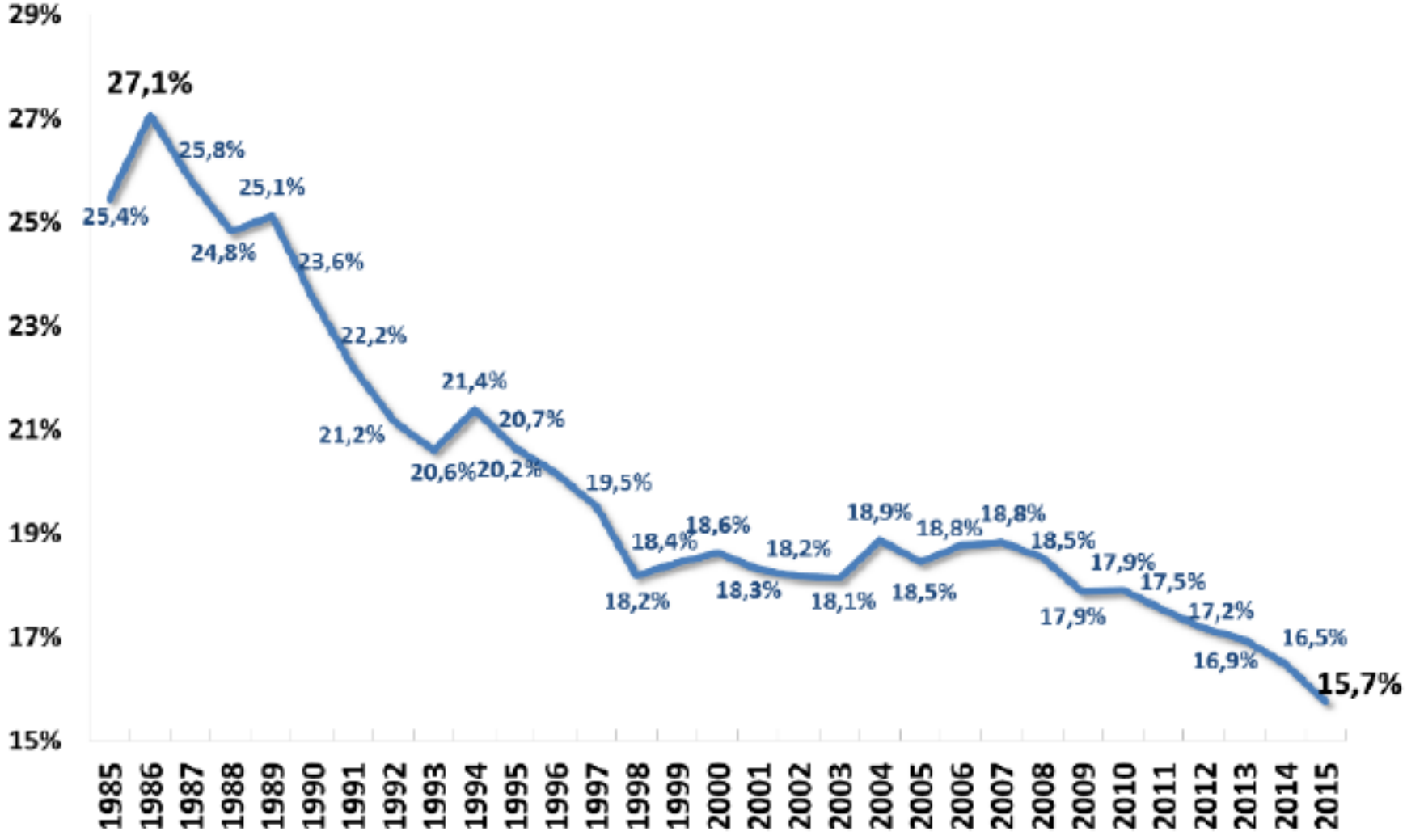
Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 7 de dezembro de 2016

Evolução da Participação da Indústria de Transformação Brasileira no PIB (1947 a 2015)



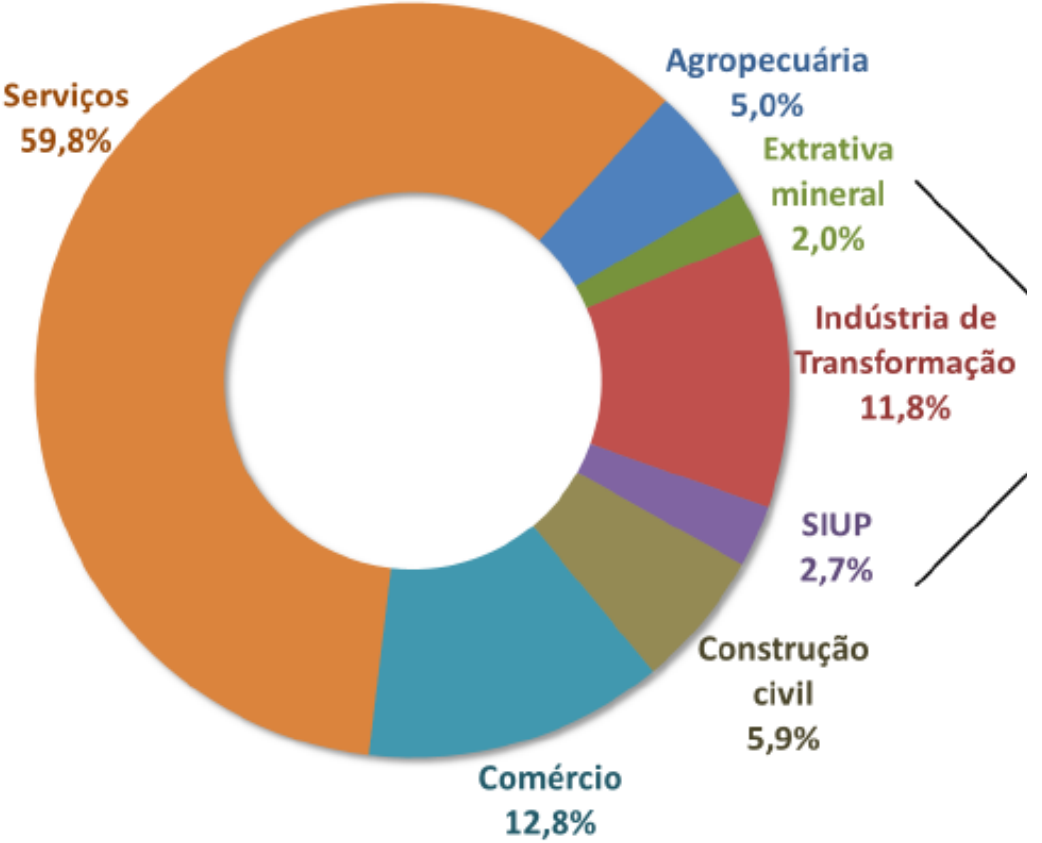
Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: DEPECON/FIESP

Evolução da Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal Brasileiro (1985 a 2015)

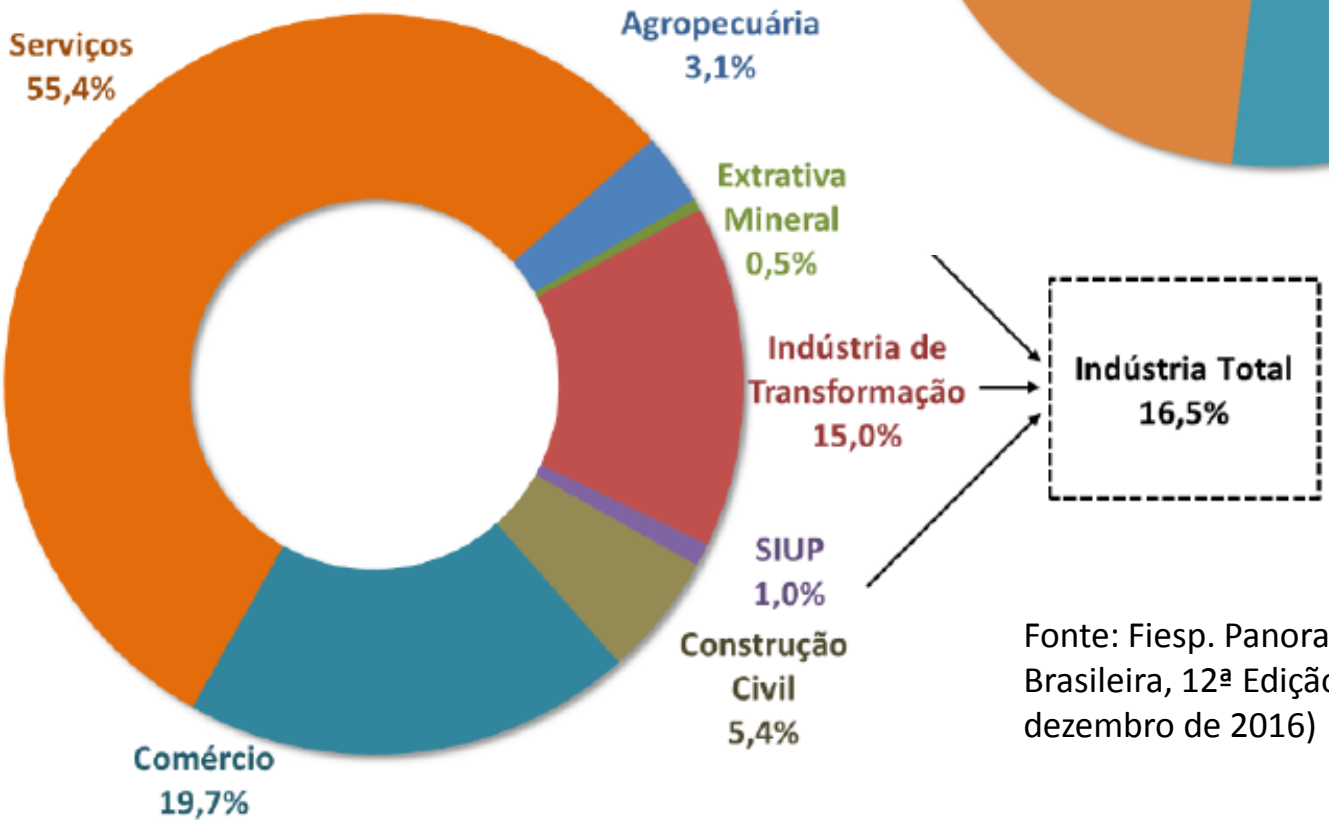


Fonte: RAIS - MTE. Elaboração: DEPECON/FIESP

PIB por Setores da Economia Brasileira em 2015



Empregados Formais por Setores da Economia Brasileira em 2015



Fonte: Fiesp. Panorama da Indústria de Transformação Brasileira, 12ª Edição (Última atualização 16 de dezembro de 2016)

Agropecuária em 2015/16

Safra Brasileira de Grãos 2016

Cereais, leguminosas e oleaginosas - **Total Brasil**

Dez 2016
184,0 milhões t.

+0,1%

Nov 2016
183,9 milhões t.

-12,2%

2015
209,7 milhões t.

Produtos investigados

Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale

Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

Safra de grãos 2016 foi 12,2% menor que a de 2015

Safra de cereais e leguminosas deve atingir 184 milhões de toneladas.
Área a ser colhida é de 57,2 milhões de hectares, 0,7% abaixo da de 2015.

Estimativa em relação à produção obtida em 2015
Dentre os vinte e seis principais produtos, nove apresentaram variação percentual positiva na estimativa de produção em relação ao ano anterior: aveia em grão (53,8%), batata-inglesa 3ª safra (3,1%), café em grão-arábica (23,9%), cebola (5,6%), cevada em grão (81,5%), feijão em grão 3ª safra (5,4%), mandioca (3,6%), trigo em grão (16,5%) e triticale em grão (30,4%). Com variação negativa foram dezessete produtos: algodão herbáceo em caroço (-16,9%), amendoim em casca 1ª safra (-10,3%), amendoim em casca 2ª safra (-27,4%), arroz em casca (-15,5%), batatainglesa 1ª safra (-3,2%), batata-inglesa 2ª safra (-0,2%), cacau em amêndoa (-21,4%), café em grão-canephora (28,2%), cana-de-açúcar (-2,0%), feijão em grão 1ª safra (-15,7%), feijão em grão 2ª safra (-21,4%), laranja (-4,5%), mamona em baga (-52,7%), milho em grão 1ª safra (-16,2%), milho em grão 2ª safra (-30,4%), soja em grão (-1,5%) e sorgo em grão (-46,0%).

Estimativa de produção 2016

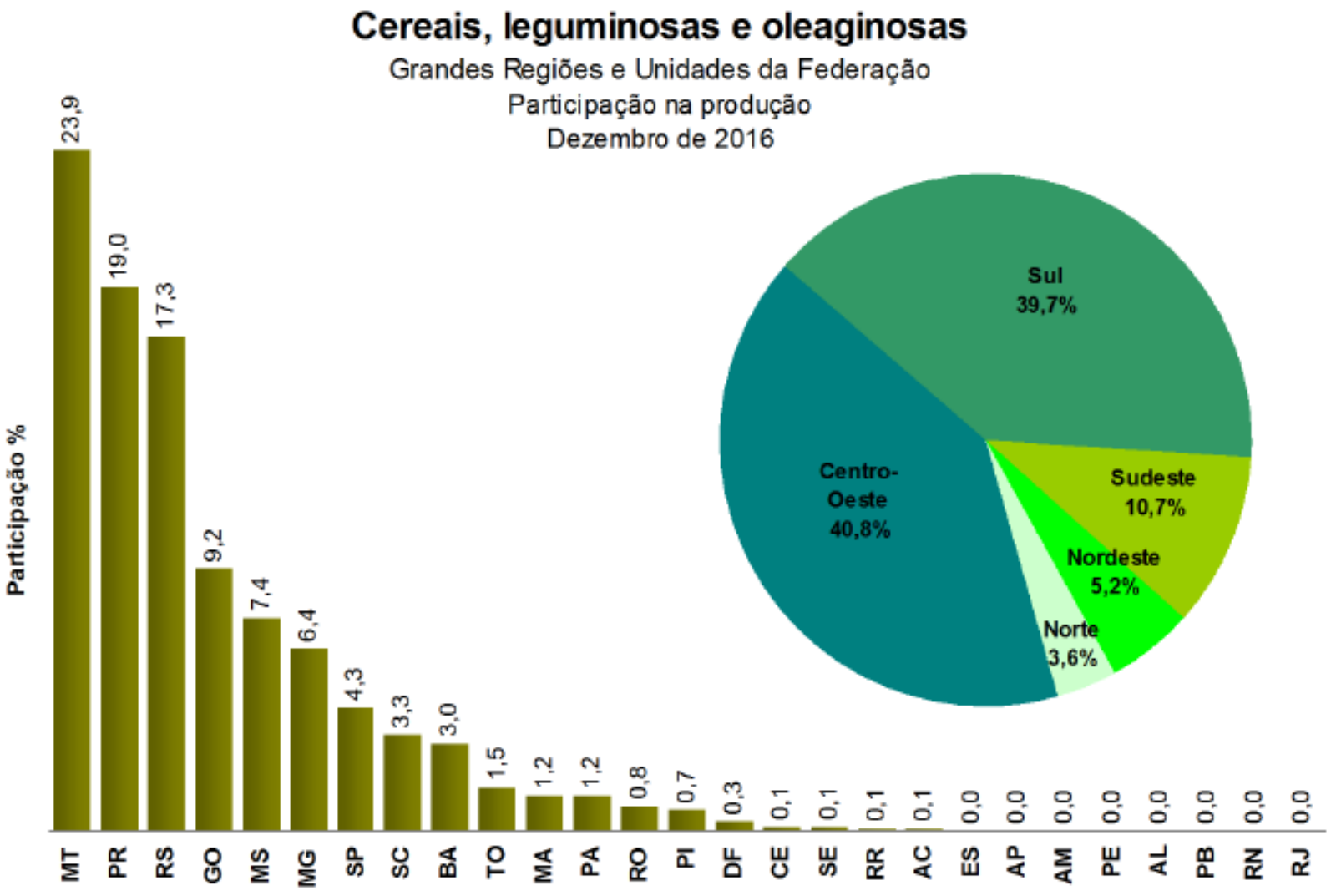
Cresceu

- Aveia em grão (53,8%)
- Café em grão-arábica (23,9%)
- Cebola (5,6%)
- Cevada em grão (81,5%)
- Mandioca (3,6%)
- Trigo em grão (16,5%)
- Triticale em grão (30,4%)

Diminuiu

- **Algodão herbáceo em caroço (-16,9%)**
- Amendoim em casca 1ª safra (-10,3%)
- Amendoim em casca 2ª safra (-27,4%)
- Arroz em casca (-15,5%)
- Batata-inglesa 1ª safra (-3,2%)
- Batata-inglesa 2ª safra (-0,2%)
- Batata-inglesa 3ª safra (3,1%)
- **Cacau em amêndoa (-21,4%)**
- **Café em grão-canephora (-28,4%)**
- Cana-de-açúcar (-2,0%)
- **Feijão em grão 1ª safra (-15,7%)**
- **Feijão em grão 2ª safra (-21,4%)**
- Feijão em grão 3ª safra (5,4%)
- Laranja (-4,5%)
- Mamona em baga (-53,7%)
- Milho em grão 1ª safra (-16,2%)
- **Milho em grão 2ª safra (-30,4%)**
- Soja em grão (-1,5%)
- Sorgo em grão (-46,0%)

Safra Brasileira de Grãos 2016



Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

O LSPA de dezembro para o ano de 2016 e 2017

3º Prognóstico

Cereais, leguminosas e oleaginosas

Brasil – Produção safra 2017

213,7 milhões de toneladas

+16,1% em relação a **2016**

Produtos investigados

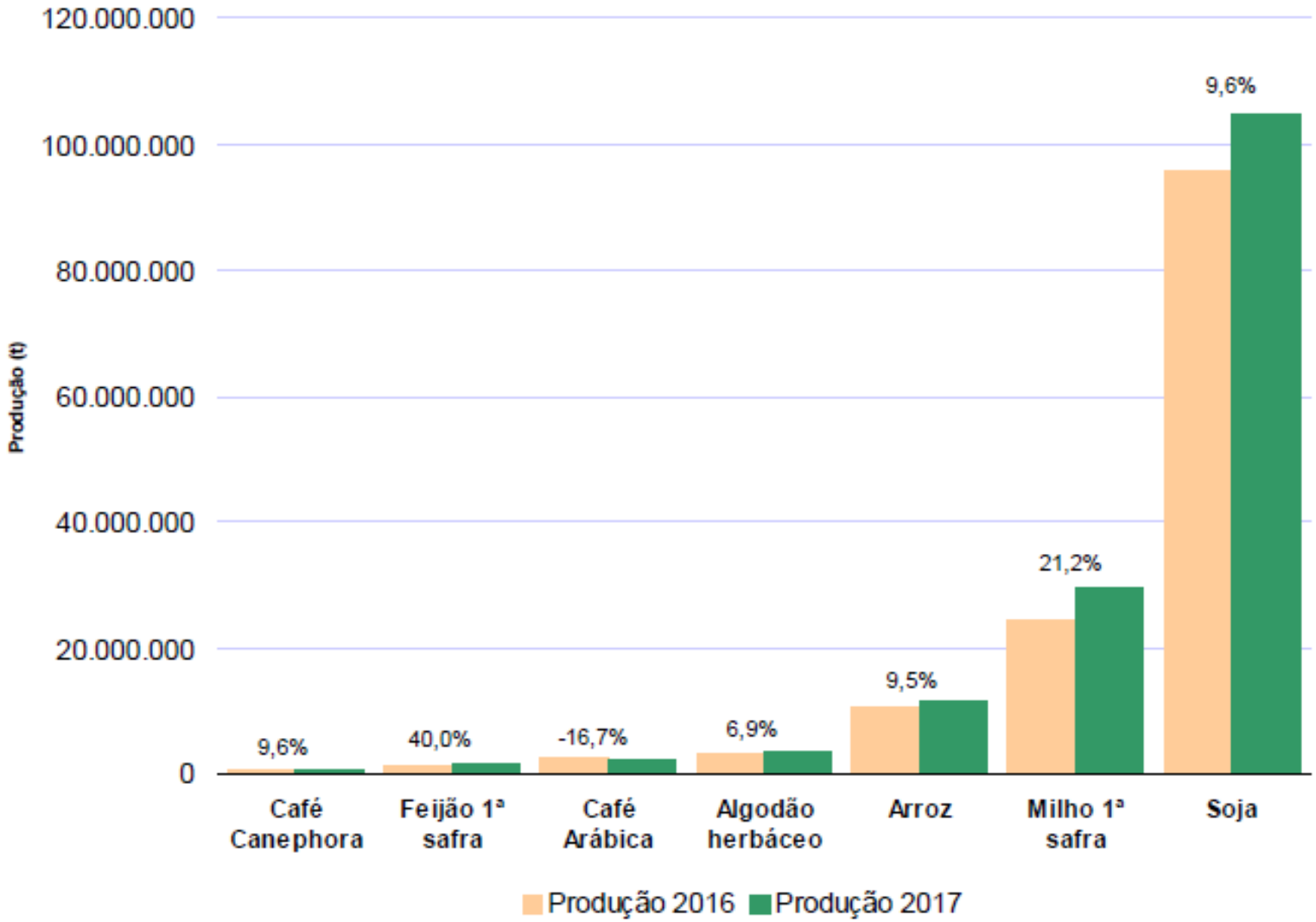
Algodão (caroço de algodão), amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale

Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

Safra

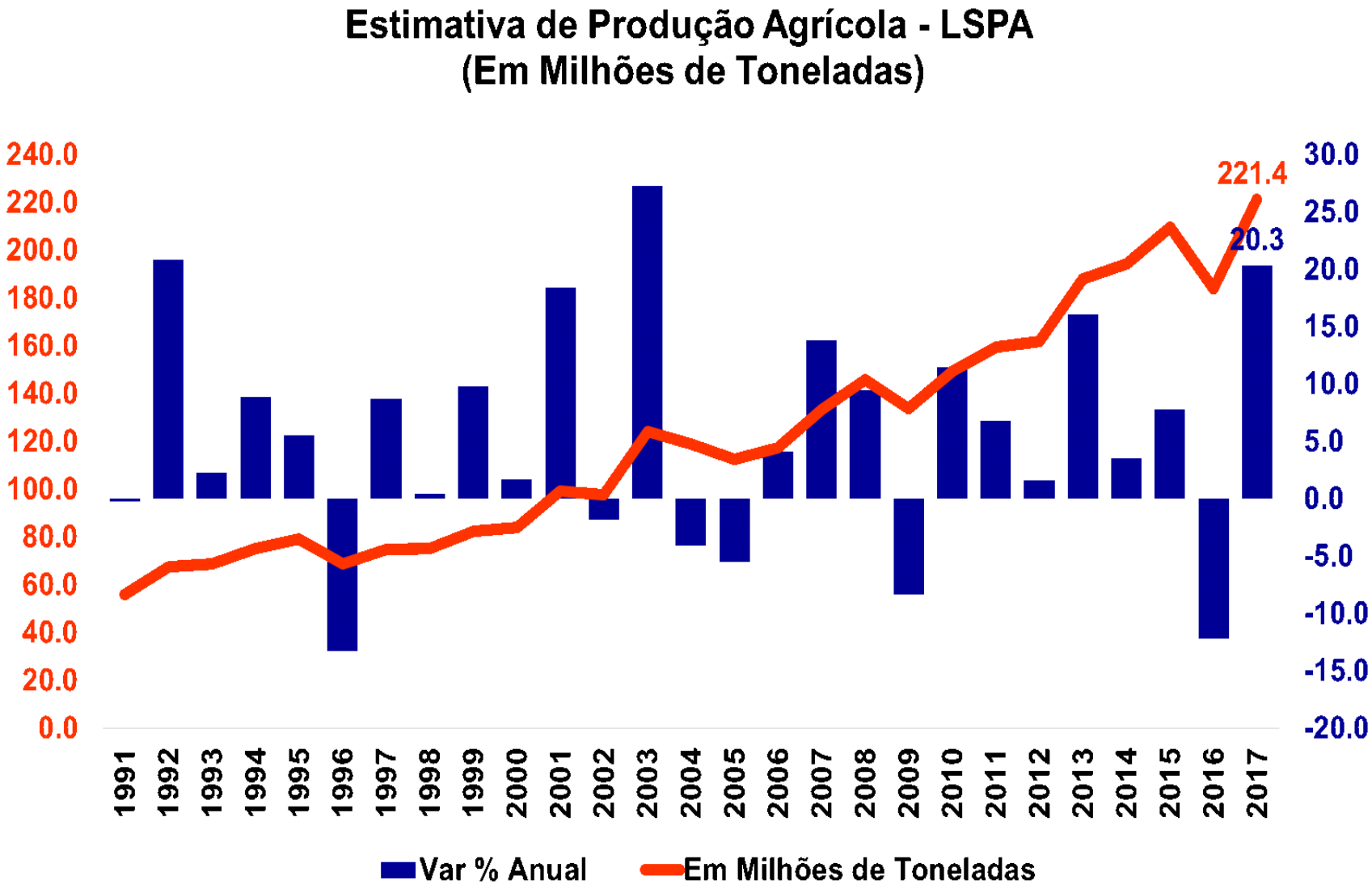
Safra Brasileira de Grãos 2016/17

3º Prognóstico da Produção Agrícola Nacional, para 2017, dos principais produtos agrícolas.



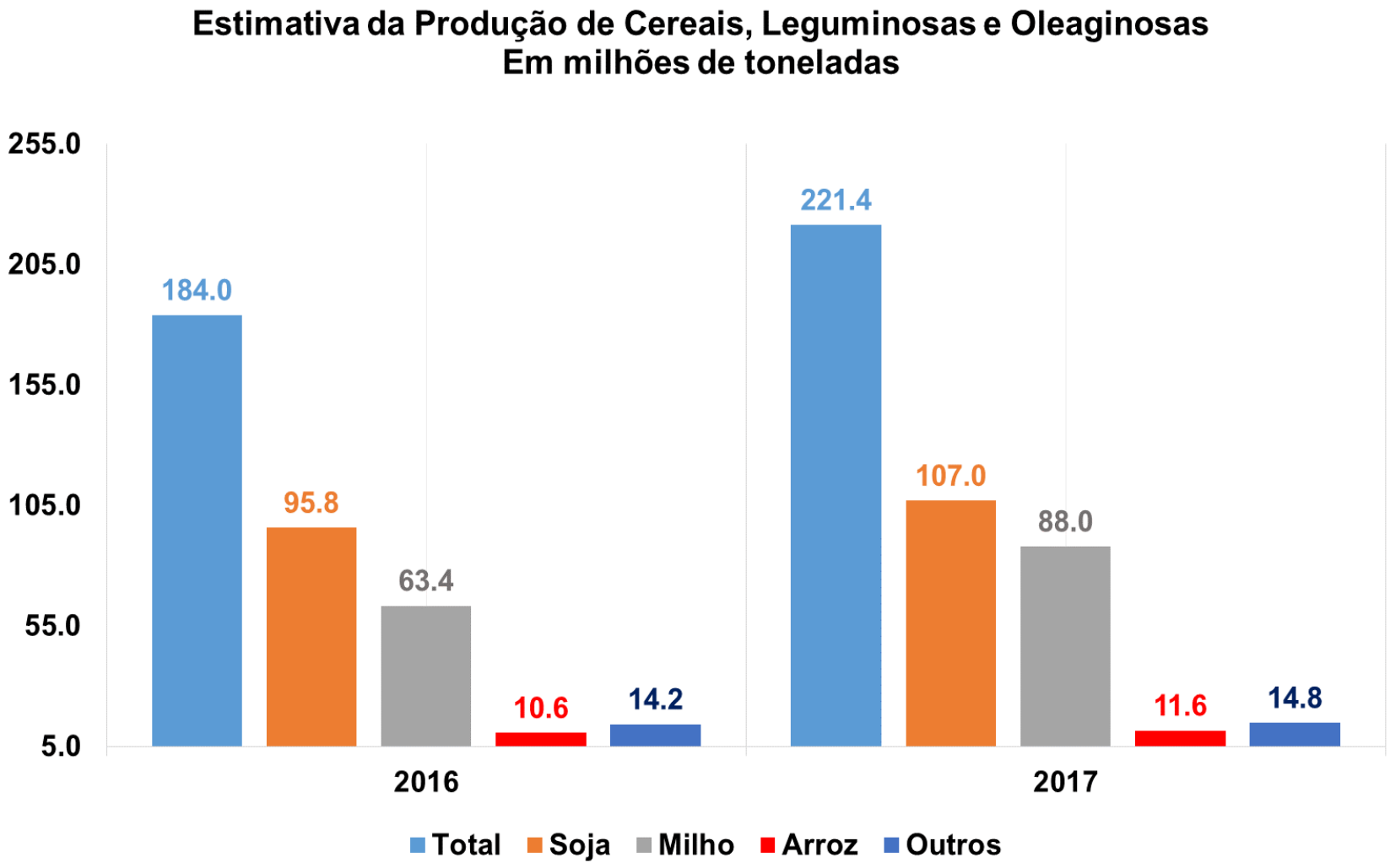
Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

Safra Brasileira de Grãos



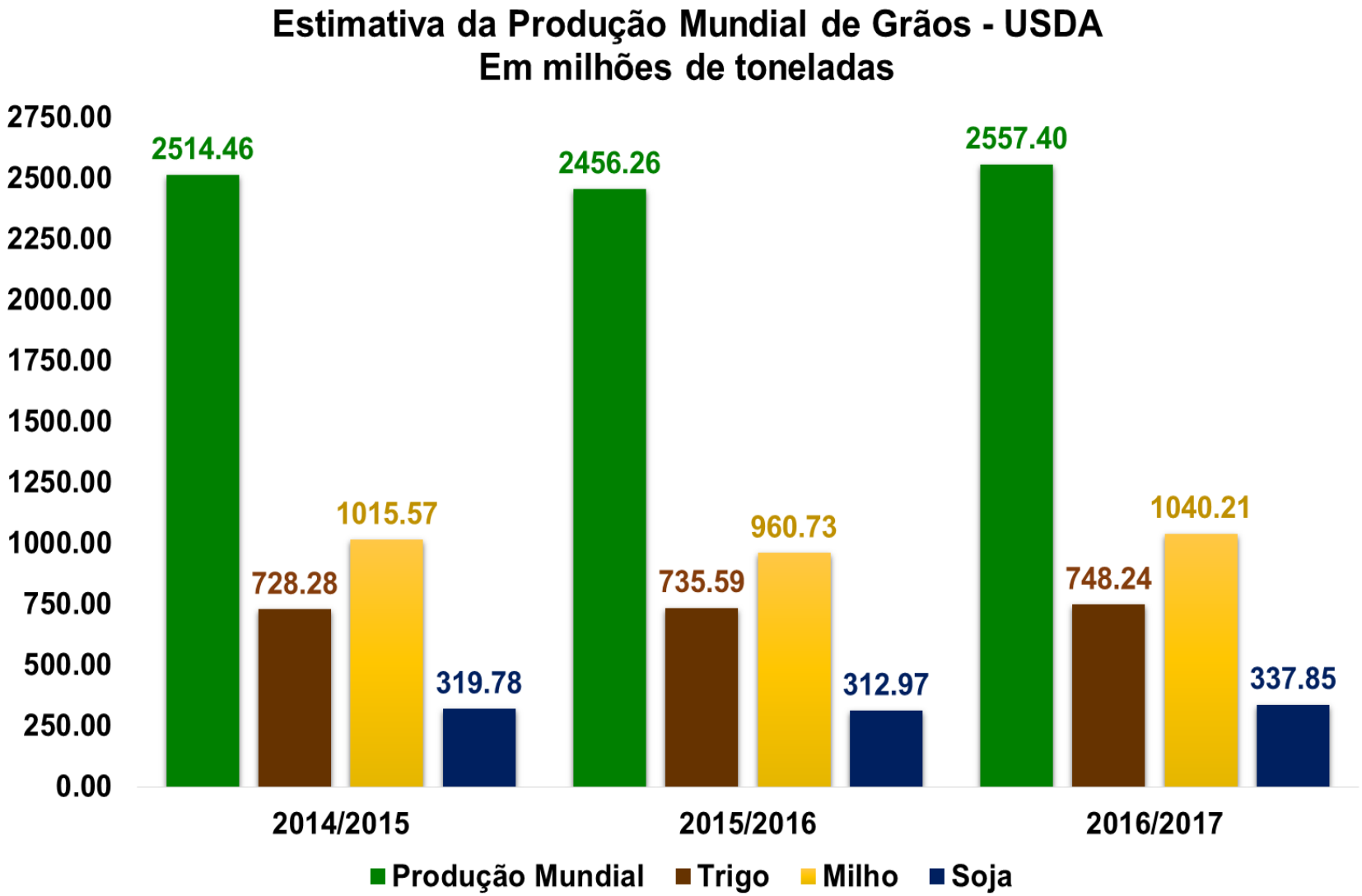
Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 10 de fevereiro de 2017

Safra Brasileira de Grãos



Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 10 de fevereiro de 2017

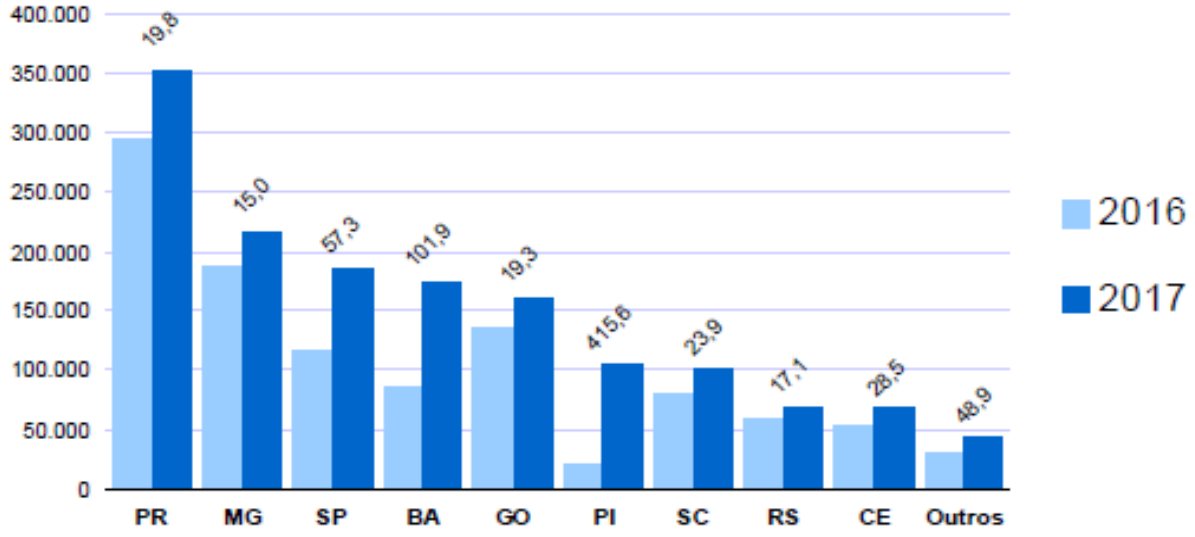
Safra Brasileira de Grãos

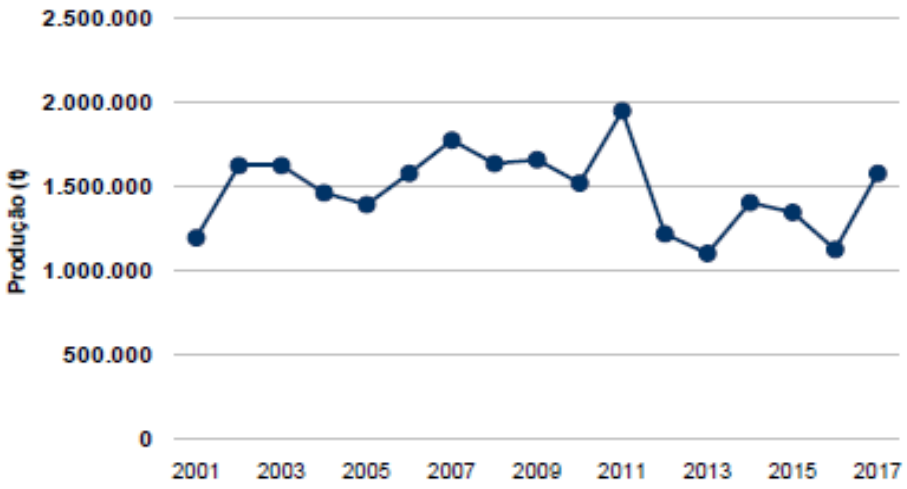


Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 10 de fevereiro de 2017

3º Prognóstico – **Feijão 1ª safra**

1.580.108 t +40,0%



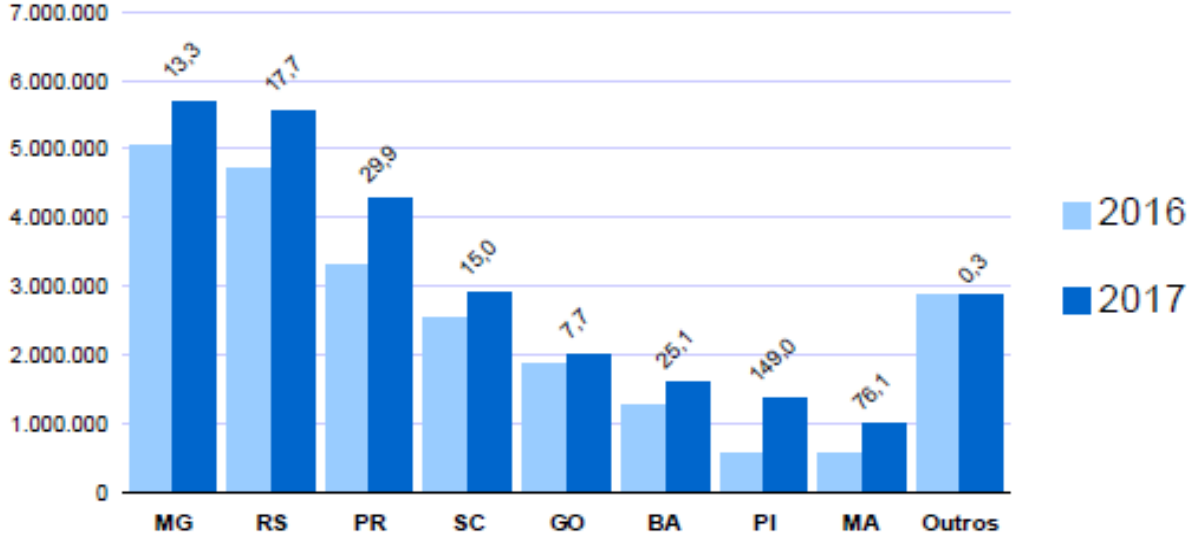


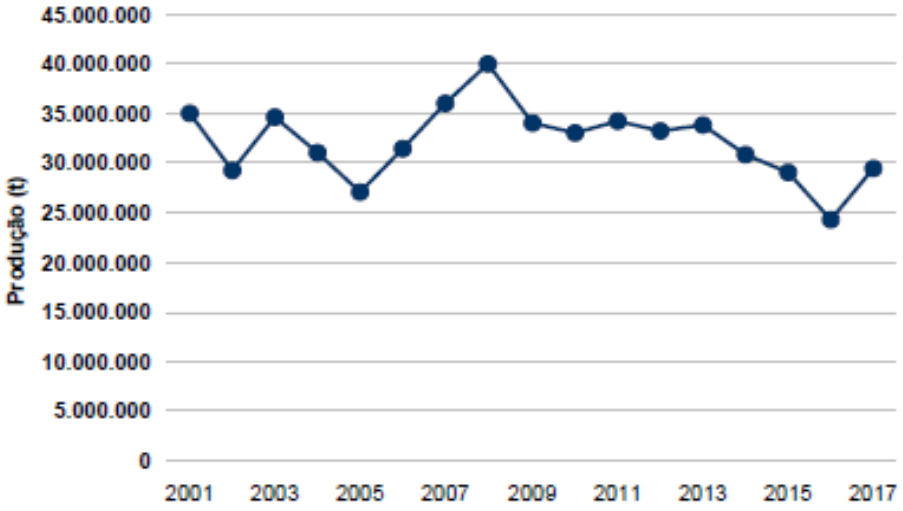
Comentários

Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

3º Prognóstico – **Milho 1ª safra**

29.474.266 t +21,2%



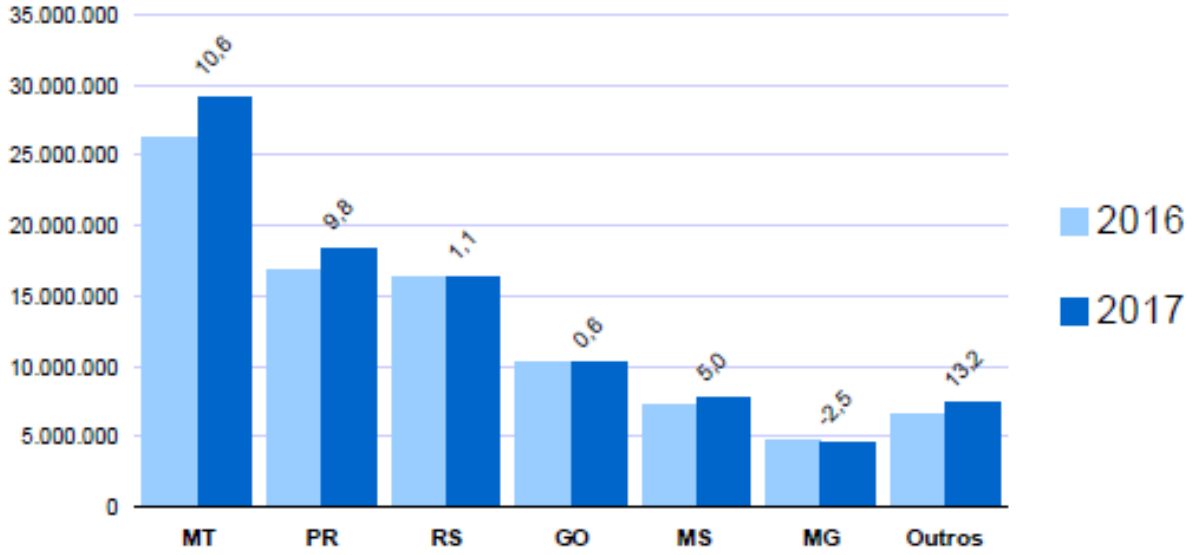


Comentários:

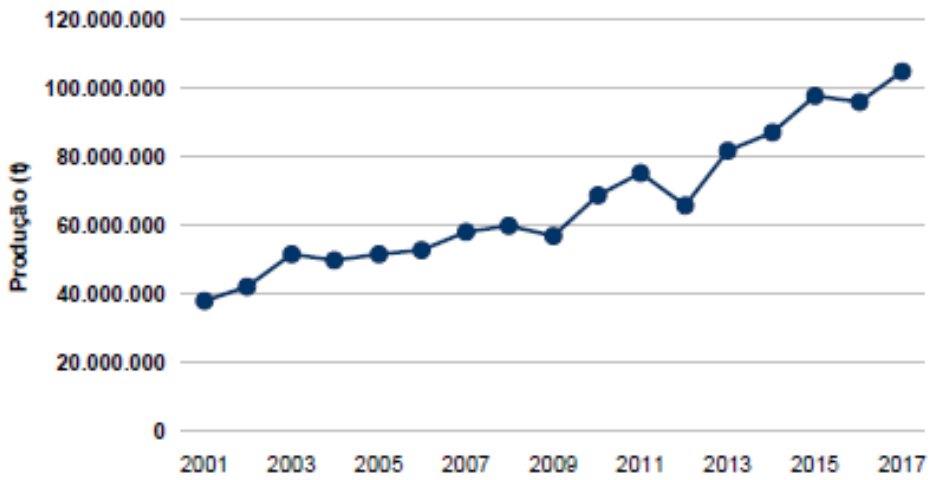
Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

3º Prognóstico – **Soja (em grão)**

104.915.837 t +9,6%



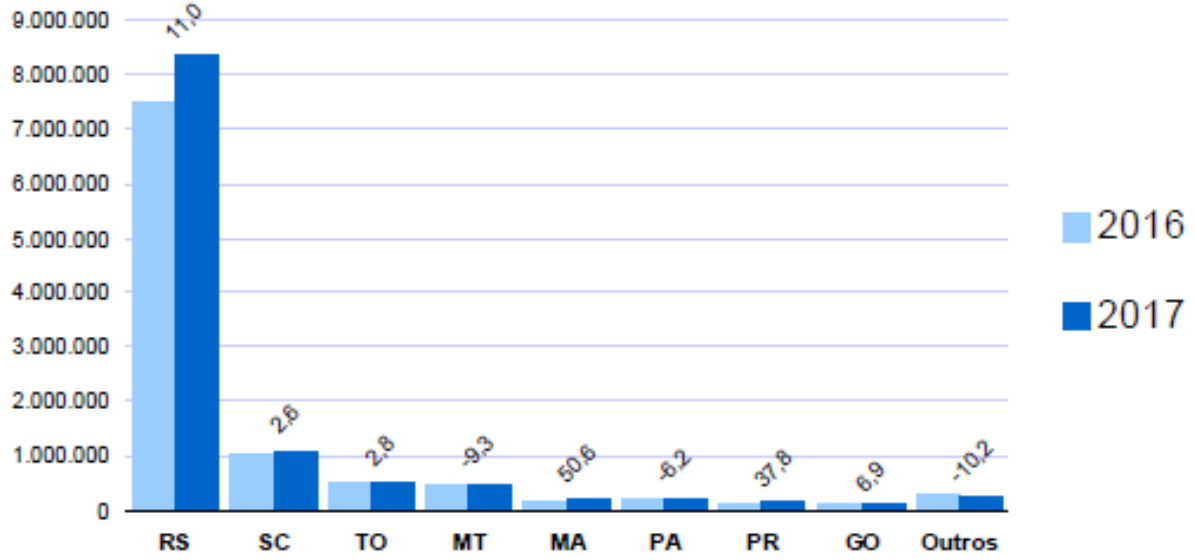
Comentários:

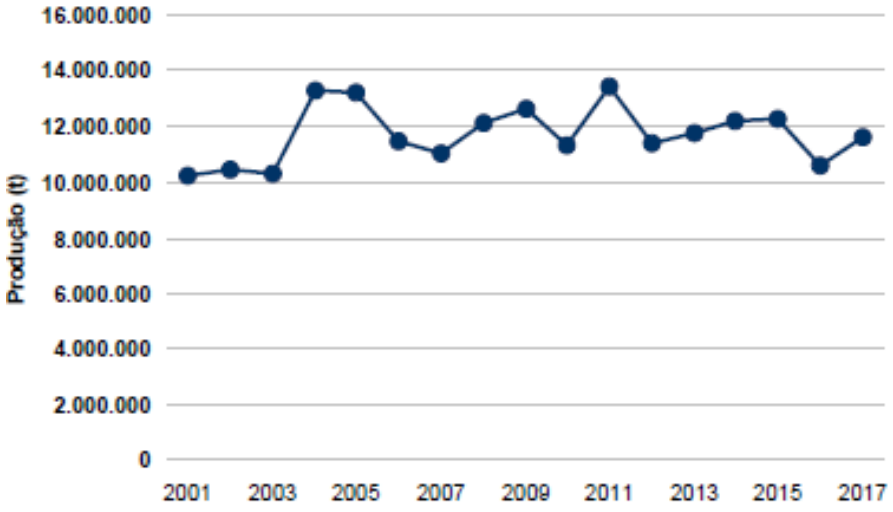


Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

3º Prognóstico – **Arroz (em casca)**

11.587.485 t +9,5%





Comentários:

Fonte: Ibge – 11 de janeiro de 2017

Conab

Safra Brasileira de Grãos 2016/17 - 4º Levantamento da Conab (*Intenção de Plantio*)

A Conab, em seu quarto levantamento para a safra brasileira de grãos de 2016/17, a produção de grãos do país deve chegar à 215,3 milhões de toneladas, incremento de 15,3% em relação à safra anterior ou 28,6 milhões de toneladas. A área plantada foi projetada em 59,1 milhões de hectares, crescimento previsto de 1,3% se comparada com a safra 2015/16. Soja e milho seguem como as principais culturas, com mais de 80% da oferta total e da área plantada com grãos. Entre os cinco maiores Estados produtores, apenas o Rio Grande do Sul não incrementou a oferta de grãos em relação à 2015/16, embora tenha apresentado aumento em comparação à estimativa do terceiro levantamento.

Acompanhamento da Safra 2016/17: JANEIRO DE 2017 -- PRODUTOS --

Produto	Produção (mil t)				Área Plantada (mil ha)				Produtividade (t/ha)		
	Safra 2016-17	Variação (A)		Variação (B)	Safra 2016-17	Variação (A)		Variação (B)	Safra 2016-17	Variação (A)	Variação (B)
		mil t	%	%		mil ha	%	%		%	%
Algodão - caroço	2.132	195	▲ 10,1	▲ 0,3	905	-49	▼ -5,2	▲ 0,3	2,35	▲ 16,1	▲ 0,0
Arroz	11.636	1.033	▲ 9,7	▲ 1,1	1.944	-64	▼ -3,2	▼ -0,2	5,99	▲ 13,4	▲ 1,3
Feijão	3.124	609	▲ 24,2	▲ 0,5	2.981	143	▲ 5,1	▲ 0,6	1,05	▲ 18,2	▼ -0,0
Feijão 1ª safra	1.300	266	▲ 25,7	▲ 1,3	1.122	143	▲ 14,6	▲ 1,5	1,16	▲ 9,6	▼ -0,2
Feijão 2ª safra	1.151	237	▲ 25,9	▬ 0,0	1.314	0	▬ 0,0	▬ 0,0	0,88	▲ 25,9	▬ 0,0
Feijão 3ª safra	673	106	▲ 18,7	▬ 0,0	545	0	▬ 0,0	▬ 0,0	1,23	▲ 18,7	▬ 0,0
Milho	84.480	17.909	▲ 26,9	▲ 0,8	16.093	171	▲ 1,1	▲ 0,1	5,25	▲ 25,6	▲ 0,7
Milho 1ª safra	28.403	2.550	▲ 9,9	▲ 2,4	5.559	171	▲ 3,2	▲ 0,2	5,11	▲ 6,5	▲ 2,2
Milho 2ª safra	56.077	15.359	▲ 37,7	▬ 0,0	10.535	0	▬ 0,0	▬ 0,0	5,32	▲ 37,7	▬ 0,0
Soja	103.778	8.344	▲ 8,7	▲ 1,3	33.787	535	▲ 1,6	▼ -0,3	3,07	▲ 7,0	▲ 1,6
Trigo	6.727	0	▬ 0,0	▲ 0,4	2.118	0	▬ 0,0	▲ 0,1	3,18	▲ 0,0	▲ 0,4
Demais	*3.392*	*528*	▲ *18,4*	▲ *0,3*	*1.250*	*10*	▲ *0,8*	▲ *0,7*	-	-	-
Brasil [1]	**215.269**	**28.618**	▲ **15,3**	▲ **1,0**	**59.079**	**746**	▲ **1,3**	▼ **-0,1**	**3,64**	▲ **13,9**	▲ **1,2**

Notas: *Safra 2016/17 - 4º levantamento (JANEIRO/2017)*

Grãos: algodão, amendoim, arroz, feijão, girassol, mamona, milho, soja, sorgo, aveia, canola, centeio, cevada, trigo e triticale.

(1) Exclui-se a produção de algodão em pluma, considerando-se somente a produção de caroço de algodão.

(A) Variação absoluta e porcentual do levantamento atual em relação à safra 2015/16.

(B) Variação porcentual do levantamento atual em relação ao levantamento anterior, ambos da safra 2016/17.

Fonte: Conab. Elaboração Fiesp.

Balanço: Oferta e Demanda Brasileira

Em 1.000 ton

PRODUTO	SAFRA	ESTOQUE INICIAL	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	SUPRIMENTO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO	ESTOQUE FINAL
ALGODÃO EM PLUMA	2012/13	470,5	1.310,3	17,4	1.798,2	920,2	572,9	305,1
	2013/14	305,1	1.734,0	31,5	2.070,6	883,5	748,6	438,5
	2014/15	438,5	1.562,8	2,1	2.003,4	820,0	834,3	349,1
	2015/16	349,1	1.288,8	25,0	1.662,9	720,0	780,0	162,9
	2016/17	**162,9**	**1.413,7**	**30,0**	**1.606,6**	**750,0**	**680,0**	**176,6**
ARROZ EM CASCA	2012/13	2.125,3	11.819,7	965,5	14.910,5	12.617,7	1.210,7	1.082,1
	2013/14	1.082,1	12.121,6	807,2	14.010,9	11.954,3	1.188,4	868,2
	2014/15	868,2	12.448,6	503,3	13.820,1	11.495,1	1.362,1	962,9
	2015/16	962,9	10.602,9	1.150,0	12.715,8	11.450,0	950,0	315,8
	2016/17	**315,8**	**11.506,6**	**1.000,0**	**12.822,4**	**11.500,0**	**1.100,0**	**222,4**
FEIJÃO	2012/13	373,8	2.806,3	304,4	3.484,5	3.320,0	35,3	129,2
	2013/14	129,2	3.453,7	135,9	3.718,8	3.350,0	65,0	303,8
	2014/15	303,8	3.210,2	156,7	3.670,7	3.350,0	122,6	198,1
	2015/16	198,1	2.515,8	250,0	2.963,9	2.800,0	50,0	113,9
	2016/17	**113,9**	**3.107,2**	**200,0**	**3.421,1**	**3.200,0**	**90,0**	**131,1**
MILHO	2012/13	3.996,4	81.505,7	911,4	86.413,5	53.287,9	26.174,1	6.951,5
	2013/14	6.951,5	80.051,7	790,7	87.793,9	54.541,6	20.924,8	12.327,5
	2014/15	12.327,5	84.672,4	316,1	97.316,0	56.742,4	30.172,3	10.401,3
	2015/16	10.401,3	66.570,8	2.400,0	79.372,1	53.387,8	18.000,0	7.984,3
	2016/17	**7.984,3**	**83.817,9**	**500,0**	**92.302,2**	**56.100,0**	**24.000,0**	**12.202,2**
SOJA EM GRÃOS	2012/13	444,0	81.499,4	282,8	82.226,2	38.694,3	42.791,9	740,0
	2013/14	740,0	86.120,8	578,7	87.439,6	40.200,0	45.692,0	1.547,6
	2014/15	1.547,6	96.228,0	324,1	98.099,7	42.850,0	54.324,0	925,7
	2015/16	925,7	95.434,6	500,0	96.860,3	43.700,0	51.300,0	1.860,3
	2016/17	**1.860,3**	**102.446,6**	**300,0**	**104.606,9**	**45.500,0**	**56.500,0**	**2.606,9**
FARELO DE SOJA	2012/13	868,7	27.258,0	3,9	28.130,6	14.350,0	13.333,5	447,1
	2013/14	447,1	28.336,0	1,0	28.784,1	14.799,3	13.716,0	268,8
	2014/15	268,8	30.492,2	1,0	30.762,0	15.100,0	14.826,7	835,3
	2015/16	835,3	30.954,0	1,0	31.790,3	15.500,0	14.100,0	2.190,3
	2016/17	**2.190,3**	**32.340,0**	**1,0**	**34.531,3**	**16.000,0**	**15.900,0**	**2.631,3**
TRIGO	2013	1.527,6	5.527,8	6.642,4	13.697,8	11.381,5	47,4	2.268,9
	2014	2.268,9	5.971,1	5.328,8	13.568,8	10.713,7	1.680,5	1.174,6
	2015	1.174,6	5.534,9	5.517,6	12.227,1	10.367,3	1.050,5	809,3
	2016	**809,3**	**6.697,1**	**5.100,0**	**12.606,4**	**10.717,0**	**700,0**	**1.189,4**

Fonte: Conab. Estoque de Passagem - Algodão, Feijão e Soja: 31 de Dezembro - Arroz 28 de Fevereiro - Milho 31 de Janeiro - Trigo 31 de Julho

Balanço de oferta e demanda Mundial - Em milhões ton

SAFRA	"Estoque Inicial"	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	"Estoque Final"
Algodão							
2013/14	20,1	26,2	9,0	55,2	23,8	8,9	22,5
2014/15	22,5	25,9	7,9	56,3	24,3	7,7	24,3
2015/16	24,3	21,0	7,7	53,0	24,2	7,7	21,1
2016/17	21,1	22,7	7,7	51,4	24,4	7,7	19,4
Arroz							
2013/14	113,9	478,3	38,6	630,8	473,9	43,0	113,9
2014/15	113,9	478,6	41,1	633,6	475,5	43,6	114,5
2015/16	114,5	472,3	37,9	624,7	468,6	39,6	116,5
2016/17	116,5	481,5	38,8	636,7	475,8	40,7	120,2
Feijão							
2016/17							
Milho							
2013/14	133,1	990,4	125,1	1248,6	942,3	131,6	174,8
2014/15	174,8	1.014,0	125,2	1313,9	963,5	142,2	208,2
2015/16	208,2	961,1	138,8	1308,2	978,0	121,2	208,9
2016/17	208,9	1.040,0	136,0	1384,9	1.014,7	147,9	222,3
Soja							
2013/14	55,1	282,5	113,1	450,7	276,1	112,7	61,9
2014/15	61,9	319,8	124,4	506,0	301,2	126,2	78,6
2015/16	78,6	313,3	133,0	524,9	315,7	132,0	77,2
2016/17	77,2	338,0	137,0	552,2	330,1	139,3	82,8
Farelo							
2013/14	10,0	189,9	57,9	257,8	187,0	60,2	10,6
2014/15	10,6	207,8	60,4	278,7	201,9	63,9	13,0
2015/16	13,0	216,5	62,0	291,0	213,8	65,8	11,4
2016/17	11,4	227,3	65,8	304,5	225,0	68,6	10,9
Trigo							
2014	177,5	715,1	158,5	1051,1	690,4	166,0	194,6
2015	194,6	728,3	159,1	1082,0	700,4	164,4	217,2
2015	217,2	735,5	169,9	1122,6	709,5	172,5	240,6
2017	240,6	751,3	171,5	1163,4	734,5	176,8	252,1

Fonte: World Agricultural Supply and Demand Estimates - USDA. Elaboração CONAB. Adaptação do autor.

Balanço de oferta e demanda EUA - Em milhões ton

SAFRA	"Estoque Inicial"	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	"Estoque Final"
Algodão							
2013/14	0,8	2,8	0,0	3,6	0,8	2,3	0,5
2014/15	0,5	3,6	0,0	4,0	0,8	2,4	0,7
2015/16	0,7	2,8	0,0	3,5	0,8	2,0	0,8
2016/17	0,8	3,6	0,0	4,4	0,8	2,7	0,9
Arroz							
2013/14	1,2	6,1	0,7	8,1	4,0	3,0	1,1
2014/15	1,1	7,1	0,8	9,0	4,3	3,1	1,6
2015/16	1,6	6,1	0,8	8,5	3,5	3,4	1,5
2016/17	1,5	7,5	0,7	9,7	4,2	3,6	1,9
Feijão							
2016/17							
Milho							
2013/14	20,8	351,3	0,9	373,0	293,0	48,8	31,3
2014/15	31,3	361,1	0,8	393,2	301,8	47,4	43,9
2015/16	43,9	345,5	1,7	391,1	298,8	48,2	44,0
2016/17	44,0	386,7	1,3	432,1	314,6	56,5	61,0
Soja							
2013/14	3,8	91,4	2,0	97,2	50,1	44,6	2,5
2014/15	2,5	106,9	0,8	110,2	55,0	50,1	5,1
2015/16	5,1	106,9	0,8	112,8	54,6	52,8	5,4
2016/17	5,4	118,7	0,8	124,9	56,0	55,8	13,1
Farelo							
2013/14	0,2	36,9	0,3	37,5	26,8	10,5	0,2
2014/15	0,2	40,9	0,3	41,4	29,3	11,9	0,3
2015/16	0,3	40,5	0,3	41,1	30,0	10,9	0,2
2016/17	0,2	41,4	0,3	41,9	30,9	10,7	0,2
Trigo							
2014	19,5	58,1	4,7	82,3	34,3	32,0	16,0
2015	16,0	55,1	4,1	75,3	31,3	23,5	20,4
2015	20,4	56,1	3,1	79,6	32,0	21,1	26,5
2017	26,5	62,9	3,4	92,8	35,2	26,5	31,1

Fonte: World Agricultural Supply and Demand Estimates - USDA. Elaboração CONAB. Adaptação do autor.

Conab

Balança Comercial Brasileira do Agronegócio - Consolidado 2016

Exportações Brasileiras do Agronegócio: Consolidado 2015 e 2016

Principais Produtos	Valor (US$ milhões)			Quantidade (mil t)			Preço Médio (US$/t)		
	2015	2016	Δ%	2015	2016	Δ%	2015	2016	Δ%
Soja em grãos	20.982	19.327	-7,9	54.323	51.577	-5,1	386	375	-3,0
Açúcar	7.641	10.436	36,6	24.012	28.933	20,5	318	361	13,3
Carne de Frango	7.071	6.760	-4,4	4.225	4.307	1,9	1.673	1.570	-6,2
Celulose	5.590	5.573	-0,3	11.966	13.521	13,0	467	412	-11,8
Carne Bovina	5.795	5.339	-7,9	1.361	1.349	-0,9	4.257	3.958	-7,0
Farelo de Soja	5.821	5.193	-10,8	14.827	14.444	-2,6	393	360	-8,4
Café em grãos	5.555	4.843	-12,8	2.005	1.824	-9,0	2.771	2.655	-4,2
Milho	4.938	3.655	-26,0	28.903	21.842	-24,4	171	167	-2,0
Madeira e Produtos	2.703	2.789	3,2	4.670	5.763	23,4	579	484	-16,4
Couros e Produtos	2.713	2.503	-7,8	473	466	-1,5	5.740	5.374	-6,4
Suco de Laranja*	1.867	1.914	2,5	73	94	28,2	25.425	20.322	-20,1
Papel	2.034	1.874	-7,9	2.136	2.132	-0,2	953	879	-7,7
Carne Suína	1.264	1.470	16,3	542	720	32,8	2.331	2.041	-12,5
Algodão	1.290	1.215	-5,8	834	805	-3,5	1.547	1.510	-2,4
Óleo de Soja	1.154	898	-22,2	1.670	1.254	-24,9	691	716	3,6
Etanol	880	896	1,8	1.489	1.435	-3,7	591	625	5,7
Café solúvel	556	574	3,2	78	84	7,9	7.123	6.814	-4,3
Cacau e Produtos	375	390	4,1	90	88	-1,6	4.178	4.419	5,8
Lácteos	319	168	-47,4	77	55	-28,3	4.155	3.047	-26,7
Demais produtos	*9.674*	*9.118*	*-5,8*	-	-	-	-	-	-

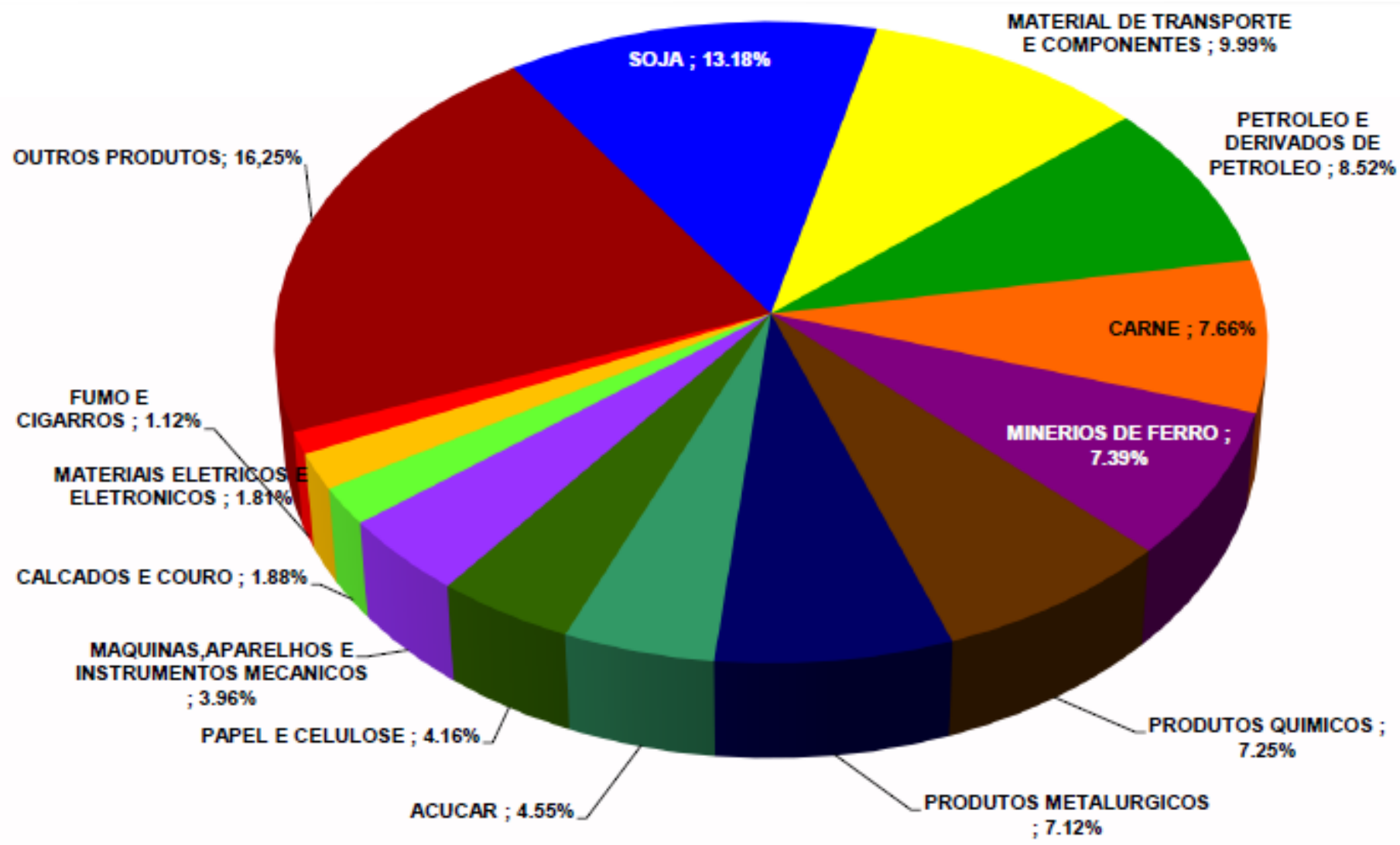
(*) Volume de suco de laranja calculado em Frozen Concentrate Orange Juice (FCOJ) equivalente - °Brix 66.

Destinos Exportações	Ranking	Valor (US$ milhões)			Participação (%)	
	2016	2015	2016	Δ%	2015	2016
China	1º	21.280	20.831	-2,1	24,1	24,5
União Européia - 28	2º	18.259	16.678	-8,7	20,7	19,6
Estados Unidos	3º	6.467	6.257	-3,2	7,3	7,4
Japão	4º	2.526	2.439	-3,5	2,9	2,9
Irã	5º	1.661	2.134	28,4	1,9	2,5
Arabia Saudita	6º	2.256	2.134	-5,4	2,6	2,5
Rússia	7º	2.263	2.080	-8,1	2,6	2,4
Hong Kong	8º	1.921	2.077	8,1	2,2	2,4
Coreia do Sul	9º	2.139	2.008	-6,1	2,4	2,4
Indonésia	10º	1.514	1.675	10,6	1,7	2,0
Demais destinos	-	*27.936*	*26.621*	*-4,7*	*31,7*	*31,3*

Fonte: Informativo DEAGRO - Fiesp. Janeiro de 2017

PAUTA EXPORTADORA BRASILEIRA

(principais produtos, %)



Fonte: MDIC, Bradesco

Preços

Commodities agrícolas

Cotações médias mensais* nas bolsas de Nova York e Chicago

Açúcar

Em US$ cents/libra

Variação no período** (%)	
Dez/16	-9,28
No ano	26,14
12 meses	26,14

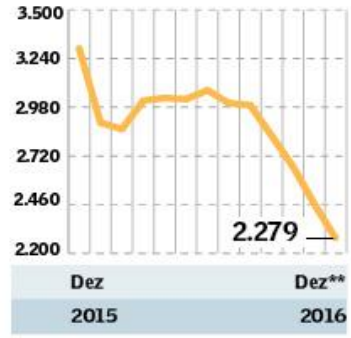
Café

Em US$ cents/libra

Variação no período** (%)	
Dez/16	-13,32
No ano	15,91
12 meses	15,91

Cacau

Em US$/tonelada



Variação no período** (%)	
Dez/16	-7,41
No ano	-30,80
12 meses	-30,80

Suco de laranja

Em US$ cents/libra

Variação no período** (%)	
Dez/16	-5,27
No ano	38,60
12 meses	38,60

Algodão

Em US$ cents/libra

Variação no período** (%)	
Dez/16	0,69
No ano	10,44
12 meses	10,44

Soja

Em US$ cents/bushel

Variação no período** (%)	
Dez/16	2,20
No ano	17,45
12 meses	17,45

Milho

Em US$ cents/bushel

Variação no período (%)	
Dez/16	0,90
No ano	-4,60
12 meses	-4,60

Trigo

Em US$ cents/bushel

Variação no período (%)	
Dez/16	-2,40
No ano	-14,70
12 meses	-14,70

Fonte: Dow Jones Newswires e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição. ** Até o dia 28

Fonte: Valor Econômico. 29 de dezembro de 2016

USDA

Safra Mundial de Milho 2016/17 - 9º Levantamento do USDA

Produção Mundial *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
EUA	345,5	384,8	39,3	11,4%
China	224,6	219,6	-5,1	-2,3%
Brasil	**67,0**	**86,5**	**19,5**	**29,1%**
U.E.28	58,5	60,7	2,2	3,8%
Demais	*265,5*	*286,4*	*20,9*	*7,9%*
Mundo	**961,1**	**1.037,9**	**76,8**	**8,0%**

Consumo Mundial *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
EUA	298,9	314,0	15,1	5,0%
China	217,5	227,0	9,5	4,4%
U.E.28	73,2	73,6	0,4	0,5%
Brasil	**57,0**	**58,5**	**1,5**	**2,6%**
Demais	*332,6*	*353,9*	*21,3*	*6,4%*
Mundo	**979,2**	**1.027,0**	**47,8**	**4,9%**

Exportações Mundiais *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
EUA	48,2	56,5	8,3	17,3%
Brasil	**15,0**	**28,0**	**13,0**	**86,7%**
Argentina	21,7	25,0	3,3	15,2%
Ucrânia	16,6	18,0	1,4	8,5%
Demais	*19,6*	*20,6*	*0,9*	*4,8%*
Mundo	**121,1**	**148,1**	**27,0**	**22,3%**

Estoques Mundiais *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
China	110,8	106,3	-4,5	-4,0%
EUA	44,1	59,8	15,7	35,6%
Brasil	**5,8**	**6,4**	**0,6**	**10,3%**
México	5,2	5,2	0,0	0,0%
Demais	*44,0*	*43,2*	*-0,9*	*-2,0%*
Mundo	**210,0**	**221,0**	**11,0**	**5,2%**

Fonte: Informativo DEAGRO - Fiesp. janeiro de 2017

USDA

Safra Mundial de Soja 2016/17 - 9º Levantamento do USDA

Produção Mundial *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
EUA	106,9	117,2	10,4	9,7%
Brasil	**96,5**	**104,0**	**7,5**	**7,8%**
Argentina	56,8	57,0	0,2	0,4%
China	11,8	12,9	1,1	9,5%
Demais	*41,6*	*46,7*	*5,2*	*12,4%*
Mundo	**313,5**	**337,9**	**24,3**	**7,8%**

Consumo Mundial *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
China	95,0	100,8	5,8	6,1%
EUA	54,6	56,0	1,4	2,5%
Argentina	47,5	49,2	1,6	3,4%
Brasil	**43,4**	**44,1**	**0,7**	**1,6%**
Demais	*75,0*	*80,3*	*5,3*	*7,1%*
Mundo	**315,5**	**330,3**	**14,8**	**4,7%**

Exportações Mundiais *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
Brasil	**54,4**	**59,5**	**5,1**	**9,4%**
EUA	52,7	55,8	3,1	5,9%
Argentina	9,9	9,0	-0,9	-9,3%
Paraguai	5,3	5,3	0,0	0,0%
Demais	*9,9*	*10,3*	*0,4*	*4,3%*
Mundo	**132,2**	**139,9**	**7,7**	**5,8%**

Estoques Mundiais *(milhões de t)*

Países	Safras		Variação	
	15/16	16/17[1]	Abs.	(%)
Argentina	32,0	31,8	-0,1	-0,5%
Brasil	**18,6**	**19,4**	**0,8**	**4,0%**
China	16,9	14,9	-2,1	-12,1%
EUA	5,4	11,4	6,1	113,6%
Demais	*4,3*	*4,8*	*0,5*	11,6%
Mundo	**77,2**	**82,3**	**5,1**	**6,7%**

Fonte: Informativo DEAGRO - Fiesp. janeiro de 2017

Preços das Principais Commodities do Agronegócio

Índice de Preços de Alimentos FAO: Preços em USD (2005=100)

146

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	-0,1	-
Δ % (a/a)	12,0	-
Média 2016	137,0	-
Média 2015	139,0	-
Média desde 2010	165,7	-

Fonte: FAO - Food Price Index (2002-2004 = 100)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Fiesp. Janeiro de 2016

Preços das Principais Commodities do Agronegócio

Soja (grão): Cotação em saca de 60 kg

R$ 78

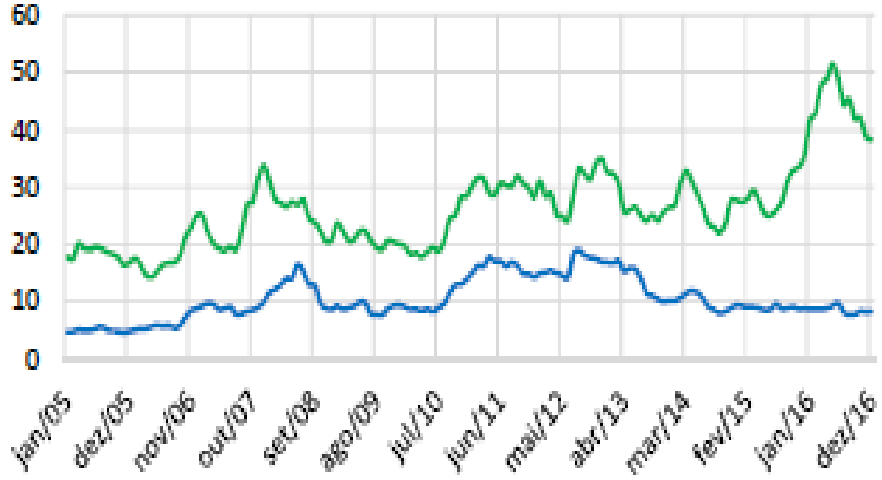
USD 23

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▲ 1,9	▲ 0,2
Δ % (a/a)	▲ 16,1	▼ -2,9
Média 2016	USD 21,8	R$ 81,4
Média 2015	USD 20,8	R$ 72,6
Média desde 2010	USD 26,5	R$ 64,2

Fonte: Bolsa de Chicago (CME) e CEPEA (Indicador BMFBovespa - Paranaguá)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Milho: Cotação em saca de 60 kg



R$ 38

USD 8

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▲ 1,4	▼ -1,2
Δ % (a/a)	▼ -5,3	▲ 8,4
Média 2016	USD 8,5	R$ 44,4
Média 2015	USD 8,9	R$ 29,1
Média desde 2010	USD 11,9	R$ 29,9

Fonte: Bolsa de Chicago (CME) e CEPEA (Indicador BMFBovespa)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Fiesp. Janeiro de 2016

Preços das Principais Commodities do Agronegócio

Trigo: Cotação em toneladas

R$ 572

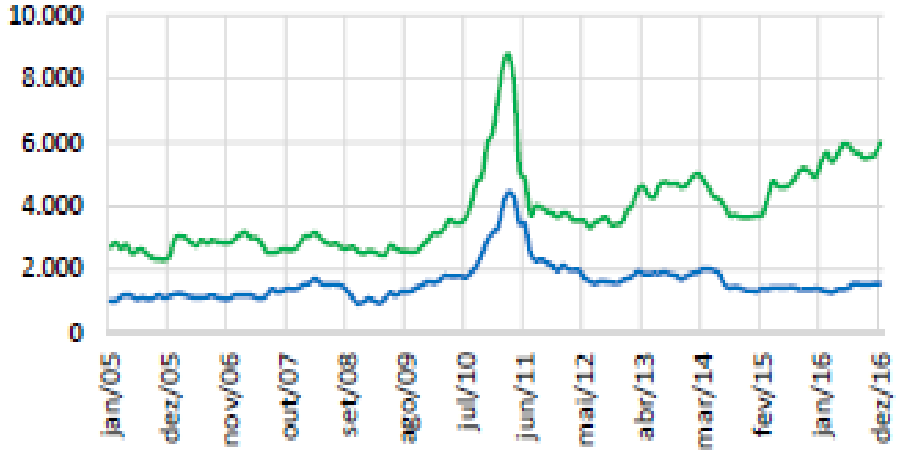
USD 146

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▼ -1,4	▼ -1,9
Δ % (a/a)	▼ -16,2	▼ -16,6
Média 2016	USD 160,3	R$ 719,1
Média 2015	USD 186,4	R$ 615,3
Média desde 2010	USD 223,4	R$ 584,9

Fonte: Bolsa de Chicago (CME) e CEPEA (Média PR e RS)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Algodão: Cotação em toneladas



R$ 5.997

USD 1.565

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▲ 0,3	▲ 6,4
Δ % (a/a)	▲ 12,2	▲ 21,3
Média 2016	USD 1.446,7	R$ 5.669,2
Média 2015	USD 1.394,5	R$ 4.622,8
Média desde 2010	USD 1.889,4	R$ 4.587,7

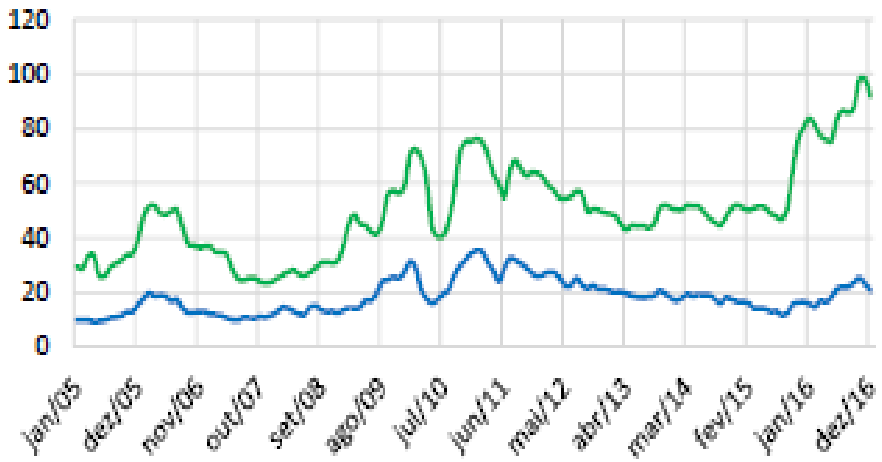
Fonte: Bolsa de Nova Iorque (ICE) e CEPEA

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Fiesp. Janeiro de 2016

Preços das Principais Commodities do Agronegócio

Açúcar: Cotação em saca de 50 kg



R$ 92

USD 21

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▼ -9,8	▼ -6,1
Δ % (a/a)	▲ 25,5	▲ 14,3
Média 2016	USD 20,0	R$ 85,5
Média 2015	USD 14,5	R$ 56,0
Média desde 2010	USD 21,4	R$ 59,8

Fonte: Bolsa de Nova Iorque (ICE) e CEPEA (Referência SP)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Café Arábica: Cotação em saca de 60 kg

R$ 502

USD 183

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▼ -13,6	▼ -9,9
Δ % (a/a)	▲ 15,3	▲ 4,7
Média 2016	USD 180,0	R$ 494,5
Média 2015	USD 175,6	R$ 451,5
Média desde 2010	USD 219,8	R$ 406,6

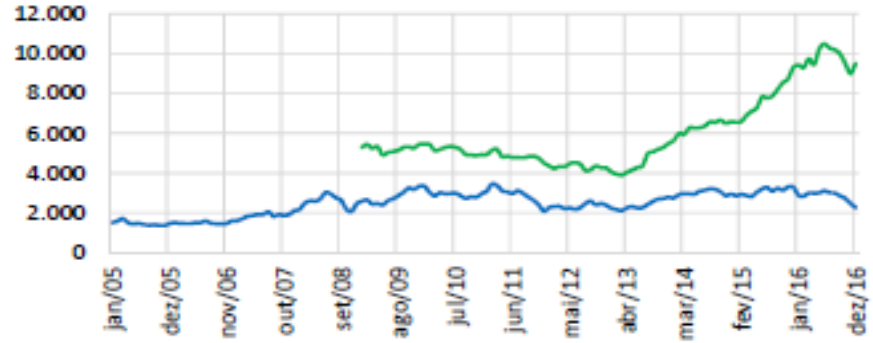
Fonte: Bolsa de Nova Iorque (ICE) e CEPEA

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Fiesp. Janeiro de 2016

Preços das Principais Commodities do Agronegócio

Cacau: Cotação em toneladas



R$ 9.502

USD 2.263

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▼ -8,7	▲ 5,6
Δ % (a/a)	▼ -31,2	▲ 2,2
Média 2016	USD 2.850,8	R$ 9.754,8
Média 2015	USD 3.089,8	R$ 7.722,1
Média desde 2010	USD 2.795,4	R$ 6.097,2

Fonte: Bolsa de Nova Iorque (ICE) e CONAB (Média BA, PA, RO e ES)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Leite em Pó: Preço em USD/tonelada

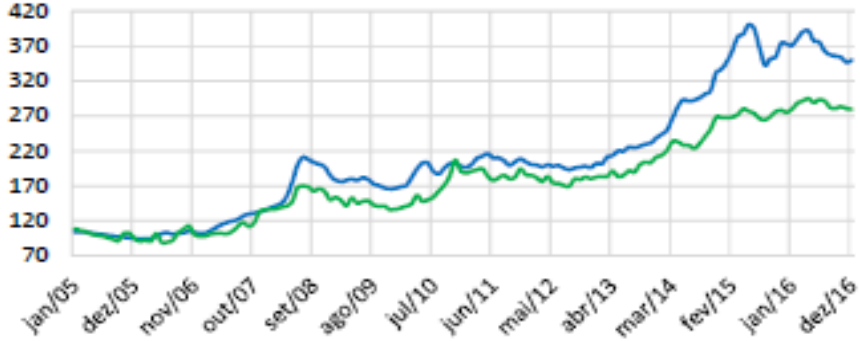
USD 3.886

USD 3.581

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	▲ 6,2	▲ 0,8
Δ % (a/a)	▲ 56,9	▲ 39,1
Média 2016	USD 2.463,4	USD 3.852,4
Média 2015	USD 2.417,6	USD 3.078,9
Média desde 2010	USD 3.338,0	USD 4.088,2

Fonte: Global Dairy Trade (GDT - Leilões Fonterra), CEPEA, MBAGRO e Banco Central do Brasil. **Nota:** Para o leite em pó equivalente Brasil utilizou-se dados de preços recebidos pelos produtores brasileiros (indicador Cepea) e fatores de conversão para leite em pó (indicadores MBAGRO)

Índice Boi Gordo e Bezerro: Índice de Preços no Mercado Interno - Preços em Reais (2005=100)



350,1

279,8

	Bezerro	Boi Gordo
Δ % (m/m)	▲ 0,9	▼ -0,4
Δ % (a/a)	▼ -6,2	▲ 1,7
Média 2016	368,0	286,5
Média 2015	370,3	272,5
Média desde 2010	263,7	216,5

Fonte: Indicador Boi Gordo, CEPEA/BMFBovespa (R$/@) e Indicador Bezerro, CEPEA/BMFBovespa referência MS (R$/unidade animal)

Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Fiesp. Janeiro de 2016

Preços das Principais Commodities do Agronegócio

Relação de Troca: Ovos X Milho - quantidade de ovos (cx. de 30 dúzias) necessária para adquirir 1 saca de Milho

0,50

	Internacional	Nacional
Δ % (m/m)	-	-10,1
Δ % (a/a)	-	-6,3
Média 2016	-	0,58
Média 2015	-	0,49
Média desde 2010	-	0,56

Fonte:IEA-SP e CEPEA (Indicador BMFBovespa). Nota: preço médio recebido pelo produtor de ovos tipo grange, médio e extra (IEA-SP).
Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Relação de Troca: Frango Vivo X Milho - quantidade de Frango (Kg) necessária para adquirir 1 saca de Milho

12,6

	Internacional	Frango
Δ % (m/m)	-	0,7
Δ % (a/a)	-	9,8
Média 2016	-	15,5
Média 2015	-	11,2
Média desde 2010	-	13,2

Fonte:IEA-SP e CEPEA (Indicador BMFBovespa). Nota: preço médio recebido pelo produtor do frango vivo na granja para corte (IEA-SP).
Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Relação de Troca: Suíno Vivo X Milho - quantidade de Suíno (Kg) necessária para adquirir 1 saca de Milho

6,7

	Internacional	Suíno
Δ % (m/m)	-	-10,2
Δ % (a/a)	-	-0,5
Média 2016	-	9,4
Média 2015	-	6,1
Média desde 2010	-	7,3

Fonte:IEA-SP e CEPEA (Indicador BMFBovespa). Nota: preço médio recebido pelo produtor de suíno vivo na granja para abate (IEA-SP).
Nota: % (m/m) equivale a variação do mês atual sobre o mês anterior. % (a/a) equivale a variação do mês atual sobre o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Fiesp. Janeiro de 2016

Perfil do setor

- As exportações de café respondem por 2,7% da pauta brasileira de exportações;
- O Brasil exporta 67% do café que produz, sendo 90% das vendas na forma de café verde e 10% como café solúvel. Os principais mercados de destino são os países desenvolvidos: Europa, EUA e Japão;
- Brasil é o único grande *player mundial com safra no 1º semestre do ano. Os demais (Vietnã e Colômbia)* têm início de safra a partir do 2º semestre.
  - **Brasil**: responde por 36% da produção mundial e por 27% das exportações. Safra tem início em maio. Produz café robusta e arábica;
  - **Vietnã**: responde por 17% da produção mundial e por 21% das exportações. Exporta 95% da produção interna, o consumo interno é muito baixo. Safra tem início em outubro. Produz café robusta;
  - **Colômbia**: responde por 8,5% da produção mundial e por 10% das exportações. Exporta 92% da produção interna e também tem o consumo interno muito baixo. Safra tem início em outubro. Produz café arábica.
  - **Indonésia**: responde por 6% da produção e das exportações mundiais. Safra tem início em outubro. Produz café robusta.
- No Brasil, 56% da produção de café concentrada em Minas Gerais, 24% no Espírito Santo e 8% em São Paulo.
- Os principais consumidores mundiais de café são os países desenvolvidos, que respondem por 56% do consumo global e são dependentes de importação. Os países produtores de café respondem por 30% da demanda global. Os emergentes, com exceção do Brasil, também são dependentes de importação e respondem por 14% do consumo global.

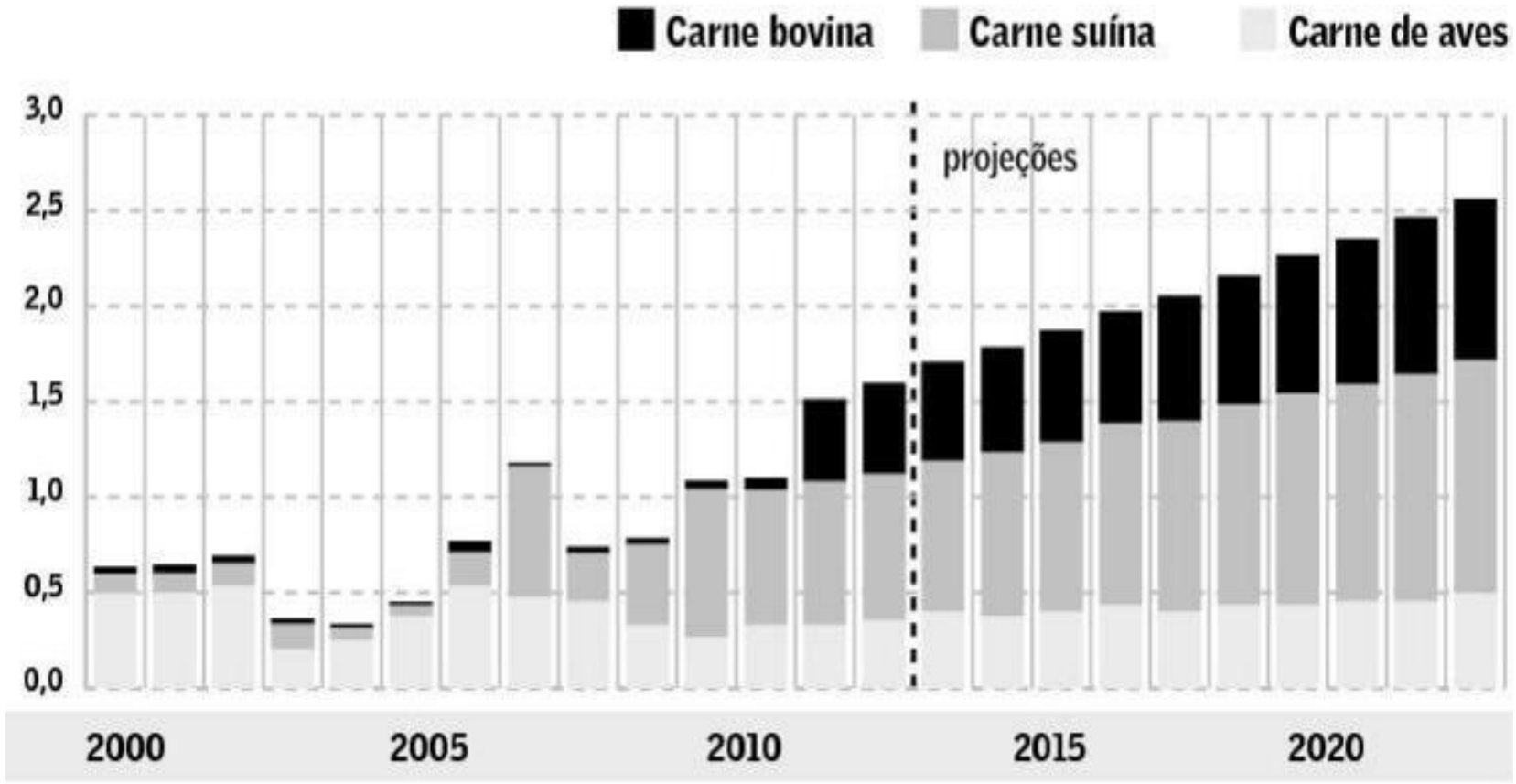
Exportações de carnes

	Carnes	jan-ago/15	jan-ago/16	Var. %
mil ton	Carne Avícola	2.768	2.941	6,3%
	Carne Bovina	859	926	7,7%
	Carne Suína	332	470	41,6%
	Total	**3.959**	**4.337**	**9,5%**
milhões US$	Carne Avícola	4.783	4.541	-5,1%
	Carne Bovina	3.697	3.583	-3,1%
	Carne Suína	816	885	8,4%
	Total	**9.296**	**9.008**	**-3,1%**
US$ / ton	Carne Avícola	1.728	1.544	-10,7%
	Carne Bovina	4.303	3.871	-10,0%
	Carne Suína	2.457	1.881	-23,5%
	Total	**2.348**	**2.077**	**-11,5%**

Fonte: Sesex. Elaboração Bradesco.

Importações chinesas de carnes

Em milhões de toneladas

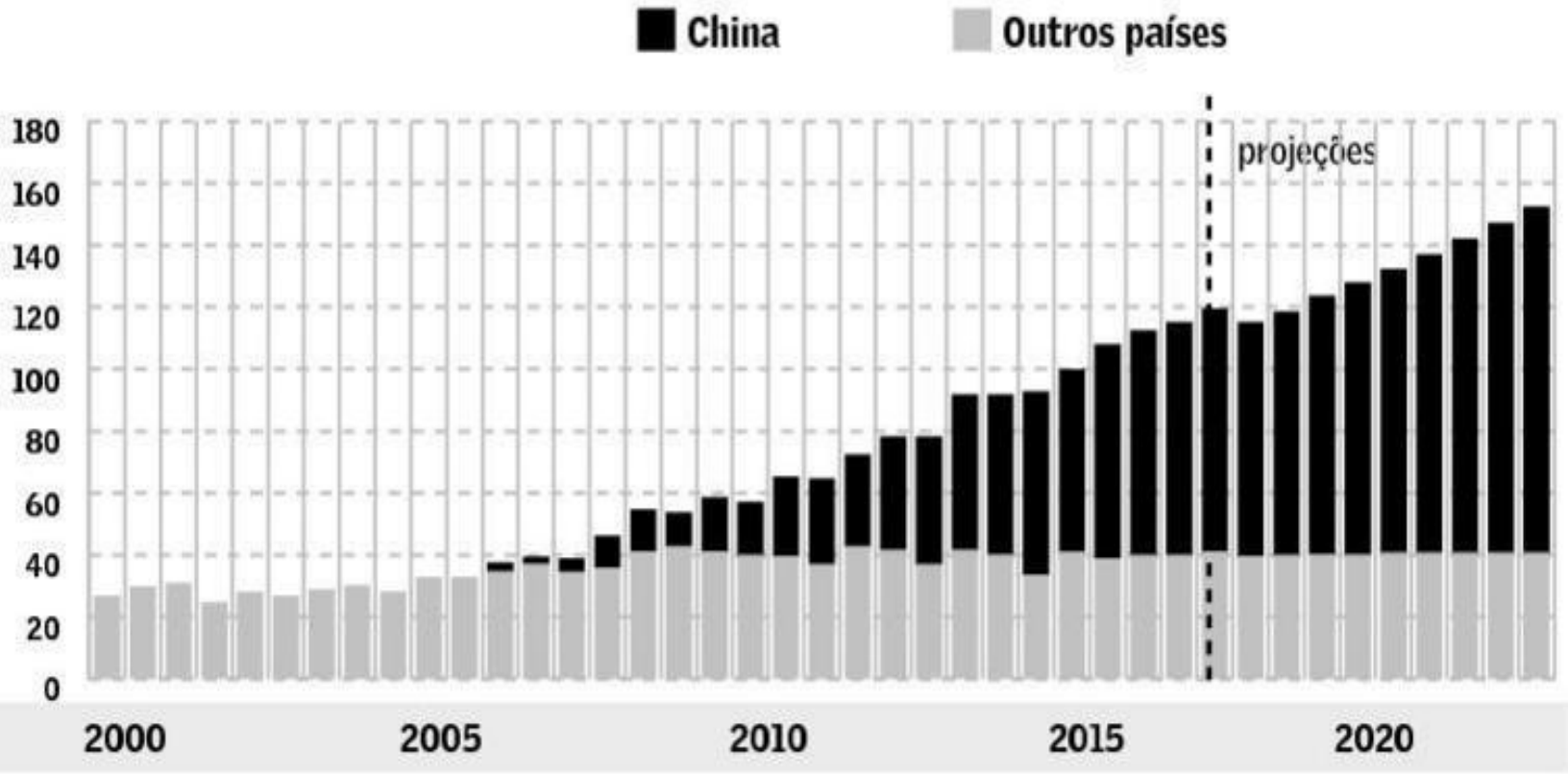


Fonte: USDA Production, Supply and Distribution database and projections

Fonte: Valor Econômico, 23 de novembro de 2016

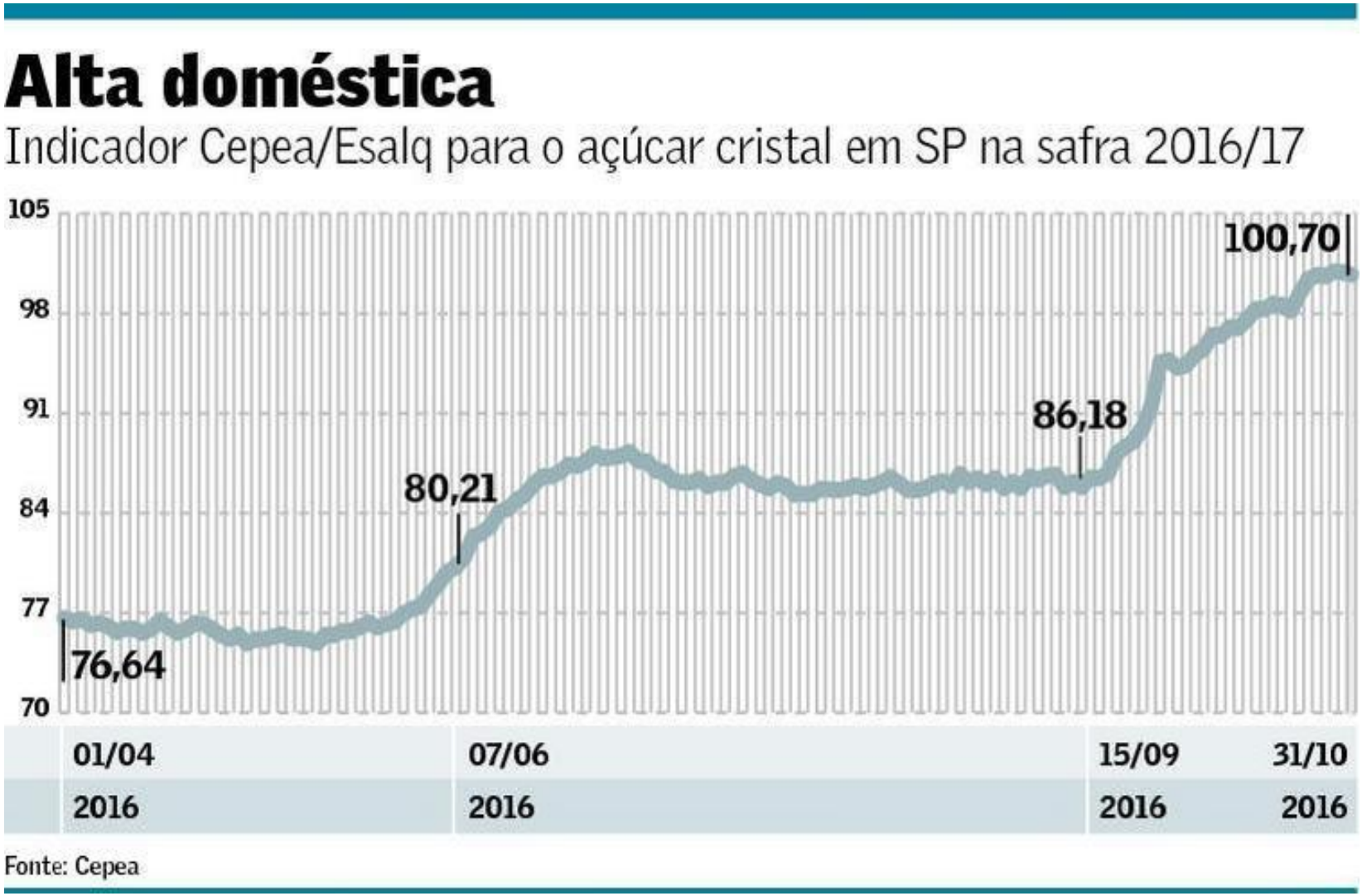
Importações mundiais de soja

Em milhões de toneladas



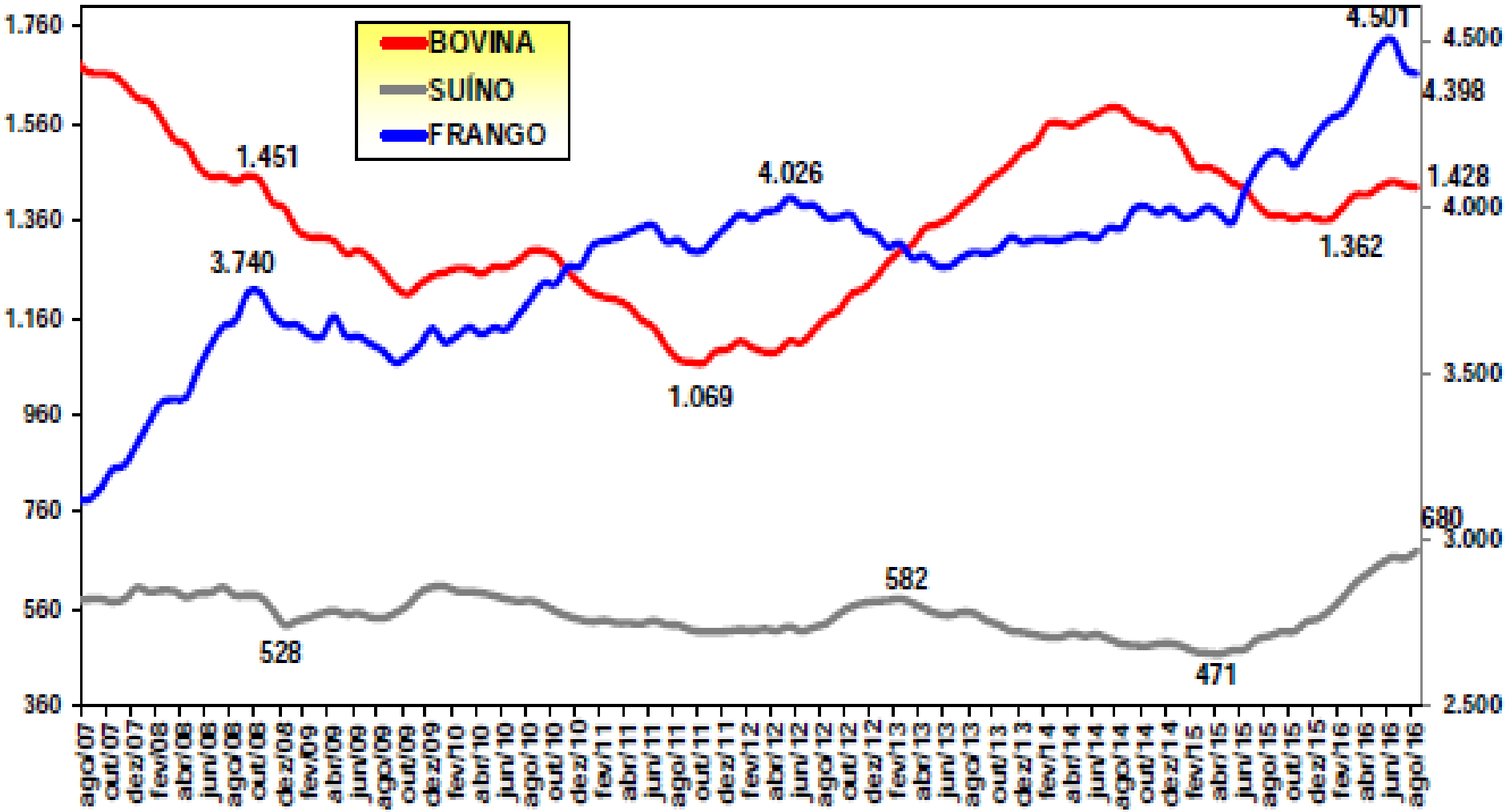
Fonte: USDA Production, Supply and Distribution database and projections

Fonte: Valor Econômico, 23 de novembro de 2016



Fonte: Valor Econômico, 04 de novembro de 2016

Exportações de carne bovina, suína e avícola - acumulado 12 meses em mil toneladas



Fonte: Sesex. Elaboração Bradesco.

Perfil do setor

Carne avícola

Oferta

- EUA, China e Brasil respondem por 50% da produção total;
- Brasil e EUA respondem por 65% das exportações mundiais;
- O Brasil exporta 30% da produção e os EUA 20%

Demanda

- China, EUA, União Europeia e Brasil são os maiores consumidores mundiais, com 55% do mercado;
- Os maiores importadores são: Japão, Arábia Saudita e União Europeia, que juntos respondem por 1/3 das importações mundiais;
- O Japão importa 40% do seu consumo interno e a Rússia 15%;

Mercado Externo

- Os principais países de destino das exportações brasileiras de carne avícola são: Arábia Saudita 19%, União Europeia 10%, Japão 10%, China 7%, Emirados Árabes Unidos 7%.

Mercado Externo

- Os principais mercados de destino das exportações de carne suína são: 45% Rússia e 23% Hong Kong.

Carne suína

Oferta

- China e União Europeia respondem por 70% da produção total;
- EUA, União Europeia e Canadá respondem por 80% das exportações mundiais;
- A UE exporta 10% da sua produção e os EUA 20%;
- O Canadá não é um grande produtor mundial (2%), porém exporta 60% da sua produção interna e, portanto configura como o 3º maior exportador;
- Brasil é o 4º exportador mundial e exporta 20% da sua produção.

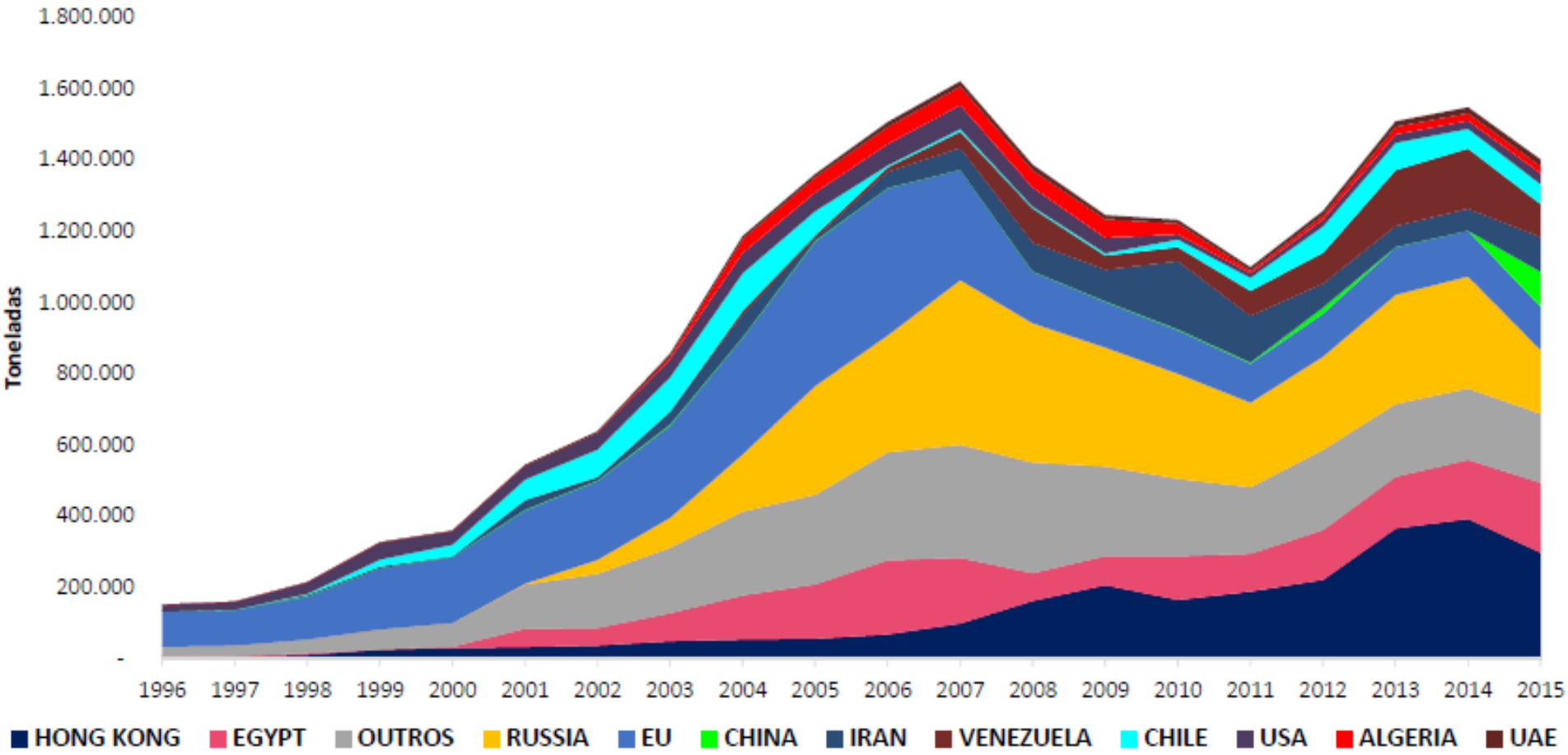
Demanda

- China e União Europeia são os maiores consumidores mundiais, com 70% do mercado;
- Os maiores importadores são Japão e China, que juntos respondem por 35% das importações mundiais;
- O Japão importa 50% do seu consumo interno e a Rússia 12%. A China importa 2% do seu consumo doméstico.

Mercado Externo

- Os principais mercados de destino das exportações de carne suína são: 45% Rússia e 23% Hong Kong.

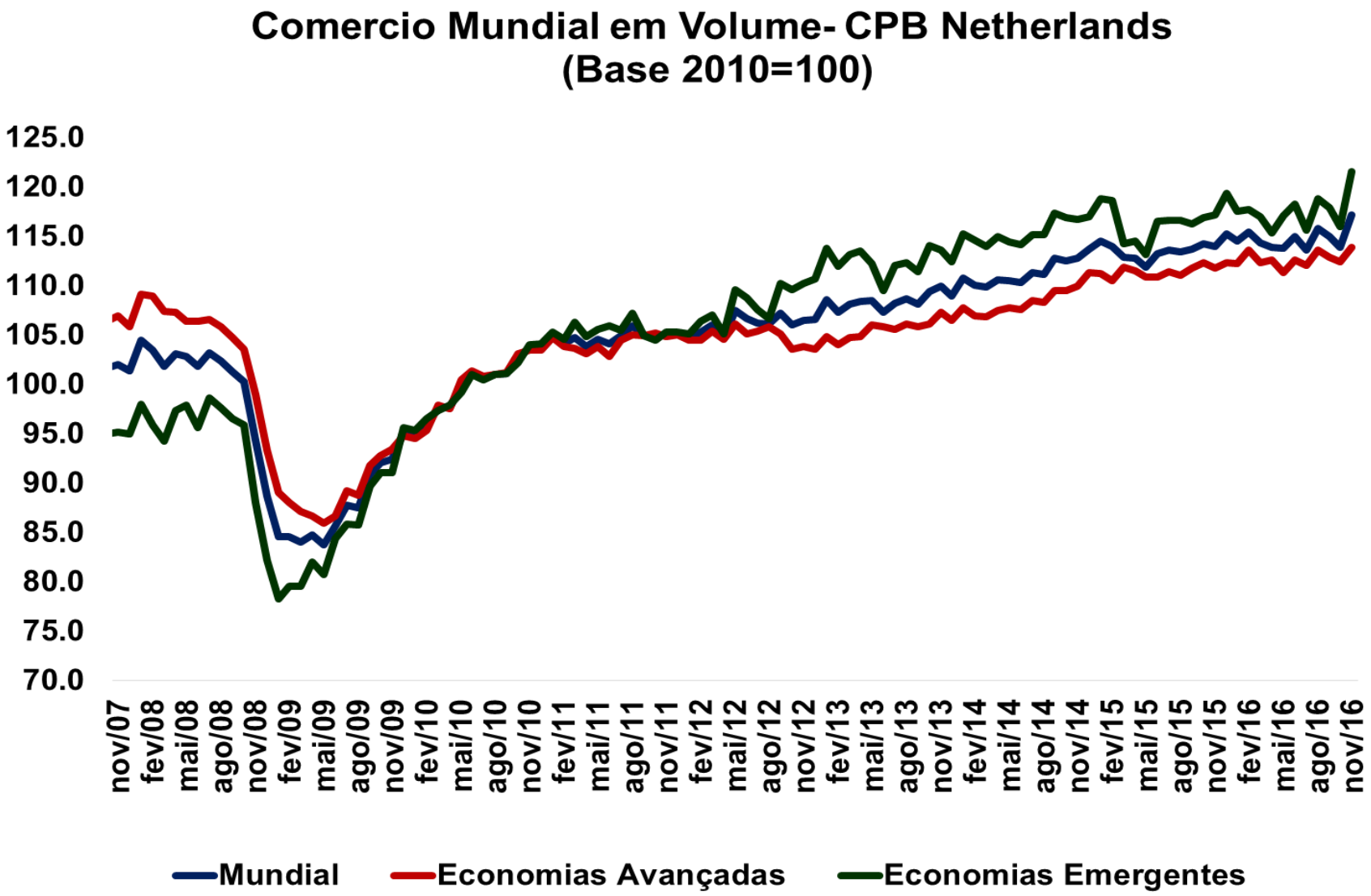
Exportações Brasileiras de carne bovina (volume T)



Fonte: Valor Econômico, 28 de dezembro de 2016

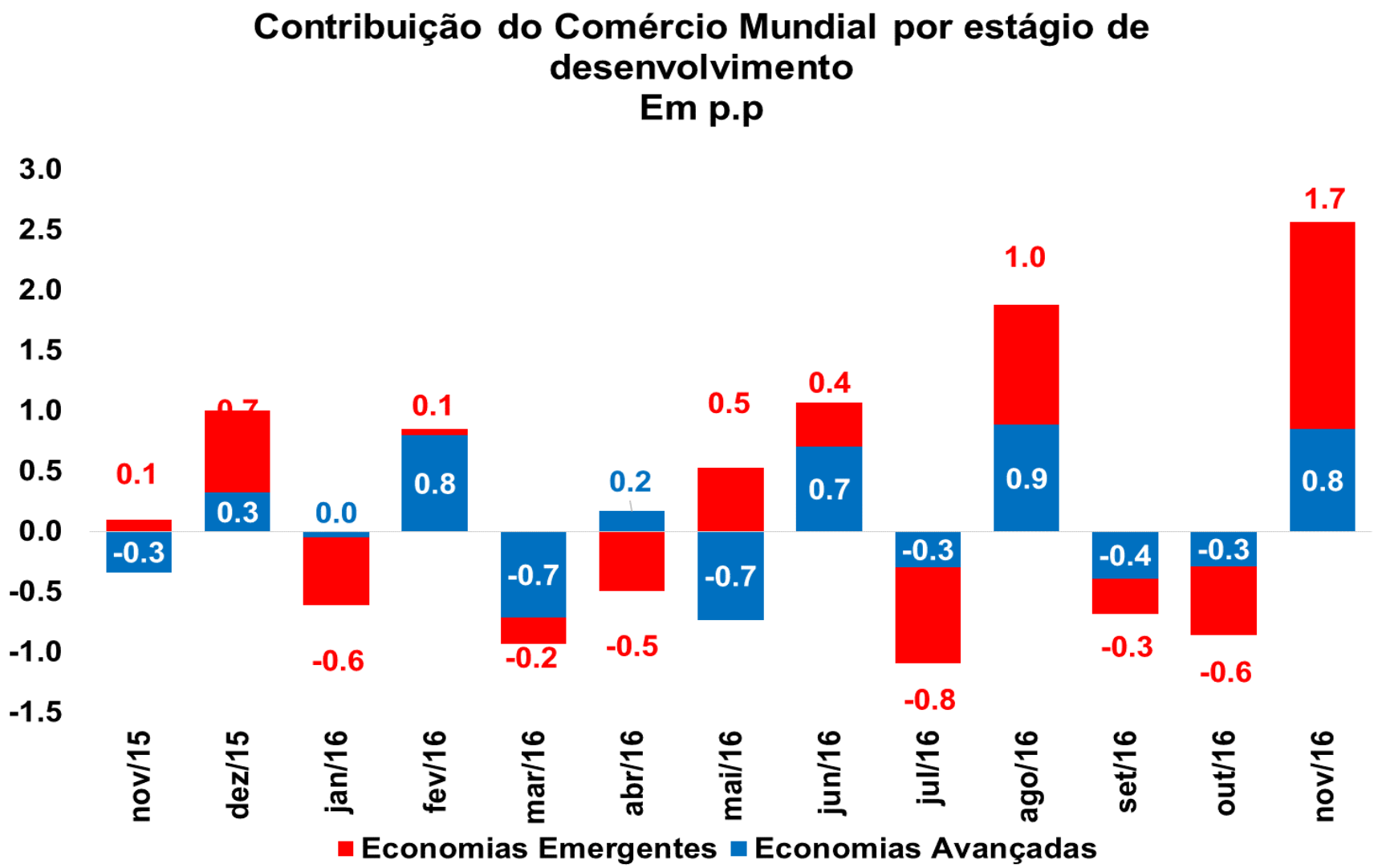
Economia Internacional

CPB: Comércio Mundial apresenta alta em novembro



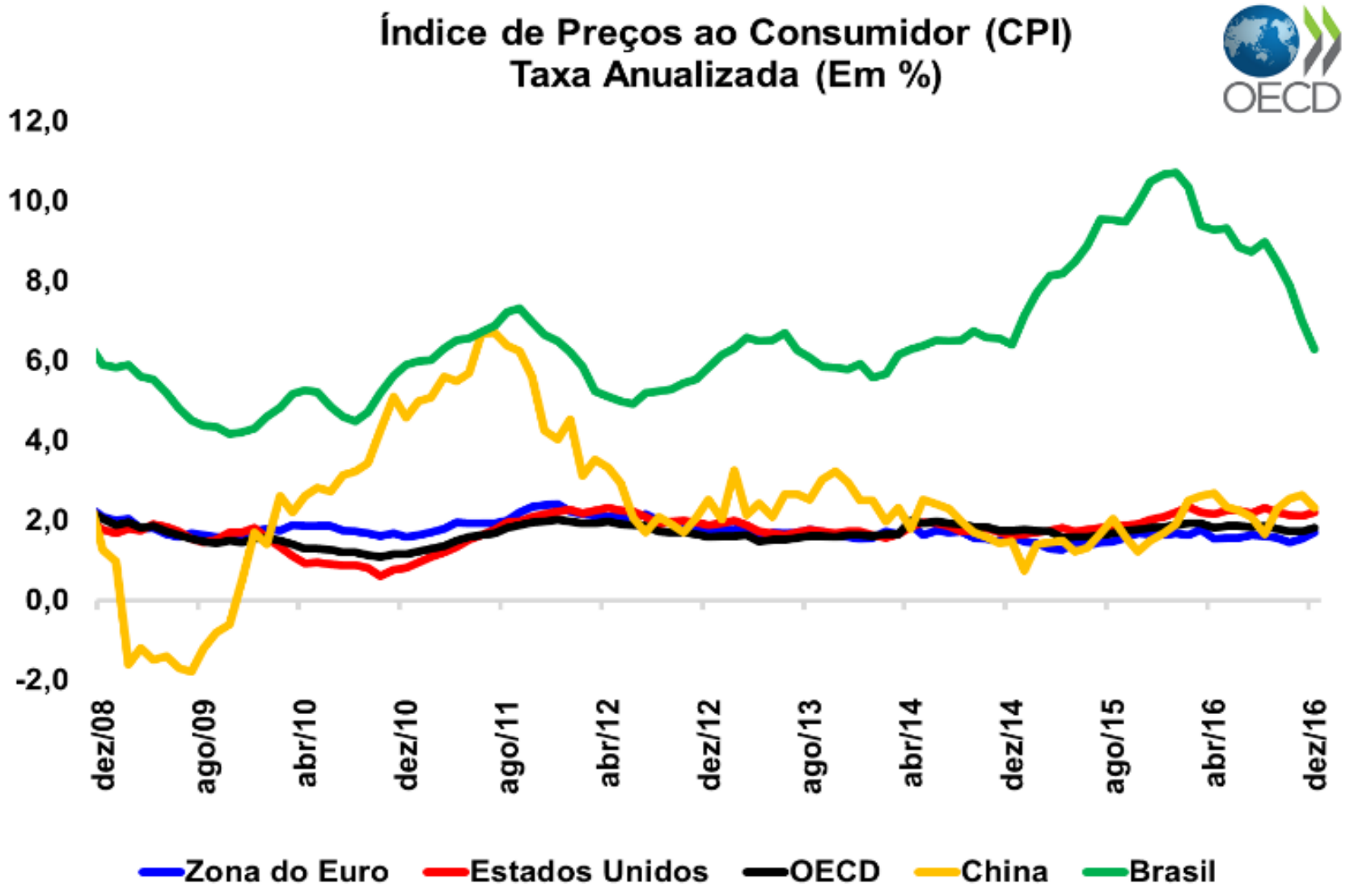
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 26 de janeiro de 2017

CPB: Comércio Mundial apresenta alta em novembro



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 26 de janeiro de 2017

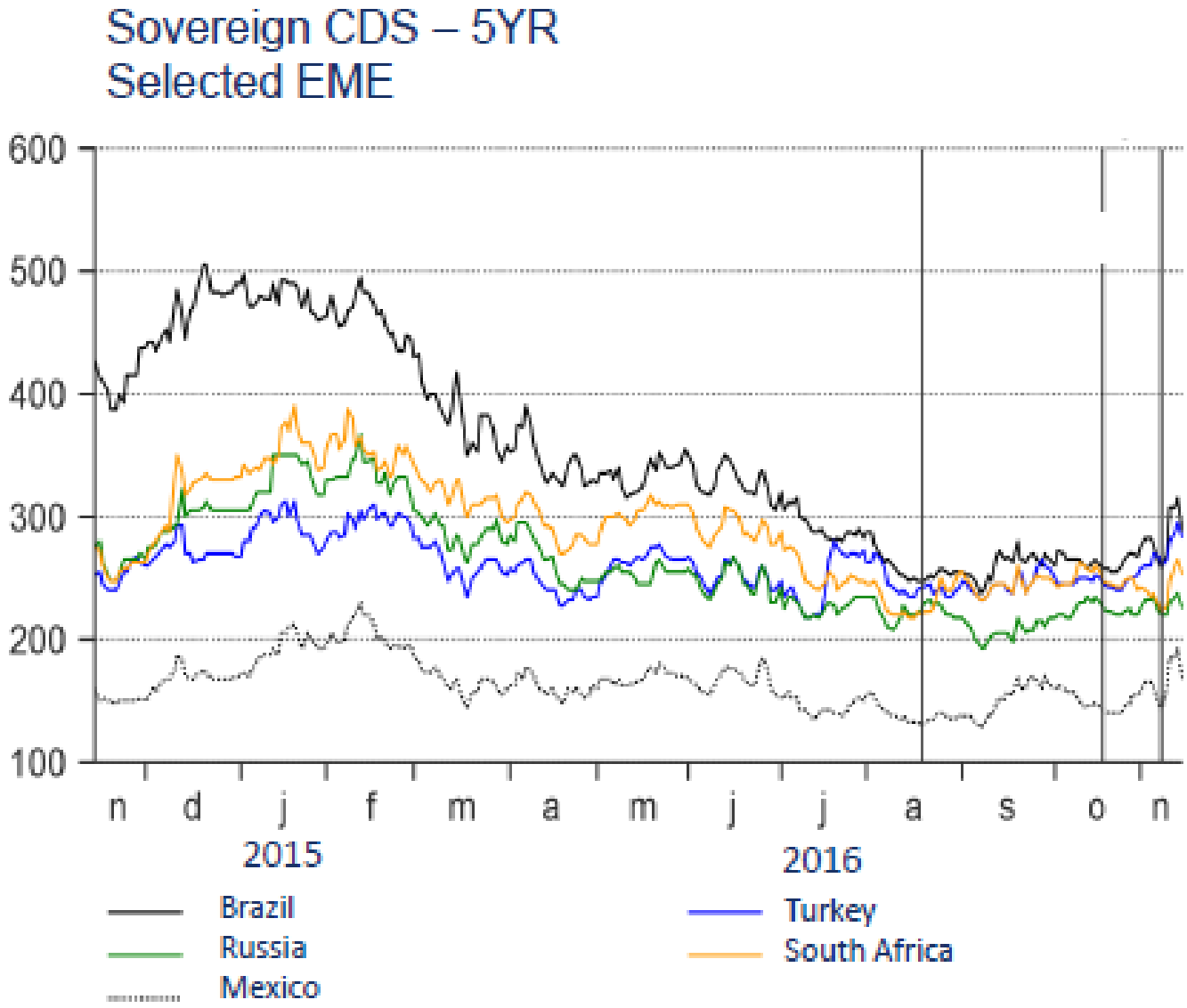
IPC



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 6 de fevereiro de 2017

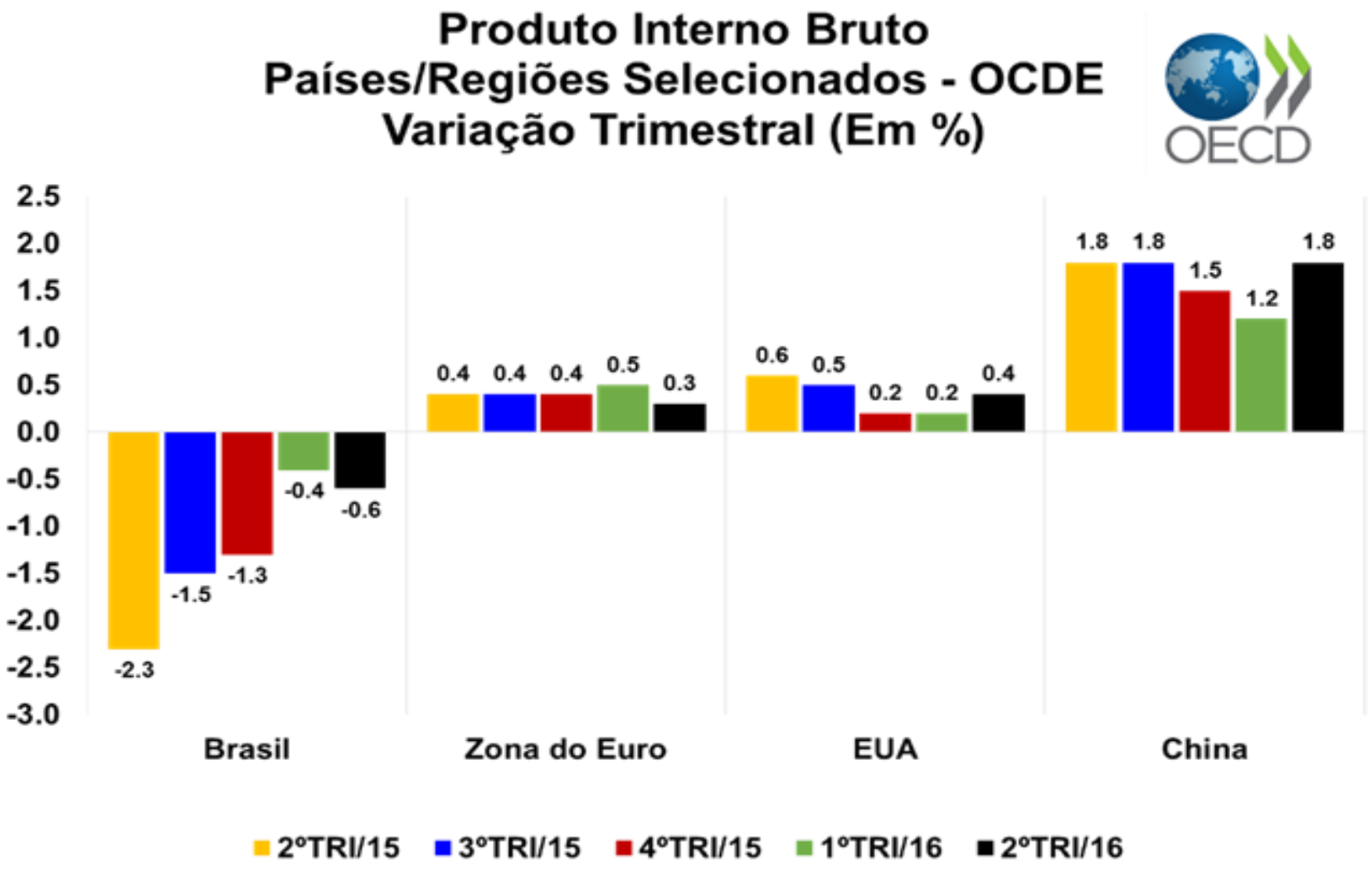
Juros

EME: Apesar dos recentes prémios de risco de volatilidade serem relativamente bem comportados



Fonte: Apresentação do Diretor de Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos do Banco Central do Brasil, Tiago Couto Berriel, em evento organizado pelo *Bank of Finland,* na cidade de Helsinque, Finlândia, em 22 de novembro de 2016, por ocasião da celebração do vigésimo-quinto aniversário daquela instituição (*BOFIT 25th Anniversary Conference*).

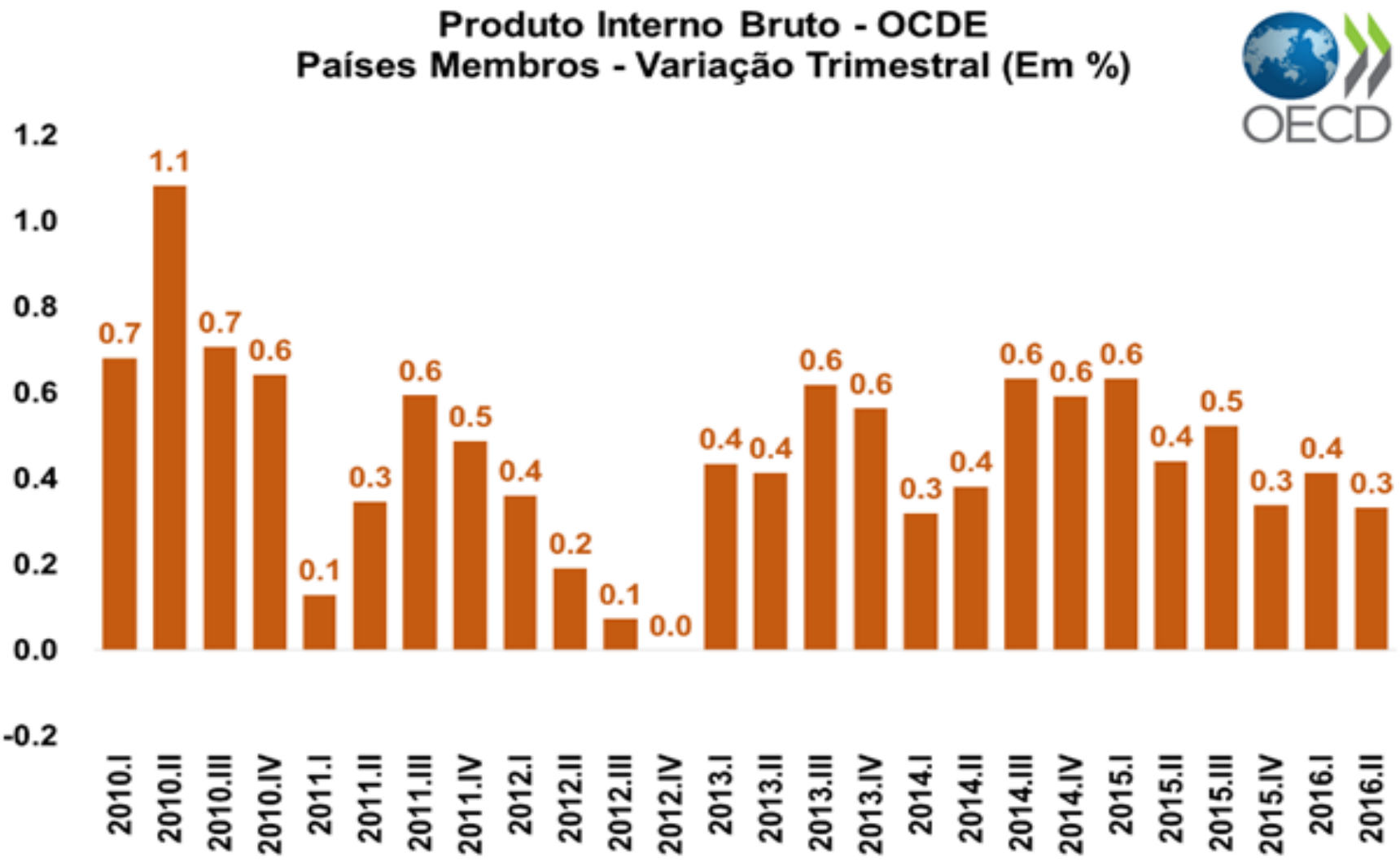
OCDE: Economia mundial desacelera em 2016



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 6 de outubro de 2016

OCDE

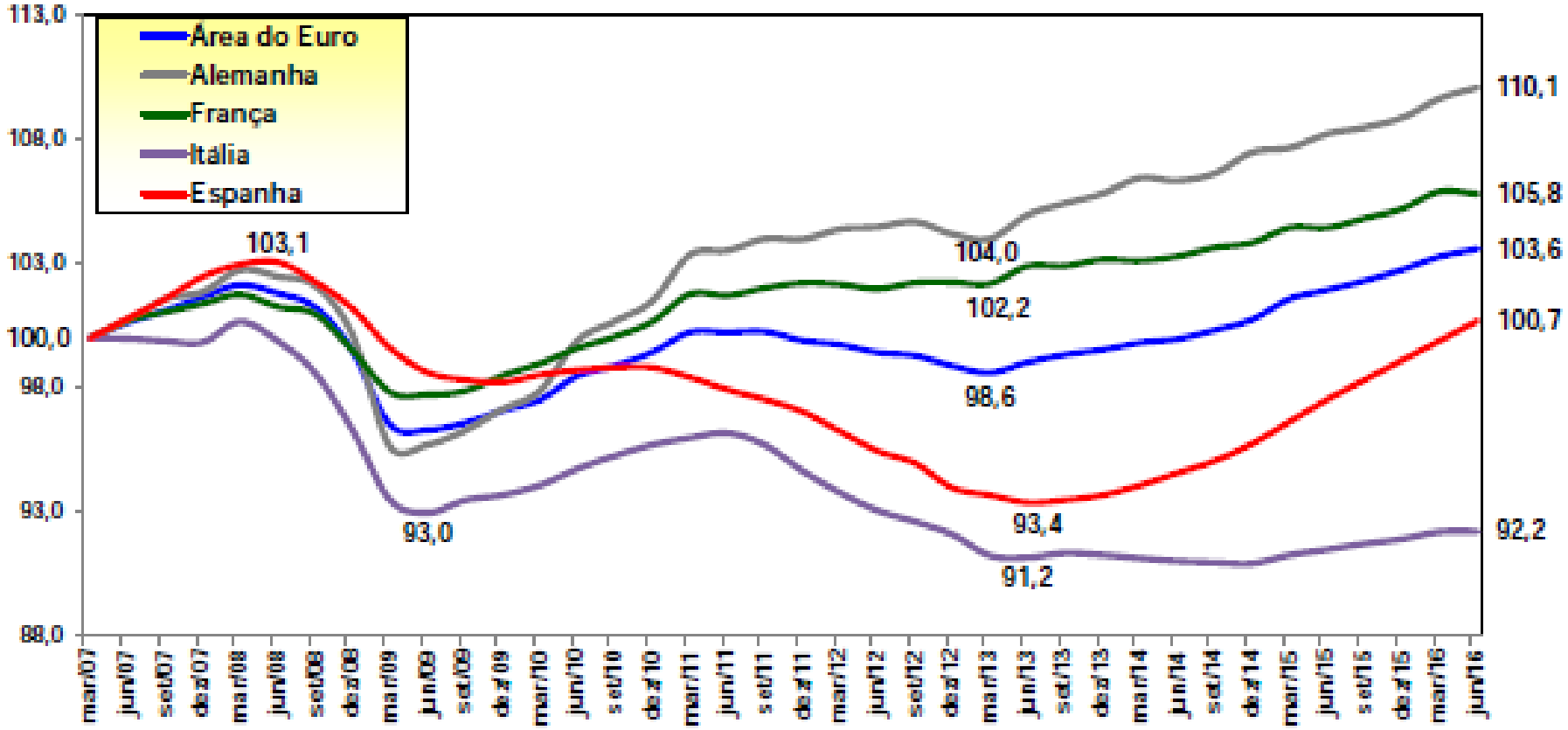
OCDE: PIB do G20 cresce 0,7% no segundo trimestre do ano



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 7 de outubro de 2016

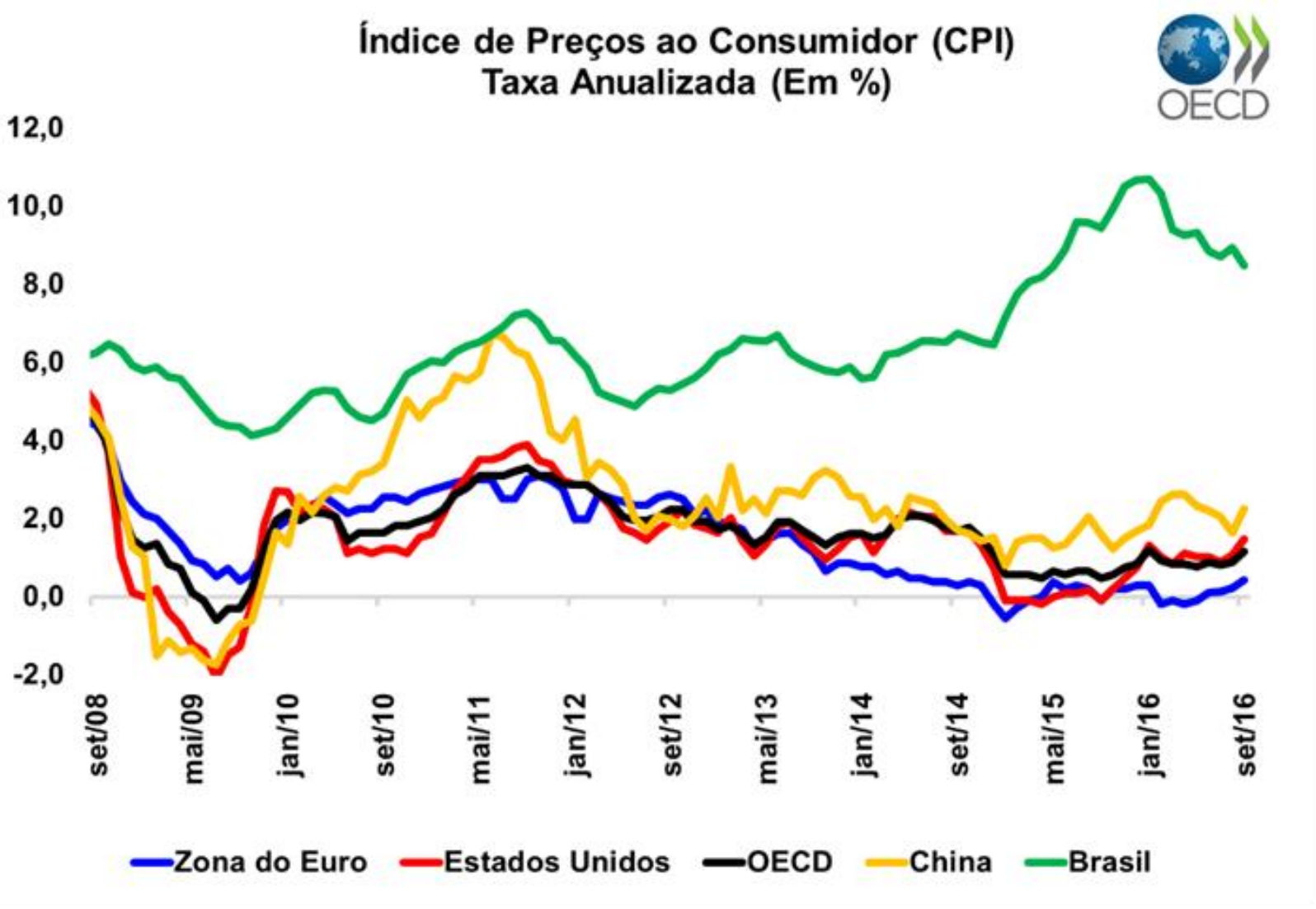
OCDE

PIB da Área do Euro e dos principais países em base 100 (100 = mar/07)



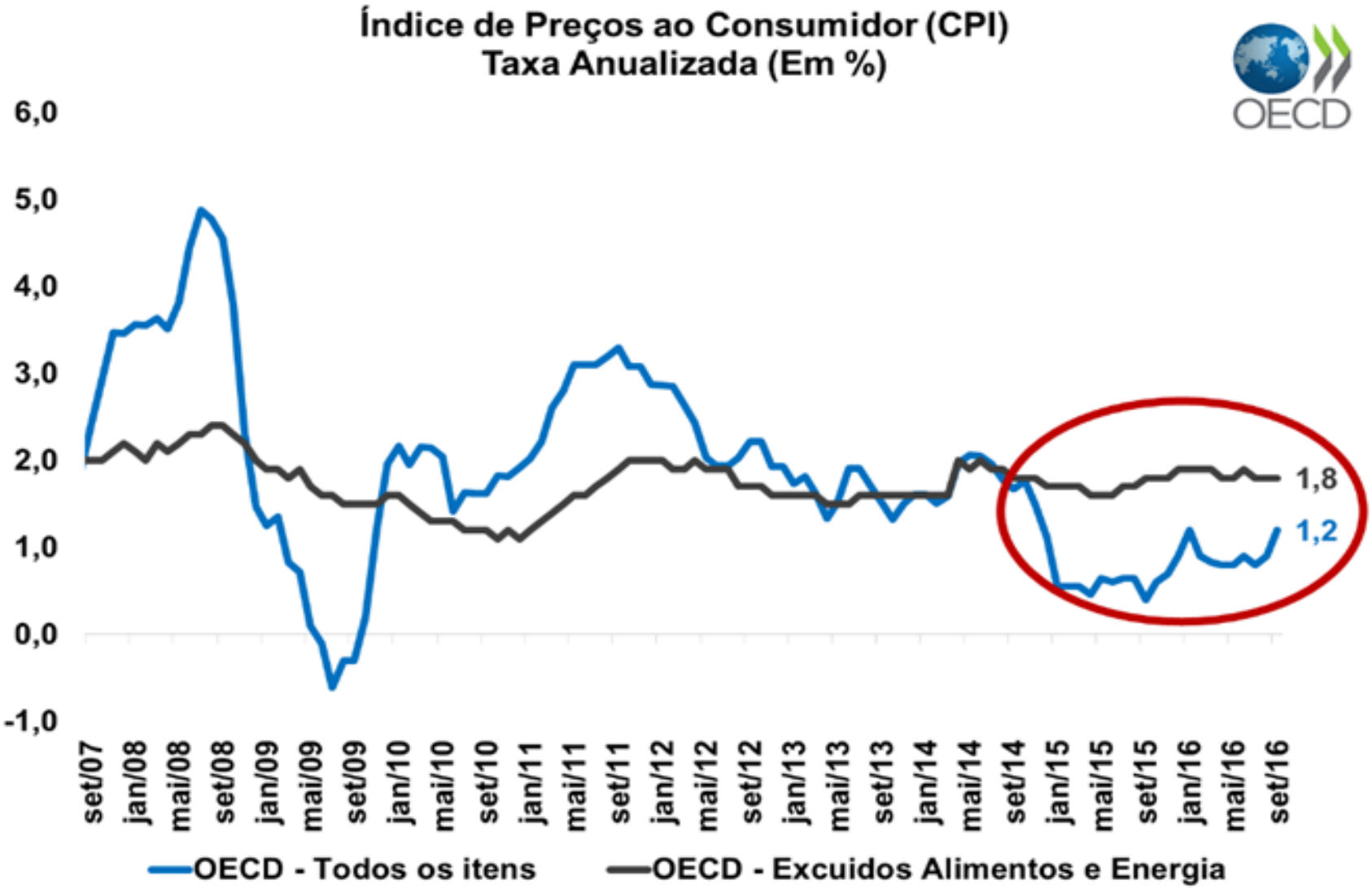
Fonte: Bradesco –outubro de 2016

OCDE



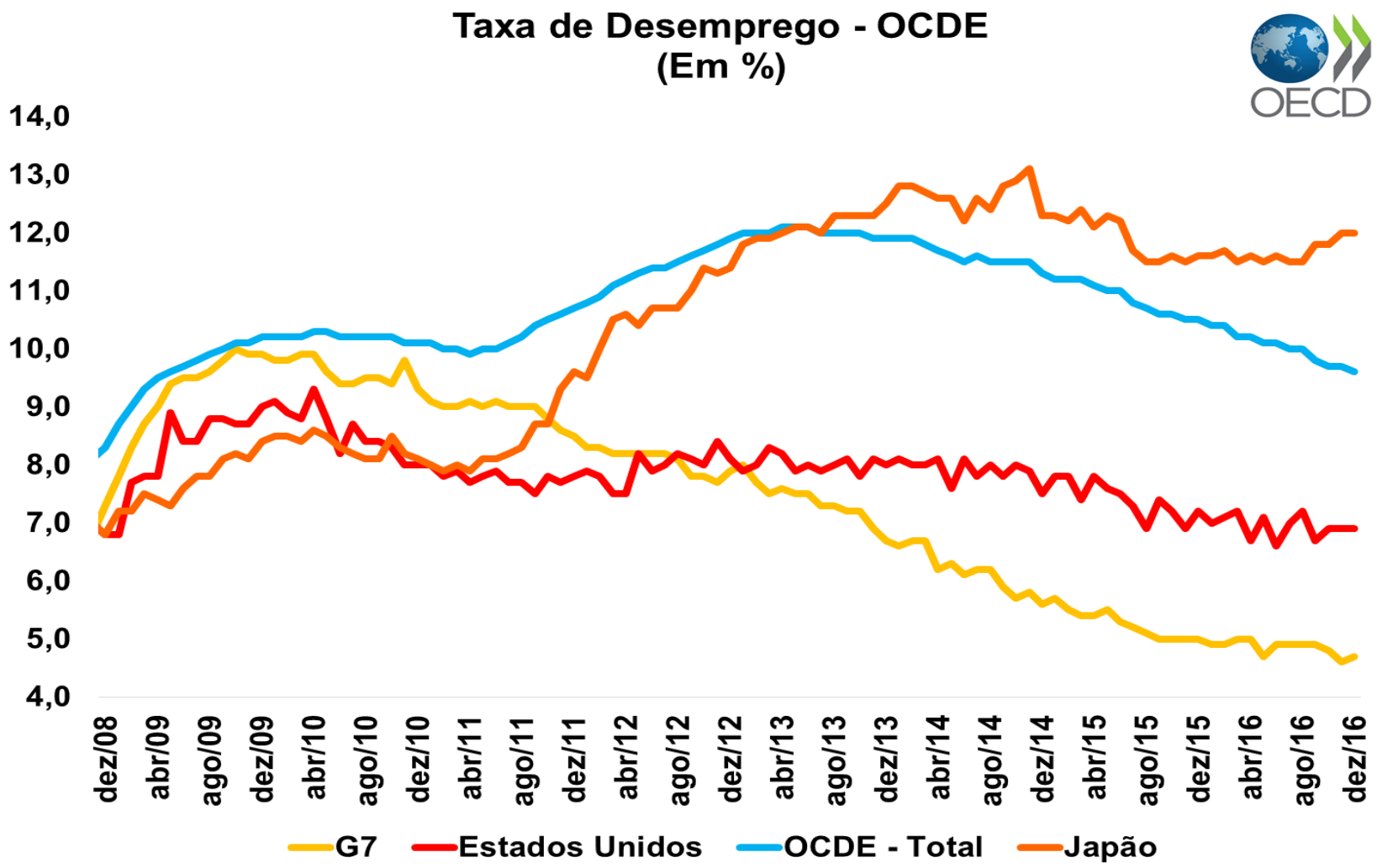
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 4 de outubro de 2016

OCDE



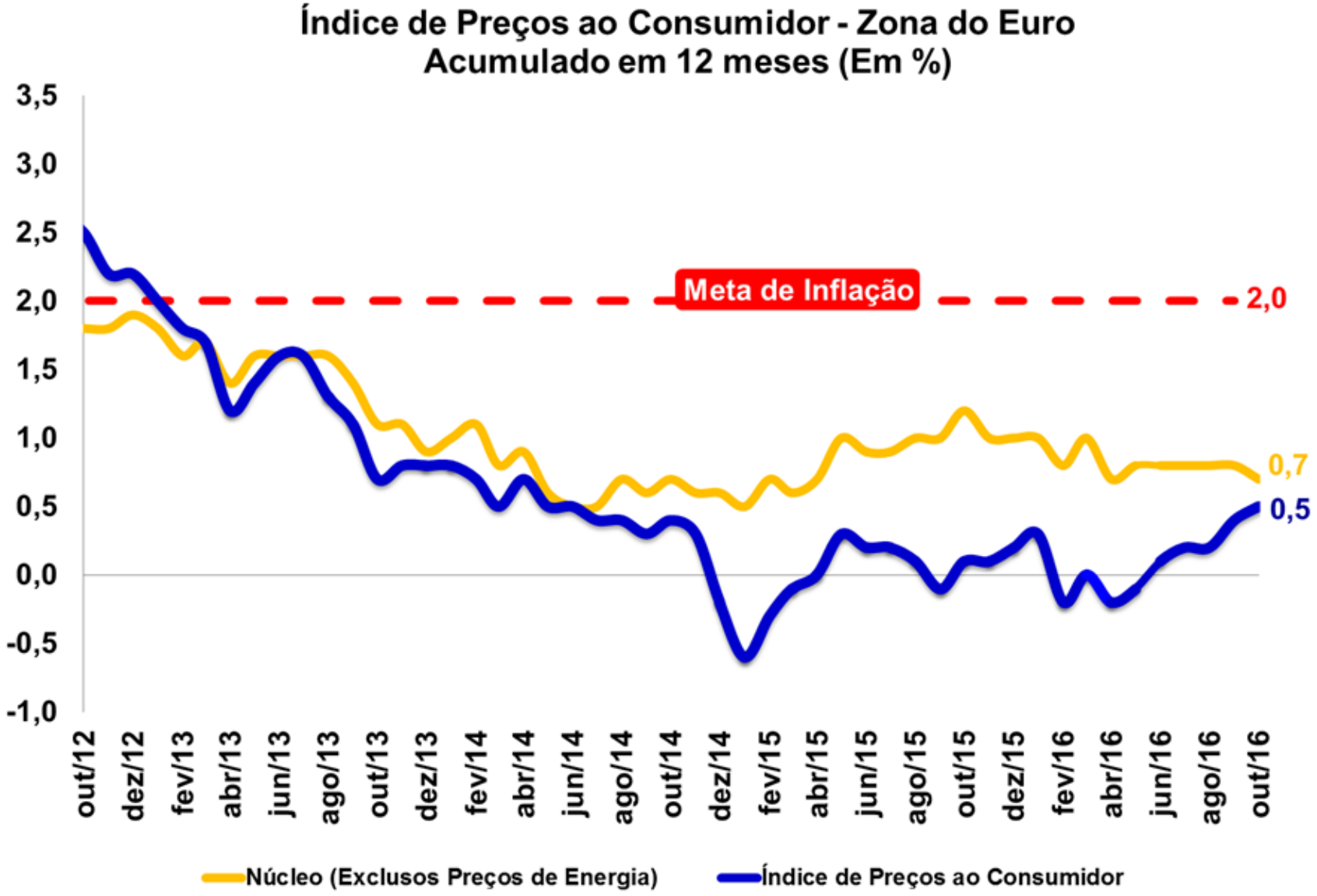
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 4 de outubro de 2016

OCDE



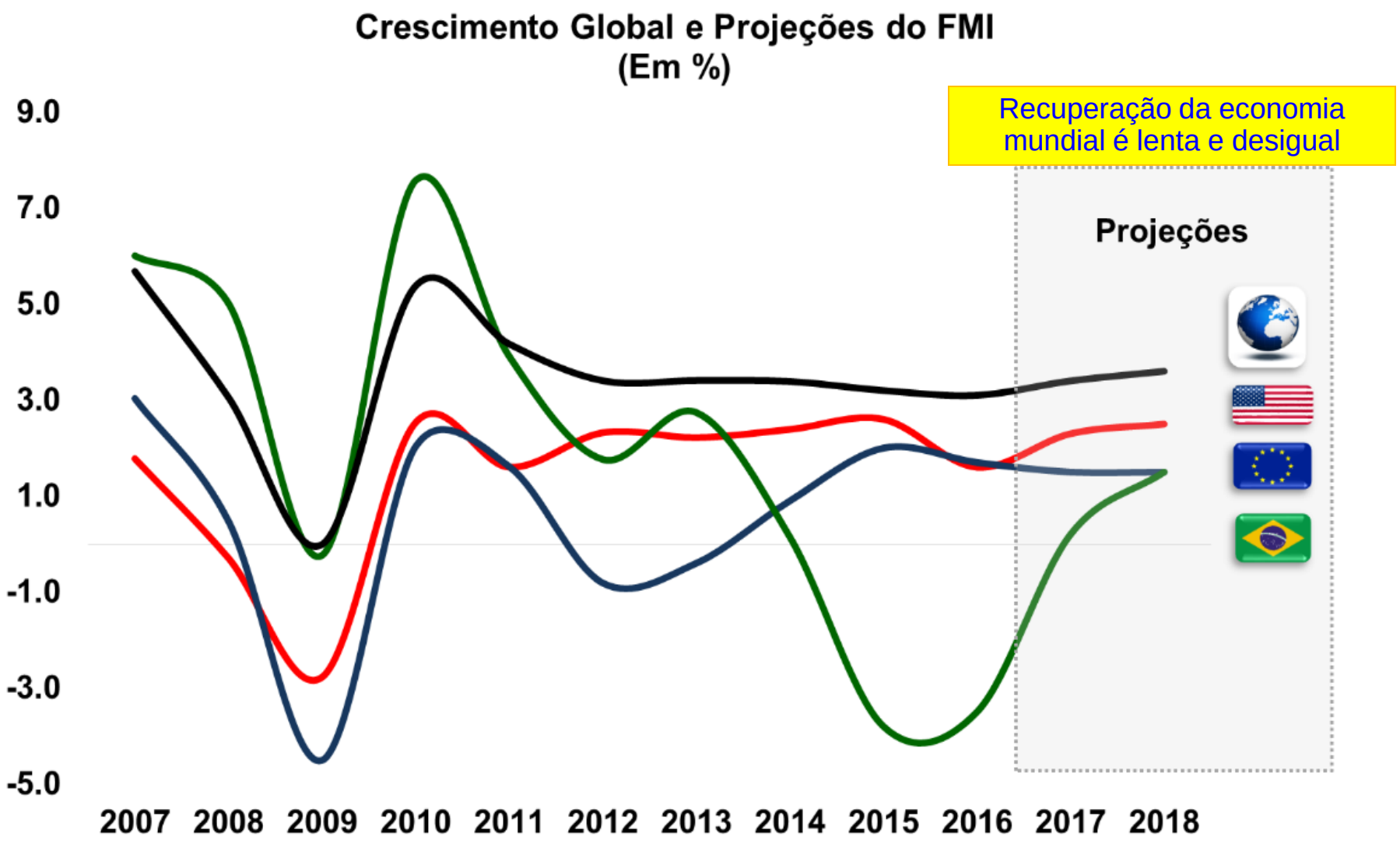
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 10 de fevereiro de 2016

Euro



Fonte: Fiesp., Macro Visão Informativo eletrônico – 17 de novembro de 2016

FMI



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 17 de janeiro de 2017

FMI reduz crescimento esperado para o Brasil em 2017
Nesta terça-feira o FMI (Fundo Monetária Internacional) divulgou suas atualizações de janeiro para o desempenho econômico mundial. O fundo manteve o crescimento esperado para 2017 em 3,4% e de 3,6% para 2018. Enquanto os emergentes crescerão 4,5% em 2017 e 4,8% em 2018, os avançados devem apresentar alta de 1,9% e 2,0% em igual período.

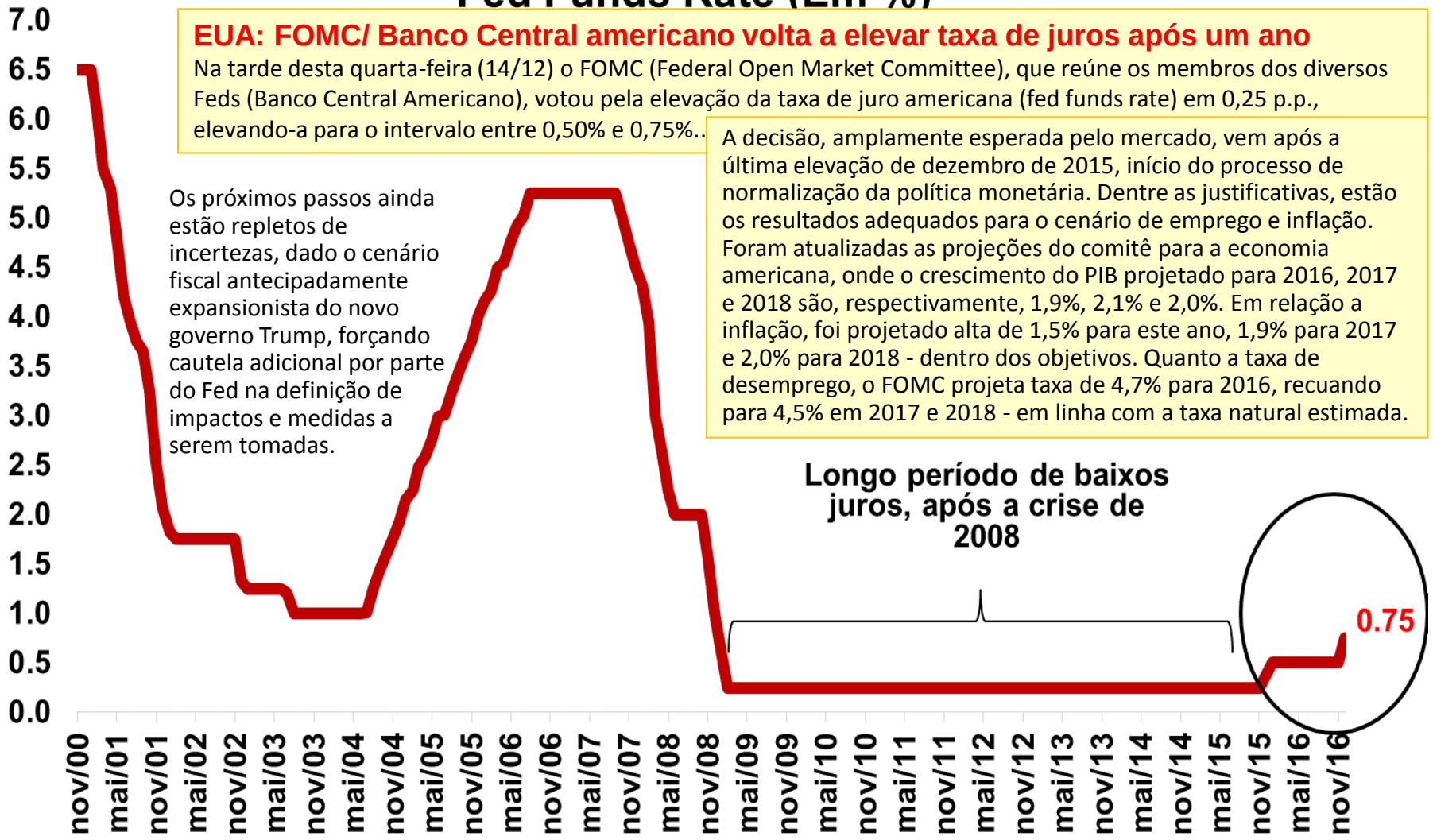
EUA

Taxa de Juros - Estados Unidos
Fed Funds Rate (Em %)

EUA: FOMC/ Banco Central americano volta a elevar taxa de juros após um ano

Na tarde desta quarta-feira (14/12) o FOMC (Federal Open Market Committee), que reúne os membros dos diversos Feds (Banco Central Americano), votou pela elevação da taxa de juro americana (fed funds rate) em 0,25 p.p., elevando-a para o intervalo entre 0,50% e 0,75%..

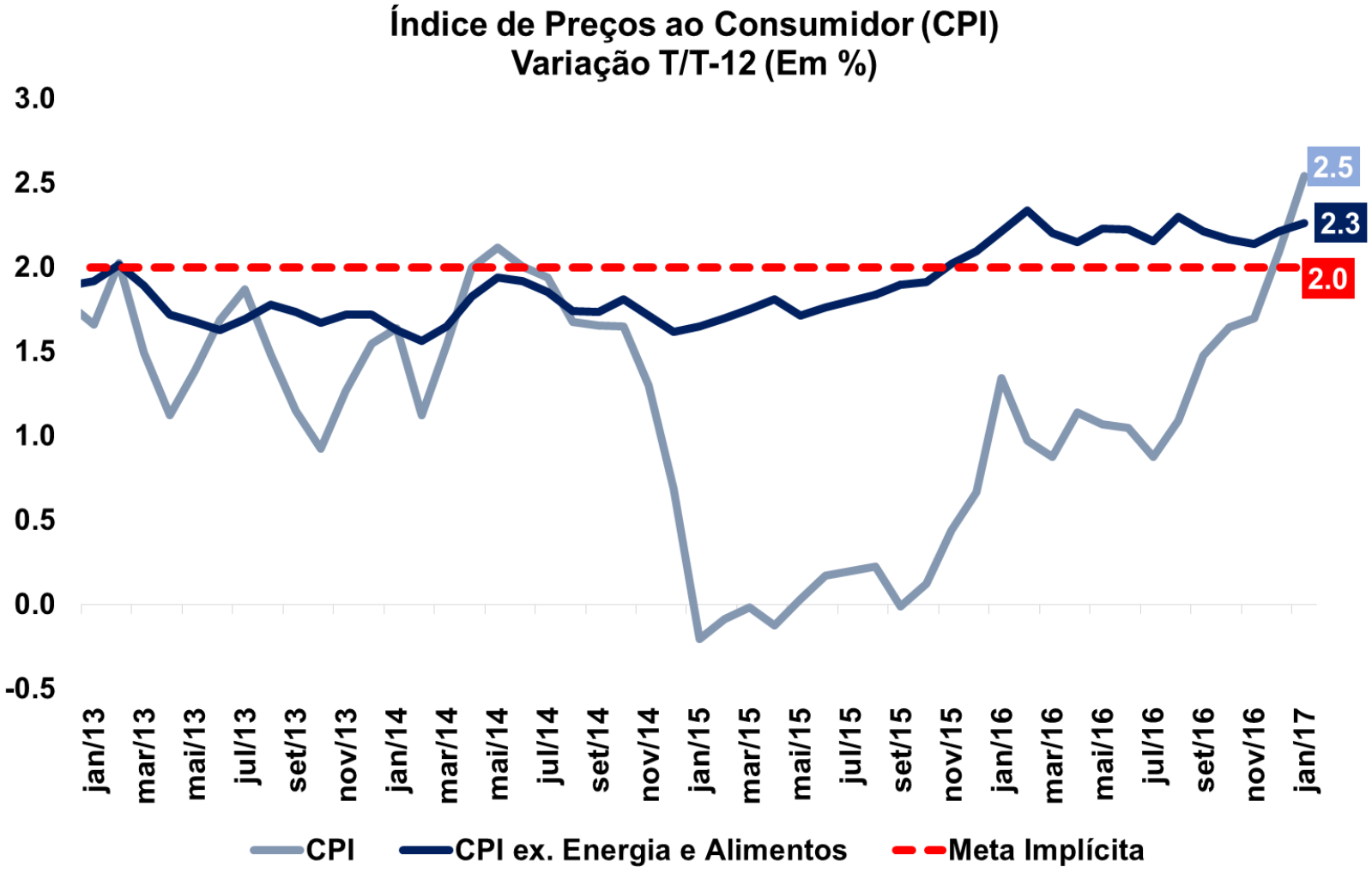
A decisão, amplamente esperada pelo mercado, vem após a última elevação de dezembro de 2015, início do processo de normalização da política monetária. Dentre as justificativas, estão os resultados adequados para o cenário de emprego e inflação. Foram atualizadas as projeções do comitê para a economia americana, onde o crescimento do PIB projetado para 2016, 2017 e 2018 são, respectivamente, 1,9%, 2,1% e 2,0%. Em relação a inflação, foi projetado alta de 1,5% para este ano, 1,9% para 2017 e 2,0% para 2018 - dentro dos objetivos. Quanto a taxa de desemprego, o FOMC projeta taxa de 4,7% para 2016, recuando para 4,5% em 2017 e 2018 - em linha com a taxa natural estimada.



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 15 de dezembro de 2016

EUA

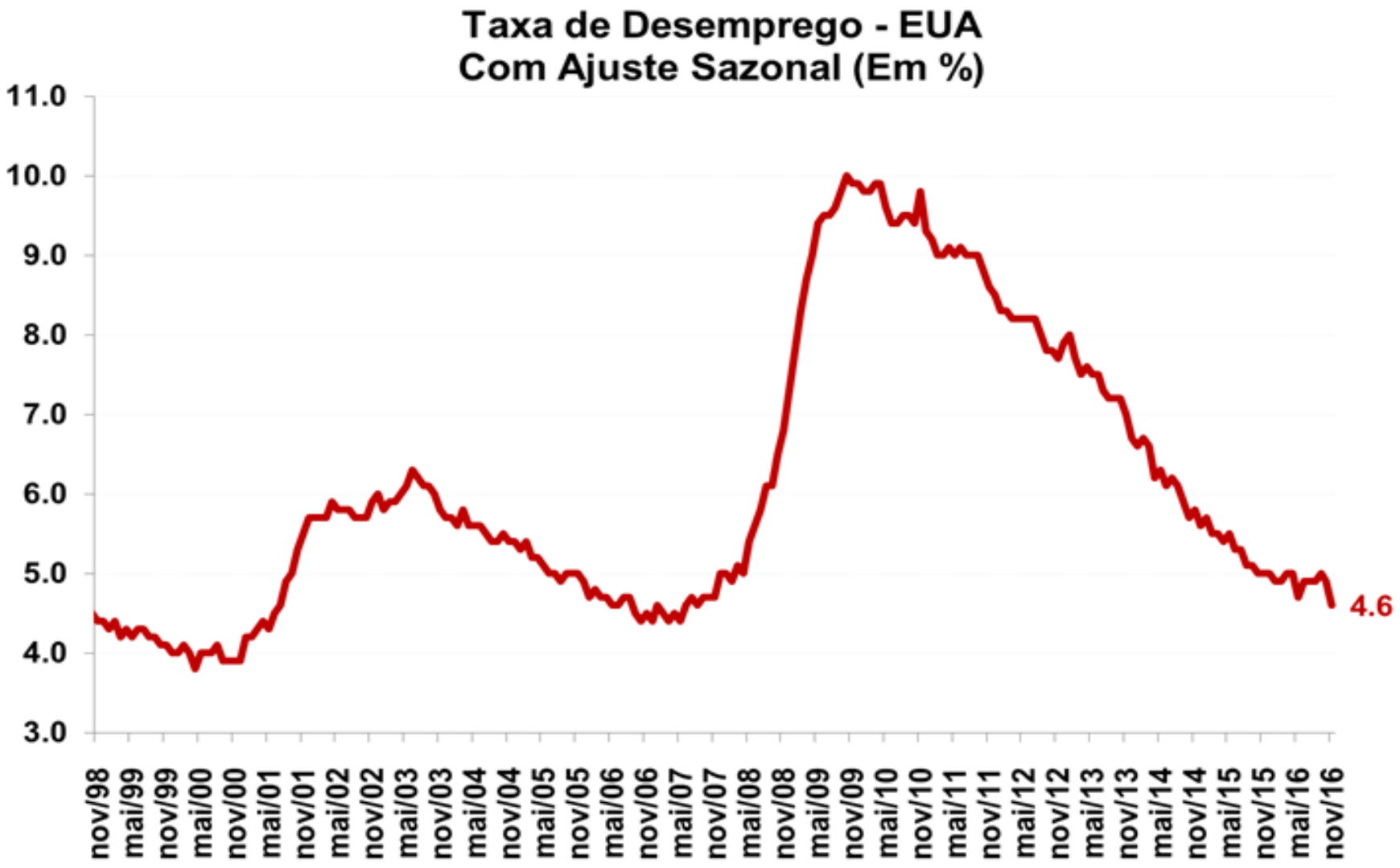
EUA: Inflação americana encerra 2016 em 2,1% e jan/17 está 2,3



Fonte: Fiesp Macro Visão. Informativo eletrônico – 17 de fevereiro de 2017

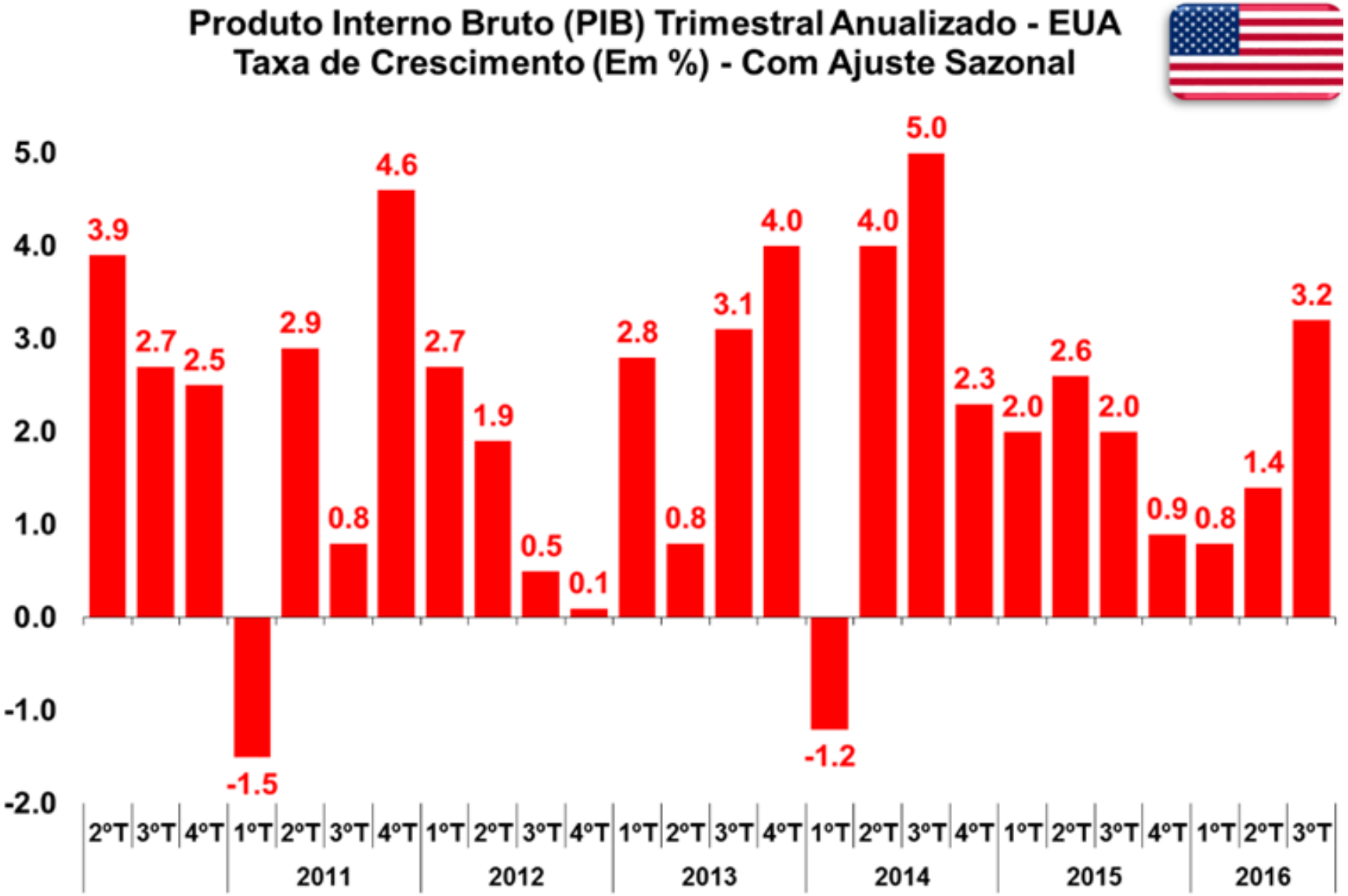
EUA

EUA: Taxa de desemprego atinge o menor nível desde agosto de 2007



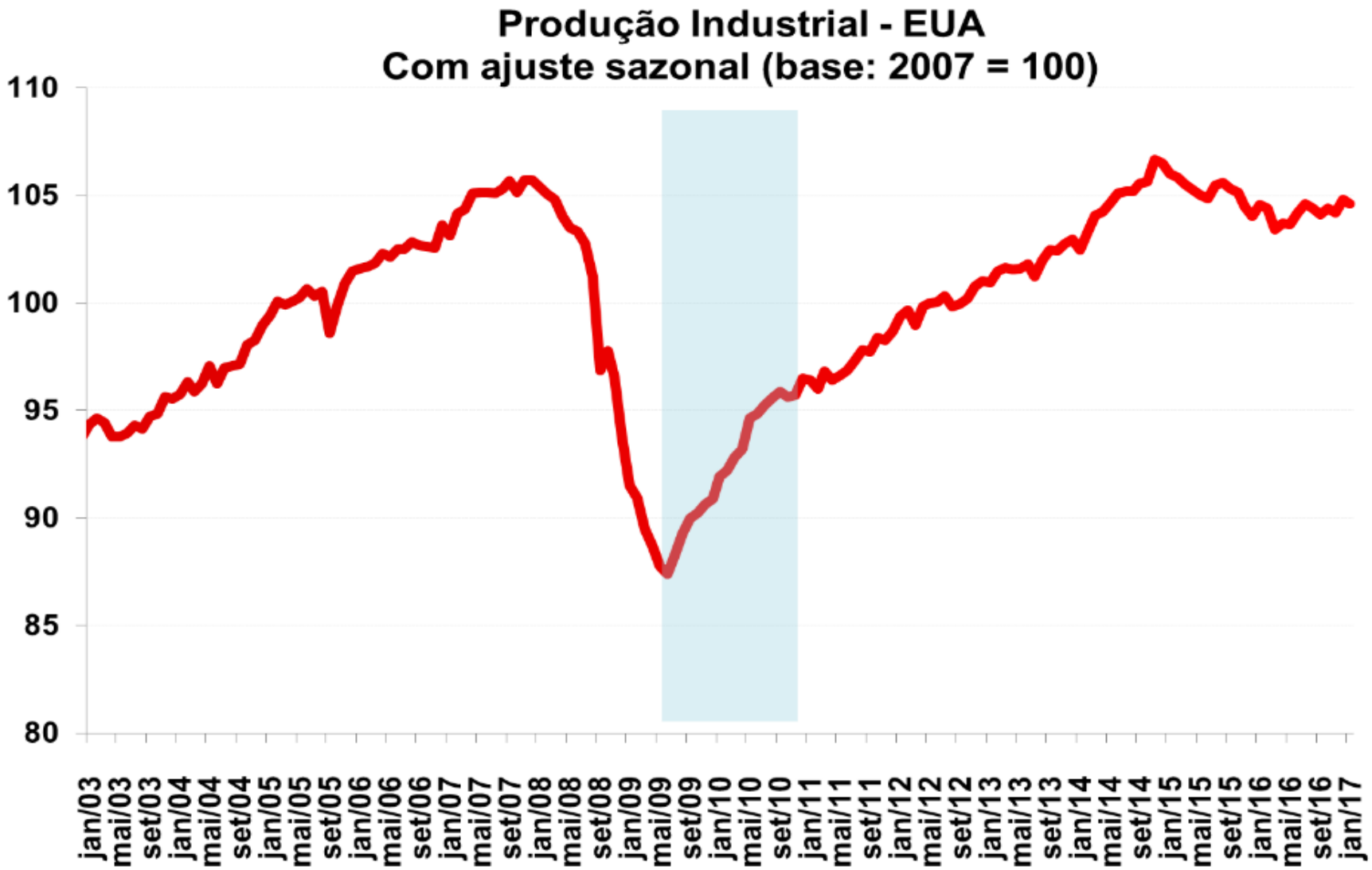
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 5 de dezembro de 2016

EUA



Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 01 de dezembro de 2016

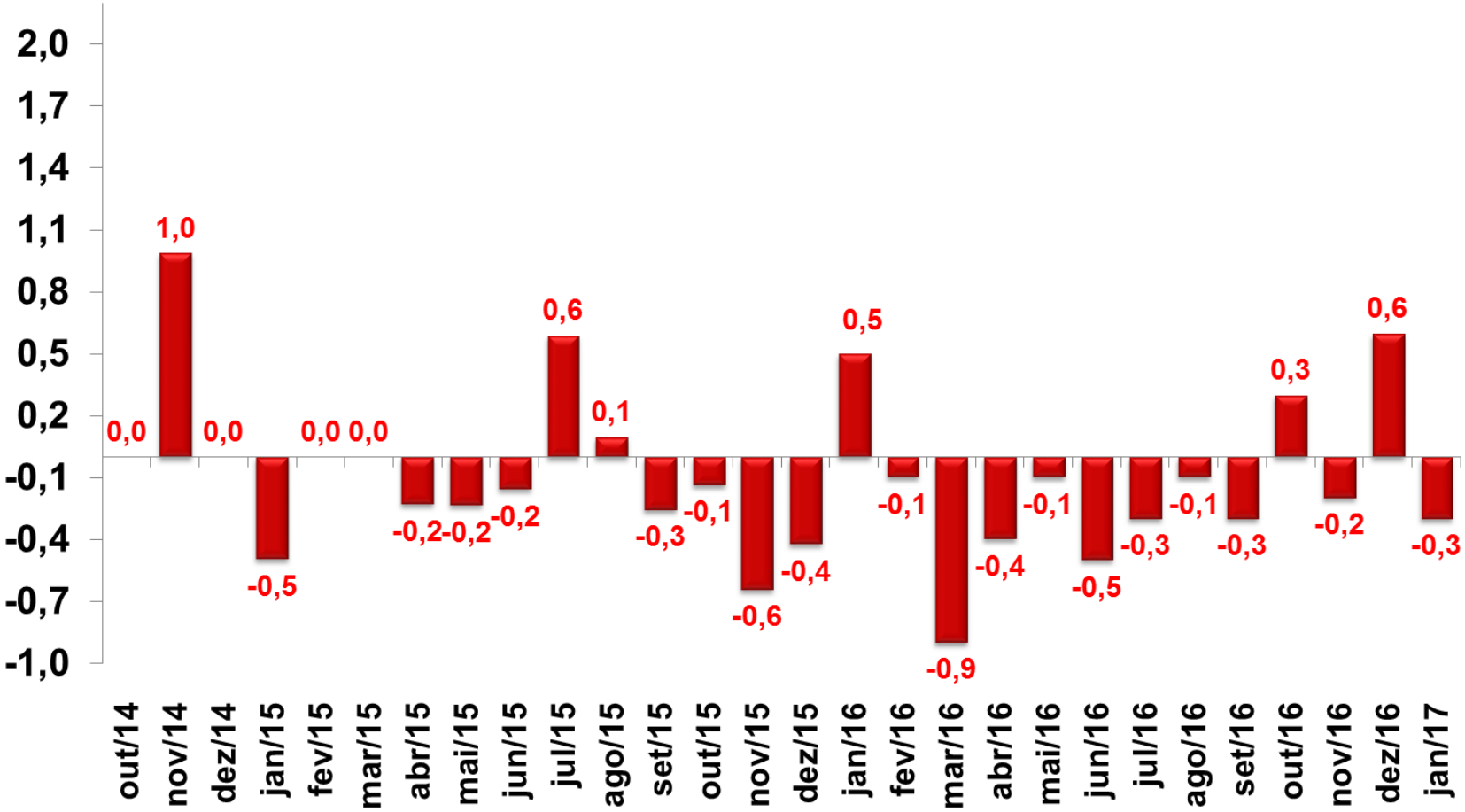
EUA



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2016

EUA

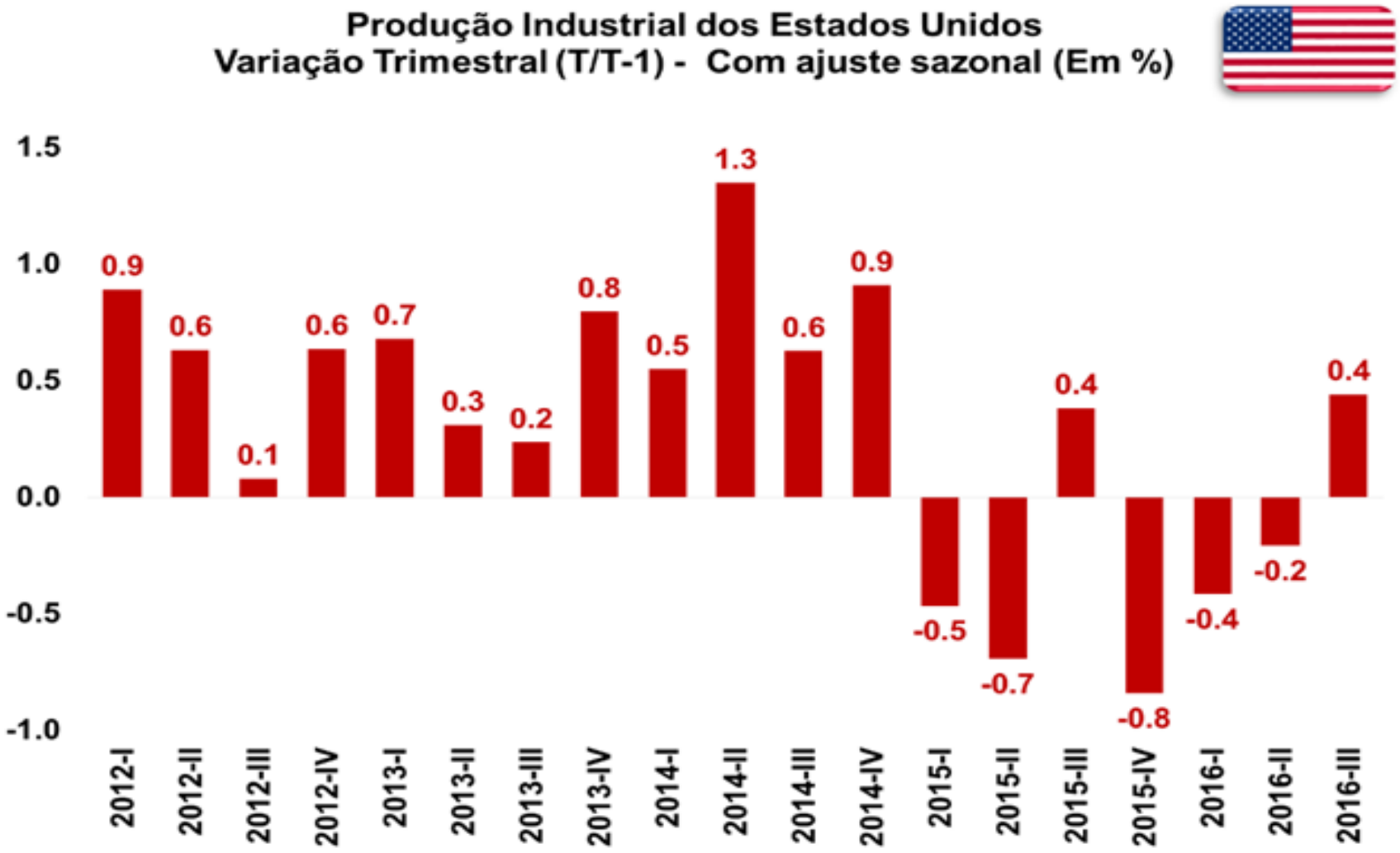
Produção Industrial - EUA
Variação Mensal (Em %) - Com Ajuste Sazonal



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 16 de fevereiro de 2016

EUA

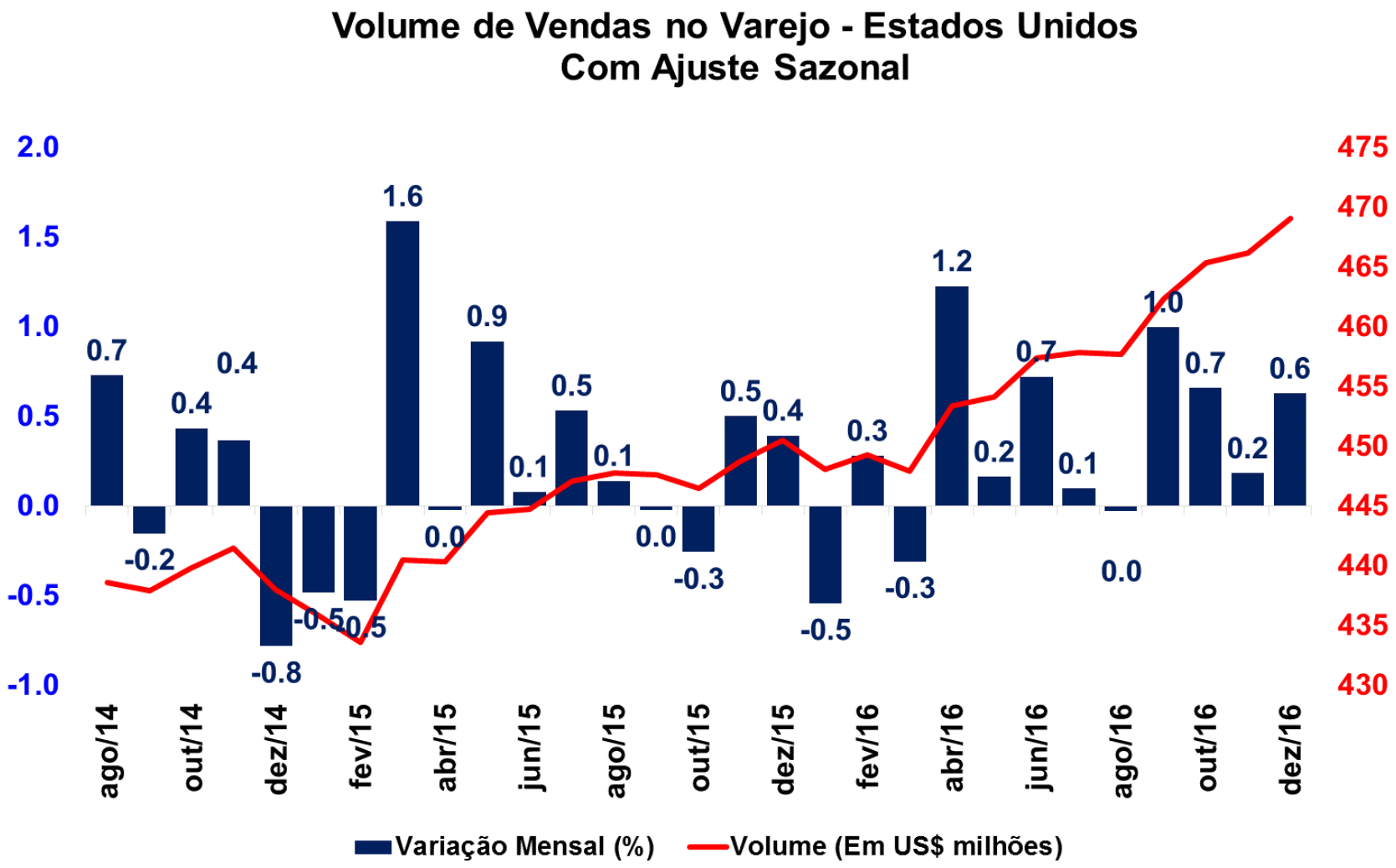
EUA: PIB cresce 0,4% no terceiro trimestre



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 18 de outubro de 2016

EUA

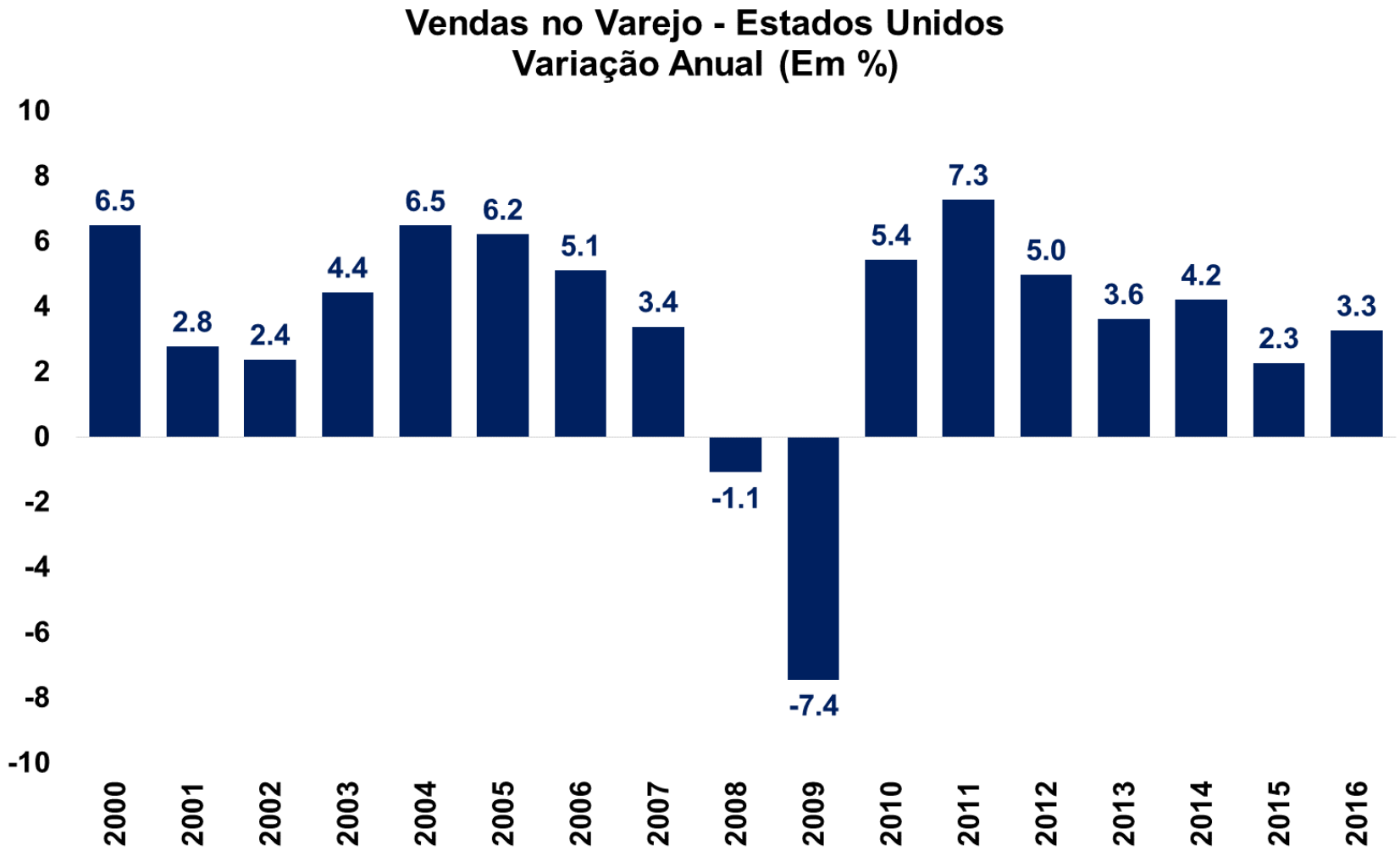
EUA: vendas no varejo crescem 0,6% em dezembro



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de janeiro de 2017

EUA

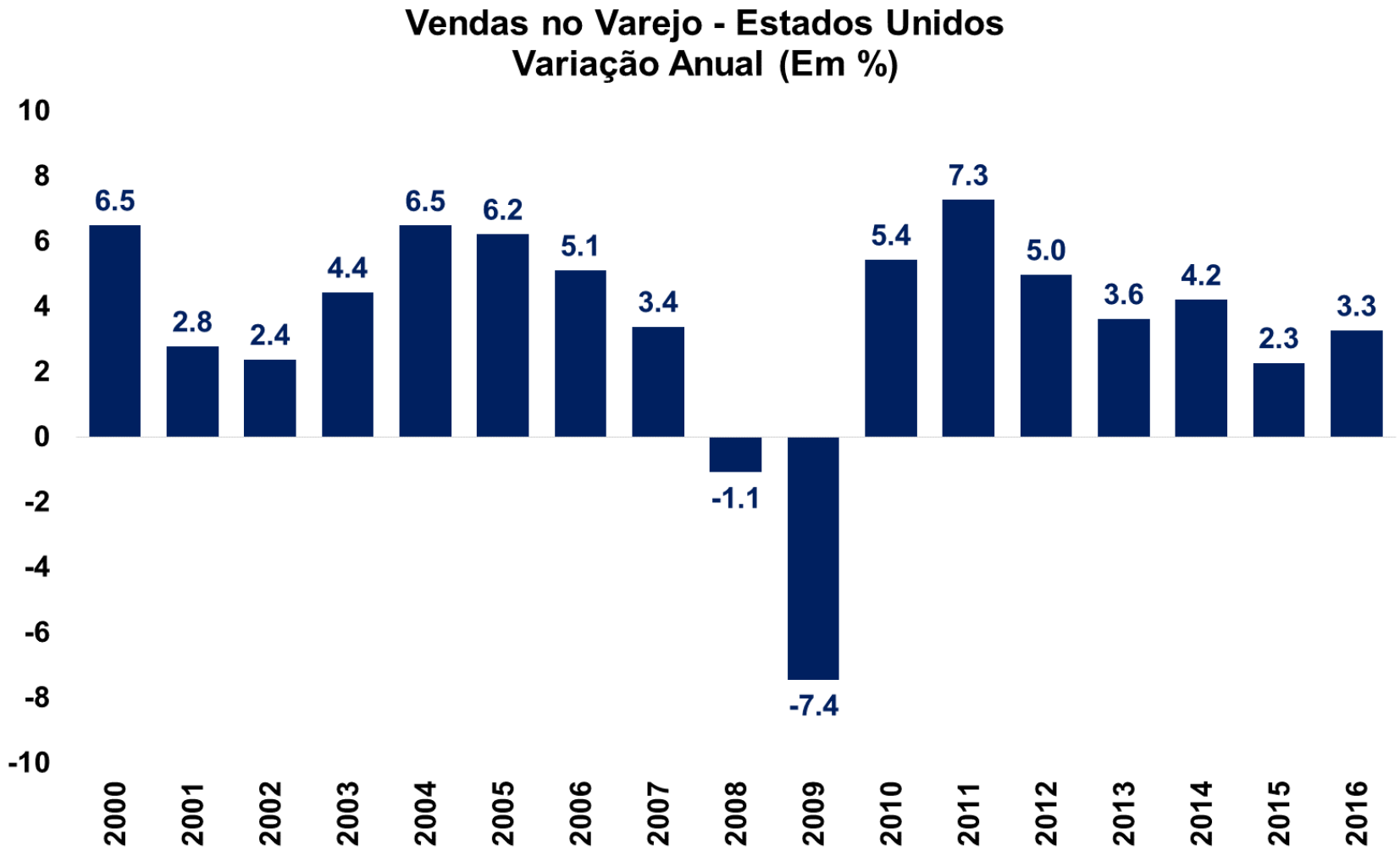
EUA: varejo americano avançou 3,3% em 2016



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de janeiro de 2017

EUA

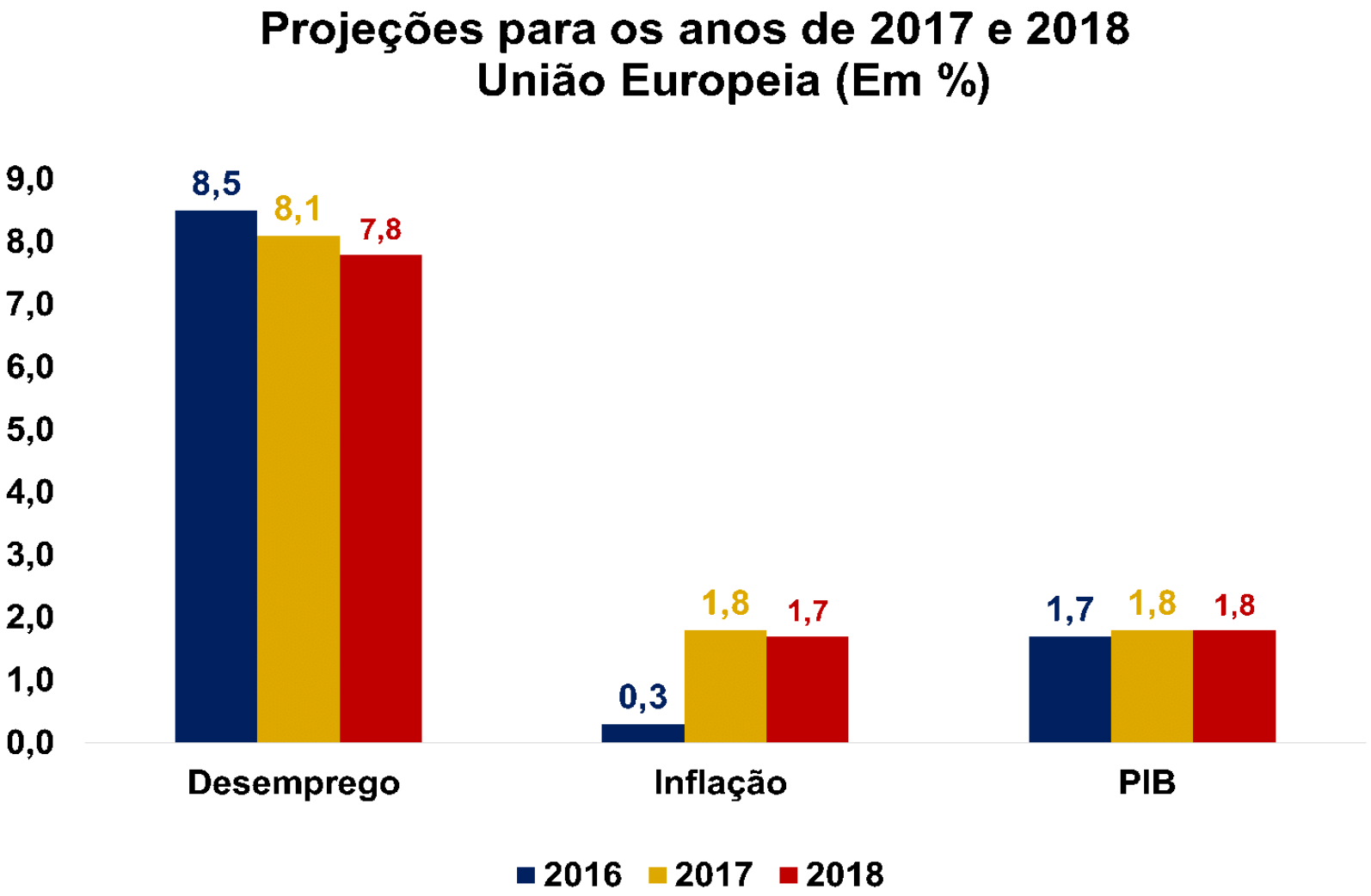
EUA: varejo americano avançou 3,3% em 2016



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 16 de janeiro de 2017

Euro

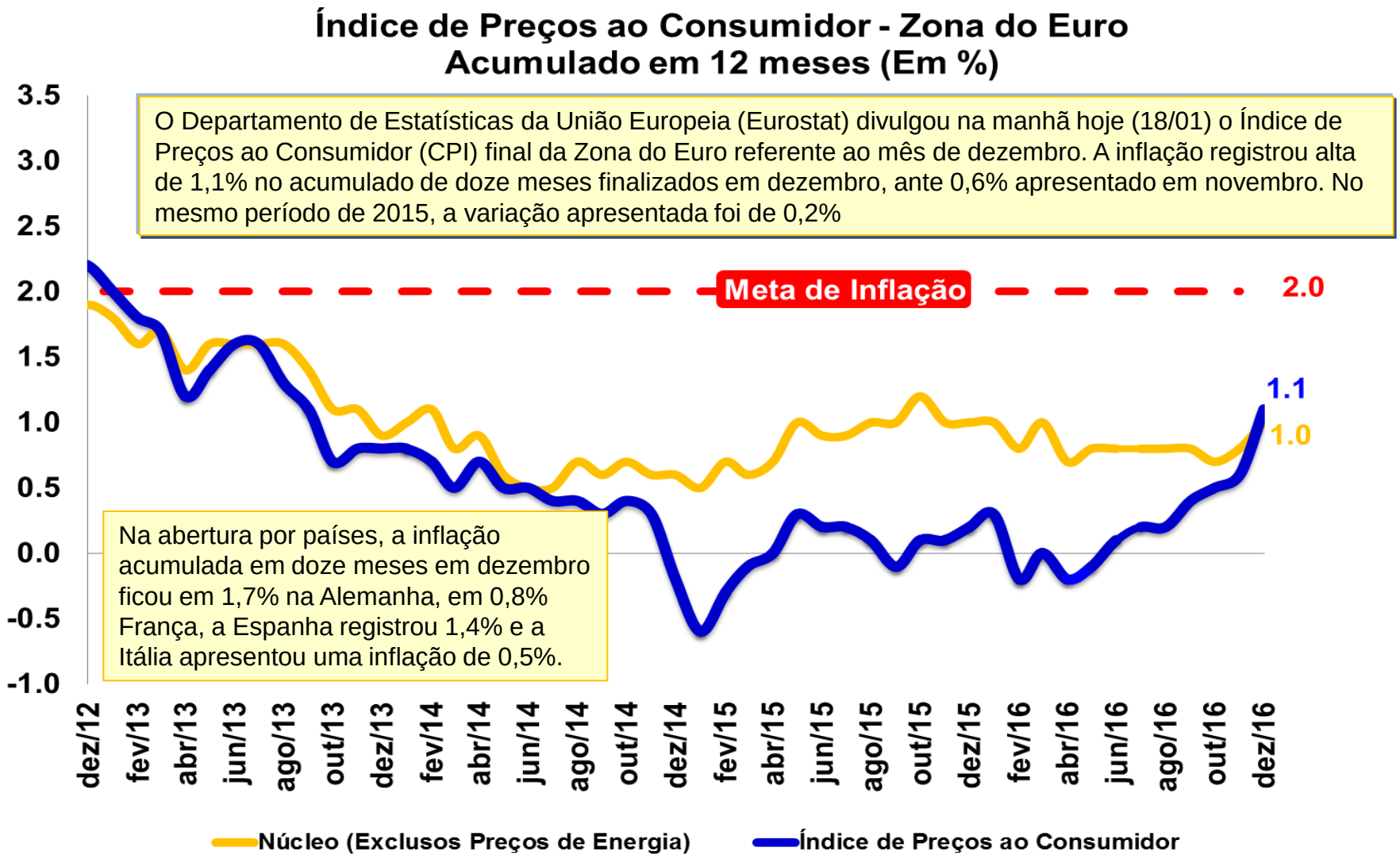
Zona do Euro: Inflação encerra 2016 em 1,1%



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 13 de fevereiro de 2017

Euro

Zona do Euro: Inflação encerra 2016 em 1,1%



O Departamento de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) divulgou na manhã hoje (18/01) o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) final da Zona do Euro referente ao mês de dezembro. A inflação registrou alta de 1,1% no acumulado de doze meses finalizados em dezembro, ante 0,6% apresentado em novembro. No mesmo período de 2015, a variação apresentada foi de 0,2%

Na abertura por países, a inflação acumulada em doze meses em dezembro ficou em 1,7% na Alemanha, em 0,8% França, a Espanha registrou 1,4% e a Itália apresentou uma inflação de 0,5%.

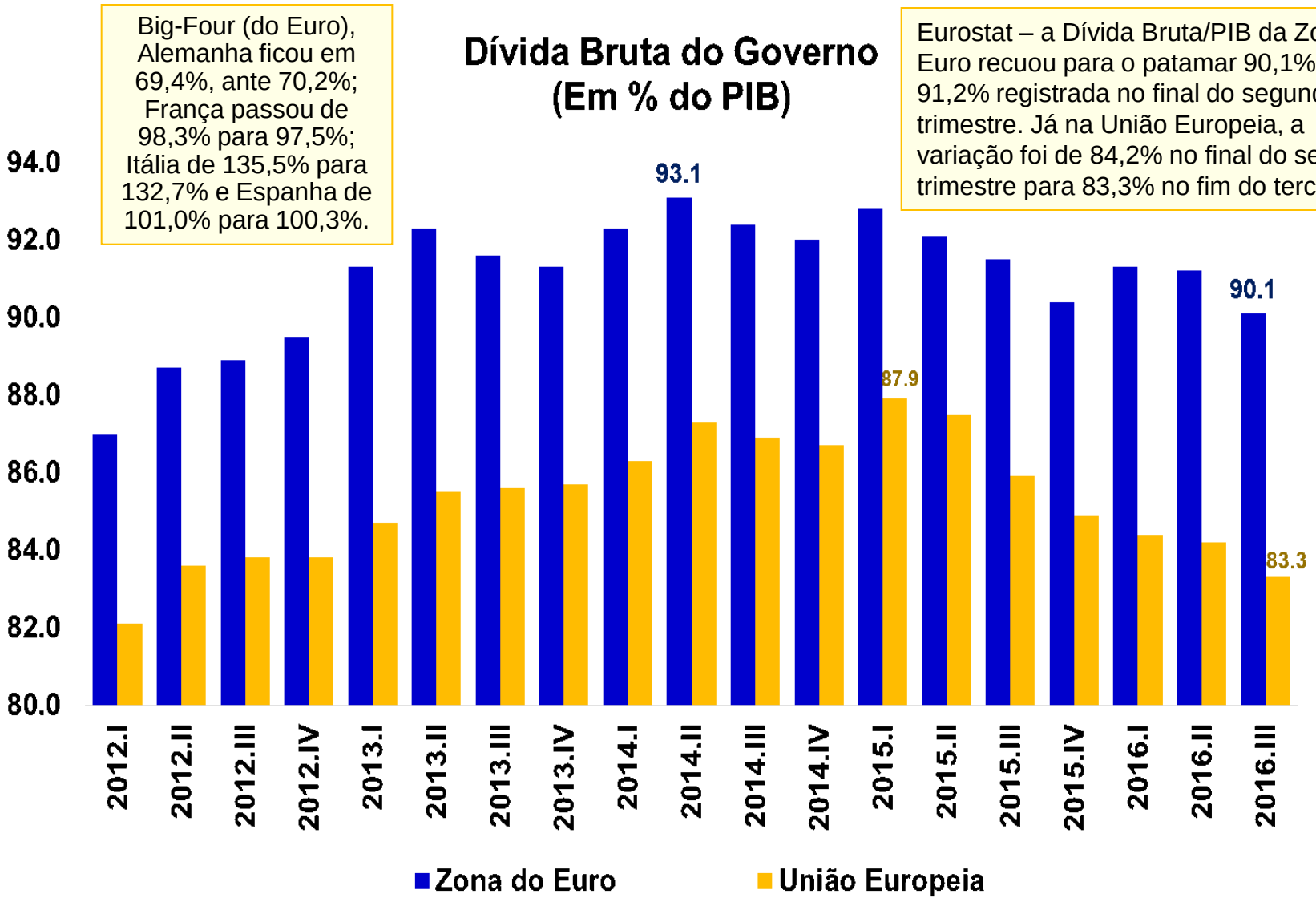
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 18 de janeiro de 2017

Euro

Zona do Euro: Dívida Bruta recua para 90,1% do PIB no terceiro trimestre

Big-Four (do Euro), Alemanha ficou em 69,4%, ante 70,2%; França passou de 98,3% para 97,5%; Itália de 135,5% para 132,7% e Espanha de 101,0% para 100,3%.

Eurostat – a Dívida Bruta/PIB da Zona do Euro recuou para o patamar 90,1%, ante 91,2% registrada no final do segundo trimestre. Já na União Europeia, a variação foi de 84,2% no final do segundo trimestre para 83,3% no fim do terceiro.

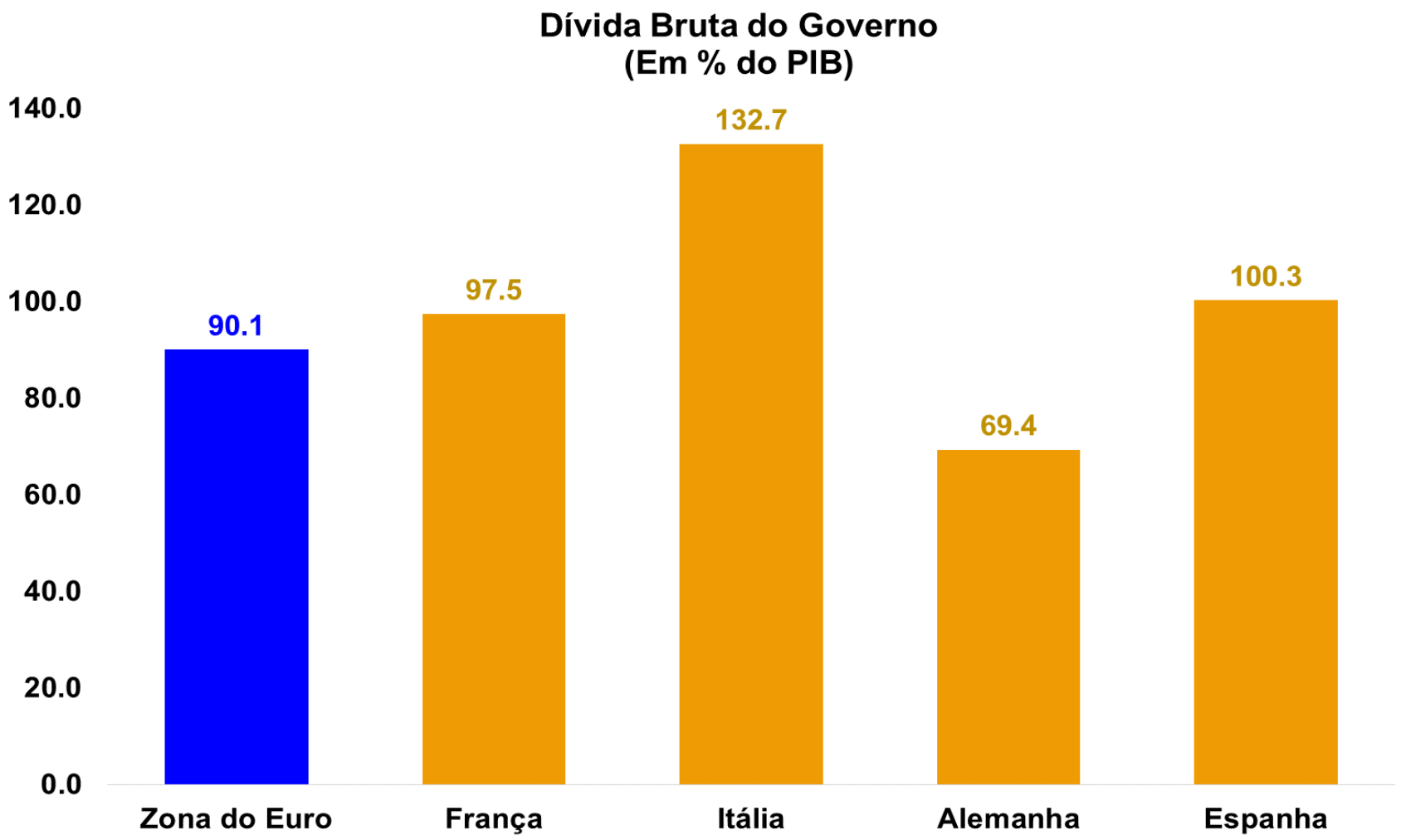


Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 22 de janeiro de 2017

Euro

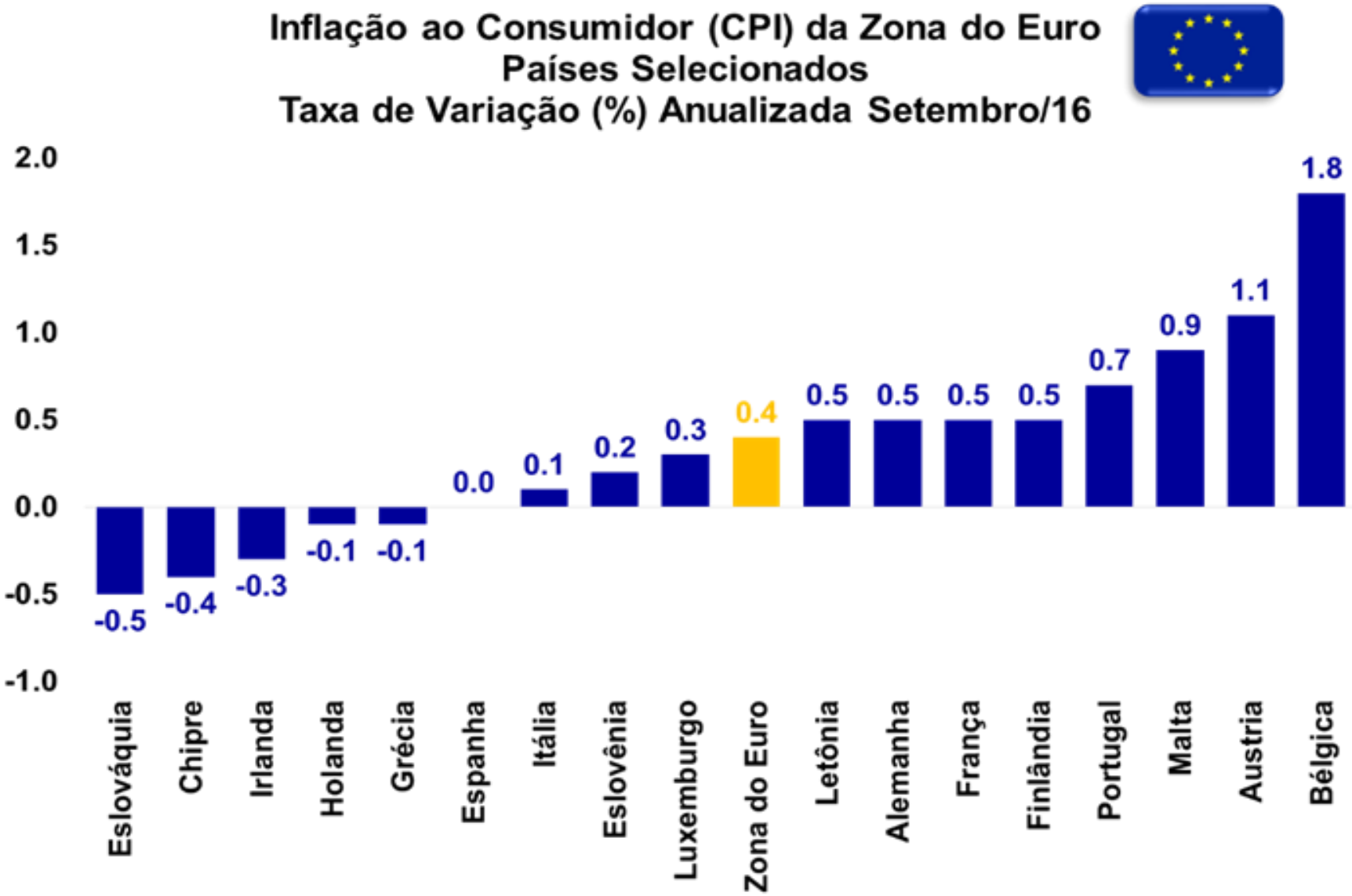
Zona do Euro: Dívida Bruta recua para 90,1% do PIB no terceiro trimestre

Big-Four (do Euro), Alemanha ficou em 69,4%, ante 70,2%; França passou de 98,3% para 97,5%; Itália de 135,5% para 132,7% e Espanha de 101,0% para 100,3%.



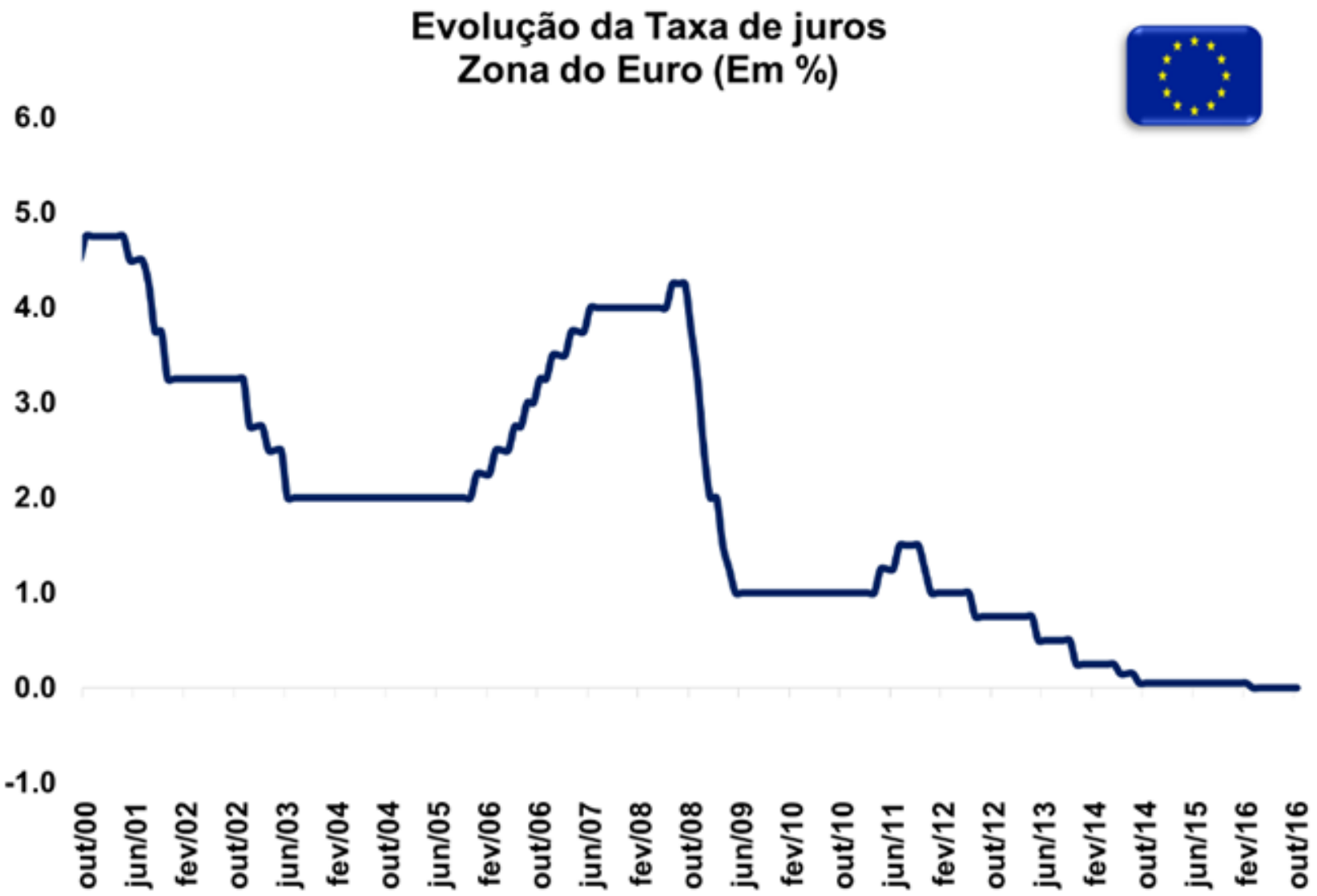
Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 22 de janeiro de 2017

Euro



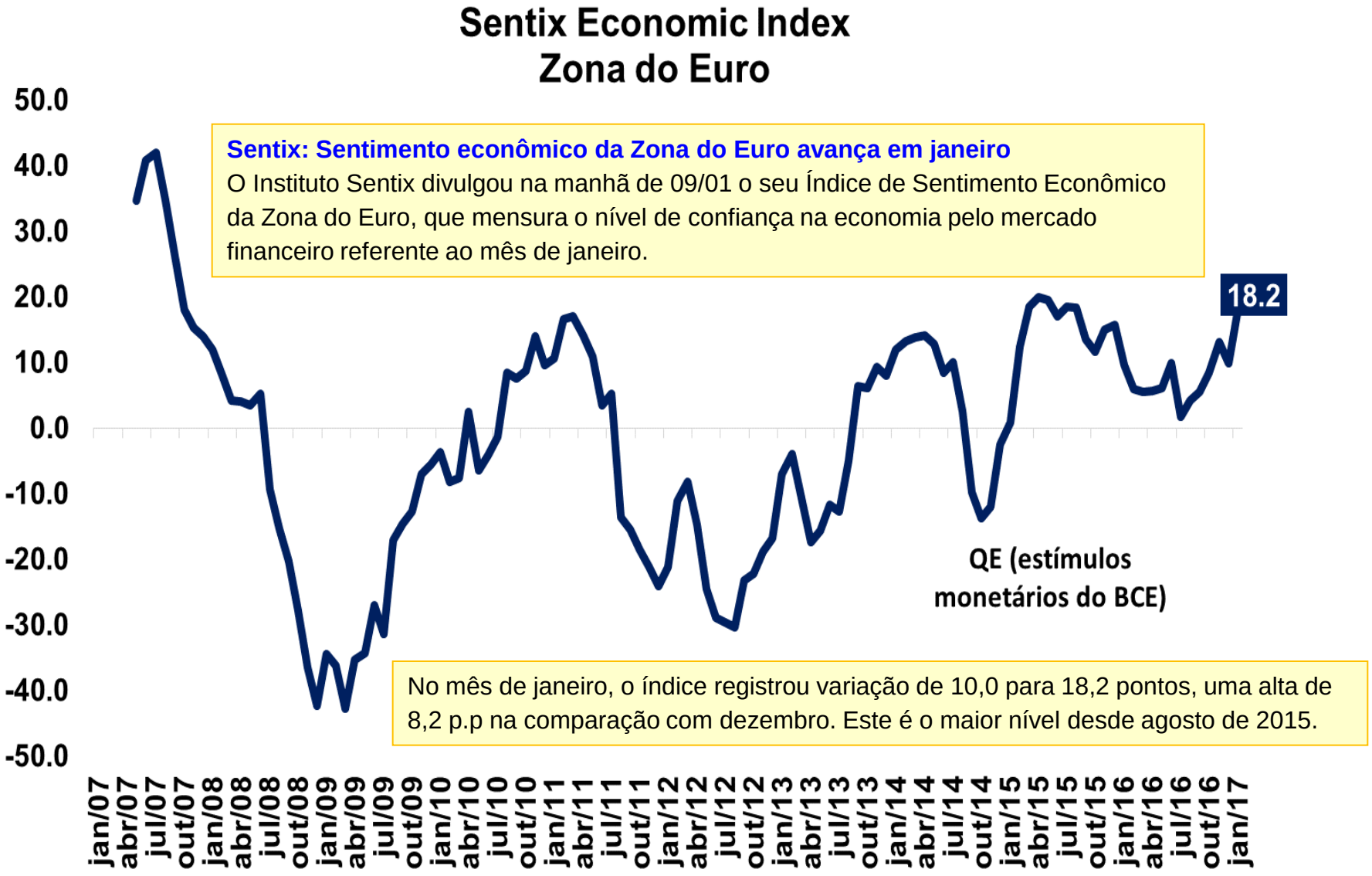
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 17 de outubro de 2016

Euro



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 21 de outubro de 2016

Euro



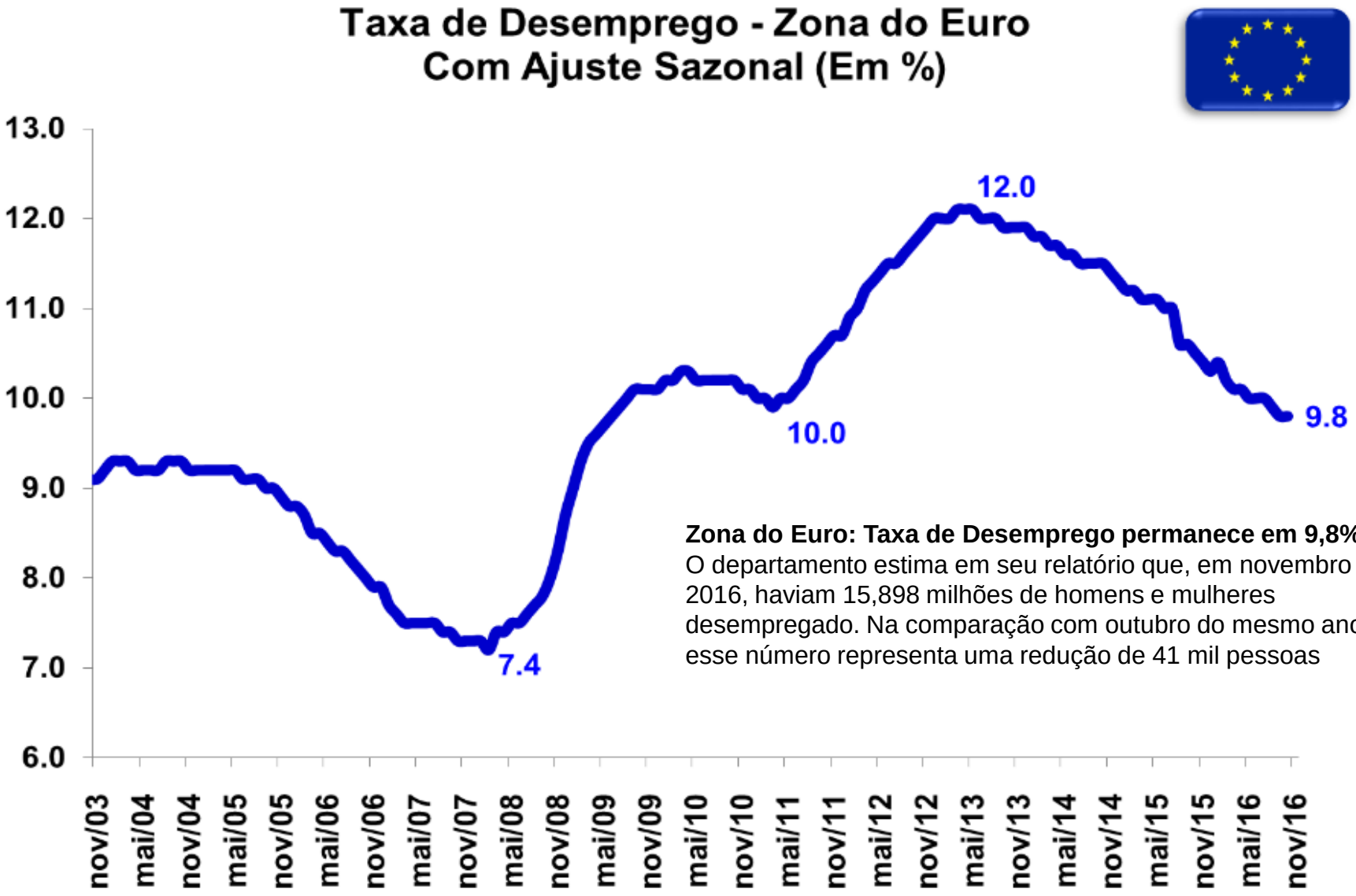
Sentix: Sentimento econômico da Zona do Euro avança em janeiro

O Instituto Sentix divulgou na manhã de 09/01 o seu Índice de Sentimento Econômico da Zona do Euro, que mensura o nível de confiança na economia pelo mercado financeiro referente ao mês de janeiro.

No mês de janeiro, o índice registrou variação de 10,0 para 18,2 pontos, uma alta de 8,2 p.p na comparação com dezembro. Este é o maior nível desde agosto de 2015.

Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 9 de janeiro de 2017

Euro



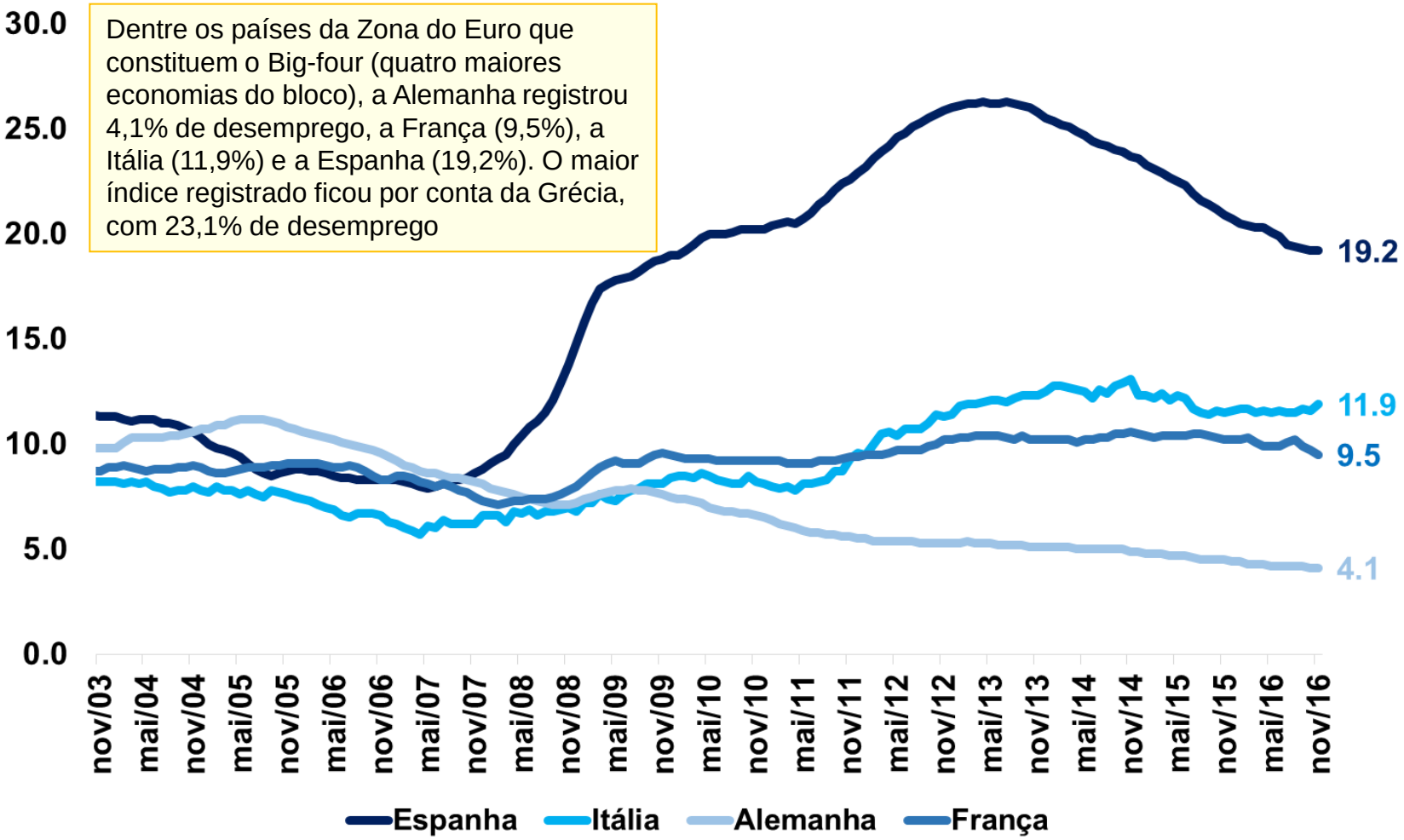
Zona do Euro: Taxa de Desemprego permanece em 9,8%
O departamento estima em seu relatório que, em novembro de 2016, haviam 15,898 milhões de homens e mulheres desempregado. Na comparação com outubro do mesmo ano, esse número representa uma redução de 41 mil pessoas

Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 09 de janeiro de 2017

Euro

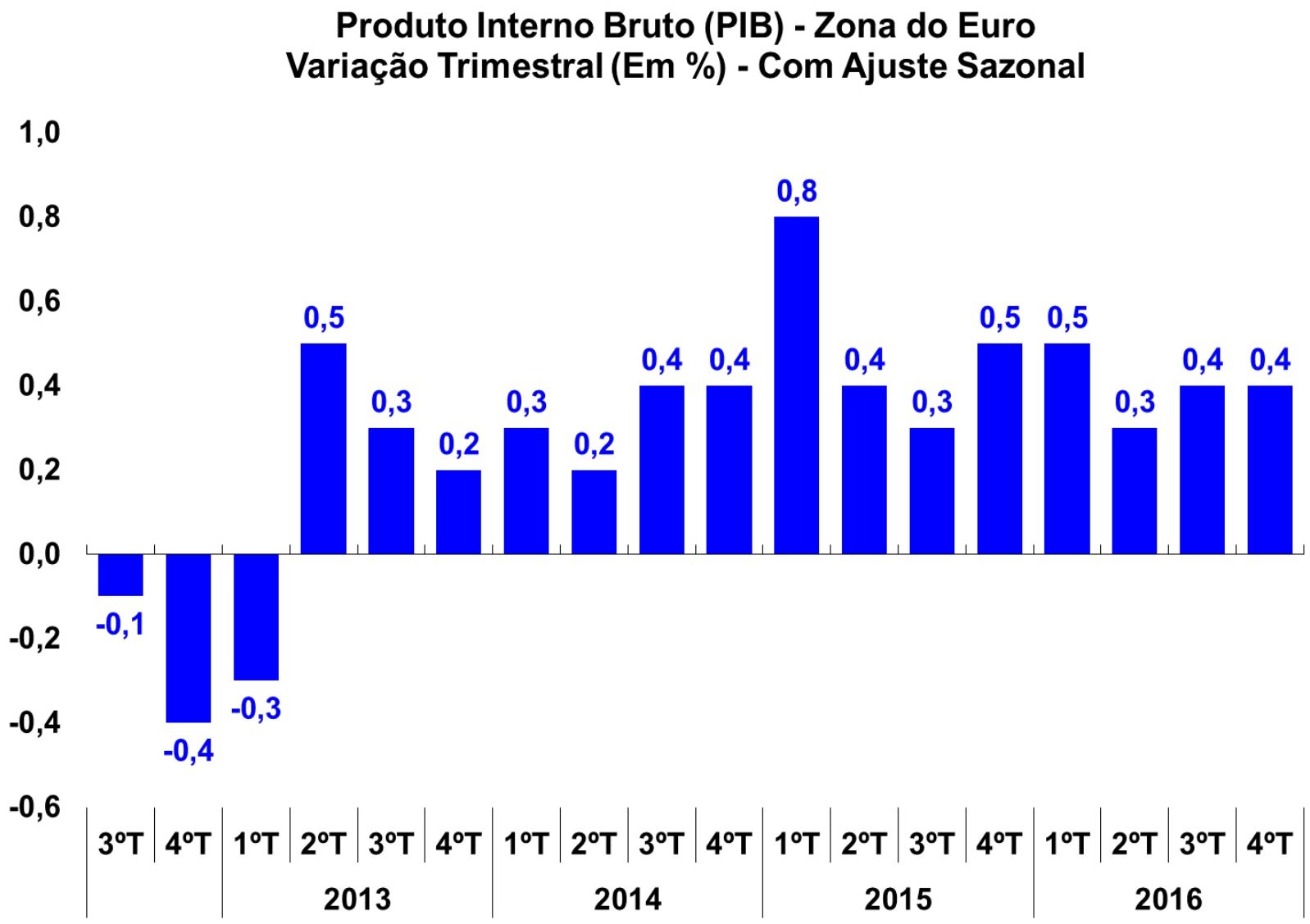
Taxa de Desemprego - Zona do Euro
Países Selecionados - Com ajuste sazonal (Em %)

Dentre os países da Zona do Euro que constituem o Big-four (quatro maiores economias do bloco), a Alemanha registrou 4,1% de desemprego, a França (9,5%), a Itália (11,9%) e a Espanha (19,2%). O maior índice registrado ficou por conta da Grécia, com 23,1% de desemprego



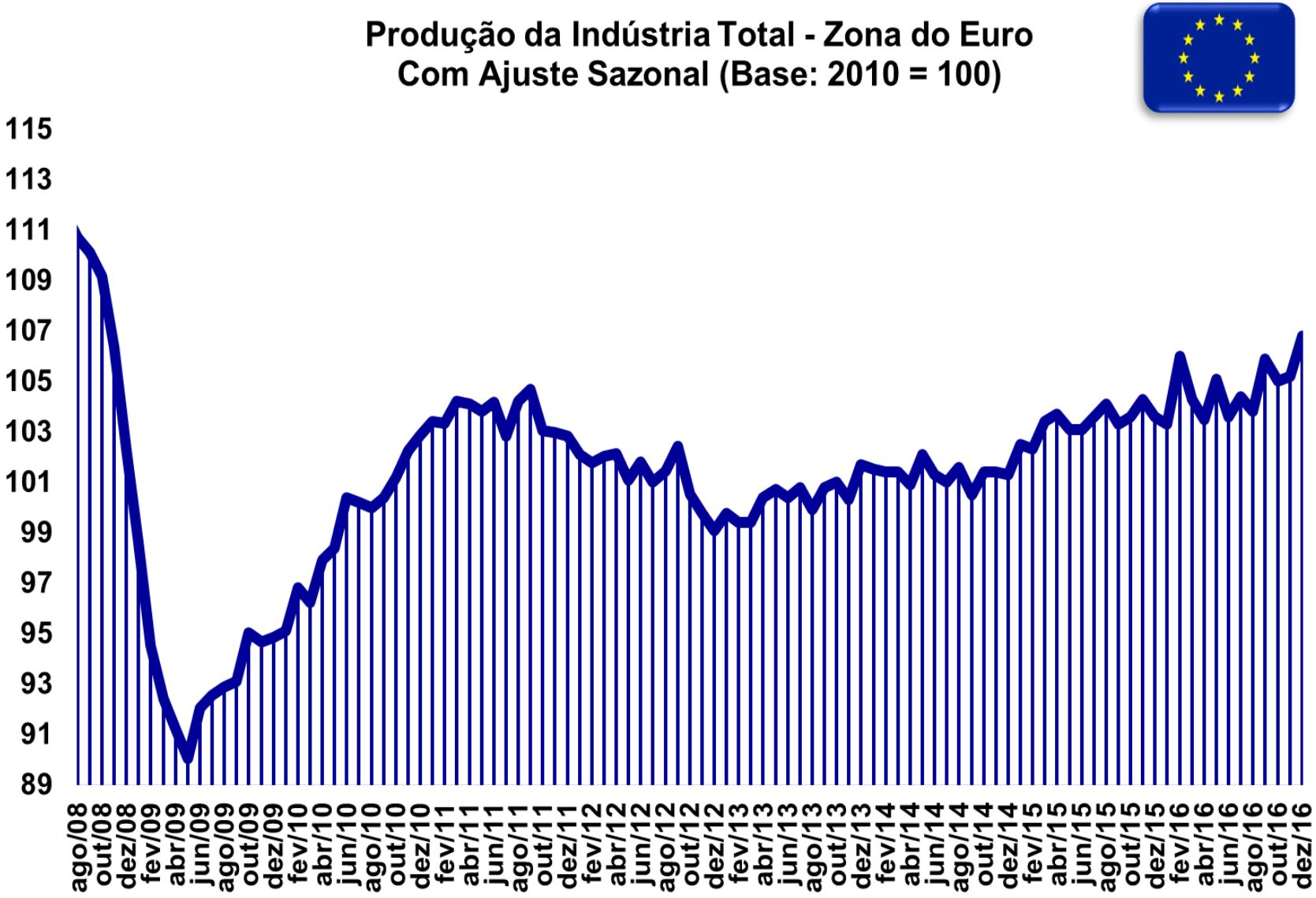
Fonte: Fiesp. Macrovisão, Informativo eletrônico – 09 de janeiro de 2017

Euro



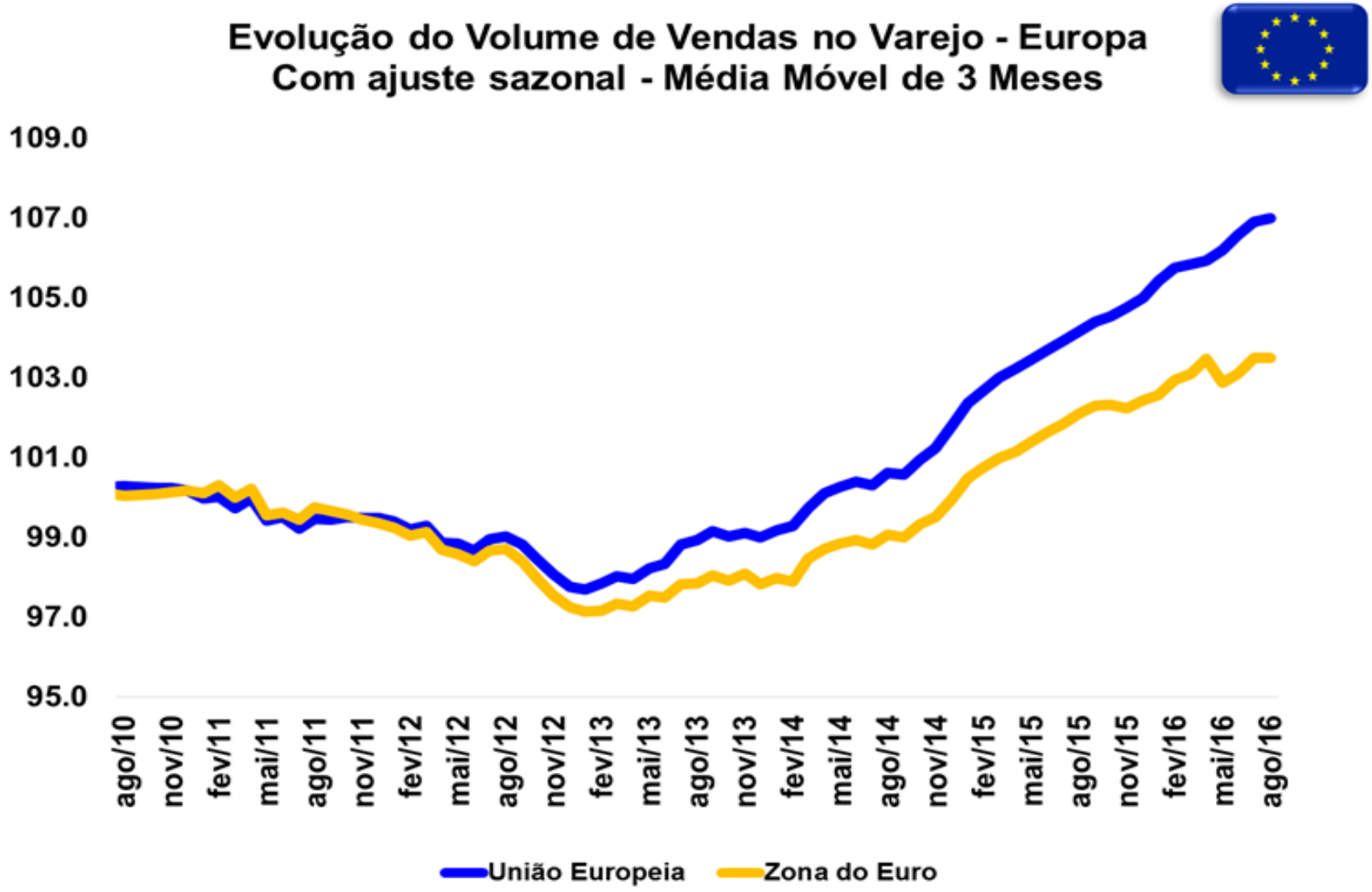
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 14 de fevereiro de 2016

Euro



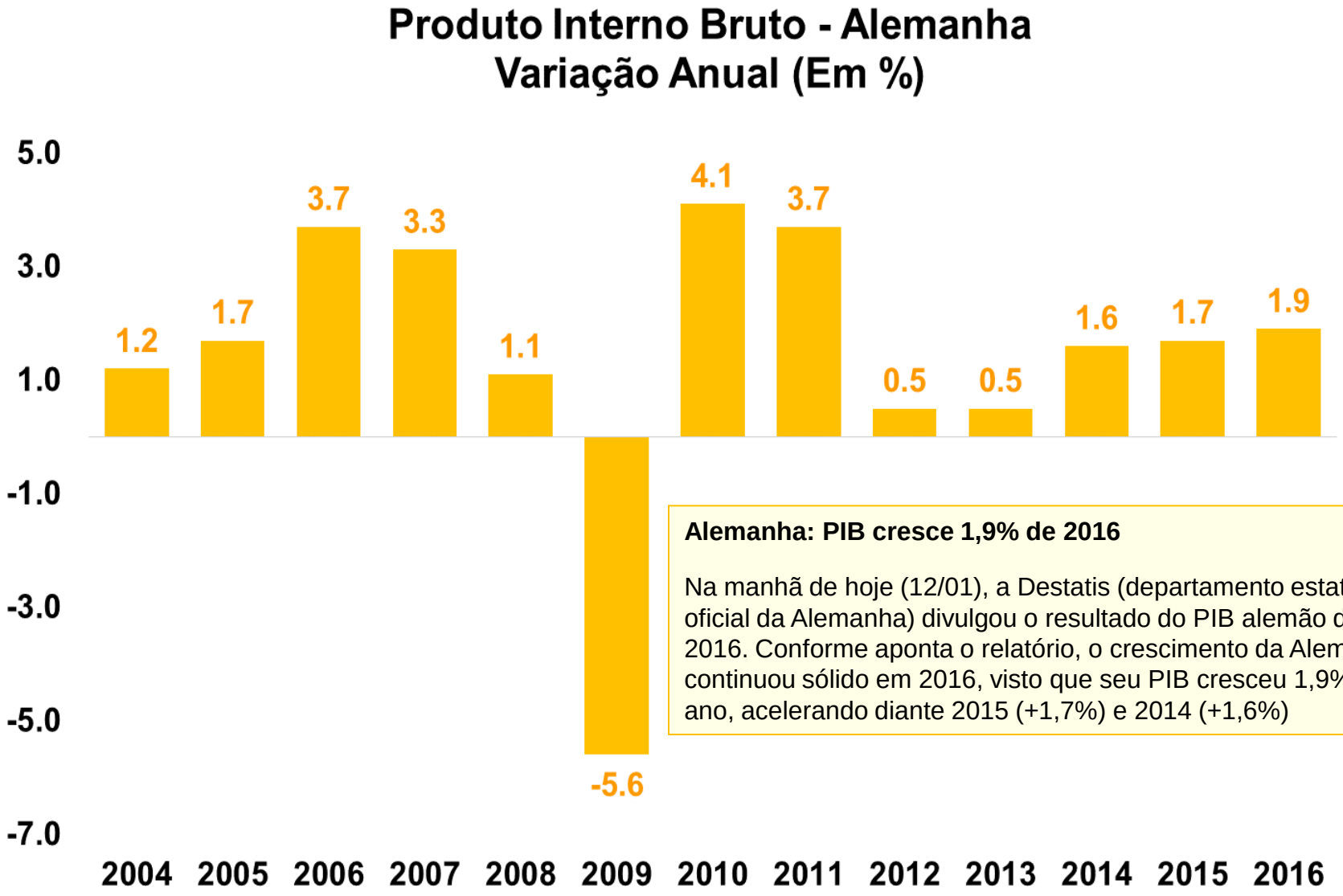
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 15 fevereiro de 2017

Euro



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 5 de outubro de 2016

Alemanha

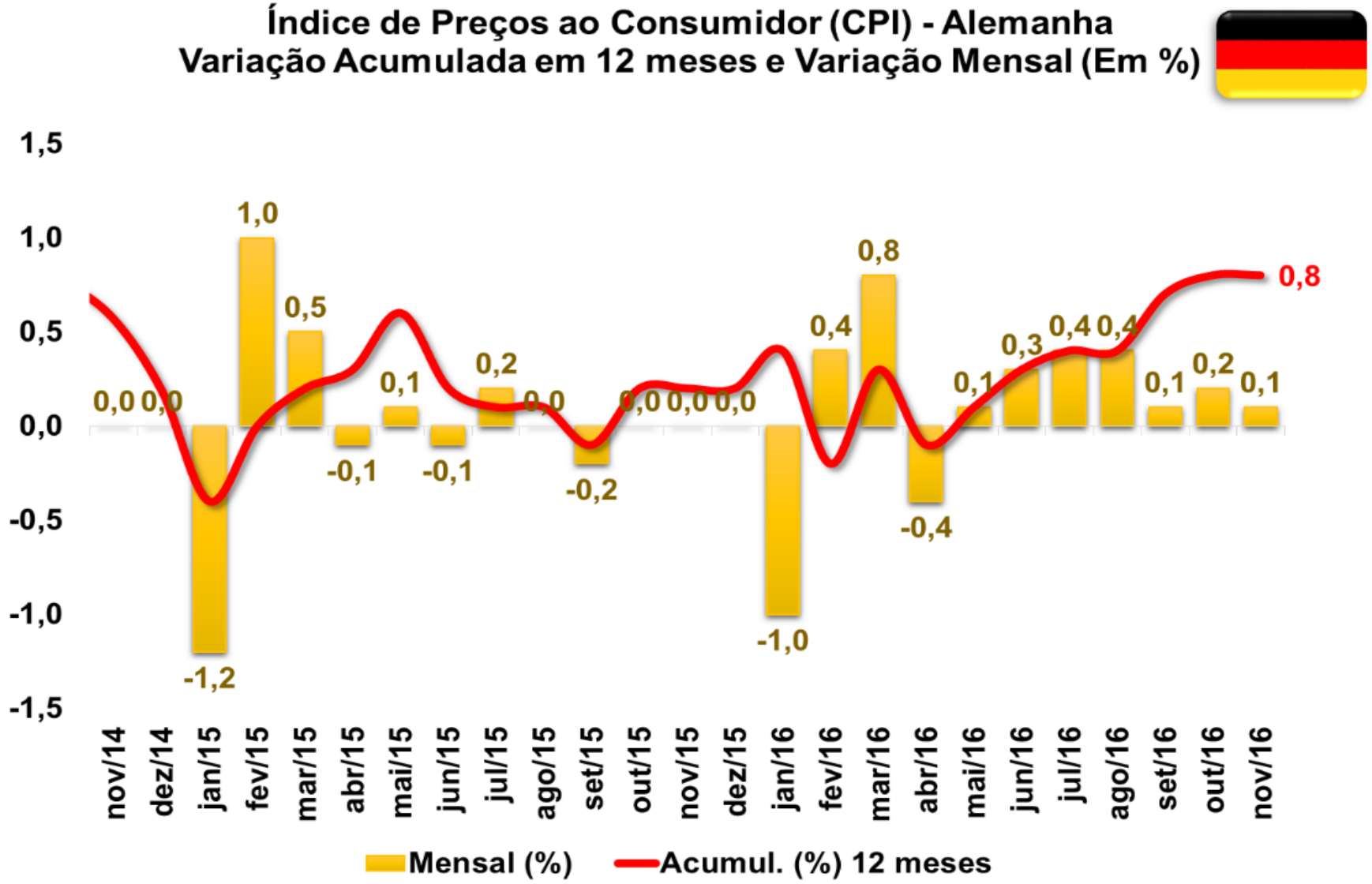


Alemanha: PIB cresce 1,9% de 2016

Na manhã de hoje (12/01), a Destatis (departamento estatístico oficial da Alemanha) divulgou o resultado do PIB alemão de 2016. Conforme aponta o relatório, o crescimento da Alemanha continuou sólido em 2016, visto que seu PIB cresceu 1,9% no ano, acelerando diante 2015 (+1,7%) e 2014 (+1,6%)

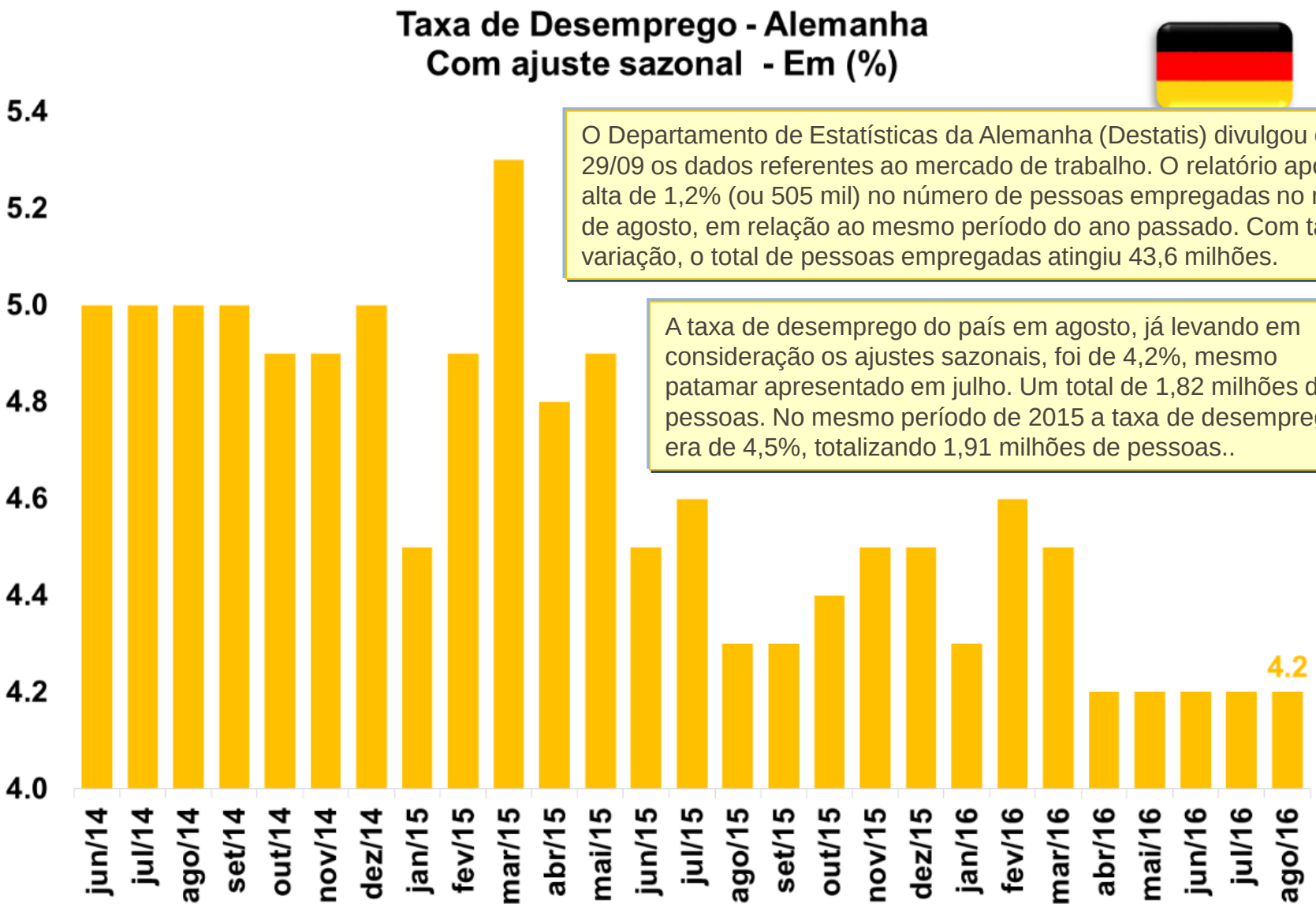
Fonte: Fiesp, Macrovisão. Informativo eletrônico – 12 janeiro de 2017

Alemanha



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 13 dezembro de 2016

Alemanha: Taxa de desemprego permanece estável e inflação tem ligeira alta

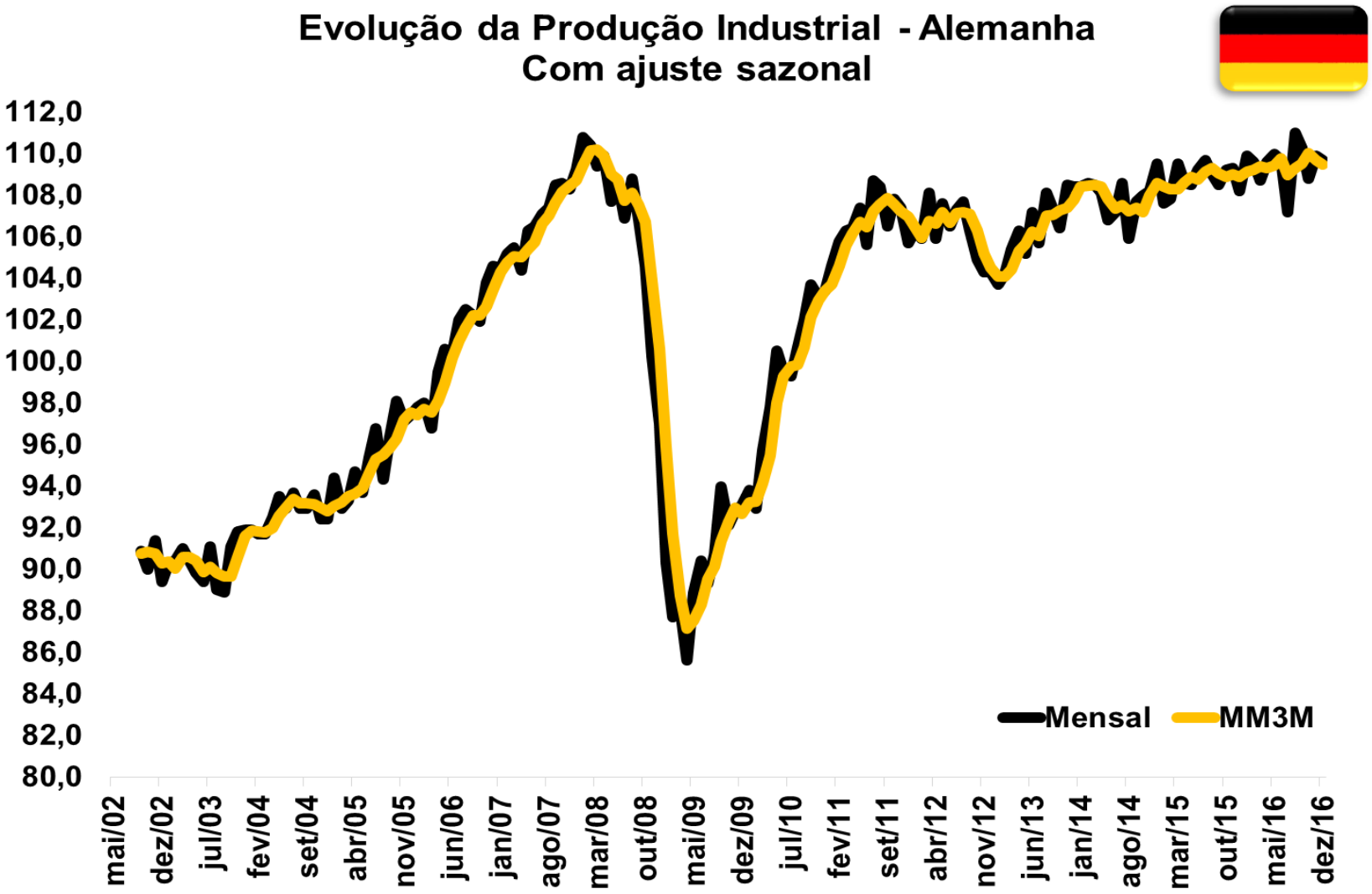


O Departamento de Estatísticas da Alemanha (Destatis) divulgou em 29/09 os dados referentes ao mercado de trabalho. O relatório aponta alta de 1,2% (ou 505 mil) no número de pessoas empregadas no mês de agosto, em relação ao mesmo período do ano passado. Com tal variação, o total de pessoas empregadas atingiu 43,6 milhões.

A taxa de desemprego do país em agosto, já levando em consideração os ajustes sazonais, foi de 4,2%, mesmo patamar apresentado em julho. Um total de 1,82 milhões de pessoas. No mesmo período de 2015 a taxa de desemprego era de 4,5%, totalizando 1,91 milhões de pessoas..

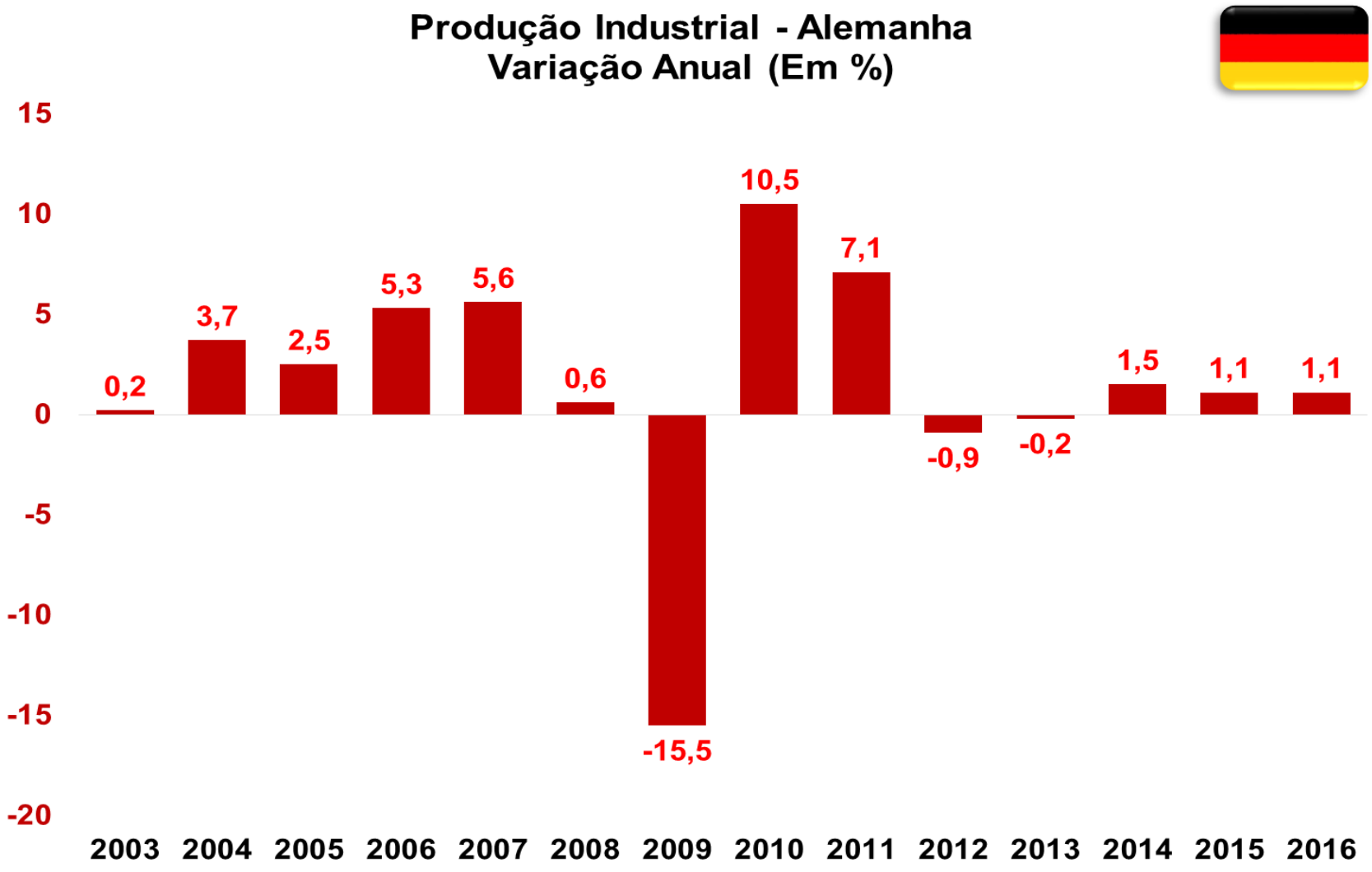
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 29 setembro de 2016

Alemanha



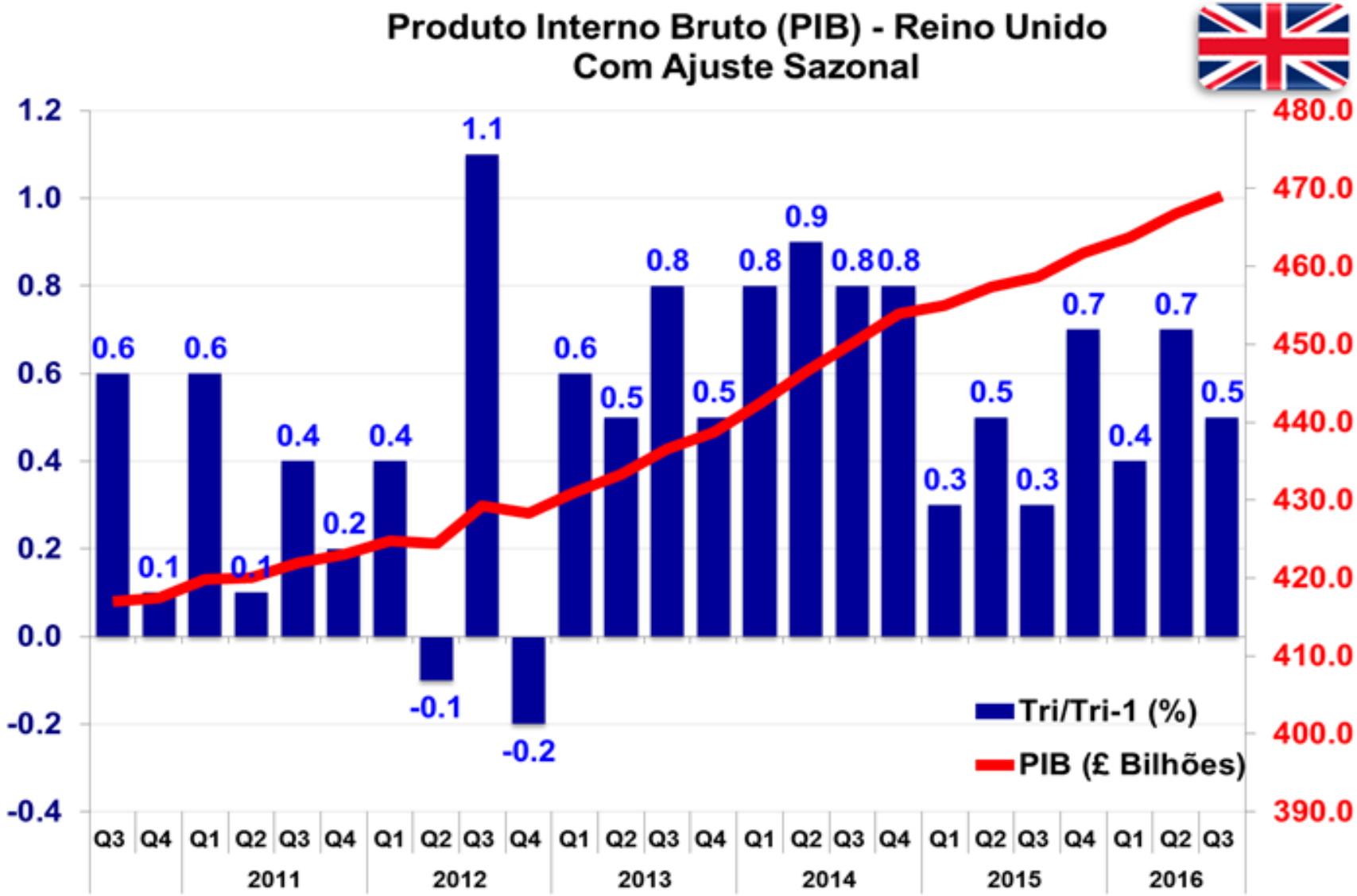
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 8 de fevereiro de 2017

Alemanha



Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 8 de fevereiro de 2017

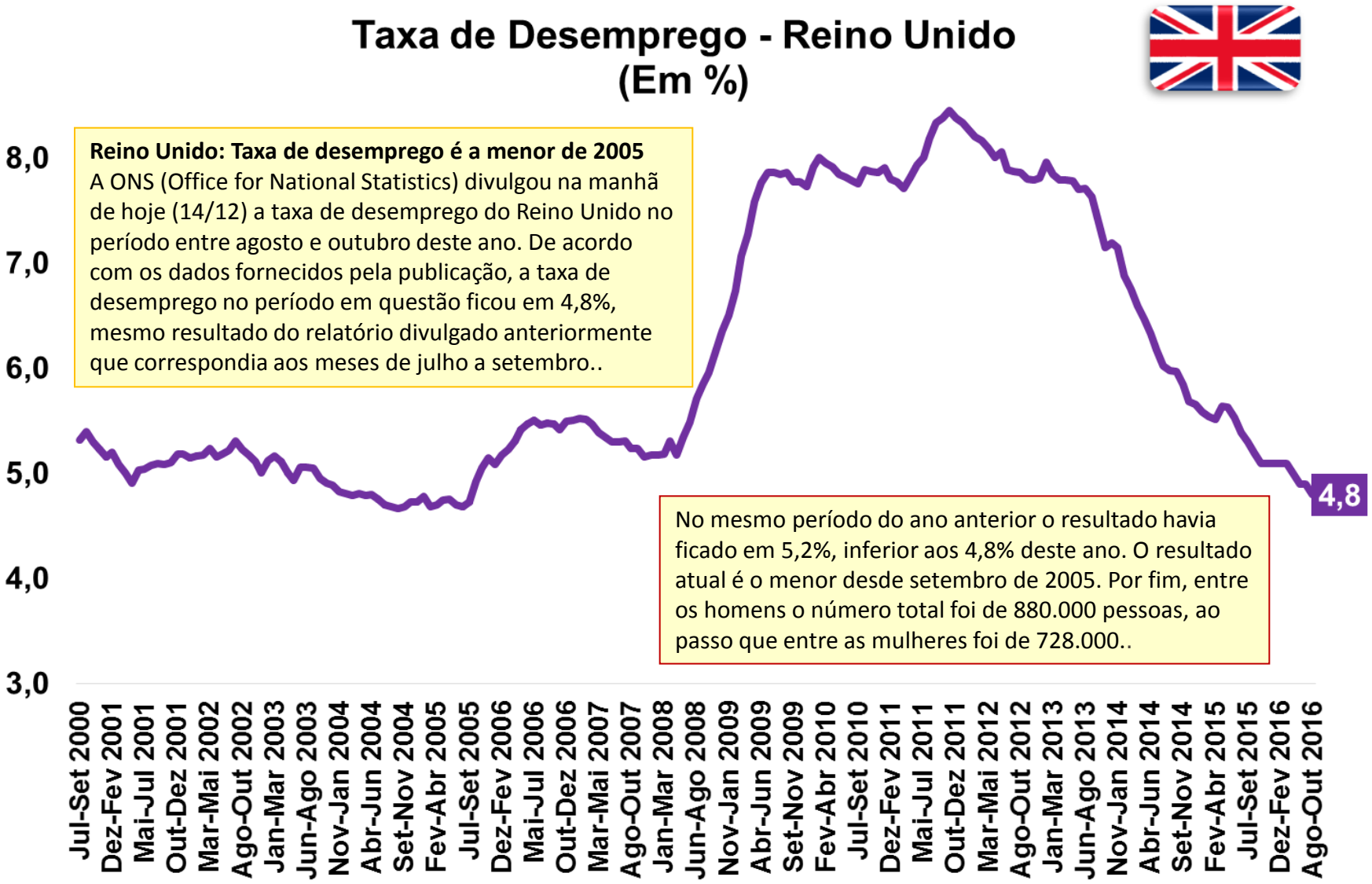
Reino Unido



Fonte: Fiesp. Macro Visão, Informativo eletrônico – 28 de novembro de 2016

Reino Unido

Reino Unido: Taxa de desemprego é a menor de 2005



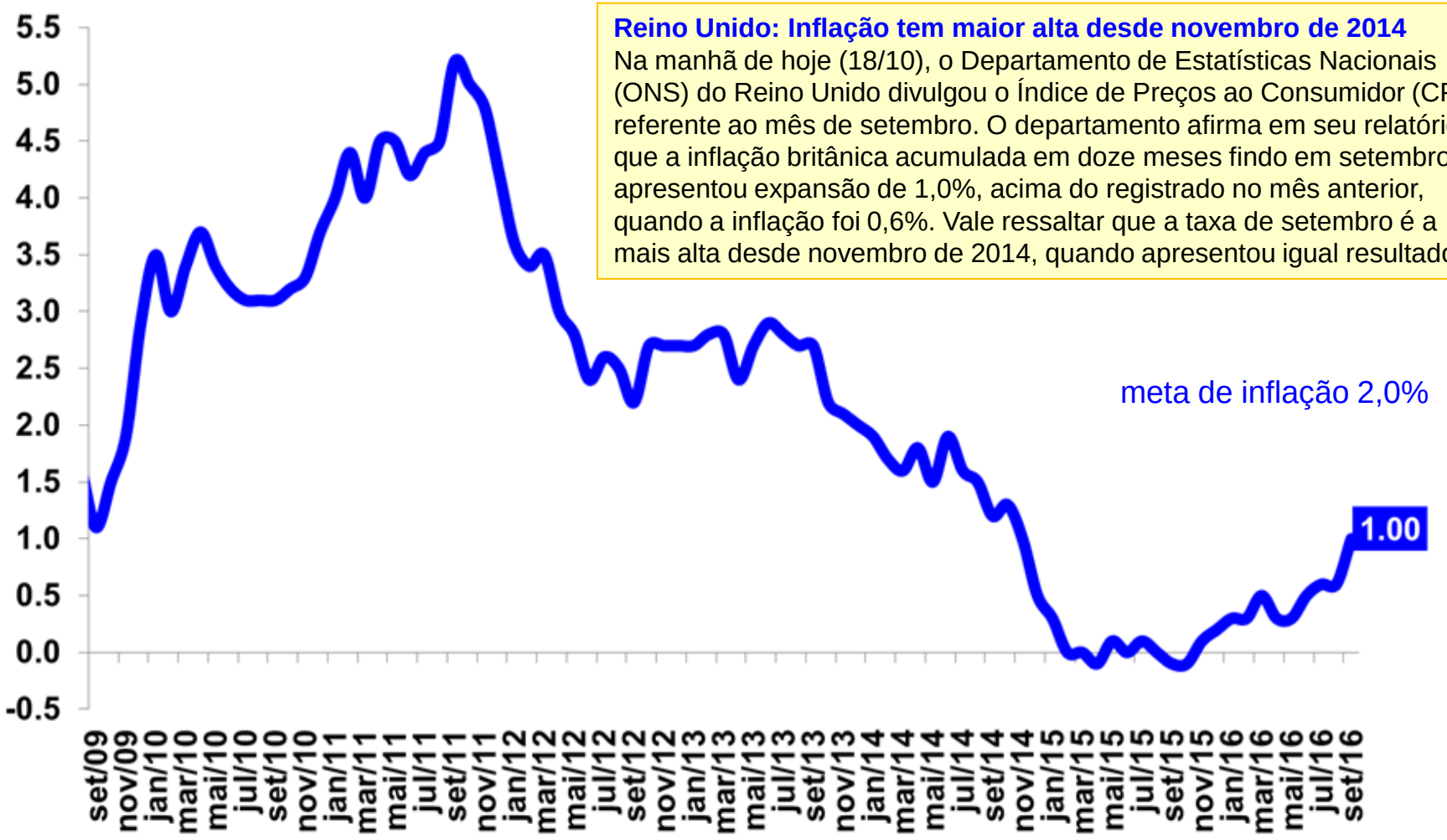
Reino Unido: Taxa de desemprego é a menor de 2005
A ONS (Office for National Statistics) divulgou na manhã de hoje (14/12) a taxa de desemprego do Reino Unido no período entre agosto e outubro deste ano. De acordo com os dados fornecidos pela publicação, a taxa de desemprego no período em questão ficou em 4,8%, mesmo resultado do relatório divulgado anteriormente que correspondia aos meses de julho a setembro..

No mesmo período do ano anterior o resultado havia ficado em 5,2%, inferior aos 4,8% deste ano. O resultado atual é o menor desde setembro de 2005. Por fim, entre os homens o número total foi de 880.000 pessoas, ao passo que entre as mulheres foi de 728.000..

Fonte: Fiesp. Macro visão, Informativo eletrônico – 14 de dezembro de 2016

Reino Unido

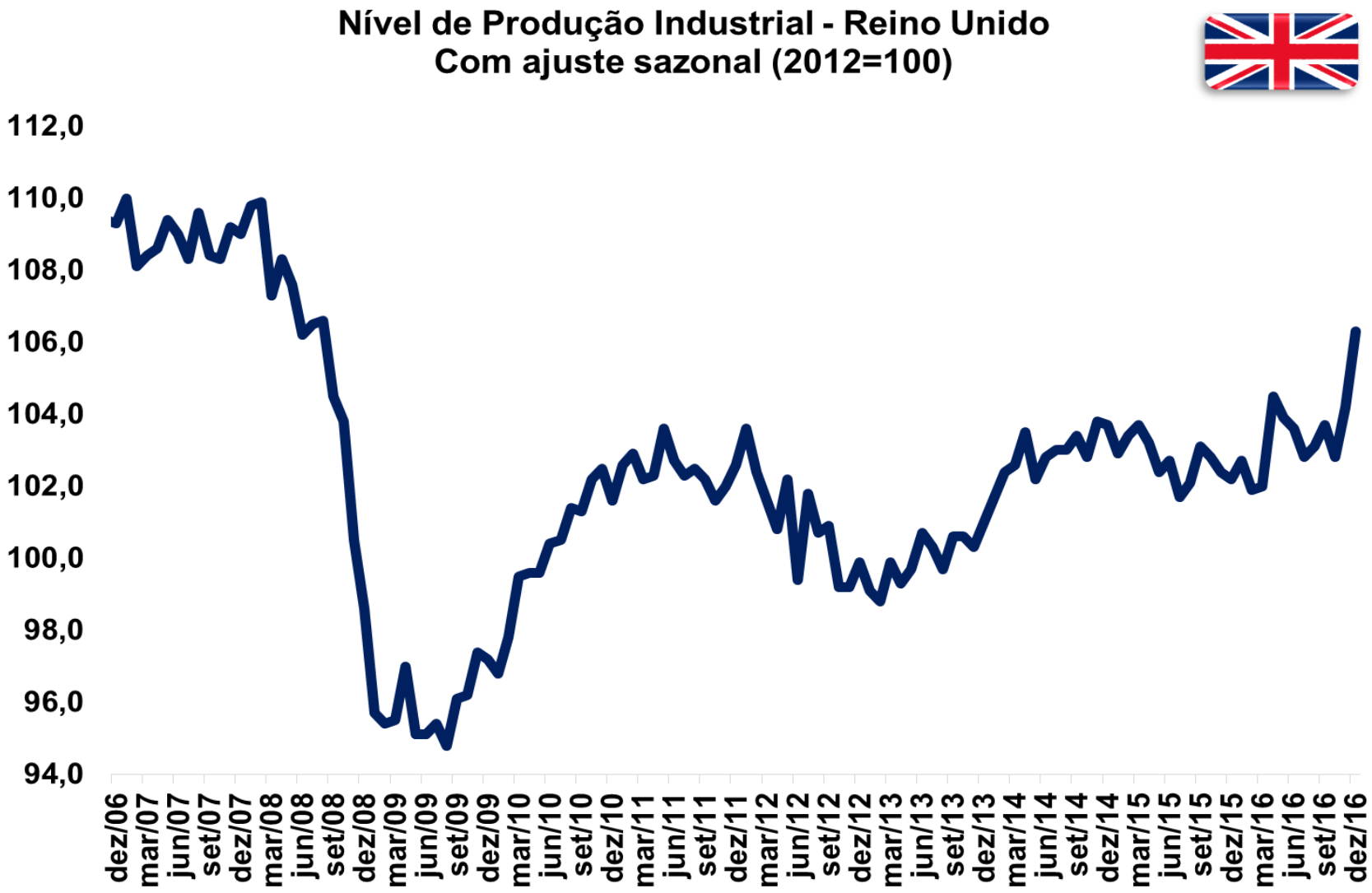
Índice de Preços ao Consumidor (CPI) - Reino Unido
Variação Acumulada em 12 Meses (Em %)



Reino Unido: Inflação tem maior alta desde novembro de 2014
Na manhã de hoje (18/10), o Departamento de Estatísticas Nacionais (ONS) do Reino Unido divulgou o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) referente ao mês de setembro. O departamento afirma em seu relatório que a inflação britânica acumulada em doze meses findo em setembro apresentou expansão de 1,0%, acima do registrado no mês anterior, quando a inflação foi 0,6%. Vale ressaltar que a taxa de setembro é a mais alta desde novembro de 2014, quando apresentou igual resultado

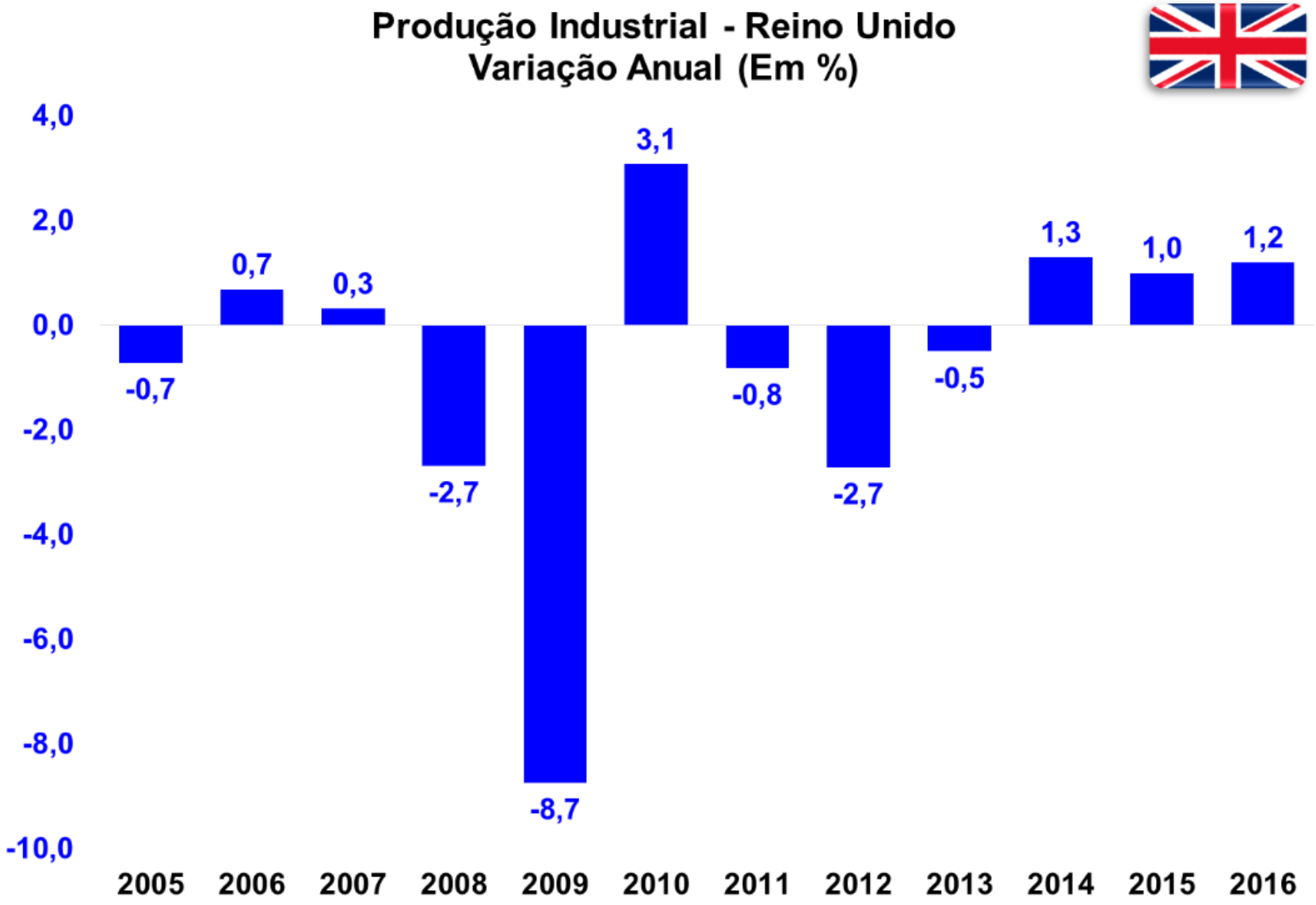
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 18 de outubro de 2016

Reino Unido



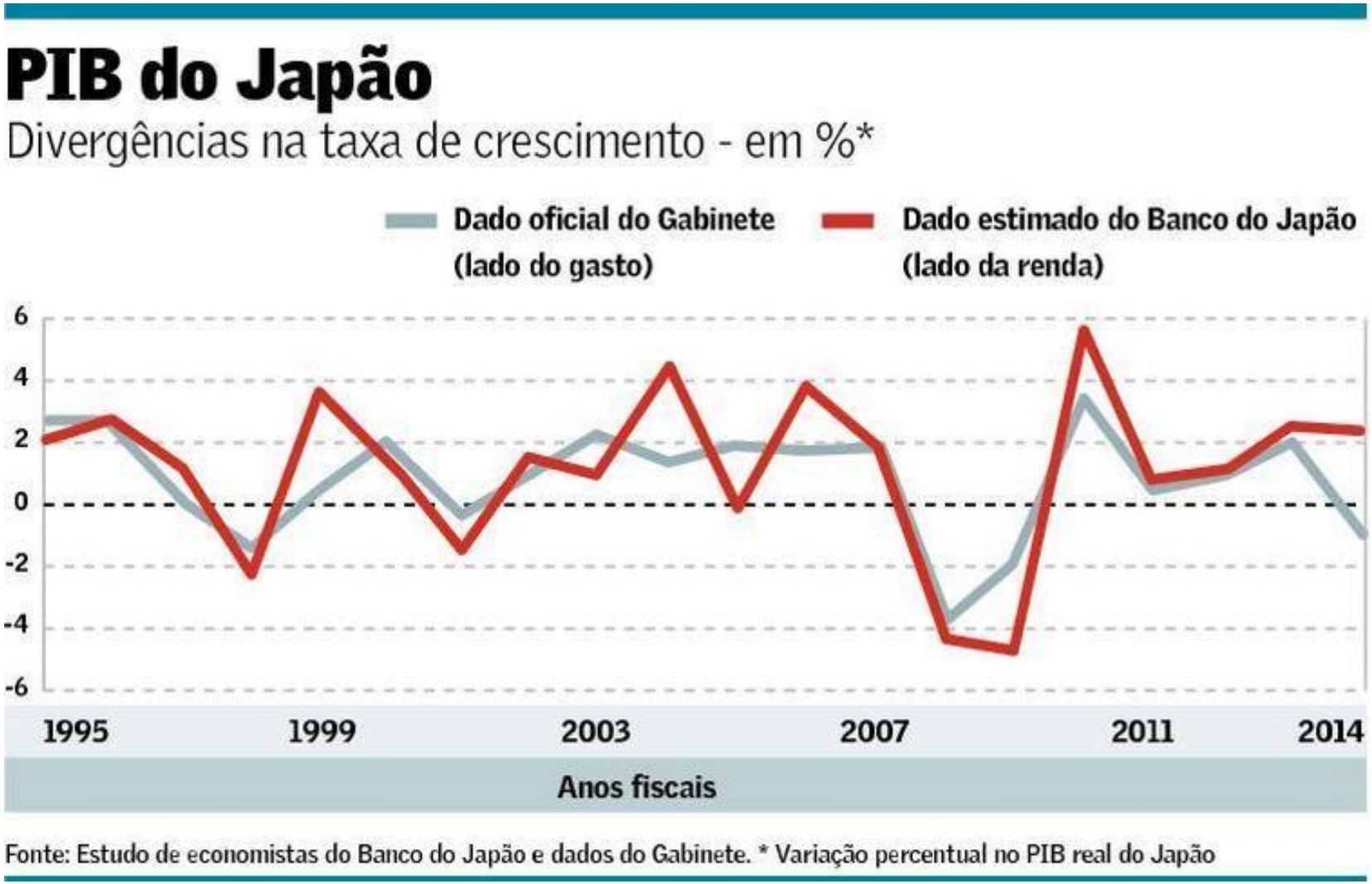
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 10 de fevereiro de 2017

Reino Unido



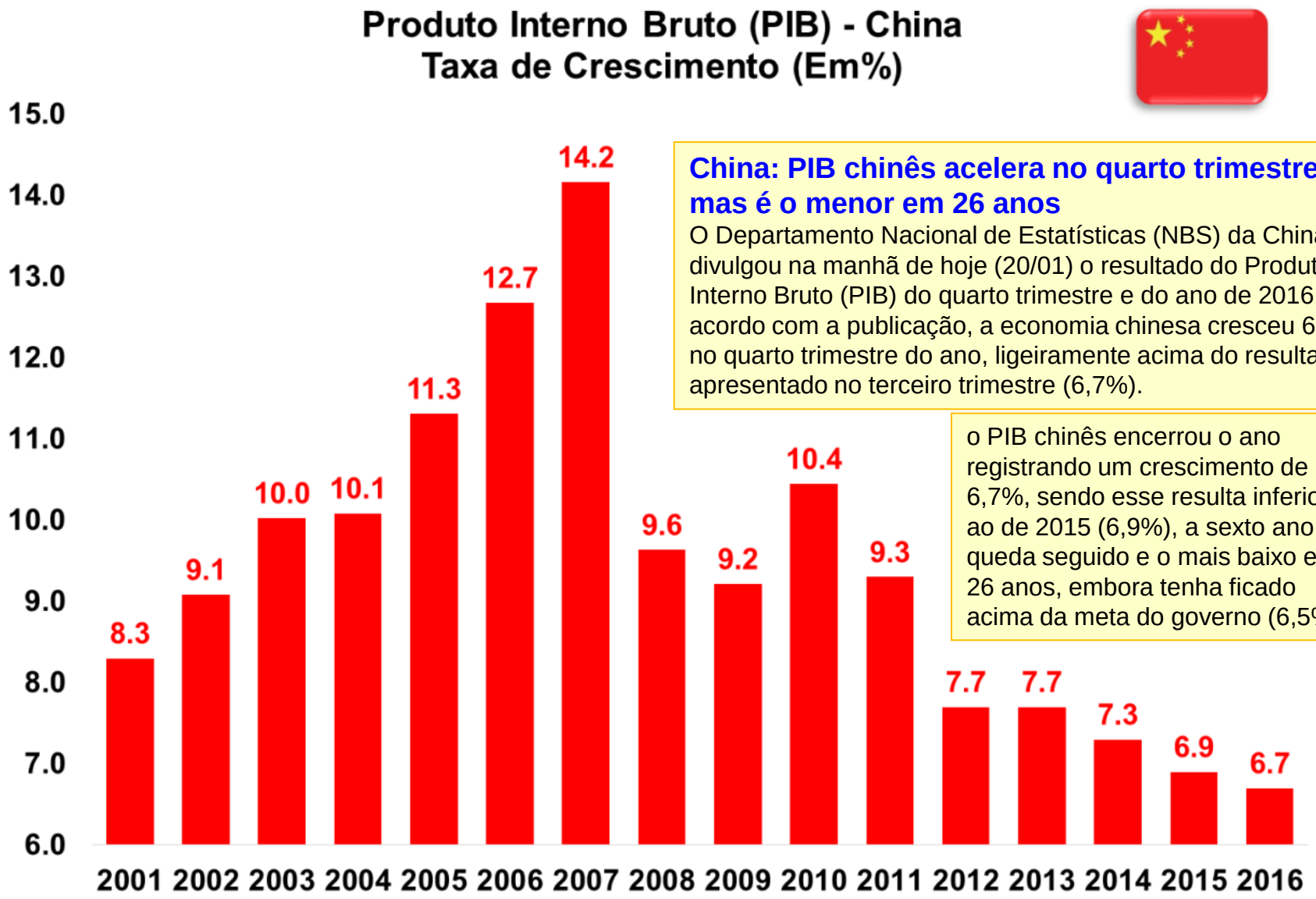
Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 10 de fevereiro de 2017

Japão



Fonte: Valor Econômico – 24 de agosto de 2016

China



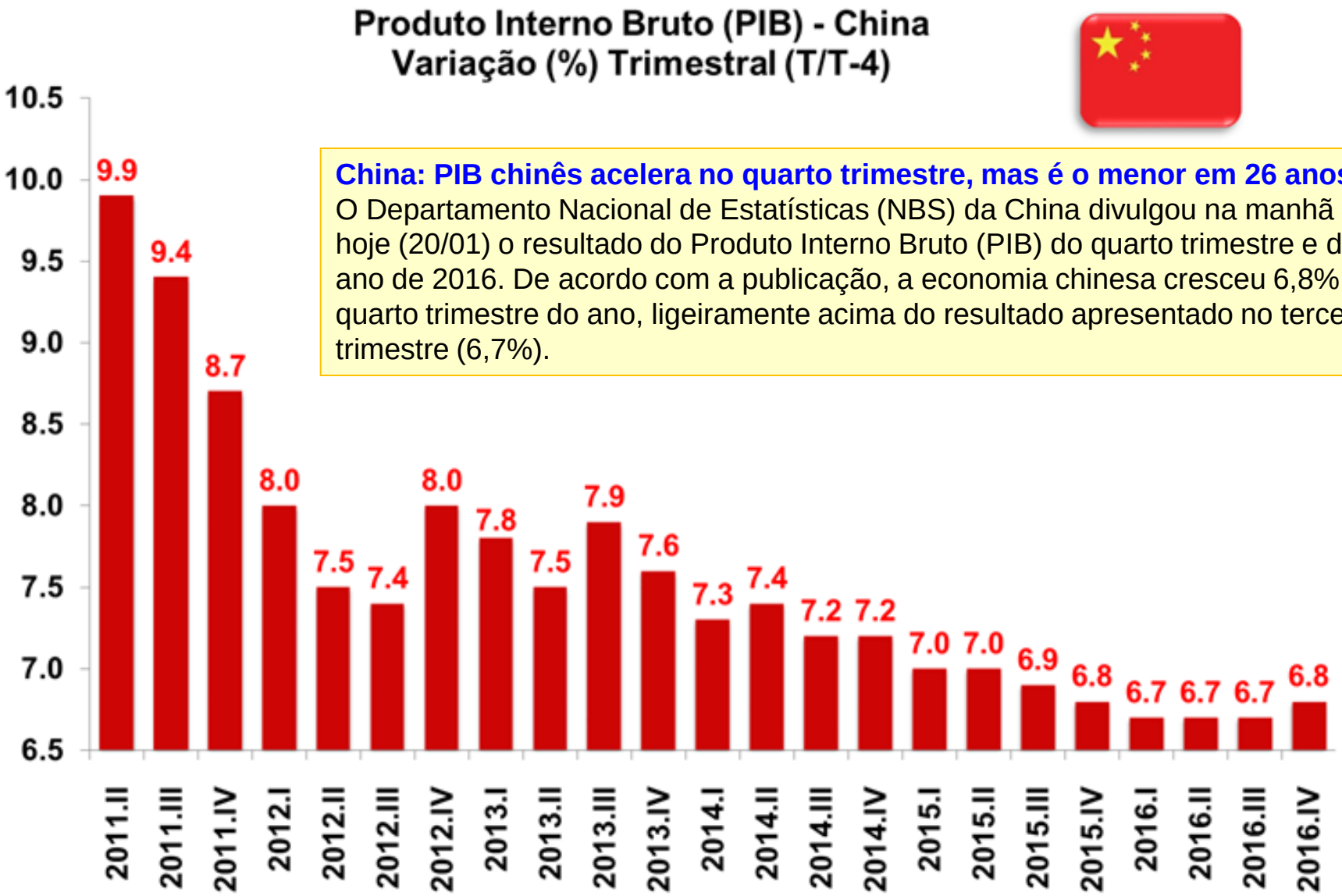
China: PIB chinês acelera no quarto trimestre, mas é o menor em 26 anos

O Departamento Nacional de Estatísticas (NBS) da China divulgou na manhã de hoje (20/01) o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre e do ano de 2016. De acordo com a publicação, a economia chinesa cresceu 6,8% no quarto trimestre do ano, ligeiramente acima do resultado apresentado no terceiro trimestre (6,7%).

o PIB chinês encerrou o ano registrando um crescimento de 6,7%, sendo esse resulta inferior ao de 2015 (6,9%), a sexto ano de queda seguido e o mais baixo em 26 anos, embora tenha ficado acima da meta do governo (6,5%).

Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 20 de janeiro de 2017

China

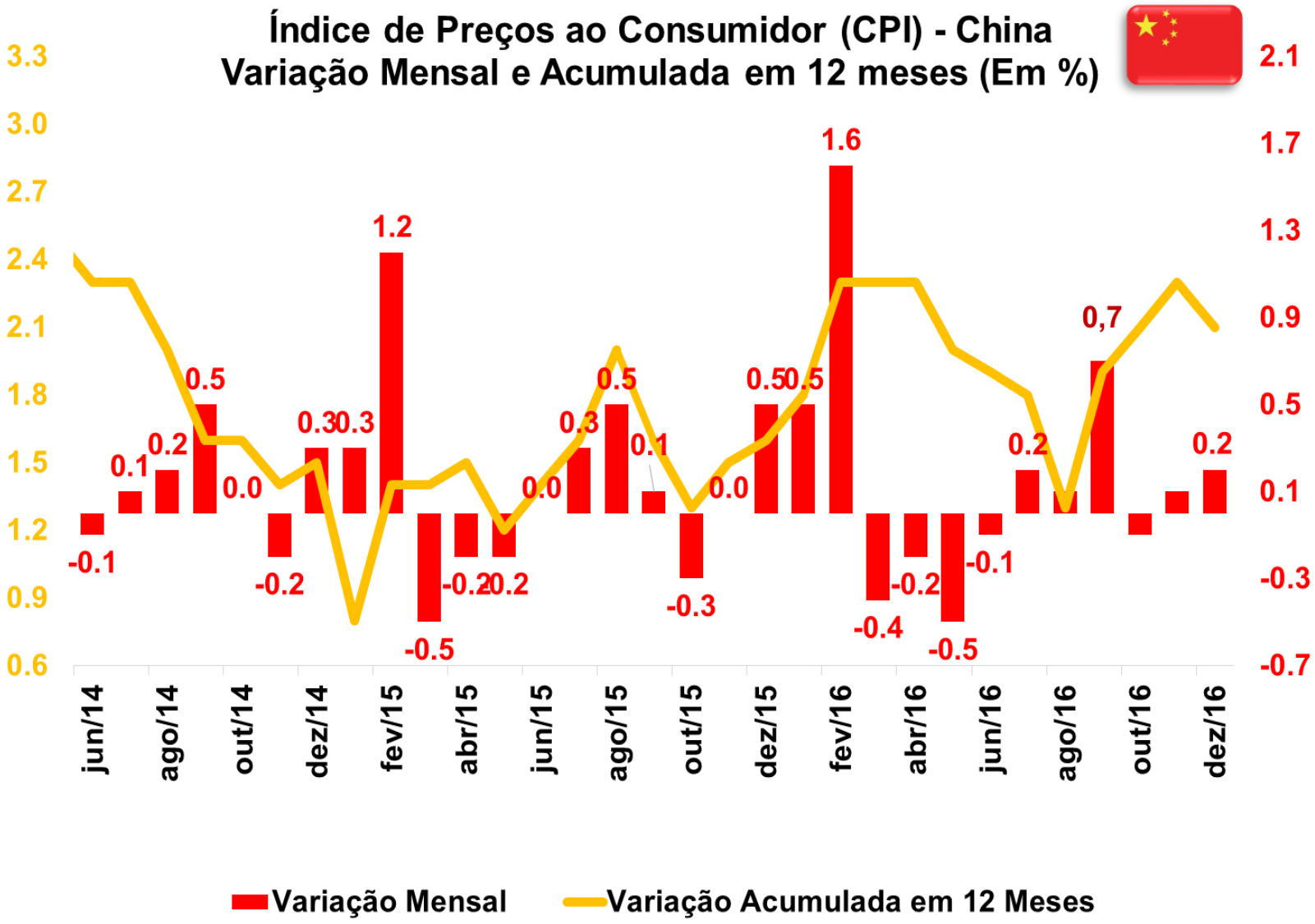


China: PIB chinês acelera no quarto trimestre, mas é o menor em 26 anos

O Departamento Nacional de Estatísticas (NBS) da China divulgou na manhã de hoje (20/01) o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do quarto trimestre e do ano de 2016. De acordo com a publicação, a economia chinesa cresceu 6,8% no quarto trimestre do ano, ligeiramente acima do resultado apresentado no terceiro trimestre (6,7%).

Fonte: Fiesp. Informativo eletrônico – 20 de janeiro de 2017

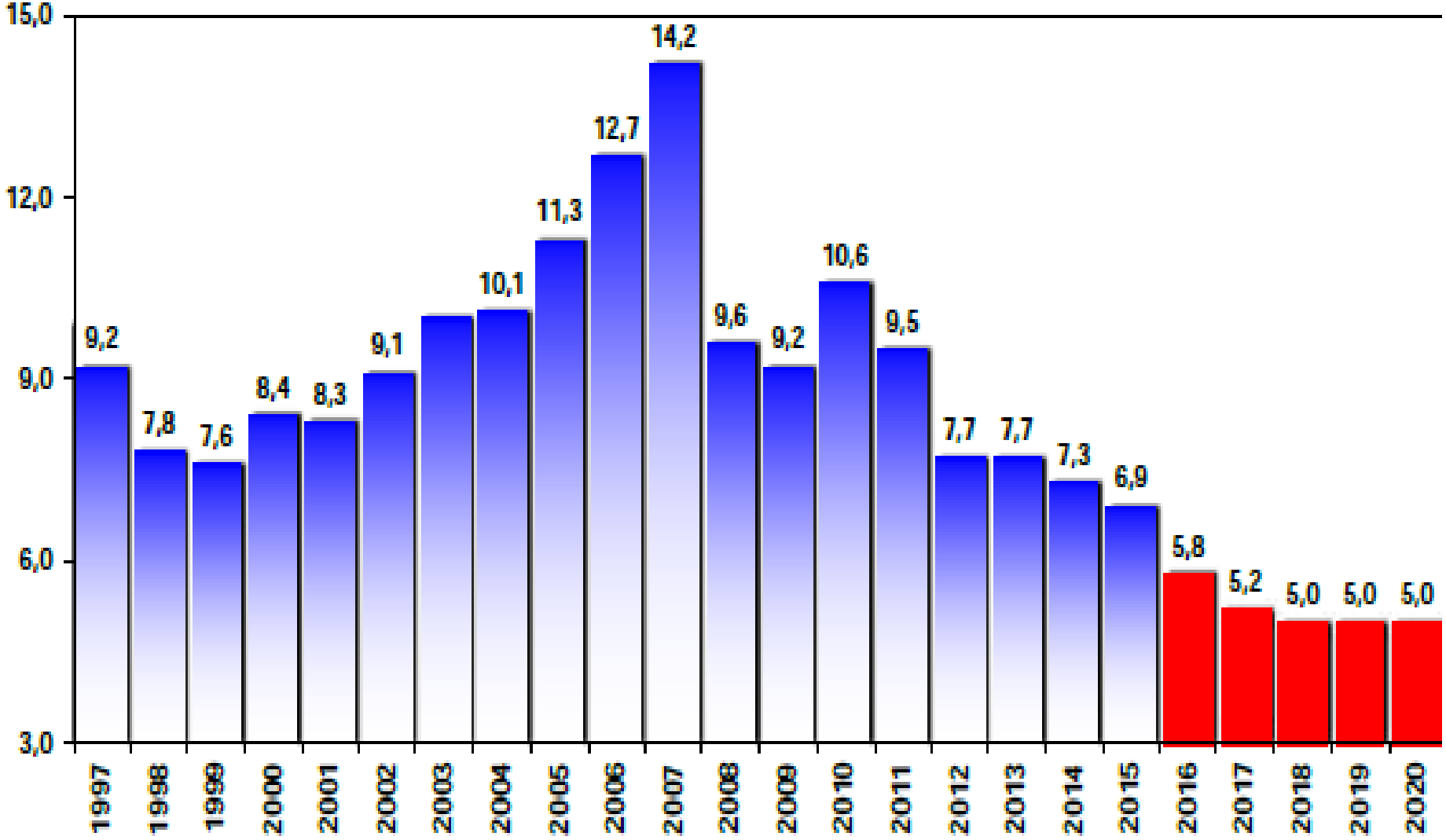
China



Fonte: Fiesp, Macro Visão. Informativo eletrônico – 10 de janeiro de 2017

China

China: crescimento anual do PIB (variação interanual)



Fonte: Bloomberg. Elaboração Bradesco.

China

Investimentos chineses no exterior

Por país, entre 1º de janeiro e 18 de novembro de 2016, em US$ bilhões

Geral

Ranking	País	Valor
1º	EUA	60,7
2º	Suíça	48,8
3º	**Brasil**	11,9
4º	Alemanha	11,3
5º	Israel	11,1
6º	Hong Kong	9,9
7º	Finlândia	8,8
8º	Reino Unido	5,3
9º	França	4,6
10º	Austrália	3,3

Países emergentes

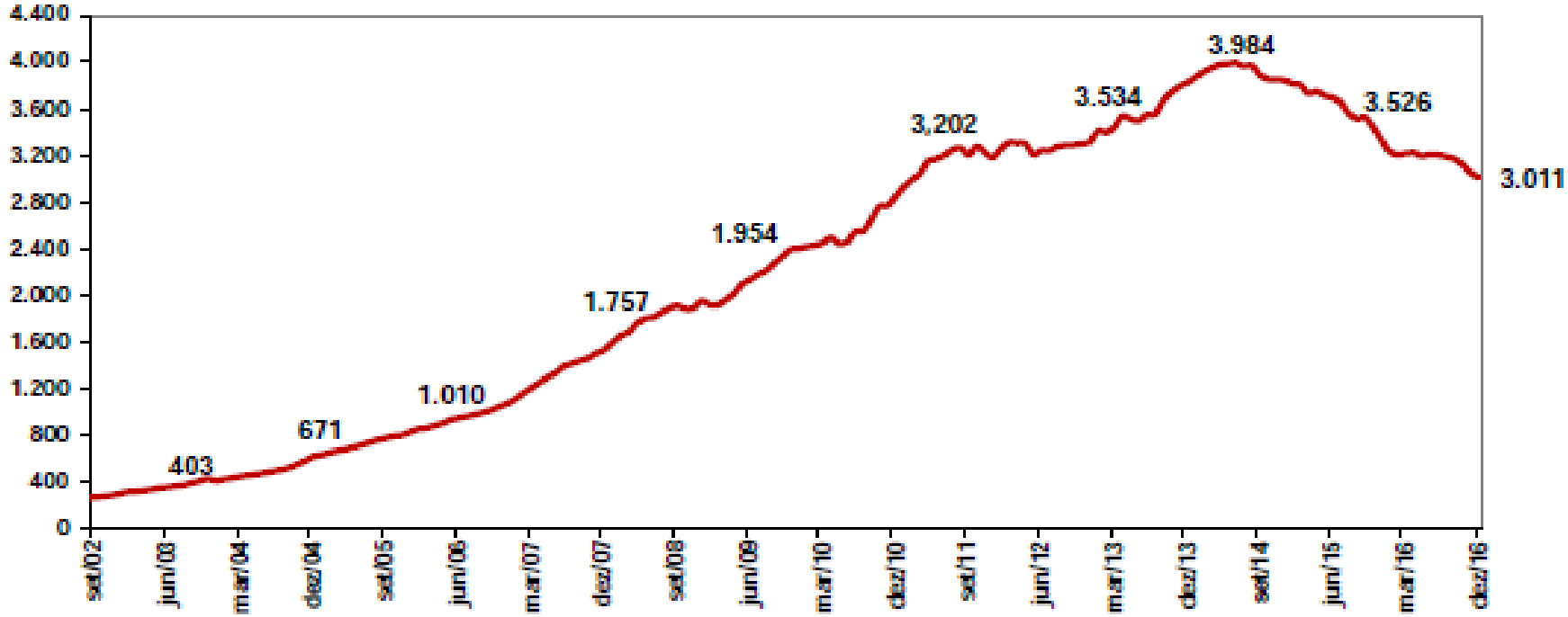
Ranking	País	Valor
1º	Brasil	11,9
2º	Israel	11,1
3º	Hong Kong	9,9
4º	Rep. Dem. do Congo	2,8
5º	Cingapura	2,5
6º	Paquistão	2,3
7º	Malásia	2,0
8º	Índia	1,5
9º	Coreia do Sul	1,3
10º	Rússia	1,1
10º	República da Guiné	1,1

Fonte: Dealogic

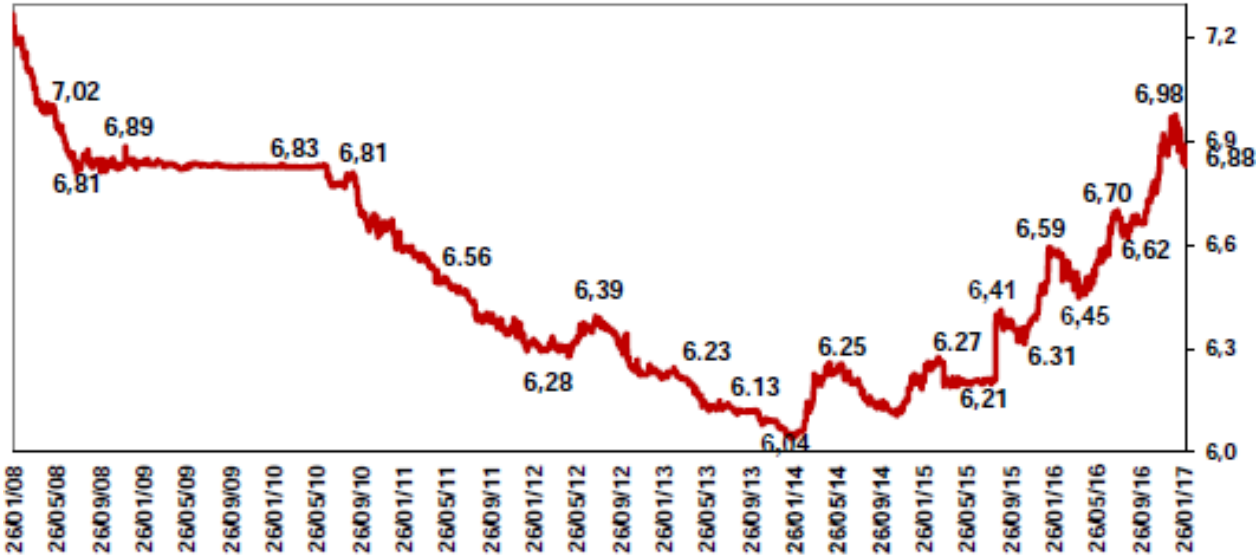
Fonte: Valor Econômico, 22 de novembro de 2016

China

China: reservas estrangeiras (US$ bilhões)



China: taxa de câmbio (USD/ RMB)



Fonte: Bloomberg.
Elaboração Bradesco.

América Latina em 2017

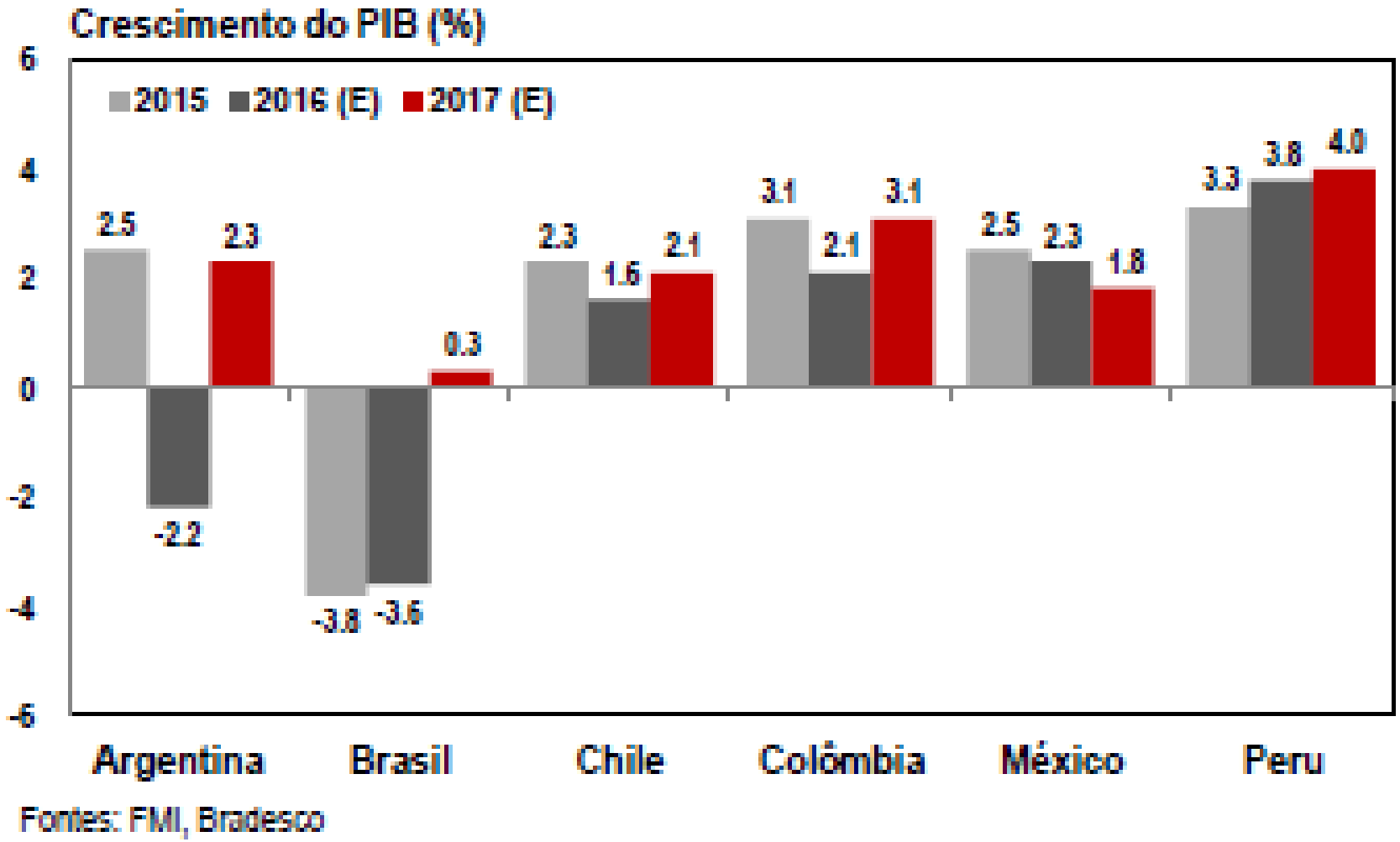
Projeções

	Crescimento do PIB (%)				Inflação ao consumidor (%)				Taxa básica de juros (%)			
	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018	2015	2016	2017	2018
Argentina	2,5	-2,2	2,3	3,0	26,9	39,0	20,0	14,0	33,00	24,75	18,00	11,00
Brasil	-3,8	-3,6	0,3	2,5	10,7	6,3	4,5	4,5	14,25	13,75	10,25	9,25
Chile	2,3	1,6	2,1	2,5	4,4	2,8	3,0	3,0	3,50	3,50	3,00	3,00
Colômbia	3,1	2,1	3,1	3,5	6,8	5,7	3,9	3,5	5,75	7,50	5,75	5,50
México	2,5	2,3	1,8	2,5	2,3	3,2	3,1	3,2	3,25	5,50	5,75	6,25
Peru	3,3	3,8	4,0	4,3	4,4	3,0	2,8	2,5	3,75	4,25	4,25	4,25

Projeções: Bradesco

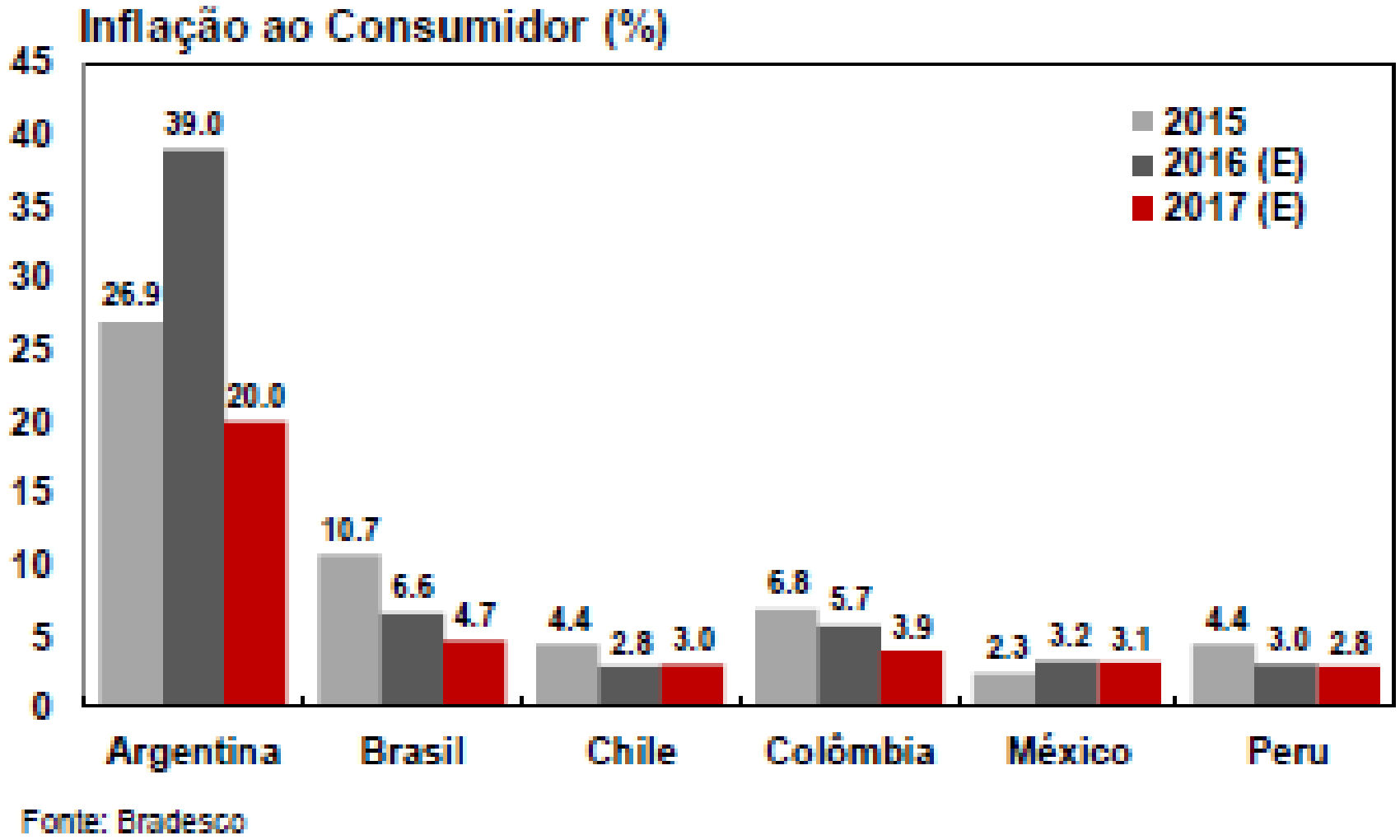
Fonte: Bradesco.

Crescimento do PIB



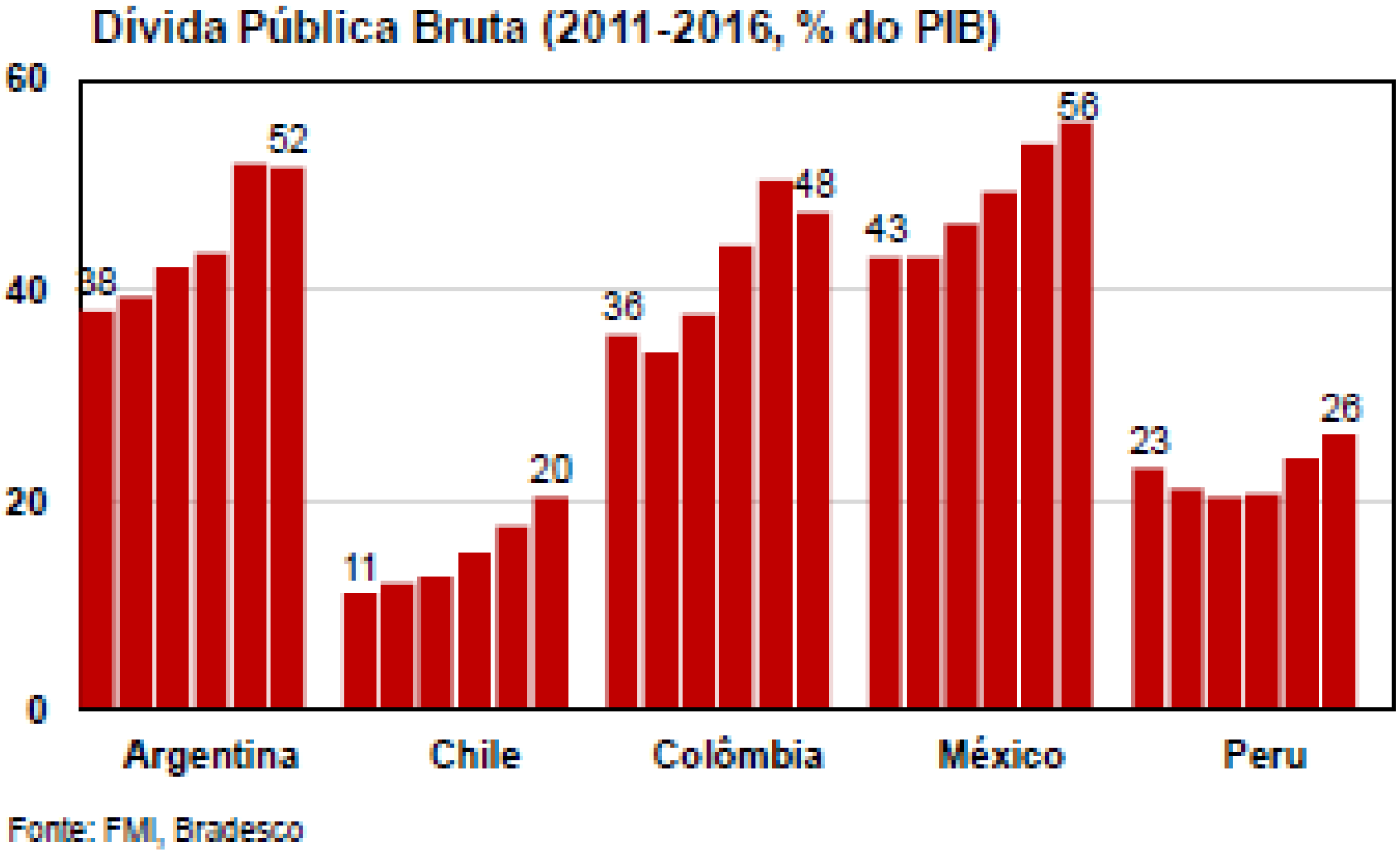
Fonte: Bradesco.

Inflação



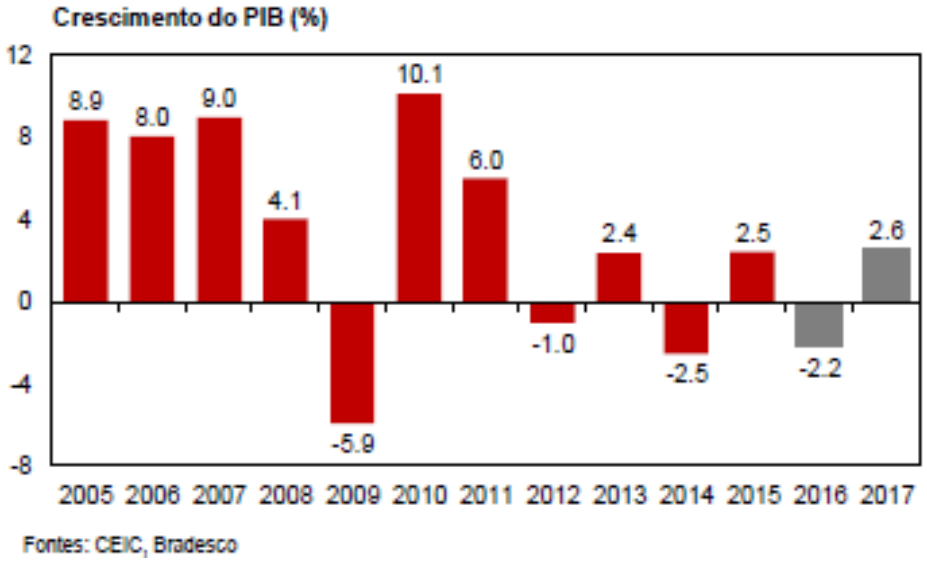
Fonte: Bradesco.

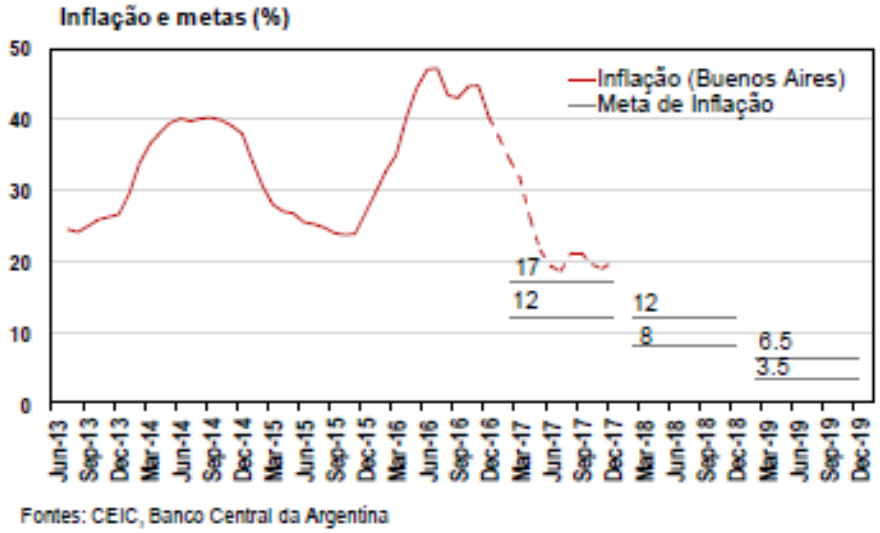
Dívida

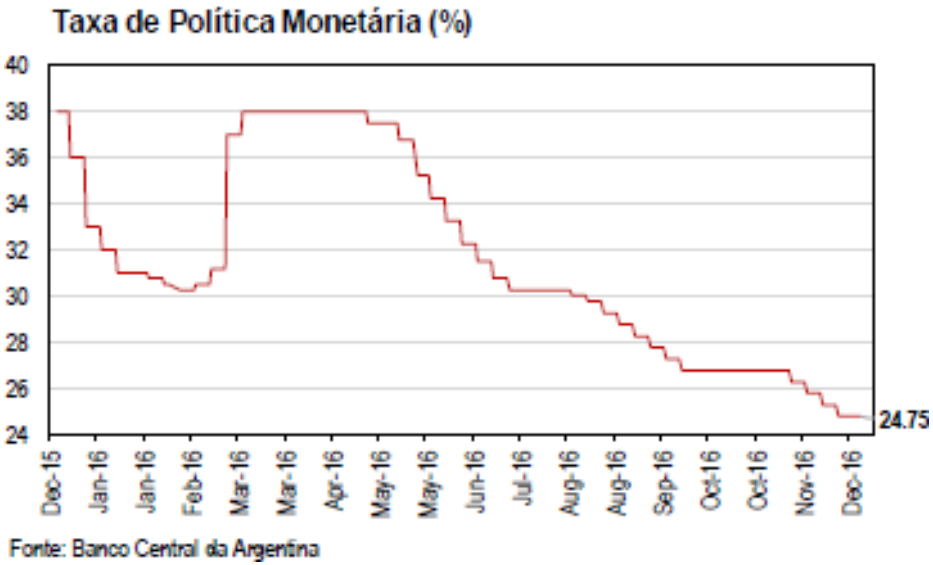


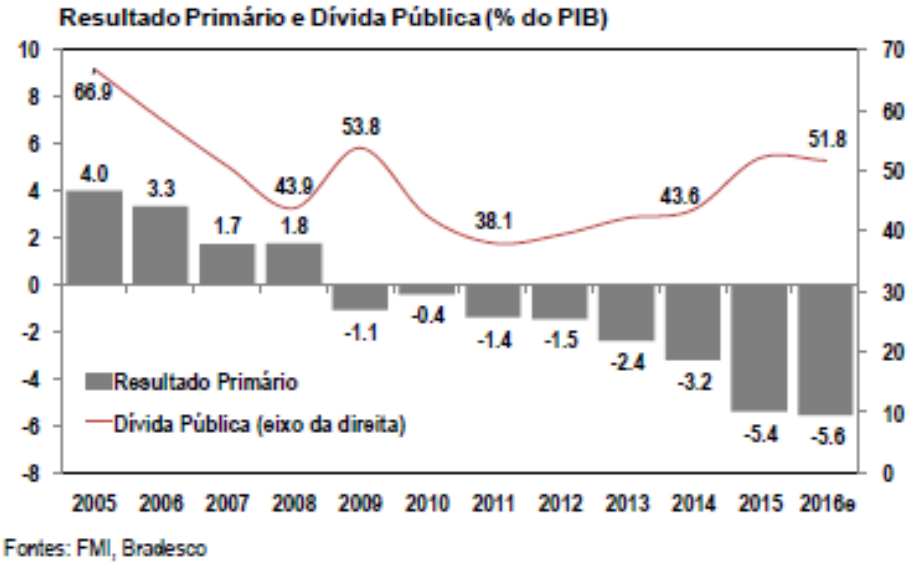
Fonte: Bradesco.

Argentina









Fonte: Bradesco.

Países latino americanos

Déficit nominal (% do PIB)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Argentina	-2,4%	-2,7%	-3,0%	-4,1%	-7,4%	-6,4%
Brasil	**-2,5%**	**-2,3%**	**-3,1%**	**-6,0%**	**-10,3%**	**-9,2%**
Chile	1,4%	0,7%	-0,5%	-1,5%	-2,3%	-3,0%
Colômbia	-2,0%	0,1%	-0,9%	-1,8%	-2,8%	-3,1%
México	-3,4%	-3,8%	-3,7%	-4,6%	-4,1%	-3,5%
Peru	2,0%	2,1%	0,8%	-0,3%	-2,2%	-2,2%
Venezuela	-11,6%	-16,5%	-14,5%	-15,2%	-18,7%	-24,5%

Dívida bruta (% do PIB)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Argentina	35,9%	37,6%	41,5%	45,1%	56,5%	60,7%
Brasil	**51,3%**	**53,8%**	**51,7%**	**57,2%**	**66,2%**	**74,7%**
Chile	11,2%	12,0%	12,8%	15,1%	17,1%	19,8%
Colômbia	35,6%	34,1%	37,8%	44,3%	49,4%	49,3%
México	43,2%	43,2%	46,4%	49,5%	54,0%	54,9%
Peru	23,0%	21,2%	20,3%	20,7%	23,1%	25,3%
Venezuela	43,8%	44,3%	52,4%	48,5%	48,8%	36,0%

Fonte: FMI. Elaboração Bradesco.

Dados

FMI

Real GDP growth (Annual percent change)

	Anos 1980	Anos 1990	2007	2008	2009	Anos 2000	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Argentina	-0,88	4,29	8,0	3,1	0,1	3,05	9,5	8,4	0,8	2,9	0,5	1,2	-1,0	2,8
Australia	3,46	3,25	4,5	2,6	1,8	3,16	2,3	2,7	3,5	2,0	2,6	2,5	2,5	3,0
Bolivia	-0,23	4,00	4,6	6,1	3,4	3,69	4,1	5,2	5,1	6,8	5,5	4,8	3,8	3,5
Brazil	2,98	1,71	6,1	5,1	-0,1	3,41	7,5	3,9	1,9	3,0	0,1	-3,8	-3,8	0,0
Canada	2,87	2,39	2,1	1,0	-2,9	2,09	3,1	3,1	1,7	2,2	2,5	1,2	1,5	1,9
Chile	3,57	6,35	5,2	3,2	-1,1	3,96	5,7	5,8	5,5	4,0	1,8	2,1	1,5	2,1
China	9,76	9,99	14,2	9,6	9,2	10,29	10,6	9,5	7,7	7,7	7,3	6,9	6,5	6,2
Colombia	3,44	2,90	6,9	3,5	1,7	3,98	4,0	6,6	4,0	4,9	4,4	3,1	2,5	3,0
Denmark	1,91	2,45	0,8	-0,7	-5,1	0,93	1,6	1,2	-0,1	-0,2	1,3	1,2	1,6	1,8
Ecuador	2,37	2,49	2,2	6,4	0,6	3,90	3,5	7,9	5,6	4,6	3,7	0,0	-4,5	-4,3
Egypt	5,33	4,07	7,1	7,2	4,7	4,97	5,1	1,8	2,2	2,1	2,2	4,2	3,3	4,3
Finland	3,53	1,66	5,2	0,7	-8,3	2,03	3,0	2,6	-1,4	-0,8	-0,7	0,4	0,9	1,1
France	2,39	2,00	2,4	0,2	-2,9	1,43	2,0	2,1	0,2	0,7	0,2	1,1	1,1	1,3
Germany	1,87	2,19	3,4	0,8	-5,6	0,84	3,9	3,7	0,6	0,4	1,6	1,5	1,5	1,6
Greece	0,77	2,07	3,3	-0,3	-4,3	2,78	-5,5	-9,1	-7,3	-3,2	0,7	-0,2	-0,6	2,7
Hungary	1,52	-0,29	0,4	0,8	-6,6	2,40	0,7	1,8	-1,7	1,9	3,7	2,9	2,3	2,5
Iceland	3,24	2,27	9,5	1,5	-4,7	3,64	-3,6	2,0	1,2	4,4	2,0	4,0	4,2	3,2
India	5,55	5,74	9,8	3,9	8,5	6,93	10,3	6,6	5,6	6,6	7,2	7,3	7,5	7,5
Indonesia	6,53	4,83	6,3	7,4	4,7	5,25	6,4	6,2	6,0	5,6	5,0	4,8	4,9	5,3
Ireland	2,39	7,09	5,5	-2,2	-5,6	4,04	0,4	2,6	0,2	1,4	5,2	7,8	5,0	3,6
Israel	3,51	5,72	6,1	3,1	1,3	3,60	5,5	5,0	2,9	3,3	2,6	2,6	2,8	3,0
Italy	2,55	1,43	1,5	-1,1	-5,5	0,53	1,7	0,6	-2,8	-1,7	-0,3	0,8	1,0	1,1
Japan	4,41	1,47	2,2	-1,0	-5,5	0,58	4,7	-0,5	1,7	1,4	0,0	0,5	0,5	-0,1
Korea	8,77	7,13	5,5	2,8	0,7	4,67	6,5	3,7	2,3	2,9	3,3	2,6	2,7	2,9
Mexico	2,36	3,43	3,1	1,4	-4,7	1,83	5,1	4,0	4,0	1,3	2,3	2,5	2,4	2,6
New Zealand	2,12	2,77	3,9	-0,4	0,3	2,94	2,0	1,8	2,8	1,7	3,0	3,4	2,0	2,5
Pakistan	6,36	4,49	5,5	5,0	0,4	4,69	2,6	3,6	3,8	3,7	4,0	4,2	4,5	4,7
Paraguay	3,93	3,08	5,4	6,4	-4,0	2,00	13,1	4,3	-1,2	14,0	4,7	3,0	2,9	3,2
Peru	0,65	3,19	8,5	9,1	1,0	5,04	8,5	6,5	6,0	5,9	2,4	3,3	3,7	4,1
Portugal	3,68	3,41	2,5	0,2	-3,0	0,95	1,9	-1,8	-4,0	-1,1	0,9	1,5	1,4	1,3
Russian	-	-4,61	8,5	5,2	-7,8	5,49	4,5	4,3	3,5	1,3	0,7	-3,7	-0,8	1,1
Saudi Arabia	-2,07	3,64	1,8	6,2	-2,1	3,51	4,8	10,0	5,4	2,7	3,6	3,4	1,2	1,9
South Africa	2,24	1,39	5,4	3,2	-1,5	3,61	3,0	3,2	2,2	2,2	1,5	1,3	0,6	1,2
Spain	2,72	2,78	3,8	1,1	-3,6	2,76	0,0	-1,0	-2,6	-1,7	1,4	3,2	2,6	2,3
Thailand	7,24	5,39	5,4	1,7	-0,7	4,31	7,5	0,8	7,2	2,7	0,8	2,8	3,0	3,2
Turkey	4,22	4,01	4,7	0,7	-4,8	3,79	9,2	8,8	2,1	4,2	2,9	3,8	3,8	3,4
United Kingdom	2,69	2,11	2,6	-0,5	-4,2	1,85	1,5	2,0	1,2	2,2	2,9	2,2	1,9	2,2
United States	3,15	3,22	1,8	-0,3	-2,8	1,82	2,5	1,6	2,2	1,5	2,4	2,4	2,4	2,5
Uruguay	1,51	3,22	6,5	7,2	4,2	2,33	7,8	5,2	3,3	5,1	3,5	1,5	1,4	2,6
Venezuela	-0,39	2,48	8,8	5,3	-3,2	3,98	-1,5	4,2	5,6	1,3	-3,9	-5,7	-8,0	-4,5

International Monetary Fund
Fiscal Affairs Department
October 2016 Fiscal Monitor "Debt: Use It Wisely"
Table of Contents

Methodological and Statistical Appendix

Table A1. Advanced Economies: General Government Overall Balance, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A2. Advanced Economies: General Government Primary Balance, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A3. Advanced Economies: General Government Cyclically Adjusted Balance, 2007–21 (Percent of potential GDP)
Table A4. Advanced Economies: General Government Cyclically Adjusted Primary Balance, 2007–21 (Percent of potential GDP)
Table A5. Advanced Economies: General Government Revenue, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A6. Advanced Economies: General Government Expenditure, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A7. Advanced Economies: General Government Gross Debt, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A8. Advanced Economies: General Government Net Debt, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A9. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Overall Balance, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A10. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Primary Balance, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A11. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Cyclically Adjusted Balance, 2007–21 (Percent of potential GDP)
Table A12. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Cyclically Adjusted Primary Balance, 2007–21 (Percent of potential GDP)
Table A13. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Revenue, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A14. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Expenditure, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A15. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Gross Debt, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A16. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Net Debt, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A17. Low-Income Developing Countries: General Government Overall Balance, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A18. Low-Income Developing Countries: General Government Primary Balance, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A19. Low-Income Developing Countries: General Government Revenue, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A20. Low-Income Developing Countries: General Government Expenditure, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A21. Low-Income Developing Countries: General Government Gross Debt, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A22. Low-Income Developing Countries: General Government Net Debt, 2007–21 (Percent of GDP)
Table A23. Advanced Economies: Structural Fiscal Indicators
Table A24. Emerging Market and Middle-Income Economies: Structural Fiscal Indicators
Table A25. Low-Income Developing Countries: Structural Fiscal Indicators
Table B. Advanced Economies: Definition and Coverage of Fiscal Monitor Data
Table C. Emerging Market and Middle-Income Economies: Definition and Coverage of Fiscal Monitor Data
Table D. Low-Income Developing Countries: Definition and Coverage of Fiscal Monitor Data

FMI

Dívida Bruta

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Advanced economies	71,7	78,5	91,9	98,4	102,6	106,8	105,6	105,4	105,4	108,6	109,2
Euro Area	64,9	68,5	78,3	84,1	86,7	91,3	93,3	94,3	92,5	91,7	91,0
G7	80,9	88,9	103,7	111,9	117,1	121,3	119,4	118,6	117,9	121,7	122,6
G20 Advanced	77,1	84,8	99,2	106,1	110,6	114,5	112,9	112,4	112,2	116,0	116,8
Emerging											
Average	35,2	33,5	38,4	38,1	37,3	37,5	38,9	41,1	44,8	47,3	49,1
Asia	40,1	36,9	40,5	39,9	39,4	39,5	41,3	43,5	45,9	48,4	50,8
Europe	23,0	23,1	28,6	28,4	27,0	26,2	27,5	29,5	32,6	33,6	33,3
Latin America	45,9	46,0	49,7	48,7	48,7	48,9	49,6	52,1	56,6	58,3	60,2
MENAP	22,0	19,6	25,5	24,5	22,1	23,7	24,2	25,2	31,0	36,5	37,3
G20 Emerging	37,7	35,5	39,9	38,9	37,9	37,7	39,0	41,5	45,3	48,0	50,4

Resultado Primário

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Advanced economies	0,5	-1,9	-7,1	-6,0	-4,5	-3,6	-2,1	-1,6	-1,3	-1,6	-1,4
Euro Area	1,9	0,4	-3,8	-3,7	-1,6	-1,0	-0,5	-0,2	0,1	-0,1	0,0
G7	-0,2	-2,6	-8,1	-6,8	-5,3	-4,4	-2,5	-2,0	-1,5	-1,9	-1,8
G20 Advanced	-0,1	-2,4	-7,8	-6,5	-5,1	-4,1	-2,4	-1,9	-1,5	-1,9	-1,7
Emerging											
Average	2,8	2,5	-2,0	-0,1	0,8	0,5	0,1	-0,8	-2,7	-2,9	-2,4
Asia	0,5	-0,5	-2,0	-0,2	-0,3	-0,6	-0,7	-0,7	-1,9	-2,0	-2,0
Europe	2,9	2,1	-4,3	-2,2	1,1	0,6	-0,2	-0,2	-1,5	-1,9	-0,7
Latin America	2,5	2,4	-0,6	0,1	0,6	-0,1	-0,2	-1,6	-3,1	-3,8	-3,2
MENAP	10,7	12,8	-0,7	2,9	4,8	6,5	4,9	-0,2	-7,8	-7,9	-5,5
G20 Emerging	2,3	2,4	-2,0	0,0	0,8	0,3	-0,3	-0,9	-2,5	-2,5	-2,2

Fonte: FMI. Monitor Fiscal, Outubro 2016.

FMI: Dívida Bruta
Monitor Fiscal out/16

Table A7. Advanced Economies: General Government Gross Debt, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Australia[1]	9,7	11,7	16,7	20,5	24,2	27,8	30,8	34,3	37,6	40,9	43,2	43,5
Austria	64,8	68,5	79,7	82,4	82,2	81,6	80,8	84,3	86,2	84,9	83,7	82,3
Belgium	87,0	92,5	99,6	99,7	102,3	104,1	105,2	106,6	106,1	105,8	105,0	104,0
Canada[1]	66,8	67,8	79,3	81,1	81,5	84,8	86,1	86,2	91,5	92,1	90,5	88,7
Czech Republic	27,8	28,7	34,1	38,2	39,8	44,5	44,9	42,2	40,3	39,8	38,8	37,8
Denmark	27,3	33,4	40,4	42,9	46,4	45,2	44,7	44,8	45,5	45,7	46,3	46,3
Estonia	3,7	4,5	7,0	6,6	5,9	9,5	9,9	10,4	9,7	9,5	9,1	8,7
Finland	34,0	32,7	41,7	47,1	48,5	52,9	55,4	59,3	62,5	63,8	65,3	65,9
France	64,4	68,1	79,0	81,7	85,2	89,6	92,4	95,3	96,1	97,1	97,8	97,9
Germany	63,5	64,9	72,4	81,0	78,3	79,5	77,1	74,5	71,0	68,2	65,9	63,6
Greece[1]	103,1	109,4	126,7	146,2	172,1	159,6	177,7	180,1	176,9	183,4	184,7	184,7
Iceland	27,3	67,6	82,9	88,3	95,1	92,6	84,8	82,5	67,6	55,1	51,8	41,5
Ireland	23,9	42,4	61,7	86,3	109,6	119,5	119,5	105,2	78,7	74,6	72,6	69,7
Israel	73,0	71,9	74,6	70,7	68,8	68,3	67,0	66,0	64,1	65,8	67,6	68,7
Italy	99,8	102,4	112,5	115,4	116,5	123,3	129,0	132,5	132,7	133,2	133,4	132,0
Japan	183,0	191,8	210,2	215,8	231,6	238,0	244,5	249,1	248,0	250,4	253,0	254,9
Korea	28,7	28,2	31,4	30,8	31,5	32,1	33,8	35,9	37,9	38,9	39,2	38,8
Luxembourg	7,8	15,1	16,0	20,1	19,1	22,0	23,3	22,9	21,5	22,2	22,9	23,5
Netherlands	42,4	54,5	56,5	59,3	61,6	66,4	67,7	67,9	65,1	63,5	61,8	60,4
New Zealand	14,5	16,9	21,7	26,9	31,5	31,9	30,8	30,3	29,9	29,9	29,2	26,8
Norway	49,2	47,3	42,0	42,4	28,9	30,0	30,3	27,9	27,9	27,9	27,9	27,9
Portugal	68,4	71,7	83,6	96,2	111,4	126,2	129,0	130,2	129,0	128,4	128,2	127,7
Singapore	84,7	95,3	99,7	97,0	101,1	105,8	103,1	98,5	104,7	106,4	105,7	104,2
Slovak Republic	29,9	28,2	36,0	40,8	43,3	52,4	55,0	53,9	52,9	52,8	53,0	52,4
Spain	35,5	39,4	52,7	60,1	69,5	85,4	93,7	99,3	99,3	100,1	100,2	100,0
Sweden	38,1	36,7	40,2	37,6	36,9	37,2	39,8	44,8	43,4	42,7	41,2	40,4
Switzerland	49,5	49,4	47,3	46,1	46,0	46,6	46,4	45,7	45,7	44,7	43,7	42,6
United Kingdom	42,2	50,3	64,2	75,7	81,3	84,8	86,0	87,9	89,0	89,0	88,8	88,6
United States[1]	64,0	72,8	86,0	94,7	99,0	102,5	104,6	104,6	105,2	108,2	108,4	107,9
Average	71,7	78,5	91,9	98,4	102,6	106,8	105,6	105,4	105,4	108,6	109,2	108,5
Euro Area	64,9	68,5	78,3	84,1	86,7	91,3	93,3	94,3	92,5	91,7	91,0	89,8
G7	80,9	88,9	103,7	111,9	117,1	121,3	119,4	118,6	117,9	121,7	122,6	122,0
G20 Advanced	77,1	84,8	99,2	106,1	110,6	114,5	112,9	112,4	112,2	116,0	116,8	116,1

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).
Note: For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table B.
1 For cross-country comparability, gross debt levels reported by national statistical agencies for countries that have adopted the 2008 System of National Accounts (Australia, Canada, Hong Kong SAR, and the United States) are adjusted to exclude unfunded pension liabilities of government employees' defined-benefit pension plans.

FMI: Dívida Bruta
Monitor Fiscal out/16

Table A15. merging Market and Middle-Income Economies: General Government Gross Debt, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Algeria	13,6	8,4	10,2	10,9	9,5	9,5	7,7	8,0	9,1	13,0	17,1	23,9
Angola	16,1	16,6	22,7	44,3	33,8	29,5	32,9	40,7	64,2	77,7	73,6	71,2
Argentina	50,8	43,9	53,8	42,6	38,1	39,4	42,2	43,6	52,1	51,8	50,7	51,2
Brazil[1]	63,7	61,9	64,9	63,0	61,2	62,3	60,4	63,3	73,7	78,3	82,4	85,2
Chile	3,9	4,9	5,8	8,6	11,2	12,0	12,8	15,1	17,5	20,4	23,3	25,0
China	29,0	27,0	32,6	33,1	33,1	34,0	36,9	39,8	42,9	46,3	49,9	52,6
Colombia	32,5	32,1	35,2	36,4	35,7	34,1	37,8	44,2	50,6	47,5	47,0	45,7
Ecuador	27,2	22,2	17,7	19,7	19,4	21,6	25,9	31,2	33,8	39,6	39,7	39,7
Egypt[2]	76,3	66,8	69,5	69,6	72,8	74,6	84,8	86,3	89,0	94,6	93,4	88,6
India	74,0	74,5	72,5	67,5	69,6	69,1	68,0	68,3	69,1	68,5	67,2	65,6
Indonesia	32,3	30,3	26,5	24,5	23,1	23,0	24,8	24,7	27,3	27,5	28,2	29,2
Iran	12,0	9,3	10,4	12,2	8,9	17,4	15,4	15,6	15,9	14,9	15,0	15,0
Mexico	37,5	42,8	43,9	42,2	43,2	43,2	46,4	49,5	54,0	56,0	56,1	55,8
Pakistan	52,0	57,3	58,6	60,7	58,9	63,3	64,2	63,7	63,6	66,1	64,2	61,7
Peru	31,9	28,0	28,4	25,4	23,0	21,2	20,3	20,7	24,0	26,3	26,5	26,2
Philippines	44,6	44,2	44,3	43,5	41,4	40,6	39,3	36,4	34,8	33,4	32,4	31,4
Poland	44,2	46,6	49,8	53,3	54,4	54,0	56,0	50,5	51,3	52,4	53,2	53,5
Russia	8,0	7,4	9,9	10,6	10,9	11,8	13,1	15,9	16,4	17,1	17,9	18,6
Saudi Arabia	17,1	12,1	14,0	8,4	5,4	3,6	2,2	1,6	5,0	14,1	19,9	24,6
South Africa	27,1	26,5	30,1	34,7	38,2	41,0	44,0	46,9	49,8	51,7	53,3	54,6
Thailand	36,0	34,9	42,4	39,9	39,1	41,9	42,2	43,6	43,1	43,6	44,3	45,1
Turkey	39,9	40,0	46,1	42,3	39,1	36,2	36,1	33,5	32,9	31,7	30,8	30,1
Uruguay	68,0	67,8	63,1	59,4	58,1	58,0	60,2	61,4	64,3	63,7	65,2	65,4
Venezuela	26,4	20,3	27,6	36,5	50,6	58,1	73,7	63,5	41,5	32,8	28,2	25,0
Average	35,2	33,5	38,4	38,1	37,3	37,5	38,9	41,1	44,8	47,3	49,1	50,6
Asia	40,1	36,9	40,5	39,9	39,4	39,5	41,3	43,5	45,9	48,4	50,8	52,6
Europe	23,0	23,1	28,6	28,4	27,0	26,2	27,5	29,5	32,6	33,6	33,3	33,3
Latin America	45,9	46,0	49,7	48,7	48,7	48,9	49,6	52,1	56,6	58,3	60,2	61,8
MENAP	22,0	19,6	25,5	24,5	22,1	23,7	24,2	25,2	31,0	36,5	37,3	39,0
G20 Emerging	37,7	35,5	39,9	38,9	37,9	37,7	39,0	41,5	45,3	48,0	50,4	52,1

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).
Note: For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table C. MENAP = Middle East, North Africa, and Pakistan.
1 Gross debt refers to the nonfinancial public sector, excluding Eletrobras and Petrobras, and includes sovereign debt held on the balance sheet of the central bank.
2 Based on nominal GDP series prior to the recent revision; therefore, the tables are not comparable to the authorities' numbers because of a different denominator..

FMI: Dívida Líquida
Monitor Fiscal out/16

Table A8. Advanced Economies: General Government Net Debt, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Australia[1]	-7,3	-5,3	-0,6	3,9	8,1	11,2	13,2	15,6	17,7	19,7	21,1	21,6
Austria	...	...	...	...	...	60,4	60,2	59,5	59,1	58,5	58,0	57,2
Belgium	54,3	55,1	61,0	59,6	60,8	62,5	63,6	62,8	61,0	62,0	62,4	62,7
Canada[1]	22,1	18,4	24,4	26,8	27,1	28,2	29,4	28,1	26,3	26,9	25,3	23,6
Denmark	-4,6	-6,7	-5,9	-3,3	1,1	6,6	4,0	4,9	6,5	7,3	9,0	10,4
Estonia	-10,5	-7,9	-9,5	-7,9	-6,1	-2,6	-1,5	-1,3	-1,7	-1,6	-1,6	-1,5
Finland	-69,7	-50,0	-59,6	-61,8	-48,8	-50,3	-53,7	-54,4	-50,7	-47,1	-43,4	-40,2
France	57,7	60,3	70,1	73,7	76,4	81,6	84,4	87,4	88,2	89,2	89,8	90,0
Germany	47,9	47,8	54,4	57,1	55,2	54,4	53,4	50,1	47,5	45,4	43,7	42,0
Greece	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Iceland	17,6	53,3	66,3	65,7	61,7	63,8	62,2	55,9	50,6	45,5	39,8	34,2
Ireland	14,2	22,5	36,5	66,2	77,7	86,1	89,2	86,2	67,0	63,8	62,3	59,8
Israel	65,8	64,1	66,2	64,1	63,2	62,6	62,2	62,6	60,9	62,7	64,6	65,8
Italy	85,9	87,9	96,3	98,3	100,4	105,0	109,9	112,5	113,3	113,8	113,9	112,7
Japan	80,5	95,3	106,2	113,1	127,2	129,0	124,2	126,2	125,3	127,9	130,7	132,6
Korea	26,8	26,9	29,6	28,9	29,4	30,0	31,6	33,9	35,7	36,8	37,2	36,9
Latvia	4,4	11,1	21,4	28,8	30,1	29,7	32,9	35,6	32,0	32,3	31,9	30,2
Lithuania	13,0	13,5	24,5	31,8	33,5	34,1	35,7	37,8	39,9	39,2	38,3	37,0
Netherlands	17,6	16,2	20,2	23,4	26,8	28,4	31,3	33,1	34,3	34,8	34,5	33,9
New Zealand	-0,9	-2,3	-0,8	2,3	6,1	7,6	7,7	7,0	6,5	6,7	6,7	6,4
Norway	-143,7	-128,8	-158,3	-167,6	-162,4	-171,4	-205,3	-244,0	-279,1	-274,4	-274,7	-275,8
Portugal	61,4	67,2	79,3	91,6	100,8	115,7	118,4	120,0	121,6	121,9	122,2	122,2
Spain	19,2	22,3	32,8	42,3	51,5	65,8	73,8	78,6	79,7	81,4	82,1	82,3
Sweden	-16,2	-8,5	-15,2	-17,1	-19,2	-21,3	-21,1	-20,5	-19,3	-18,0	-16,5	-15,6
Switzerland	30,2	29,3	27,5	26,4	26,2	25,5	25,2	24,6	24,5	23,6	22,6	21,5
United Kingdom	37,1	44,4	57,4	68,5	72,9	76,2	77,6	79,5	80,4	80,5	80,3	80,0
United States[1]	44,5	50,5	62,0	69,4	75,9	79,4	80,8	80,3	79,8	82,2	82,3	82,1
Average	43,2	48,4	58,3	63,5	68,1	71,0	70,0	69,9	70,3	72,5	72,9	72,7
Euro Area	44,9	46,5	53,9	57,8	60,2	65,7	67,8	68,3	67,6	67,4	67,0	66,2
G7	52,0	58,3	69,3	75,5	81,3	84,1	83,1	82,8	82,1	84,3	84,7	84,4
G20 Advanced	49,5	55,5	66,1	71,5	76,7	79,3	78,5	78,5	78,2	80,4	80,7	80,5

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).
Note: For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table B.
1 For cross-country comparability, net debt levels reported by national statistical agencies for countries that have adopted the 2008 System of National Accounts (Australia, Canada, Hong Kong SAR, and the United States) are adjusted to exclude unfunded pension liabilities of government employees' defined-benefit pension plans.

FMI: Dívida Líquida
Monitor Fiscal out/16

Table A16. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Net Debt, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Algeria	-20,7	-30,4	-33,1	-29,5	-27,6	-25,3	-25,7	-17,7	-3,3	8,9	17,1	23,9
Angola	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Argentina	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Brazil	44,1	37,1	40,4	38,0	34,5	32,3	30,6	33,1	36,2	45,8	50,4	53,6
Chile	-13,0	-19,3	-10,6	-7,0	-8,6	-6,8	-5,6	-4,4	-3,5	0,0	2,9	4,8
China	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Colombia	22,5	22,3	26,1	28,4	27,1	24,9	27,0	33,7	42,2	41,5	41,4	40,5
Ecuador	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Egypt[1]	61,3	52,8	55,9	57,1	61,3	64,6	74,3	77,8	78,0	86,2	86,5	82,8
Hungary	63,1	63,6	72,2	75,2	74,4	72,1	71,2	71,0	71,4	71,5	71,5	70,7
India	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Iran	-2,7	-2,8	2,5	2,0	-2,7	6,4	-1,7	-2,1	-0,4	0,2	-0,2	-0,8
Mexico	29,1	33,2	36,2	36,2	37,5	37,7	40,4	43,2	47,6	49,7	49,7	49,4
Pakistan	44,8	52,0	51,4	52,0	51,7	55,9	58,6	57,1	57,0	58,5	56,6	54,1
Peru	16,7	13,0	12,2	10,3	7,2	4,6	3,5	3,6	5,6	7,7	9,1	9,9
Philippines	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Poland	6,2	5,8	10,4	15,8	18,5	19,3	22,5	15,3	16,2	18,3	20,2	21,4
Russia	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Saudi Arabia	-10,9	-38,4	-39,3	-37,8	-37,8	-47,3	-51,9	-48,4	-38,3	-25,6	-14,0	-4,5
South Africa	22,8	21,7	25,4	28,5	31,3	34,8	37,5	40,2	44,6	46,5	48,3	50,0
Thailand	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Turkey	32,7	32,5	37,5	34,7	31,3	27,8	27,3	24,6	23,6	22,6	21,7	20,9
Uruguay	37,8	31,6	30,7	31,1	28,8	25,9	24,2	22,9	25,6	31,5	33,1	33,3
Venezuela	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Average	12,9	9,2	12,4	14,0	12,7	9,9	8,8	9,8	10,9	15,8	18,6	20,6
Asia	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Europe	22,2	22,0	27,8	28,6	26,4	24,1	24,5	23,2	21,8	25,2	25,5	25,6
Latin America	32,7	30,7	33,9	33,1	31,2	29,6	29,6	32,5	35,9	41,4	44,1	45,6
MENAP	-31,6	-38,3	-37,4	-34,1	-32,6	-37,7	-42,4	-41,0	-36,8	-29,3	-25,7	-20,9
G20 Emerging	30,4	25,3	29,1	28,2	25,9	22,5	21,9	23,7	27,2	32,8	36,3	38,7

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).
Note: For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table C. MENAP = Middle East, North Africa, and Pakistan.
1 Based on nominal GDP series prior to the recent revision; therefore, the tables are not comparable to the authorities' numbers because of a different denominator.

FMI: Deficit Primário
Monitor Fiscal out/16

Table A2. Advanced Economies: General Government Primary Balance, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Australia	1,3	-1,1	-4,5	-4,8	-4,0	-2,8	-2,0	-2,0	-1,9	-1,8	-1,4	-0,6
Austria	-1,7	-1,6	-3,1	-2,3	-0,4	0,0	0,8	-0,7	0,8	0,2	0,2	0,3
Belgium	3,6	2,4	-2,0	-0,7	-0,9	-1,0	-0,1	-0,3	-0,1	-0,5	-0,2	-0,1
Canada	2,4	0,5	-2,8	-3,9	-2,7	-1,8	-1,2	0,0	-0,6	-2,0	-2,0	-1,9
Czech Republic	0,0	-1,4	-4,5	-3,3	-1,7	-2,8	-0,2	-0,8	0,5	0,2	0,2	0,3
Denmark	5,6	3,4	-2,4	-2,1	-1,5	-3,0	-0,7	1,8	-0,9	-0,2	-1,3	-1,4
Estonia	2,0	-3,3	-2,2	0,0	0,9	-0,5	-0,4	0,6	0,3	0,1	0,1	0,0
Finland	4,8	3,7	-2,9	-2,5	-1,0	-2,0	-2,5	-3,0	-2,5	-2,2	-2,4	-2,0
France	-0,1	-0,5	-4,9	-4,5	-2,6	-2,4	-1,9	-1,9	-1,6	-1,5	-1,5	-1,2
Germany	2,6	2,2	-0,8	-2,1	1,1	1,8	1,4	1,7	2,0	1,2	0,9	0,9
Greece	-2,2	-5,4	-10,1	-5,4	-3,0	-1,4	0,5	0,0	0,7	0,1	0,7	1,6
Iceland	5,2	-13,3	-6,6	-7,0	-2,9	-0,4	1,6	3,6	3,2	17,2	2,6	2,6
Ireland[1]	0,9	-6,3	-12,4	-29,7	-9,7	-4,4	-2,0	-0,3	0,3	1,3	1,4	1,5
Israel	4,0	1,4	-1,6	-0,3	0,2	-1,3	-0,9	-0,5	-0,2	-0,4	-0,8	-0,8
Italy	3,0	2,0	-1,0	-0,1	1,0	2,1	1,7	1,4	1,4	1,3	1,4	2,1
Japan	-2,1	-3,8	-9,9	-8,6	-9,0	-7,9	-7,8	-5,6	-4,9	-5,2	-5,3	-4,7
Korea	1,4	1,2	-0,7	0,8	0,9	0,8	-0,2	-0,3	-0,4	-0,3	0,2	1,2
Luxembourg	3,2	2,1	-1,2	-0,9	0,3	0,1	0,6	1,5	1,0	1,2	0,1	-0,1
Malta	1,2	-0,8	0,0	-0,1	0,6	-0,6	0,3	0,8	1,1	1,5	1,5	1,6
Netherlands	1,6	1,6	-4,2	-3,8	-3,0	-2,8	-1,2	-1,1	-0,8	-0,2	0,1	0,4
New Zealand	3,7	1,6	-1,4	-5,4	-4,8	-1,1	-0,4	0,2	0,3	-0,1	0,1	0,5
Norway	14,1	15,5	8,0	8,8	11,1	11,7	8,6	6,3	3,0	0,6	0,7	1,1
Portugal	-0,4	-1,1	-7,1	-8,5	-3,6	-1,4	-0,6	-2,8	-0,2	1,3	1,2	1,2
Singapore	8,7	3,7	-1,1	5,4	8,2	7,4	6,2	4,8	1,6	1,5	1,5	1,6
Slovak Republic	-1,0	-1,5	-6,8	-6,4	-2,8	-2,7	-1,0	-1,0	-1,5	-1,1	-1,1	-1,0
Spain[1]	3,1	-3,4	-9,6	-7,8	-7,6	-7,9	-4,0	-2,9	-2,4	-2,0	-0,8	-0,4
Sweden	4,0	2,4	-0,5	0,1	0,2	-0,9	-1,3	-1,6	-0,2	-0,7	-0,9	-0,5
Switzerland	2,3	2,3	1,1	0,8	0,8	0,4	0,1	0,0	0,0	-0,1	-0,1	-0,1
United Kingdom	-1,3	-3,4	-9,1	-7,1	-4,9	-5,4	-4,3	-3,8	-2,8	-1,6	-0,9	-0,4
United States	-0,8	-4,6	-11,2	-8,9	-7,3	-5,7	-2,4	-2,2	-1,5	-2,1	-1,8	-1,3
Average	0,5	-1,9	-7,1	-6,0	-4,5	-3,6	-2,1	-1,6	-1,3	-1,6	-1,4	-1,0
Euro Area	1,9	0,4	-3,8	-3,7	-1,6	-1,0	-0,5	-0,2	0,1	-0,1	0,0	0,3
G7	-0,2	-2,6	-8,1	-6,8	-5,3	-4,4	-2,5	-2,0	-1,5	-1,9	-1,8	-1,3
G20 Advanced	-0,1	-2,4	-7,8	-6,5	-5,1	-4,1	-2,4	-1,9	-1,5	-1,9	-1,7	-1,2

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).

Note: Primary balance is defined as the overall balance excluding net interest payments. For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table B.

1 Data include financial sector support. For Cyprus, 2014 and 2015 balances exclude financial sector support.

FMI: Deficit Primário
Monitor Fiscal out/16

Table A10. Emerging Market and Middle-Income Economies Economies: General Government Primary Balance, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Algeria	6,0	8,8	-6,0	-0,8	-1,7	-5,3	-0,5	-7,4	-16,7	-13,3	-9,3	-7,6
Angola	5,8	-2,5	-5,6	4,6	9,6	5,5	0,5	-5,4	-2,9	-3,1	-2,5	-1,0
Argentina	1,7	1,8	-1,1	-0,4	-1,4	-1,5	-2,4	-3,2	-5,4	-5,6	-5,1	-4,1
Brazil	3,2	3,8	1,9	2,3	2,9	1,9	1,7	-0,6	-1,9	-2,8	-2,2	-1,2
Chile	7,7	3,6	-4,5	-0,3	1,5	0,8	-0,4	-1,4	-1,9	-3,0	-2,5	-1,7
China	0,4	0,4	-1,3	1,1	0,4	-0,2	-0,3	-0,4	-2,1	-2,2	-2,3	-1,7
Colombia	1,8	1,9	-1,1	-1,6	-0,1	1,6	1,2	0,3	-0,3	0,2	0,8	1,3
Ecuador	4,3	1,7	-3,0	-0,8	0,5	-0,2	-3,6	-4,3	-3,8	-3,6	2,4	2,6
Egypt[1]	-2,9	-3,7	-3,6	-3,6	-4,5	-4,9	-6,3	-5,8	-4,8	-4,4	-1,8	0,1
Hungary	-1,3	0,0	-0,6	-0,7	-1,7	1,9	1,8	1,5	1,5	1,2	0,2	0,1
India	0,4	-5,3	-5,2	-4,2	-3,9	-3,1	-3,1	-2,8	-2,3	-2,1	-2,1	-1,8
Indonesia	0,9	1,7	-0,1	0,0	0,5	-0,4	-1,0	-0,9	-1,2	-1,0	-1,0	-1,2
Iran	6,8	0,7	0,8	2,7	0,7	-0,2	-0,9	-1,1	-1,6	-0,6	-0,4	0,0
Malaysia	-1,9	-2,1	-5,0	-2,9	-2,0	-2,0	-2,2	-0,8	-1,4	-1,5	-0,7	-0,4
Mexico	1,5	1,7	-2,3	-1,4	-1,0	-1,2	-1,2	-1,9	-1,2	0,1	0,2	1,0
Pakistan	-1,1	-2,9	-0,2	-1,7	-2,9	-4,2	-3,9	-0,3	-0,5	-0,1	0,5	1,5
Peru	5,2	4,1	-0,3	1,2	3,0	3,0	1,7	0,7	-1,3	-1,3	-0,6	-0,1
Philippines	3,4	3,4	0,6	0,7	2,2	2,3	2,7	3,1	2,3	1,6	0,3	0,1
Poland	0,3	-1,5	-4,8	-5,0	-2,3	-1,0	-1,5	-1,4	-0,8	-1,1	-1,2	-1,2
Russia	5,6	4,7	-6,2	-3,1	1,7	0,7	-0,8	-0,7	-3,2	-3,4	-0,8	0,1
Saudi Arabia	11,5	29,2	-5,2	4,0	11,3	11,9	5,4	-4,0	-17,9	-15,5	-10,2	-8,9
South Africa	3,9	2,1	-2,5	-2,1	-1,1	-1,3	-0,9	-0,6	-0,6	-0,4	-0,2	0,1
Thailand	1,1	1,6	-1,5	-0,7	0,8	-0,1	1,1	-0,1	0,8	0,2	0,2	0,2
Turkey	2,9	1,7	-1,4	0,3	2,1	1,1	1,4	1,4	1,2	0,3	0,7	0,7
Uruguay	3,6	1,4	1,1	1,5	1,9	-0,2	0,4	-0,6	0,0	-0,9	-0,2	0,4
Venezuela	-1,2	-2,0	-7,2	-8,6	-9,4	-12,4	-10,9	-13,0	-21,0	-24,8	-25,9	-23,6
Average	2,8	2,5	-2,0	-0,1	0,8	0,5	0,1	-0,8	-2,7	-2,9	-2,4	-1,7
Asia	0,5	-0,5	-2,0	-0,2	-0,3	-0,6	-0,7	-0,7	-1,9	-2,0	-2,0	-1,6
Europe	2,9	2,1	-4,3	-2,2	1,1	0,6	-0,2	-0,2	-1,5	-1,9	-0,7	-0,3
Latin America	2,5	2,4	-0,6	0,1	0,6	-0,1	-0,2	-1,6	-3,1	-3,8	-3,2	-1,7
MENAP	10,7	12,8	-0,7	2,9	4,8	6,5	4,9	-0,2	-7,8	-7,9	-5,5	-4,0
G20 Emerging	2,3	2,4	-2,0	0,0	0,8	0,3	-0,3	-0,9	-2,5	-2,5	-2,2	-1,6

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).
Note: Primary balance is defined as the overall balance excluding net interest payments. For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table C.
MENAP = Middle East, North Africa, and Pakistan.
1 Based on nominal GDP series prior to the recent revision; therefore, the tables are not comparable to the authorities' numbers because of a different denominator.

FMI: Deficit Nominal
Monitor Fiscal out/16

Table A1. Advanced Economies: General Government Overall Balance, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Australia	1,5	-1,1	-4,6	-5,1	-4,5	-3,5	-2,8	-2,9	-2,8	-2,9	-2,5	-1,7
Austria	-3,9	-3,9	-5,3	-4,4	-2,6	-2,2	-1,3	-2,7	-1,2	-1,6	-1,5	-1,1
Belgium	0,1	-1,1	-5,4	-4,0	-4,1	-4,2	-3,0	-3,1	-2,6	-2,7	-2,2	-2,0
Canada	1,8	0,2	-3,9	-4,7	-3,3	-2,5	-1,9	-0,5	-1,3	-2,5	-2,3	-2,0
Czech Republic	-0,7	-2,1	-5,5	-4,4	-2,7	-3,9	-1,2	-1,9	-0,4	-0,6	-0,6	-0,4
Denmark	5,0	3,2	-2,8	-2,7	-2,1	-3,5	-1,1	1,5	-1,7	-0,9	-1,9	-1,7
Estonia	2,4	-2,9	-1,9	0,2	1,0	-0,4	-0,3	0,7	0,4	0,2	0,2	0,1
Finland	5,1	4,2	-2,5	-2,6	-1,0	-2,2	-2,6	-3,2	-2,7	-2,4	-2,4	-2,0
France	-2,5	-3,2	-7,2	-6,8	-5,1	-4,8	-4,0	-4,0	-3,5	-3,3	-3,0	-2,7
Germany	0,2	-0,2	-3,2	-4,2	-1,0	0,0	-0,2	0,3	0,7	0,1	0,1	0,2
Greece	-6,7	-10,2	-15,2	-11,2	-10,2	-6,5	-3,5	-4,1	-3,1	-3,4	-2,7	-1,7
Iceland	4,9	-13,1	-9,7	-9,8	-5,6	-3,7	-1,8	-0,1	-0,5	14,7	0,5	0,6
Ireland[1]	0,3	-7,0	-13,8	-32,1	-12,6	-8,0	-5,7	-3,7	-1,9	-0,7	-0,5	-0,3
Israel	-0,6	-2,7	-5,6	-4,1	-3,4	-5,0	-4,2	-3,4	-3,1	-3,4	-3,9	-3,9
Italy	-1,5	-2,7	-5,3	-4,2	-3,5	-2,9	-2,9	-3,0	-2,6	-2,5	-2,2	-1,3
Japan	-2,1	-4,1	-10,4	-9,3	-9,8	-8,8	-8,6	-6,2	-5,2	-5,2	-5,1	-4,4
Korea	2,2	1,5	0,0	1,5	1,7	1,6	0,6	0,4	0,3	0,8	1,1	1,6
Luxembourg	4,2	3,4	-0,7	-0,7	0,5	0,3	0,8	1,7	1,3	1,2	0,0	-0,1
Netherlands	0,2	0,2	-5,4	-5,0	-4,3	-3,9	-2,4	-2,3	-1,9	-1,1	-0,7	-0,4
New Zealand	3,2	1,3	-1,7	-5,9	-5,4	-1,8	-1,0	-0,3	-0,2	-0,4	-0,3	0,0
Norway	17,0	18,5	10,3	10,9	13,2	13,5	10,5	8,4	5,5	3,0	3,2	3,5
Portugal	-3,0	-3,8	-9,8	-11,2	-7,4	-5,7	-4,8	-7,2	-4,4	-3,0	-3,0	-2,9
Singapore	10,1	6,1	0,0	6,0	8,7	7,9	6,7	5,5	2,6	2,4	2,4	2,5
Spain[1]	2,0	-4,4	-11,0	-9,4	-9,6	-10,4	-6,9	-5,9	-5,1	-4,5	-3,1	-2,7
Sweden	3,3	2,0	-0,7	0,0	-0,1	-0,9	-1,3	-1,5	0,0	-0,4	-0,7	-0,4
United Kingdom	-2,9	-4,9	-10,5	-9,5	-7,6	-7,7	-5,7	-5,6	-4,2	-3,3	-2,7	-2,2
United States[2]	-2,9	-6,7	-13,1	-10,9	-9,6	-7,9	-4,4	-4,2	-3,5	-4,1	-3,7	-3,3
Average	-1,2	-3,5	-8,8	-7,7	-6,3	-5,5	-3,7	-3,3	-2,8	-3,0	-2,8	-2,3
Euro Area	-0,6	-2,2	-6,3	-6,2	-4,2	-3,7	-3,0	-2,6	-2,1	-2,0	-1,7	-1,4
G7	-2,1	-4,5	-10,0	-8,8	-7,4	-6,4	-4,4	-3,8	-3,2	-3,6	-3,3	-2,8
G20 Advanced	-1,8	-4,2	-9,5	-8,3	-7,0	-6,0	-4,1	-3,6	-3,0	-3,4	-3,1	-2,6

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).
Note: For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table B.
1 Data include financial sector support. For Cyprus, 2014 and 2015 balances exclude financial sector support.
2 For cross-country comparability, expenditure and fiscal balances of the United States are adjusted to exclude the imputed interest on unfunded pension liabilities and the imputed compensation of employees, which are counted as expenditures under the 2008 System of National Accounts (2008 SNA) adopted by the United States, but not in countries that have not

FMI: Deficit Nominal
Monitor Fiscal out/16

Table A1. Emerging Market and Middle-Income Economies: General Government Overall Balance, 2007–18 (% of GDP)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Algeria	6,1	9,1	-5,5	-0,4	-0,4	-4,4	-0,4	-7,3	-16,2	-12,9	-9,3	-7,7
Angola	4,7	-4,5	-7,4	3,4	8,7	4,6	-0,3	-6,6	-4,9	-5,4	-5,4	-4,0
Argentina	-0,1	0,2	-2,4	-1,3	-2,6	-2,8	-3,0	-4,0	-6,6	-7,1	-7,4	-6,6
Brazil	-2,7	-1,5	-3,2	-2,7	-2,5	-2,5	-3,0	-6,0	-10,3	-10,4	-9,1	-8,0
Chile	7,9	3,9	-4,3	-0,4	1,4	0,7	-0,5	-1,5	-2,1	-3,2	-2,9	-2,0
China	0,1	0,0	-1,8	0,6	-0,1	-0,7	-0,8	-0,9	-2,7	-3,0	-3,3	-3,0
Colombia	-0,8	-0,3	-2,8	-3,3	-2,0	0,1	-0,9	-1,8	-3,5	-2,9	-2,1	-1,5
Croatia	-2,4	-2,8	-6,0	-6,2	-7,8	-5,3	-5,3	-5,5	-3,2	-2,8	-2,6	-2,4
Dominican Republic	0,1	-3,3	-3,0	-2,7	-3,0	-6,6	-3,6	-3,0	-0,4	-3,7	-3,9	-3,4
Ecuador	2,6	0,6	-3,6	-1,4	-0,1	-0,9	-4,6	-5,3	-5,2	-5,2	0,3	0,4
Egypt[1]	-7,2	-7,4	-6,6	-7,9	-9,3	-10,0	-13,4	-12,9	-11,5	-12,0	-9,7	-8,1
India	-4,4	-10,0	-9,8	-8,4	-8,2	-7,5	-7,6	-7,3	-6,9	-6,7	-6,6	-6,2
Indonesia	-0,9	0,1	-1,6	-1,2	-0,7	-1,6	-2,2	-2,1	-2,6	-2,5	-2,6	-2,8
Iran	6,7	0,6	0,8	2,8	0,6	-0,3	-0,9	-1,2	-1,7	-1,1	-1,0	-0,7
Mexico	-1,1	-0,8	-5,0	-3,9	-3,4	-3,8	-3,7	-4,6	-4,1	-3,0	-3,0	-2,5
Pakistan	-5,1	-7,5	-5,0	-6,0	-6,7	-8,6	-8,4	-4,9	-5,2	-4,4	-3,6	-2,9
Peru	3,3	2,7	-1,4	0,1	2,0	2,1	0,7	-0,3	-2,2	-2,5	-1,9	-1,4
Philippines	-0,3	0,0	-2,7	-2,4	-0,4	-0,3	0,2	0,9	0,2	-0,4	-1,5	-1,7
Poland	-1,9	-3,6	-7,3	-7,5	-4,9	-3,7	-4,0	-3,3	-2,6	-2,8	-2,9	-2,9
Russia	5,6	4,5	-5,9	-3,2	1,4	0,4	-1,2	-1,1	-3,5	-3,9	-1,5	-0,8
Saudi Arabia	11,8	29,8	-5,4	3,6	11,2	12,0	5,8	-3,4	-15,9	-13,0	-9,5	-8,4
South Africa	1,4	-0,4	-4,8	-4,6	-3,8	-4,0	-3,9	-3,7	-3,9	-3,9	-3,9	-3,7
Thailand	0,2	0,8	-2,2	-1,3	0,0	-0,9	0,4	-0,8	0,3	-0,4	-0,4	-0,5
Turkey	-2,0	-2,7	-6,0	-3,4	-0,6	-1,7	-1,3	-0,9	-1,0	-1,9	-1,6	-1,5
Uruguay	0,0	-1,6	-1,6	-1,4	-0,9	-2,7	-2,3	-3,5	-3,6	-4,3	-3,7	-3,2
Venezuela	-2,8	-3,5	-8,7	-10,4	-11,6	-15,6	-14,3	-16,8	-23,1	-25,7	-26,1	-23,8
Average	1,0	0,8	-3,7	-1,9	-0,9	-1,1	-1,5	-2,4	-4,4	-4,7	-4,4	-3,8
Asia	-1,1	-1,8	-3,4	-1,5	-1,6	-1,9	-1,9	-1,9	-3,2	-3,4	-3,7	-3,4
Europe	1,4	0,6	-5,8	-3,7	-0,1	-0,7	-1,5	-1,4	-2,8	-3,3	-2,2	-1,7
Latin America	-1,1	-0,9	-3,8	-3,1	-2,8	-3,1	-3,2	-5,1	-7,5	-8,0	-7,2	-5,9
MENAP	10,7	12,8	-1,1	2,3	4,3	6,0	4,2	-0,8	-8,3	-8,4	-6,3	-5,0
G20 Emerging	0,1	0,5	-3,9	-1,9	-1,1	-1,3	-1,9	-2,6	-4,4	-4,4	-4,3	-3,8

Source: IMF staff estimates and projections. Projections are based on staff assessment of current policies (see Fiscal Policy Assumptions in text).

Note: For country-specific details, see Data and Conventions in text, and Table C. MENAP = Middle East, North Africa, and Pakistan.

1 Based on nominal GDP series prior to the recent revision; therefore, the tables are not comparable to the authorities' numbers because of a different denominator.